

O que é o texto? O que são as diferentes versões em relação a um texto original imaginado? Como se textualiza um discurso político, um discurso jurídico, um discurso científico? Para que serve a pontuação, se pensarmos como o sujeito se marca nesse mecanismo que é ao mesmo tempo um gesto de interpretação? Como os boatos funcionam no espaço social e político? Essas e outras questões são tratadas criteriosamente mas com um certo à vontade que permite, aos que se interessam em geral pela linguagem, uma abertura para que tenham acesso ao seu funcionamento por diferentes percursos do dizer.

ISBN 85-7113-156-2



9 788571 131569

Eni P. Orlandi

Discurso e Texto

Pontes

Discurso e Texto

Formulação e Circulação
dos Sentidos

Eni P. Orlandi

Pontes

As diferentes maneiras pelas quais os sentidos se constituem, são formulados e circulam são decisivas para a relação do homem com a sociedade, a natureza e a história. Sendo um ser simbólico, o homem, enquanto sujeito, é antes de tudo um sujeito que se constitui na e pela linguagem em processos que são históricos. Tudo que vê, ouve, experimenta deve fazer sentido. Assim, não é pequena a importância de saber como a linguagem funciona. E ela funciona sob o modo da textualidade. Como se dá a passagem do discurso – que é efeito de sentidos entre locutores – a texto, a formulação, com sua dimensão, sua progressão, sua unidade tendo em sua origem um sujeito que se representa como responsável pelo que produz? O texto pode ser verbal (escrito ou oral) e não verbal (pintura, música, escultura etc), produzindo-se assim em diferentes formas materiais. Ele é o momento fundamental da significação em que o sujeito, ao dizer (escrever, pintar etc) de um modo e não outro, define a maneira como o sentido faz sentido não só para ele mesmo como para os outros, para a sociedade na história em que vive.

Ora, com as novas tecnologias de linguagem, a questão da textualização impõe-se não só para os cientistas, analistas, especialistas de linguagem, mas para todos os sujeitos cada vez

...

44

Discurso e Texto

Formulação e Circulação
dos Sentidos

2ª EDIÇÃO

Discurso e Texto

Formulação e Circulação
dos Sentidos

Eni P. Orlandi

2ª EDIÇÃO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Orlandi, Eni Puccinelli
Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos /
Eni P. Orlandi – Campinas, SP : Pontes, 2ª edição, 2005.

Bibliografia.
ISBN 85-7113-156-2

1. Análise do discurso 2. Análise lingüística I. Título

CDD-410

Índice para catálogo sistemático:

1. Análise do discurso : lingüística 410

Pontes
2005

Copyright © 2001 Eni P. Orlandi

Coordenação editorial: Ernesto Guimarães

Capa: Eckel Wayne

Revisão: Equipe de Revisores da Pontes Editores

PONTES EDITORES

Av. Dr. Arlindo Joaquim de Lemos, 1333

13100-451 Campinas SP Brasil

Fone: (19) 3252.6011

Fax: (19) 3253.0769

ponteseditores@ponteseditores.com.br

www.ponteseditores.com.br

2005

Impresso no Brasil

*Trabalho: aquilo que é suscetível de introduzir uma
diferença significativa no campo do saber,
ao preço de um certo esforço para o autor e o leitor,
e com a eventual recompensa de um certo prazer,
isto é, de um acesso a uma outra figura da verdade.*

Michel Foucault

Jean-Claude Milner

Paul Veyne

François Wahl

Volúvel

Variança

Pedra, azulejo, faiança

Vira e borda e pinta

Água de cheiro, arruda,

Melissa

Nome de mulher ou planta

Tudo no fim

É só uma coisa:

Errância

O que há são versões

Índice

Prefácio	9
Análise de Discurso e Interpretação	19
A Escrita da Análise de Discurso	31
Os Efeitos de Leitura na Relação Discurso/Texto	59
O Estatuto do Texto na História da Reflexão sobre a Linguagem ..	73
Do Sujeito na História e no Simbólico	99
Ponto Final: Interdiscurso, Incompletude, Textualização	109
Boatos e Silêncios: Os Trajetos dos Sentidos, os Percursos do Dizer	127
Palavras ao Vento ou O Poder e o Vento	141
Divulgação Científica e Efeito Leitor: Uma Política Social Urbana	149
A Textualização Política do Discurso sobre a Terra	163
Televisão e Memória	179

A Cidade como Espaço Político-Simbólico: Textualização e Sentido Público	185
Retomando a Palavra: Um Corpo Textual?	203
Bibliografia	215

Prefácio

CORPO DO TEXTO, VIDA DA LINGUAGEM

Os processos de produção do discurso implicam três momentos igualmente relevantes:

1. Sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo;
2. Sua formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas e
3. Sua circulação que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições.

Esse livro trata mais diretamente da formulação dos discursos e de sua circulação. É na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem, que o sujeito se mostra (e se esconde). Momento de sua definição: corpo e emoções da/na linguagem. Sulcos no solo do dizer. Trilhas. Materialização da voz em sentidos, do gesto da mão em escrita, em traço, em signo. Do olhar, do trejeito, da tomada do corpo pela significação. E o inverso: os sentidos tomando corpo. Na formulação – pelo equívoco, falha da língua inscrita na história – corpo e sentido se atravessam.

Formular é dar corpo aos sentidos. E, por ser um ser simbólico, o homem constituindo-se em sujeito pela e na linguagem, que se inscreve na história para significar, tem seu corpo atado ao corpo dos sentidos. Sujeito e sentido constituindo-se ao mesmo tempo têm sua corporalidade articulada no encontro da materialidade da língua com a materialidade da história. Assim entendemos a afirmação de que há um confronto do simbólico com o político. Ora, o corpo do sujeito e o corpo da linguagem não

são transparentes. São atravessados de discursividade, isto é, de efeitos desse confronto, em processos da memória que tem sua forma e funciona ideologicamente. Não há corpo que não esteja investido de sentidos e que não seja o corpo de um sujeito que se constitui por processos de subjetivação nos quais as instituições e suas práticas são fundamentais, assim como o modo pelo qual, ideologicamente, somos interpelados em sujeitos. Dessa forma é que pensamos que o corpo do sujeito é um corpo ligado ao corpo social e isto também não lhe é transparente.

A formulação é aqui o centro de minha reflexão, não a palavra em si. Formulação que se desenha em circunstâncias particulares de atualização, nas condições em que se dá, por gestos de interpretação e através de discursos que lhe emprestam “corpo”. Aqui a noção de gesto importa na medida mesma em que nos dá acesso à questão da “corporidade” da linguagem. Pela noção de interpretação como gesto, saímos da separação entre, de um lado, as formações discursivas, a rede de filiações de sentidos e, de outro, os traços, as marcas, no texto. Pela noção de gesto¹, temos a prática simbólica como prática do corpo e que se corporifica no textual.

Ressaltamos aqui a importância da formulação. Na formulação há um investimento do corpo do sujeito presente no corpo das palavras (E. Orlandi, 1999). O momento em que o sujeito diz o que diz. Em que se assume autor. Representa-se na origem do que diz com sua responsabilidade, suas necessidades. Seus sentimentos, seus desígnios, suas expectativas, sua determinação. Pois, não esqueçamos, o sujeito é determinado pela exterioridade mas, na forma-sujeito histórica que é a do capitalismo, ele se constitui por esta ambigüidade de, ao mesmo tempo, determinar o que diz. A formulação é o lugar em que esta contradição se realiza. Ela é o acontecimento discursivo pelo qual o sujeito articula manifestamente seu dizer. Dá o contorno material ao dizer instaurando o texto. Lembrando que (E. Orlandi, 1983) o texto tanto pode ser oral ou escrito e, indo mais além, podemos estender a noção de texto às linguagens não verbais, vindo em suas relações aspectos instigantes do funcionamento do dizer.

Tenho trabalhado a distinção entre constituição e formulação, pensando a *constituição* como dimensão vertical e a *formulação* se representando em um eixo horizontal. É o que me autoriza Courtine (1982) quando diz que “uma rede de formulações consiste em um conjunto estratificado

ou desnivelado de formulações que constituem outras reformulações possíveis (...) O que chamamos a estratificação ou desnivelamento das formulações remete à dimensão vertical (ou interdiscursiva) de um [E]* como rede de formulações. É nessas redes que se estabiliza a referência dos elementos do saber: os objetos do discurso aí se formam como preconstruídos, os [E] aí se articulam”. Em seguida este autor (idem) fala do nível da formulação “isto é, uma seqüência lingüística (de dimensão sintagmática inferior, igual, ou superior a uma frase)”. Ele vai chamar esse nível, o da formulação, de dimensão intradiscursiva: “Esta horizontalização da dimensão vertical da constituição do enunciado é contemporânea da apropriação por um sujeito, ocupando um lugar determinado no seio de uma Formação Discursiva, dos elementos de saber da formação discursiva na enunciação do intradiscorso de uma seqüência discursiva, numa situação de enunciação dada” (J. Courtine *ibid*). É a dimensão vertical, a da constituição, do interdiscorso (e aí eu incluo a memória, o saber discursivo) que organiza a repetição e também provoca eventualmente como diz Courtine o apagamento, o esquecimento, e mesmo a denegação: “O interdiscorso de uma formação discursiva, como instância de formação/repetição/transformação dos elementos de saber desta formação pode ser considerado como o que regula o deslocamento de suas fronteiras”. Isto tudo pode ser resumido na perspectiva discursiva dizendo-se que o interdiscorso (constituição: dimensão vertical, estratificada) determina o intradiscorso (formulação: dimensão horizontal, eu diria, o da linearização do dizer). Todo dizer (intradiscorso, dimensão horizontal, formulação) se faz num ponto em que (se) atravessa o (do) interdiscorso (memória, dimensão vertical estratificada, constituição).

Sendo atualização da memória discursiva, a formulação se faz materialmente pela colocação do discurso em texto, pela textualização. Assim, se em outros trabalhos tratamos mais acentuadamente do plano da constituição onde joga a relação sujeito/discurso, neste vamos tratar mais diretamente da articulação autor/texto/comentário, ou seja, nossa perspectiva de reflexão é a do plano da formulação que desmarca um espaço de significação específico. Acrescentamos ainda a importância da instância da circulação onde os dizeres são como se mostram. Os trajetos dos dizeres. E isto nos interessa pois, como procuraremos mostrar, os “meios”

não são nunca neutros. Ou seja, os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam (em que meios e de que maneira: escritos em uma faixa, sussurrados como boato, documento, carta, música etc). Não há porque, na análise, privilegiar uma dessas instâncias em relação à outra. Só o fazemos por necessidade teórica ou por opção metodológica em relação a nossos procedimentos analíticos.

Se, em outros trabalhos, entrando pela via da constituição na observação do discurso, meu interesse principal estava em des-compreender a literalidade, na medida em que entram em questão a formulação e a circulação dos sentidos, impõe-se, nessa minha reflexão, a crítica à linearidade. É isso que faremos em diferentes capítulos.

Quando pensamos o texto pensamos: em sua materialidade (com sua forma, suas marcas e seus vestígios); como historicidade significativa e significada (e não como “documento” ou “ilustração”); como parte da relação mais complexa e não coincidente entre memória/discurso/texto; como unidade de análise que mostra acentuadamente a importância de se ter à disposição um dispositivo analítico, compatível com a natureza dessa unidade. Em relação a natureza desse dispositivo, gostaria de mencionar, de passagem, a diferença instalada na medida em que se distinguem as maneiras como se considera a textualidade. Embora não trabalhando a noção de texto mas a de enunciado, em uma prática analítica como a de J. Authier (1989), o que se trabalha são rupturas no fio do discurso; já em Courtine, e em muitos de meus trabalhos, o que interessa são pontos no texto onde aflora a discursividade em seu real contraditório: incompleto, lugar de tensão entre o mesmo e o diferente, dispersão do sujeito e do sentido. É isto que se manifesta materialmente no texto e é aí que incide o olhar do analista.

Embora o texto se apresente, para o analista, como uma unidade imaginária, enquanto manifestação material concreta do discurso ele se oferece como um excelente observatório do funcionamento do simbólico. Posso assim pensar a função analítica do texto como lugar do analista trabalhar, na organização (imaginária), a ordem (real) do discurso, atingindo os processos, a memória, a ideologia, pela sua forma imaginária atestada no texto. A organização do texto não expressa, dessa perspectiva teórica, concepções de mundo mas dá indícios de como o autor pratica

significações. Resta ainda dizer que a ideologia não é aqui considerada como algo punctual. Não é no segmentável (organização) que se a alcança. Ela tem uma forma de existência indelével, presente-ausente. O texto, por sua vez, é uma unidade que se impõe sobre suas partes. Não é um ponto do texto que “mostra” a ideologia. É a formulação que se coloca como uma cesura no continuum da discursividade e, ao fazê-lo, se compromete com uma versão (interpretação, formação discursiva, ideologia), como veremos nesse livro. A versão aqui significa: direção, espaço significante², recorte do processo discursivo, gesto de interpretação, identificação e reconhecimento do sujeito e do sentido. Nesse modo de pensar a relação do discurso com o texto, parte-se da variação para a unidade e não desta para aquela. A variação é que institui a textualidade, as margens.

Na tensão das relações significativas – na memória, onde o sujeito não alcança como os sentidos estão nele – faz-se sentido antes que ele faça sentido, estabelecendo-se um processo em que joga o gesto de interpretação, a formulação. É a esta que temos acesso. Para alcançar o ineditismo da produção discursiva – cada texto é um texto – é preciso não nos iludirmos com o texto enquanto unidade empírica, mas pensá-lo como unidade imaginária, fazendo intervir na reflexão, a ideologia. A singularidade para o analista de discurso é um processo; não é um estado que se atinge ou do qual se parte na análise. Tratar da questão da ideologia, ao pensar o texto dessa maneira, é criar condições teóricas, metodológicas para podermos observá-la. E observá-la é observar o funcionamento do discurso. É nesta conjuntura que entra em cena o texto. Não mais como unidade lingüística disponível, preexistente, espontânea, naturalizada, mas o texto em sua forma material, como parte de um processo pelo qual se tem acesso indireto à discursividade. É assim que entendemos o deslocamento do texto de documento a monumento. Mas não paramos aí e na medida em que nos afastamos de Foucault, não nos cabe mais falar só em monumento mas em unidade de análise, como parte do dispositivo analítico que, na análise de discurso que praticamos, faz-se na relação da interpretação com a descrição. Damos assim, pressupondo o lingüístico, um lugar para a descrição que, Foucault, enquanto filósofo, não praticava.

A Análise de Discurso permite pensar a leitura (escrita) além da interpretação (E.Orlandi, 1988, 1996): o sujeito, que interpreta, lê a partir de sua posição sujeito, o sujeito leitor crítico lê refletindo sobre sua posição sujeito, sobre as condições de produção de sua leitura, por isso ele não interpreta apenas, ele compreende, sem no entanto trabalhar sua determinação através da teoria. De sua parte, o especialista compreende porque lê mediado por um dispositivo teórico que desloca suas maneiras de fazê-lo. A partir daí, pensamos a tarefa do analista de discurso como sendo a da construção de um dispositivo que leve o sujeito à compreensão do discurso, ou seja, à elaboração de sua relação com os sentidos, desnaturalizando-os e desautomatizando a relação com a língua, consigo mesmo e com a história. Essa elaboração permitiria ao sujeito trabalhar com sua ideologia. Pois bem, tudo isso tem a ver com a textualização e o modo como o sujeito formula e/ou compreende a formulação que se realiza (materializa) no texto.

Para ilustrar o que venho dizendo tomemos um exemplo. Uma formulação como a que segue: *“Mãe, não dá para correr e comer. Depois ele descansa um pouquinho e ele come”*. Esse texto foi ouvido na rua, de passagem, numa situação em que estavam juntas mãe e filha (de mais ou menos 5 anos) e mais longe um menino, o irmão (de mais ou menos 8) que tinha amoras nas mãos e não tinha obtido permissão da mãe para guardá-las no bolso (“vai fazer sujeira!, melhor comer antes”) para correr até onde estava o pai. O menino sai correndo e sua irmãzinha produz a formulação acima.

Como sabemos, o discurso é um processo contínuo que não se esgota em uma situação particular. Outras coisas foram ditas antes e outras serão ditas depois. O que temos são sempre “pedaços”, “trajetos”, estados do processo discursivo. Nesse, que flagramos, podemos ouvir muitas coisas, se pensarmos discursivamente: na circunstância da enunciação, ou da comunicação imediata (cenário: mãe, filhos em situação de lazer); no contexto sócio-histórico (regras de família, relações familiares, obediência etc); na memória discursiva (o princípio da autoridade no conjunto das múltiplas formulações) e em seu modo de circulação: situação de conversa de rua, ocasional.

Levando em conta todos esses elementos, ressalta que a fala da menina é uma fala de solidariedade ao irmão que saiu correndo, sem ter comido as amoras (desobediência, desacato a autoridade). Ela entra com uma argumentação bem feita, sustentada pela sua experiência: não dá para comer e correr. O que ficou em suspenso foi a anterioridade de uma ou outra ação: comer antes (como a mãe disse) ou correr (como queria o irmão). É justamente aí que podemos ver a posição da irmã, justificando o irmão, portanto, argumentando a seu favor, sem perder a relação de respeito com a mãe: “depois ele come”.

Tudo isso pode ser observado a partir de uma rápida olhada em uma formulação ouvida de passagem. E é essa a relevância da formulação: sua posição privilegiada como posto de escuta, de entrada no modo de constituição do sujeito, no sentido e na história. Porque, o processo de significação não pára aí e teríamos muito a compreender além do que vimos/ouvimos de passagem nessa formulação.

Justamente no momento em que noções como as de globalização, de novas tecnologias de linguagem, de discurso eletrônico parecem tornar obsoleta a noção de texto é que proponho que se reflita sobre ela. Isso porque considero que, ao contrário do senso comum, que imagina que agora, enfim, nos libertamos do texto, a noção de texto deve ser objeto de toda nossa atenção pois é ela que está na base de todos esses desenvolvimentos. E das novas tecnologias da linguagem que são, por sua vez, novas/outras tecnologias da escrita. Saber como se elabora um texto é saber elaborar teoricamente as novas formulações que hoje se produzem. Novas formas de textualidade. Em novos contextos de realização, ou seja, como se diz em análise de discurso, novas condições de produção.

É na noção de texto que se explicita o estatuto técnico (e tecnológico) da produção da linguagem. Ou seja, a linguagem como instrumento – a dimensão pragmática da linguagem, suas tecnologias, arregimentando a própria imagem que se faz dela – tem sido levada ao seu paroxismo contemporaneamente. E a Análise de Discurso deve ser capaz de apreender isso. Por isso a no-

ção de texto é a mais apropriada pois ela é justamente uma unidade de nível imaginário, aquele em que funcionam as injunções pragmáticas. A noção de texto – seja oral, seja escrito – traz junto a de formulação, a de versões (comentário), a da variação do/no dizer. E a de autor. Todas essas noções exploraremos mais adiante.

Se olharmos através das aventuras do texto pelas diferentes conjunturas históricas, a dimensão do “virtual,” tão explorada em nosso cotidiano de usuários (ou não) dos discursos eletrônicos e para-eletrônicos, ao invés de nos surpreender, deve nos levar a compreender que a materialidade da linguagem incorpora os modos de existência do concreto nas suas diversas modalidades: formal (abstrato), empírico, virtual. Este nos coloca em confronto com o cálculo e, por aí, com o incalculável, isto é, o significante.

Em Terra à Vista (p.20), tratando da constituição do brasileiro na sua relação com o português, digo que é no espaço da diferença que o sujeito se constitui. Pois bem, hoje eu diria que, no espaço da diferença, é o virtual que se põe, atualmente, como esta diferença que constitui o sujeito em sua realidade, em sua propriedade, em sua individualidade. E aí trata-se de se pensarem os processos de subjetivação desses sujeitos, seus modos de individualização pelos mecanismos institucionais e de socialização. Em suma, trata-se de se pensarem os processos de subjetivação e a constituição da realidade desse/para esse sujeito. E aí emerge a noção de *atualização* como a mais relevante.

A formulação, como dissemos, é a atualização, a textualização da memória. Enquanto tal ela é a realização (a prática) de um possível. Para o sentido, para o sujeito, para a história. Como tratar-mos dessa prática na análise de discurso? Para começar, compreendendo como um discurso se realiza, como ele se formula, a partir de sua filiação a uma rede de memória e como ele se coloca em texto.

Tratando da formulação, que resulta de um gesto interpretativo que dá corpo à linguagem, podemos, então, dizer simplesmente que este é um livro que trata do *texto*. O texto, como tenho proposto, é a *unidade fundamental da linguagem*, quando pensamos seu funcionamen-

to, o fato de que ela faz sentido. Unidade imaginária que tem no autor sua pedra de toque, constituindo uma relação correlata com o discurso e o sujeito. Embora em outra filiação, não é demais lembrar um lingüista que colocou a necessidade de se considerar o texto como fundamental no estudo da linguagem: M.A.K. Halliday (1976). Para ele, e nisso também estamos em acordo, a vocação da linguagem é ser texto. Basta termos um ou dois elementos e “tentamos” inferir deles sua textualidade, seu sentido; procuramos construir um texto com eles, procuramos neles uma formulação. A linguagem tende para a textualidade; em minhas palavras, tende a formular-se, dar-se corpo.

De um lado, o texto – injunção de dimensionamento do discurso (relação com a linearidade) – é restrição. De outro, pela textualidade, a possibilidade mesma da formulação em suas diferentes materialidades, abre-se para as versões possíveis. Variação. Sem texto não há significação, as palavras já tendo sido texto para significarem. E é disso que vamos tratar nesse livro.

Nosso recorte teórico sendo o que delimita o campo da análise de discurso, vamos iniciar expondo o que o analista objetiva com suas próprias formulações, com seu texto.

NOTAS

- * Trata-se do Enunciado no sentido foucaultiano, que corresponde a uma posição sujeito.
1. A noção de gesto, que tenho trabalhado na relação com a interpretação e agora a estendo para a noção de corpo da linguagem, pode adquirir um estatuto analítico de maior importância ainda se o pensamos com consequência. A própria voz é um gesto e tem sua historicidade, sua singularidade. Um exemplo é ouvirmos um intérprete atual (Olívia Byington, por exemplo) cantar uma música de um outro intérprete, de outra época (Aracy de Almeida, por exemplo). Fica claro que, embora haja uma relação, a “gestualidade” da voz é outra.
 2. Para a noção de espaço, pensado em relação ao discurso e à significação, cf. E.Orlandi (1993), entre outros.

Análise de Discurso e Interpretação

PRESSUPOSTOS

Este tema foi objeto de um livro que escrevi (E. Orlandi, 1996) objetivando explicitar o lugar da interpretação na análise de discurso. Neste capítulo retomo este tema naquilo que ele tem de útil na compreensão da relação discurso/texto.

A noção de interpretação passa por evidente quando, na realidade, cada teoria lhe dá um sentido diferente de acordo com os diferentes métodos praticados.

Partirei de três pressupostos: a. não há sentido sem interpretação; b. a interpretação está presente em dois níveis: o de quem fala e o de quem analisa, e c. a finalidade do analista de discurso não é interpretar mas compreender como um texto funciona, ou seja, como um texto produz sentidos. É preciso lembrar que nesta filiação teórica não há sentido em si, o sentido sendo definido como “relação a” (Canguilhem, 1976).

Como a interpretação tem uma relação fundamental com a materialidade da linguagem, as diferentes linguagens significam diferentemente: são assim distintos gestos de interpretação que constituem a relação com o sentido nas diferentes linguagens. Aqui, limitar-nos-emos à linguagem verbal.

A incompletude é característica de todo processo de significação. A relação pensamento/linguagem/mundo permanece aberta, sendo a interpretação função dessa incompletude, incompletude que consideramos como uma qualidade e não um defeito: a falta, como temos dito em abundância, é também o lugar do possível na linguagem. É isto que chamamos “a abertura do simbólico”, à qual juntamos o fato de que a questão do sentido é uma questão que não se fecha pois é uma questão filosófica (P. Henry, 1981). Em outras pa-

lavras, o sentido é o ponto nodal em que a Lingüística tem a ver com a Filosofia e as Ciências Sociais (M. Pêcheux, 1975).

Uma conseqüência desta abertura – apesar do fantasma de um fechamento sobre um objeto total – é a dispersão inevitável das ciências humanas e sociais, pelo próprio fato de que essas ciências são afetadas necessariamente pela incompletude própria ao sujeito e à linguagem. Situando a Análise de Discurso em relação a esta dispersão e ao campo da Lingüística, em meu trabalho, a dispersão e a incompletude são tratadas nos limites moventes e tensos entre paráfrase e polissemia, os dois eixos que sustentam o funcionamento da linguagem e que constituem o movimento contínuo da significação entre a repetição e a diferença. Entretanto, como veremos mais adiante, não é porque o processo de significação é aberto que não seria regido, administrado. Ao contrário, é justamente pela abertura que há determinação: lá onde, a língua, passível de jogo (ou afetada pelo equívoco) se inscreve na história para que haja sentido. O que chamamos discursividade é justamente a inscrição dos efeitos da língua na história (cf. abaixo a definição de discursividade por M. Pêcheux). É neste sentido que a análise de discurso trabalha a relação da língua com sua exterioridade. Estas considerações preparam o deslocamento do modo como foi tratada a ideologia, e a questão da interpretação, tal como a concebemos, trabalha este deslocamento.

A QUESTÃO

A Análise de Discurso francesa, que tem sua origem nos anos 60, surge em um contexto intelectual afetado por duas rupturas. De um lado, com o progresso da Lingüística, era possível não mais considerar o sentido apenas como conteúdo. Isto permitia à análise de discurso não visar *o que* o texto quer dizer (posição tradicional da análise de conteúdo face a um texto) mas *como* um texto funciona. De outro, nesses mesmos anos, há um deslocamento no modo como os intelectuais encaram a “leitura”. Este fato pode ser pensado a partir de trabalhos como os de Althusser (Ler Marx), de Lacan (a leitura de Freud), de Foucault (a Arque-

ologia), de Barthes (a relação leitura/escritura). Há o que designo como suspensão da noção de interpretação. A leitura aparece não mais como simples decodificação mas como a construção de um dispositivo teórico. Pensando-se em termos de arquivo, eu diria que a ciência também passa a pensar (a construir) seus arquivos, suas maneiras de ler. A noção de “dispositivo” tem, para mim, um sentido preciso que leva em conta a materialidade da linguagem, isto é, sua não-transparência e coloca a necessidade de construir um artefato para ter acesso a ela, para trabalhar sua espessura semântica – lingüística e histórica – em uma palavra, sua discursividade. Reconhece-se a impossibilidade de se ter acesso a um sentido escondido em algum lugar atrás do texto. A questão do sentido torna-se a questão da própria materialidade do texto, de seu funcionamento, de sua historicidade, dos mecanismos dos processos de significação. A Análise de Discurso é a disciplina que vem ocupar o lugar dessa necessidade teórica, trabalhando a opacidade do texto e vendo nesta opacidade a presença do político, do simbólico, do ideológico, o próprio fato do funcionamento da linguagem: a inscrição da língua na história para que ela signifique. A idéia de funcionamento supõe a relação estrutura/acontecimento (M. Pêcheux, 1988), articulação do que é da ordem da língua e do que deriva de sua historicidade, relação entre o que, em linguagem, é considerado estável com o que é sujeito a equívoco.

A análise de discurso ocupa assim esse lugar em que se reconhece a impossibilidade de um acesso direto ao sentido e que tem como característica considerar a interpretação como objeto de reflexão. Ela se apresenta como uma *teoria da interpretação* no sentido forte. Isto significa que a análise de discurso coloca a questão da interpretação, ou melhor, a interpretação é posta em questão pela análise de discurso. Assim como os sentidos são uma questão aberta (não temos acesso ao sentido enquanto tal, e, além disso, ele não se fecha pois nesta filiação teórica não há sentido em si) do mesmo modo, penso, a interpretação não se fecha. Temos a ilusão de seu fechamento quando em realidade

estamos nos efeitos dessa ilusão. Neste sentido, a questão da interpretação é uma questão datada. Não a encontramos como tal no século XVII, nem mesmo no século XVIII. E, sem dúvida, o desenvolvimento da Lingüística e da Psicanálise contribuíram para seu questionamento. O que faz efetivamente a Análise de Discurso: ela interroga a interpretação.

A RELAÇÃO INTERPRETAÇÃO / IDEOLOGIA

Esta forma de considerar a interpretação me permitiu deslocar a noção de ideologia de uma formulação sociológica para uma formulação discursiva.

Frente a não importa que objeto simbólico, o sujeito não pode não significar/fazer significar: ele é levado a dizer o que “isto” quer dizer. Há assim injunção à interpretação. Há, neste fato, o que tenho chamado ilusão de conteúdo, apagamento da construção discursiva do referente. Trata-se da redução do sentido a um conteúdo, sendo que esta redução é parte da ilusão referencial, produção do efeito de evidência. É aí que reside um dos mecanismos ideológicos importantes. Na realidade, não há um sentido (conteúdo), só há funcionamento da linguagem. No funcionamento da linguagem, como veremos, o seu sujeito é constituído por gestos de interpretação que concernem sua posição. O sujeito é a interpretação. Fazendo significar, ele significa¹. É pela interpretação que o sujeito se submete à ideologia, ao efeito da literalidade, à ilusão do conteúdo, à construção da evidência dos sentidos, à impressão do sentido já-lá. A ideologia se caracteriza assim pela fixação de um conteúdo, pela impressão do sentido literal, pelo apagamento da materialidade da linguagem e da história, pela estruturação ideológica da subjetividade.

Na medida em que a análise de discurso trabalha o efeito ideológico, ela toma posição face a um conjunto de questões colocadas em relação à significação e à história. Na construção de seu dispositivo, ela teoriza sobre o fato da interpretação². Nesse sentido, ela se constitui, como tenho afirmado (E. Orlandi, 1996), como uma anti-hermenêutica.

A TEORIA E O DISPOSITIVO ANALÍTICO

O objetivo da análise de discurso é descrever o funcionamento do texto. Em outras palavras, sua finalidade é explicitar como um texto produz sentido. Em seu trabalho, o analista de discurso deve *mostrar* os mecanismos dos processos de significação que presidem a textualização da discursividade. Há necessidade, na análise de discurso, de uma passagem da noção de “função” à de “funcionamento” (sendo que esta nos permite encontrar as regularidades) e da construção de um dispositivo analítico baseado na noção de efeito metafórico.

A noção de funcionamento discursivo permite que o analista possa trabalhar não somente com o que as partes significam mas com as regras que tornam possível qualquer parte (M. Pêcheux, 1969). A definição de efeito metafórico situa a questão do funcionamento face à articulação entre língua e discurso. O efeito metafórico (M. Pêcheux, *idem*) é o fenômeno semântico – a deriva – produzido por uma substituição contextual, observando-se que este deslizamento de sentido entre x e y é constitutivo do sentido designado por x e y. Como esse efeito é uma característica das línguas naturais por oposição aos códigos e às línguas artificiais, nós podemos considerar que não há sentido sem esta possibilidade de deslizamento, logo sem interpretação. Isto nos permite colocar a interpretação como constitutiva da língua (sistema sintático intrinsecamente passível de jogo), ou melhor, isto nos autoriza a dizer que a língua dá lugar à interpretação.

Em conseqüência, toda descrição está exposta ao equívoco da língua, equívoco segundo o qual “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (M. Pêcheux, 1988). Salvo se há interdição explícita da interpretação. A metáfora definida como transferência (Pêcheux, 1975, inspirado nos escritos de Lacan) é assim constitutiva do sentido.

Na figura que segue, representamos os deslizamentos de sentidos que estabelecem a relação da língua com o que tenho designado como historicidade:

Vote sem medo	a,b,c
Vote com coragem	↓ ↓
	a,d,e
Opte com coragem	↓
	f,d,e

O ponto de partida (a,b,c) e o de chegada (f,d,e), por deslizamentos de próximo em próximo, tornam-se completamente diferentes. Entretanto, há algo de “mesmo” nesse “diferente”; pelo processo de produção dos sentidos, necessariamente sujeito a deslizamentos, há sempre um “outro” possível que constitui o mesmo (os efeitos do deslocamento de sentido de *a* para *f* faz parte de *f* e de *a* também). Dito de outra maneira, o mesmo também é produto da historicidade, já é parte do efeito metafórico. A historicidade aí está justamente representada pelos deslizamentos (nas relações de paráfrase) que instalam o dizer no jogo das diferentes formações discursivas, presença de uma ausência necessária, relação incontornável com a alteridade. Falamos a mesma língua mas falamos diferente. Este deslizamento, a metáfora, própria da ordem simbólica, é o lugar da interpretação, da ideologia, da historicidade. É assim a língua pensada em sua relação com o discurso: “Como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo e a discursividade como inscrição dos efeitos lingüísticos materiais na história” (M. Pêcheux, 1982).

De fato, está aí o que podemos considerar como efeito metafórico em sua relação ao dispositivo teórico da análise. M. Pêcheux (1988) diz: “Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é pois lingüisticamente descritível como uma série léxico-sintaticamente determinada de pontos de deriva possíveis (para mim, deslizamentos, efeitos metafóricos) oferecendo lugar à interpretação. É neste espaço que pretende trabalhar a análise de discurso”.

Eu diria que é neste lugar – sítio em que se produz o deslizamento de sentido enquanto efeito metafórico pelo qual língua e história se ligam no equívoco (materialmente determinado) – que se define o trabalho ideológico, em outras palavras, o trabalho da interpretação³. Como este efeito, ao mesmo tempo que constitui o sentido constitui o sujeito, podemos dizer que a metáfora (e a interpretação) também está

na base da constituição do sujeito (nesta perspectiva do histórico, do equívoco, da relação língua/discurso).

O equívoco nos remete ao modo de funcionamento da ideologia: o que está presente por sua ausência necessária. O equívoco é estruturante e não de conteúdo. Todas essas características do sujeito e do sentido, funcionando ideologicamente, devem ser tomadas em conta pelo dispositivo do analista. De tal modo que o apagamento das evidências produzido pelo dispositivo sobre o olhar leitor (a exposição do olhar leitor à opacidade do texto) trabalha a interpretação enquanto exposição do sujeito à historicidade (ao equívoco, à ideologia) em sua relação com o simbólico.

Segue-se que a construção desse dispositivo muda (desloca) a posição do sujeito para outra posição enquanto lugar construído pelo analista. Este deslocamento – posição do sujeito/posição do analista – mostra o jogo da alteridade presente na prática do analista, isto é, a leitura outra que ele pode produzir com seu dispositivo. Esta leitura trabalha o efeito de objetividade (a construção discursiva do referente, o efeito de evidência), a espessura semântica do texto, sua materialidade, levando em conta a falta, o deslize, o equívoco, a ideologia. Este deslocamento, por sua vez, mostra um outro: no modo como proponho, a interpretação, que é normalmente levada em conta só em relação ao método, começa a ser considerada no próprio objeto, pois o trabalho do analista deve levar em conta o movimento da interpretação inscrita na relação do próprio sujeito com o discurso. O trabalho do analista é em grande parte o de situar (compreender) – e não apenas refletir – o gesto de interpretação do sujeito e expor seus efeitos de sentido.

Os gestos são atos ao nível simbólico, diz M. Pêcheux (1969), e cita como exemplo assoviar em uma reunião, atirar bombas em uma assembléia etc. Quando falo em gestos de interpretação – aproximando a noção de interpretação e de gesto – estou considerando a interpretação como uma prática simbólica, uma prática discursiva que intervém no mundo, que intervém no real do sentido. Estou assim estendendo a noção de gesto para outros aspectos da prática simbólica, não considerados por M. Pêcheux.

O LEITOR E O ANALISTA: IDEOLOGIA E TEORIA

O gesto do analista é determinado pelo dispositivo teórico enquanto o gesto do sujeito é determinado por um dispositivo ideológico (E. Orlandi, 1996). O sujeito funciona no ordinário do dizer sob o efeito do apagamento da alteridade (exterioridade, historicidade), com a ilusão do sentido-lá, de sua evidência. A posição construída pelo analista visa não refletir essa ilusão mas ao contrário trabalhá-la, levar em conta a questão da alteridade, tornando visível o modo como a ideologia opera.

Espera-se do dispositivo teórico que ele produza um deslocamento que permita que o analista trabalhe as fronteiras das diferentes formações discursivas. Não supomos por isto uma sua posição neutra em relação aos sentidos. Ele está sempre afetado pelo jogo da interpretação e seu dispositivo teórico marca uma posição em relação a outras (por exemplo, a do hermenauta). Entretanto, este dispositivo torna possível um deslocamento que trabalha a opacidade da linguagem, sua não-evidência e relativiza assim a relação do sujeito com a interpretação.

Pelo processo de identificação, sabemos que o sujeito se inscreve em uma formação pela qual suas palavras têm um sentido sob um modo que lhe aparece como natural, como sendo o sentido-lá, transparente. Ele não reconhece o movimento da interpretação, ao contrário, ele se reconhece nele (ele se identifica ao sentido, sempre já-lá). É, no entanto, a possibilidade de contemplar (seguir) o movimento da interpretação, a possibilidade de compreendê-la que caracteriza a posição do analista. Em uma posição que está no entremeio, entre descrição e interpretação, ele pode tornar visíveis as relações entre diferentes sentidos. Assim, ficamos sensíveis ao fato de que a descrição está exposta ao equívoco e o sentido é suscetível de tornar-se outro.

Com efeito, a análise de discurso à qual me filio elabora seu dispositivo ligando essas questões da deriva – do deslizamento, do efeito metafórico – à ordem da própria língua, ordem sujeita à falha. Sem esquecer, como diz M. Pêcheux (1988), que não se trata de pensar o outro apenas linguageiro mas o outro nas sociedades e na história. Porque é em referência à sociedade e à história que pode haver aí ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é este o sentido do social

não nos reduzindo a meros animais em interação mas a sujeitos históricos constituídos pelo simbólico.

A língua – para a análise de discurso – não se reduz ao jogo significantemente abstrato. Para significar, insistimos, a língua se inscreve na história. A descrição não é um cálculo de deslocamentos na rede da filiação de sentidos, ela abre sobre a interpretação. Há um trabalho do sentido sobre o sentido: estar na língua com os gestos de interpretação significa ser trabalhado pela língua numa perspectiva discursiva na qual a língua faz sentido, em que ela é afetada pela história, perspectiva em que não separamos de modo rígido estrutura e acontecimento.

Os gestos de interpretação são carregados de uma relação da língua com/sobre a língua – interpretar é dizer o dito – que entretanto aparece como o grau zero do dizer, ilusão de uma relação direta das palavras com as coisas. Por outro lado, a interpretação não abre sobre não importa o quê: “a descrição de um enunciado ou de uma seqüência coloca necessariamente em jogo (...) o discurso outro como espaço virtual de leitura deste enunciado ou desta seqüência” (M. Pêcheux, *idem*). Nossas palavras falam com (outras) palavras.

Não nos propomos um procedimento de análise estrutural do texto em seus pontos de fechamento e de deriva mas nosso objetivo é mostrar a relação da posição do analista com os gestos de interpretação do sujeito, descrevendo montagens discursivas, apontando momentos de interpretação “enquanto atos que surgem como tomadas de posição reconhecidas como tais, em outras palavras, como efeitos de identificação assumidos e não negados” (M. Pêcheux, *ibid.*). Eu diria, enquanto gestos que se estruturam aquém e além do sujeito mas que o tomam como seu lugar próprio.

Mesmo se a finalidade primeira é descrever, penso que o trabalho do analista de discurso não se limita à descrição. Mesmo porque a descrição tem que ser interpretada. Melhor dizer então que sua finalidade não é descrever nem interpretar mas compreender – isto é, explicitar – os processos de significação que trabalham o texto; compreender como o texto produz sentidos através de seus mecanismos de funcionamento (E. Orlandi, 1988). Podemos ir além: o analista procura determinar que gestos de interpretação trabalham a discursividade que é objeto de sua compreensão.

Ele procura distinguir quais gestos de interpretação estão na base da produção de sentidos de um texto. Como os sentidos e os sujeitos com suas posições se constituem ao mesmo tempo, o analista busca assim compreender os gestos de interpretação constitutivos dos sentidos e dos sujeitos.

O dispositivo ideológico de interpretação do sujeito vem carregado de uma memória (uma filiação nas redes de sentidos – o interdiscurso) que, entretanto, aparece negada como se o sentido surgisse lá. Isto porque a memória discursiva (o interdiscurso) se estrutura pelo esquecimento: esquecemos como os sentidos se formam de tal modo que eles aparecem como surgindo em nós. Este dispositivo ideológico da interpretação funciona no espaço da relação linguagem/mundo. Os sujeitos são submetidos ao acaso e ao jogo mas também à memória e à regra. Face à imprevisibilidade da relação do sujeito aos sentidos, toda formação social tem formas de controle da interpretação institucionalmente (mais ou menos) desenvolvidas que são historicamente determinadas.

Há, pois, duas necessidades que regem essas relações: a. de um lado, a necessidade que tem todo sujeito de dominar sua relação com o não-sentido, de ter um mundo “semanticamente normal”, diria M. Pêcheux (1988); b. de outro, a necessidade de toda sociedade de administrar essa relação do sujeito com os sentidos por uma divisão social do trabalho da leitura (M. Pêcheux, 1982).

Há uma primeira divisão que separa o literal do que está sujeito à interpretação. Esta divisão faz eco sobre duas outras: a. há aqueles que têm direito à interpretação e aqueles que não têm; e b. há textos considerados instáveis (sujeitos a equívoco) quanto aos sentidos e há aqueles que são tidos como estáveis (onde haveria interdição à interpretação). Esta divisão separa o literário do científico. Essas divisões correspondem a formas de administração dos sentidos abundantemente praticadas nas/pelas instituições: distribuídas pelas diferentes posições dos sujeitos (pai, professor, líder sindical, patrão, líder de partido político etc), pelas diferentes instituições (Igreja, Escola, Empresa, Partido etc), pela enorme produção de textos (regulamentos, constituições, filipetas, livros, programas de partido etc). Os sentidos – sempre aí em seu movimento de produzir rupturas, acontecimentos – não estão no entanto jamais soltos (desligados, livres), eles são administrados (geridos).

O analista não pode – não deve – ser indiferente a todos esses aspectos do funcionamento da interpretação. A vantagem de trabalhar com um dispositivo teórico como o da análise de discurso é que levamos em conta a linguagem enquanto estrutura e acontecimento e em conseqüência podemos trabalhar com esses aspectos que tocam a ordem, a regra, mas também o acaso, o equívoco, a forma histórica da significação na compreensão de cada gesto da interpretação. Deste modo, fazendo intervir o discurso, evitamos a pretensão de chegar à verdade do sentido estando entretanto sempre atentos a suas diferenças, a seus movimentos.

NOTAS

1. A primeira versão desse texto, em francês, foi apresentada no Seminário dirigido por S. Auroux na Universidade de Paris VII, em 1996. Agradeço vivamente a leitura da versão francesa por J. C. Chevalier. Essa relação dupla (significar/fazer significar) que teve que ser explicitada em francês, já que em português as duas se mantêm na palavra “significar”, foi acompanhada de uma discussão muito produtiva. Segundo Chevalier, o interesse dessa relação (significar/fazer significar), tal como a proponho, está no fato de que ela coloca o desdobramento da operação de significação.
2. Interpretamos a afirmação segundo a qual “ideologia e inconsciente estão materialmente ligados” de M. Pêcheux (1975) como uma definição que situa a *língua* como lugar material dessa ligação (E. Orlandi, 1993). Isto mostra o estatuto dessa relação mas, para mim, isto significa sobretudo que o inconsciente e a ideologia se materializam na língua mas um não absorve o outro. Dada minha filiação à análise de discurso, trabalho diretamente com a relação da língua com o interdiscurso, relação característica do trabalho analítico sobre o sujeito discursivo e a ideologia. Por outro lado, pressuponho, mas não trabalho diretamente, a relação da língua com a *alíngua*, relação característica trabalhada pela análise do sujeito e do inconsciente. O que é preciso, talvez, acentuar é que a ideologia é estrutura/função (tal como o inconsciente).
3. Estando, eu mesma, submetida à relação entre o mesmo e o diferente, gostaria de situar aqui as menções que faço à análise de discurso francesa e aos textos fundadores de M. Pêcheux. Minha leitura é o produto dos gestos de interpretação sobre os textos citados em uma história de produção do saber e de leitura diferente daquela efetuada na França nos anos 70/80 e mesmo hoje, o que me permitiu guardar os princípios que configuram um mesmo campo teórico, elaborando ao mesmo tempo deslocamentos através de uma prática teórica e analítica outra, atestação do trabalho da interpretação na língua e na história, no caso, na ciência.

A Escrita da Análise de Discurso

Falar da escrita da Análise de Discurso¹, pensando o campo das ciências humanas e sociais, é praticar ainda o exercício do entremeio (E. Orlandi, 1996), agora em relação à metalinguagem: sem estar no domínio dos formalismos, deslocamo-nos para um espaço que não é o do senso-comum. No exercício do entremeio, para praticar uma escrita que se inscreve na ordem do conhecimento sobre a linguagem, no domínio da Análise de Discurso, é preciso saber ligar, como dissemos, sem confundi-las, descrição e interpretação.

Penso que já há, no tema “Escrita da Análise de Discurso”, uma ambigüidade que faz parte dessa nossa reflexão: trata-se de pensar, de um lado, a escrita na produção teórica da Análise de Discurso – distinguindo-a da lingüística formal, das teorias da enunciação, da pragmática, da psicanálise, da sociolingüística etc – e, de outro, a escrita que formula a própria análise e seus resultados, trabalhando o seu efeito-leitor, ou seja, a maneira como a análise é lida, funcionando em seu leitor, expondo-o à textualização do discurso (em sua espessura semântica, sua materialidade lingüístico-histórica) que é objeto de observação do analista.

De todo modo, seja de um lado ou de outro, essa escrita não pode elidir algo que é fundamental: o fato de que a relação entre sujeito, linguagem e história², que é a constante da Análise de Discurso, produz uma injunção na escrita do analista. Esta escrita deve-se fazer de tal forma que se possam elaborar a presença e o estatuto do que é ideologia, tornando visível o confronto do simbólico com o político. Essas, penso, são as exigências de base. E elas afirmam um princípio da Análise de Discurso: a linguagem não é transparente.

Se são essas as exigências, eu diria, internas à própria Análise de Discurso, há uma exigência externa que não pode ser ignorada: essa escrita, essa formulação, deve decidir o “dilema” que é posto em seu campo desde os mais remotos rudimentos do conhecimento que poderíamos chamar retroativamente de discursivo: essa formulação, essa escrita, no caso da Análise de Discurso, a constitui como uma *tékhné* (ciência) ou como uma *empeiria* (saber prático)? Se, em seus inícios, essa fosse talvez uma questão, hoje, seu desenvolvimento e sua prática permitem que se possa afirmar sem hesitações que se trata de uma ciência que, procedendo a uma passagem da noção de função para a de funcionamento, e pela instituição de procedimentos analíticos que permitem uma ruptura na relação entre a prática e a teoria, estabelece seu objeto próprio – o discurso – sua unidade de análise (o texto), com pressupostos teóricos que delimitam um campo disciplinar e em relação ao qual seus resultados fazem sentido. O estabelecimento desse objeto produz conseqüências sobre o conhecimento no domínio das ciências humanas, apresentando-se aí como um instrumento de descoberta e, mesmo, de deslocamento de limites de seu campo (E. Orlandi, 1996). Por outro lado, e não menos importante, produz conseqüências no campo da Linguística. Trataremos mais extensamente dessa questão no terceiro capítulo.

Do ponto de vista metodológico, demarcando-se da Hermenêutica e da Análise de Conteúdo, de um lado, e da análise Linguística estrita de outro, a escrita da Análise de Discurso enfrenta o árduo embate com a interpretação. Tenho explicitado essa posição dizendo que a Análise de Discurso trabalha (n)os limites da interpretação. Mais fundamente, e este é um ganho particular de minha reflexão, separando (e articulando) o que é Dispositivo Teórico e o que é Dispositivo Analítico da interpretação, posso afirmar que a Análise de Discurso não interpreta os textos que analisa mas sim os resultados da análise de que esses textos constituem o corpus. Voltarei a esse ponto mais à frente. Nesse passo, resumiria isso dizendo que a escrita da análise de discurso deve conduzir o pesquisador de linguagem a flagrar a constituição do gesto de interpretação em sua materialidade, no texto, no momento em que o sentido faz sentido. O analista parte da análise das formulações e sua escrita deve

tornar visível a forma da análise no batimento contínuo do seu próprio gesto de analista entre descrição e interpretação (M. Pêcheux, 1981) o que deve levar o estudioso da linguagem a compreender os gestos que configuram as formulações no texto. O analista tem, pois, como objeto de observação o texto e como objetivo da análise a sua compreensão enquanto discurso. Ele vai então, com sua escrita, tornar possível essa compreensão.

Um deslocamento, que acompanha este, diz respeito à própria noção de forma – no caso forma material – que tenho feito deslizar da linguística (onde a materialidade identifica-se com a forma linguística, a norma etc) para o discurso, em que a noção de materialidade ganha outros sentidos, advindos da noção de real concreto na filiação materialista. A maneira como defino forma material (linguístico-histórica) desloca a análise da filiação positivista para a materialista.

Filiação materialista elaborada no entanto em relação ao que eu chamaria de “doença infantil” da análise de discurso que recebeu, na época (anos 80), a crítica incisiva de J. J. Courtine (1982). Essa crítica dirigia-se ao que eu designaria como a ilusão do mestre escola e do operário militante que, juntos, produziam uma ilusão política no quadro das preocupações e objetivos da análise de discurso.

Eu resumiria essa questão dizendo que a análise de discurso aparecia, então, como uma prática de leitura de textos políticos amparando-se na montagem de dispositivos linguísticos visando superar uma incapacidade localizada, a dos leitores de discursos políticos. Ela funcionaria como uma “prótese linguística posta a serviço de uma pedagogia da verdade” (J.J.Courtine, *ibid*). Nesse sentido ela não é só uma aparelhagem teórica mas, no intuito de fazer uma leitura “não subjetiva”, define-se como uma política reformista ancorada na pedagogia. Trata-se de uma ilusão pedagoga, digamos, que instaura uma divisão, na leitura da verdade, entre “educadores (o partido que vê) e educandos (as massas que ainda não vêem). E de uma palavra de ordem reiterada: é preciso ensinar a ler o real sob a superfície opaca, ambígua e plural do texto” (J.J.Courtine, *ibid*). O objetivo seria a “conscientização” ou seja uma “montagem ortopédica” a cargo do mestre escola e do operário militante. No entanto, já nesta época, M. Pêcheux não embarcou nesta ilusão.

Como sabemos, ele não propõe a transparência mas a opacidade: “expor o olhar leitor à opacidade do texto” (1981). Além disso, a preocupação em trabalhar o “fio do discurso e analisar a linearidade da cadeia a partir de uma pluralidade de funcionamentos (reformulações parafrásticas, ganchos enunciativos, modos de encadeamento do texto...)” (J.J. Courtine *ibid*) observando as maneiras de ler e o lugar do sujeito leitor levam a análise de discurso a não ficar nesta posição que M. Pêcheux denomina “a imbecilidade dos nativos da política” (1981^a), que eu poderia traduzir também por “a imbecilidade dos militantes”.

São esses os “tropeços” em que incorre a análise de discurso quando posta em prática em uma difícil conjuntura teórica que alia Marxismo, Psicanálise e Linguística e começa a ser parte das disciplinas acadêmicas. Penso ter evitado esses “tropeços” porque, em minha escrita, não privilegio o Discurso Político, aceito a contradição e, sendo lingüista de origem, não pensei a lingüística como um instrumental ortopédico, uma montagem para “aplicar” a problemas sociais. Pensei, desde o início, a língua em sua própria ordem (E. Orlandi, 1970), como sistema significante sujeito a falha, inscrevendo-se na história para significar, na produção necessária do equívoco. Trabalho a relação língua/discurso como a que existe entre a condição material de base e o processo. Mais do que isso, interessa-me, na ordem do significante, a relação língua/discurso/texto. Tampouco privilegiei um dos lados (o do enunciador ou o do leitor) mas a relação entre eles. E, sobretudo, trabalho o fato da *interpretação*, observando seus limites, nos seus limites, aliando interpretação e ideologia, considerando o político enquanto relações de força que se simbolizam, ou em outras palavras, o político reside no fato de que os sentidos têm direções determinadas pela forma da organização social que se impõem a um indivíduo ideologicamente interpelado. E, por fim, não recuso o fato de que a Análise de Discurso é uma disciplina da interpretação (e não uma ciência natural).

Em suma, eu diria que o que Courtine (*ibid.*) critica, com razão, é a redução da análise de discurso a uma prática de leitura de textos políticos e o que ele propõe é que, para se ir além disso, deve-se praticar a análise de discurso como um dispositivo que permite analisar a *textualização do político* o que já é um passo importante na

compreensão da relação entre o simbólico e as relações de poder (e não mais a maquinaria lingüística e os textos políticos).

De minha parte, e indo mais além, procuro trabalhar não só a textualização do político mas a política da língua que se materializa no corpo do texto, ou seja, na formulação, por gestos de interpretação que tomam forma na textualização do discurso. Interessam-me a determinação histórica dos processos de significação, os processos de subjetivação, os processos de identificação e de individualização dos sujeitos e de constituição de sentidos, assim como sua formulação e circulação. Isso muda o sentido do político. Veremos mais à frente como as conseqüências dessa postura não é a de estabelecer “uma prótese lingüística posta a serviço da verdade” já que esta, na análise de discurso que pratico, não se (pre)vê, não se calcula. Procuro sair do militantismo pedagógico que se dá no confronto de, por um lado, a prática da leitura do texto político tendo, no outro lado, a prática de uma política de leitura. Meu objetivo é a análise da prática política da produção do sentido em que não visio a passagem da opacidade para a transparência no exercício das diferentes possibilidades de significar mas procuro, com a análise, livrar o leitor à sua história de significação. Isso tudo porque quando penso a formulação na perspectiva discursiva, a idéia de funcionamento faz ver dinamicamente a língua como condição material de base (sujeita à falha) dos processos discursivos, produzindo (-se no) equívoco. Isto é: visio a significação compreendendo-a enquanto prática ideológica (interpretativa).

No entanto, e isso é preciso ser dito, ao tomar essa posição na análise de discurso, não estou deixando de tomar uma posição política. Ou seja, quando escolho a análise de discurso e não a hermenêutica ou a análise de conteúdo, comprometo-me com uma posição marcada na história da ciência e em relação ao como trabalho com a linguagem. O que recuso é a arrogância da posição que pensa poder, porque compreende melhor a linguagem, mudar o mundo pela sua vontade, pela onipotência de sua “consciência”. Onipotência presente muitas vezes no gramático (porque, por posição, desconhece o político) e nas sócio-pragmáticas assistencialistas (porque pensam poder, ao considerar o político, dominá-lo). A análise de discurso que se filia aos trabalhos de M.

Pêcheux não se coloca adjetivos (análise “lingüística” do discurso, análise “crítica” do discurso etc) porque suas noções e procedimentos são a sua definição. Não se define o alcance político de uma teoria pelas “intenções” (dar consciência aos que não têm (?)), ou pelos “exemplos” (o menino do nordeste passa fome), ou pelas declarações políticas feitas na mídia (ao estilo chomskiano), mas pelo próprio solo teórico que ela constrói. Consideramos o político, pois, como básico na teoria. Não proponho uma produção que, depois, se aplique para corrigir “deficits”, “resgatar” identidades, “formar” consciências etc.: a meu ver, com a análise de discurso à qual me filio, tem-se uma prática de conhecimento que se faz politicamente referida e sócio-historicamente sustentada. Não me coloco na perspectiva do “politicamente correto”, em ciência, mas do politicamente explícito: exponho e sustento a filiação teórica que me identifica no campo das ciências e das tecnologias, em suas políticas. A teoria é política. E a análise de discurso que se filia à M. Pêcheux “sabe” disso. Essa é uma das razões pelas quais a pratico.

FALANDO CIÊNCIA EM PRIMEIRA PESSOA: A RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Acentuo, agora, minha fala em primeira pessoa, pois estarei falando de minha prática como analista de discurso, para falar como a escrita da Análise de Discurso, no âmbito teórico, já é em si um lugar de desterritorialização. Eu diria que, em minha autoria na Análise de Discurso, a minha escrita remete a Pêcheux, mas não fala do lugar de Pêcheux. E este é um ponto fundamental da relação do sujeito com “suas” formulações, quando se trata da análise de discurso.

Como já afirmei em diferentes ocasiões, a Análise de Discurso não acumula teoricamente, ao estilo das ciências positivas. Ela reinscreve as questões no âmbito mesmo da definição de seu objeto a cada movimento das diferentes práticas analíticas. Esse não sedentarismo da Análise de Discurso (E. Orlandi, 1983) já está, eu diria preside, mesmo, a escrita da Análise de Discurso no seu domínio teórico. Daí o deslocamento contínuo em sua maneira de dizer, ao longo de seu desenvolvimento, a relação sujeito/linguagem/história, por exemplo.

Nessa possibilidade de movimento está previsto o desenvolvimento da teoria em função de uma prática que se historiciza com suas particularidades, prática esta investida no/pelo trabalho da história da ciência. Estabelece-se assim o diálogo do analista de discurso com a produção sobre o conhecimento da linguagem dimensionando a teoria do discurso. Esta se estabelece tendo como objetivo a determinação histórica dos processos de significação. O analista situa a teoria na relação com as outras ciências em geral, com as teorias da linguagem, em particular, e com a própria análise de discurso em seu estado de então, ou seja, daquele em que o especialista realiza seu trabalho analítico. Por seu lado, a elaboração teórica dessa circunstância teórico-analítica pode ou não ser feita pelo analista. E, em geral, não é feita. Ou seja, para que isto se dê é preciso que o analista se coloque não apenas no campo teórico específico à Análise de Discurso mas, pelo menos, no entremeio das teorias da linguagem em geral. Entremeio em que me coloco. E este é um limite da escrita da análise de discurso no que diz respeito à sua relação com a própria teoria. Quanto a este aspecto, é preciso observar que há analistas de discurso que permanecem nos limites da teoria sem, entretanto, deixarem de trazer, a nível da análise, elementos fundamentais para uma nova compreensão dos sentidos. E há também os que trabalham a consistência da relação da análise com a teoria sem produzir gestos teóricos que atinjam a teoria em seus possíveis deslocamentos, interessando-se todavia pela escrita da análise. Há sutis diferenças entre essas formas de praticar a análise de discurso.

Antecipando aqui minha exposição sobre a relação da Análise de Discurso com o formalismo – a escrita como cálculo de que deriva também a escrita de outros domínios teóricos complementares como o da sociolinguística e a pragmática, que reintroduzem o sujeito e a situação na análise sem deixarem de ser decorrências do formalismo, definindo-se assim como acréscimos (como “extensões teóricas” como digo em sala de aula) – eu diria que, no formalismo, a escrita (o cálculo) da ciência retira de si o sujeito do conhecimento, enquanto na escrita da Análise de Discurso ele é parte da escrita. Breve: penso que teorias como a sociolinguística e a pragmática consideram o sujeito e a situação em seu objeto mas praticam

uma escrita de objetividade, “resguardando-se” pelo exercício de uma forte restrição metalingüística, externa e heterogênea a seu campo, não procedendo assim a um corte disciplinar de um novo objeto como o faz a análise de discurso na relação língua/linguagem/discurso. Ao fazê-lo, a análise de discurso produz uma forma de conhecimento em que sua escrita não é esvaziada desse sujeito do conhecimento, ele faz parte dela.

Em meu trabalho, na relação com a Análise de Discurso na figura de seu fundador, M. Pêcheux, e de toda uma equipe que sustentou a construção da Análise de Discurso – penso aqui em P. Henry, M. Plon, D. Maldidier (e J. Guilhaumou), J.M. Marandin, C. Fuchs, J.J. Courtine, J. Authier, R. Robin, F. Gadet, L. Guespin, Gardin, J. Léon, C. Normand, L. Courdresses, A. Grésillon, F. Mazière, A. Collinot e D. Maingueneau – tenho praticado o estabelecimento de uma escrita teórica que faça parte do próprio deslocamento produzido pela análise de discurso tendo em vista a maneira como a ciência da linguagem se desenvolve no Brasil.

Nesses desenvolvimentos posso colocar algumas de minhas contribuições/construções teóricas que aponto como deslocamentos produtivos: a tensa relação, que sustento desde o início, entre *paráfrase* e *polissemia* (que me evitou o risco de trabalhar com o fechamento das formações discursivas); a noção de *recorte* que desloca o analista da operação de “segmentação” (ancilar à linearidade); a afirmação da *incompletude* do sujeito e do sentido que me permitiu acolher a noção de alteridade e de falha; a noção de *identidade* como *movimento* na história aliada à idéia de que o próprio da significação é o movimento; o corte na relação entre *Sujeito e Autor* e *Discurso e Texto* que desloquei da relação com Foucault o que me permitiu trabalhar com o imaginário constitutivo da relação sujeito/autor e mostrar aspectos do que chamei então *heterogeneidade do texto* – diferentes posições-sujeito no mesmo espaço textual, correspondentes a diferentes formações discursivas que recortam o texto e que não se confunde com o que J. Authier chama de heterogeneidade enunciativa³; o estabelecimento de um estatuto analítico particular para a noção de *forma material* (ao lado da forma abstrata e da forma empírica), forma discursiva (forma lingüística encarnada na história); a diferença entre *Ordem e*

Organização que me permite estabelecer uma relação pensada na análise entre o imaginário e o real; a re-definição da relação *real/realidade* que daí decorre; a teorização discursiva do *silêncio*; a relação entre *sem-sentido* e *não-sentido*; a reconsideração da *interpretação* e do que chamei “gesto de interpretação”, na relação da Hermenêutica, da Análise de Conteúdo, e da análise Lingüística em suas diferenças com a Análise de Discurso; a distinção entre *Dispositivo Teórico* e *Dispositivo Analítico* da interpretação; a diferença entre *interdiscurso* (saber discursivo, memória estruturada pelo esquecimento) e *arquivo* (memória institucional que apaga o esquecimento, discurso documental); e, mais atual, a re-definição do lugar do *texto* na Análise de Discurso; a re-definição do *equivoco* pensando a falha da língua na história e a explicitação dos dois momentos teóricos, quais sejam, o *assujeitamento* ao real da língua e ao real da história, constituindo a forma-sujeito histórica e a *individualização* dessa forma-sujeito pelo Estado.

A maneira como procurei re-definir a noção de forma material (que veio de minha história de trabalho sobre o autor L. Hjelmslev transferida para a perspectiva discursiva) particulariza sua presença, na direção de compreender o equivoco como permanente confronto do real da língua com o real da história. Ela representa, de certo modo, a reafirmação de que, para o analista de discurso, não basta trabalhar apenas o real da língua mas é necessário, e definidor de seu campo, trabalhar com o real da história. A noção de forma material não é alheia à lingüística. A noção de materialidade já está presente desde Saussure, a de matéria é explorada por Hjelmslev assim como a de forma material que pode ser também encontrada em Benveniste, em Culioli e em lingüistas da sintaxe como Milner (que trabalha o fato lingüístico). Nesse conjunto de autores, a noção de forma material se reporta ao lingüístico. O que caracteriza o modo como concebo a noção de forma material – trazendo elementos que me vêm tanto de Hjelmslev (sistema (forma pura), norma (forma material) e uso, ou sua distinção forma da expressão/forma do conteúdo, sentido (“sens”) matéria) quanto de desenvolvimentos teóricos marcados pela presença do discurso, como os que se encontram, por exemplo, no livro

Matérialités Discursives (1981) – é ter pensado a forma discursiva, ou seja, lingüístico-histórica, na filiação materialista e não positivista. Na lingüística o material lingüístico conta, enquanto forma, em sua capacidade abstrata de definir-se pelo sistema. Para a Análise de Discurso, o sistema é um sistema significante, capaz de falhas, que, para cumprir-se em seu desígnio de significar é afetado pelo real da história. É um sistema pensado no funcionamento da língua com homens falando no mundo. É nessa conjuntura teórica que proponho trabalhar a noção de forma material: acontecimento do significante (estrutura) no sujeito, no mundo.

As conseqüências fundamentais dessa minha elaboração teórica foram a explicitação, no campo da linguagem, das noções de social, de histórico, de ideológico e de político pensados não no quadro das ciências humanas e sociais, mas tendo a linguagem (não a da lingüística) como referência de constituição. Por outro lado, esses desenvolvimentos me deram a possibilidade de explicitar a forma do dispositivo analítico, distinguindo-o do dispositivo teórico. O que, ao mesmo tempo, permitiu-me situar os diferentes campos disciplinares e suas práticas articuladas ao campo específico da análise de discurso (1999).

É preciso aqui dizer que minha maneira de praticar a análise de discurso, como referi acima, traz sua especificidade em relação à abertura do campo de reflexão feita por Pêcheux. Em particular, gostaria de mencionar aqui o fato de que, em meu trabalho, à diferença de Pêcheux, com sua Análise Automática do Discurso, não insisti no “Automático” e isso abriu a possibilidade de formular explicitamente a distinção entre o Dispositivo Teórico da Interpretação e o Dispositivo Analítico, este sendo regido (determinado) por aquele, trabalhando assim um sujeito de conhecimento que se constitui em observador mas com as características postas em circulação pela própria Análise de Discurso (no batimento entre descrição/interpretação proposto por Pêcheux), podendo assim ser conseqüente com alguns aspectos do discurso que considero fundamentais: estes dispositivos não desconhecem a incompletude, a dispersão, a metáfora. E é no jogo do Dispositivo Teórico (DT) com o Dispositivo Analítico (DA) que o analista

pode construir a sua posição de “objetividade” contraditória. Sem passar necessariamente pela quantidade como requisito e pela informatização do modelo como exigência de base, como o proposto pela Análise Automática de Discurso. Eu não teria dificuldade em dizer que, se tivesse havido continuidade, Pêcheux (com J. M. Marandin) teria construído um dispositivo analítico outro, diferente do que trabalho, sem abandonar sua proposta de automatização da análise. O fato desse dispositivo ter-se mostrado inviável em um certo momento teórico do desenvolvimento da Análise de Discurso não significa que ele não fosse heurísticamente produtivo, ao contrário, este programa de trabalho trouxe à tona especificidades sobre o discurso em particular e a linguagem em geral, assim como indicou caminhos metodológicos. A possibilidade de trabalhar com os grandes corpora – e os desenvolvimentos das novas tecnologias de linguagem – não deixou de interessar Pêcheux e se enganam os que interpretam as três épocas da análise de discurso como se fossem cronológicas e indicassem uma “evolução” da Análise de Discurso, imaginando que as questões postas pela automatização não se colocassem na terceira fase. Esta preocupação se mantém, transformada, nas explorações das relações léxico-sintáticas, nos trabalhos de articulação da sintaxe com a semântica (J. M. Marandin, J. Authier) propostos por analistas de discurso que fizeram parte do grupo de Pêcheux⁴, assim como em diferentes tentativas de formalização do modelo e da construção de programas de tratamento de dados. Isto pode ser lido no ítem três desse seu esboço de questões onde o autor fala da relação entre a análise lingüística e a discursiva insistindo na referência aos programas trabalhados por P. Plante, notadamente, insistindo no trabalho com “redes cuja profundidade e complexidade não estão sujeitas a nenhum limite formal” (citação de P. Plante, apud M. Pêcheux). É preciso ainda observar que, nesse seu texto, que é um conjunto de anotações sobre procedimentos, ele dá ênfase, no final do mesmo, à questão da interpretação e da escrita da análise: “Como conceber o *processo de uma AD* de tal maneira que esse processo seja uma interação “em espiral” combinando entrecruzamentos, reuniões e dissociações de séries textuais (orais e escritas), de construções de redes de questões, de estruturações de

redes de memória e de produções de escrita? Como a escrita vem escandir esse processo, aí produzindo *efeito de interpretação*?" (M. Pêcheux, s.d.). Ficam questões que, em meu projeto de reflexão, tenho trabalhado, sem, no entanto, ser indiferente à questão da informatização.

Por outro lado, uma diferença que acentuo em relação aos objetivos de M. Pêcheux, não só em seu propósito de informatização, é que ele, embora colocasse a necessidade do deslocamento da noção de texto pensando seu funcionamento, tomava o *enunciado* como unidade e minha proposta é justamente considerar o *texto* como unidade de sentido em relação à situação, como o defino (E. Orlandi, 1988). Penso que esta diferença traz conseqüências importantes a nível teórico. Entre elas, incluo a questão posta já pela constituição do corpus (jamais inaugural, como diz J.J.Courtine) que, preferindo acolher seu aspecto não homogêneo, com limites difusos e dispersos, tenho configurado como uma *montagem* referida, pela relação do dispositivo teórico com o analítico, à questão formulada pelo analista, a seus objetivos assim como à natureza dos dados que analisa e ao seu campo disciplinar específico. Mas Pêcheux jamais se imobilizou em suas propostas e a relação que estabeleceu entre estrutura e acontecimento, tendo insistido sempre na relação entre reprodução-deslocamento, propondo sempre trabalhar nos entremeios, deixar em aberto – aliás como fazem os pensadores de qualidade que refletem sobre a língua, veja-se de Saussure – as diferentes possibilidades de interpretação.

Se tematizo essa relação com a teoria do discurso própria à maneira como a escrita da Análise de Discurso a assume é para mostrar a diferença com outras escritas de que ela representa a posição de entremeio: de um lado, a Linguística que se define pelo formalismo da escritura, de outro, as Ciências Humanas e Sociais, que se escrevem pelo empirismo descritivista ou pela relação direta com a interpretação. A Análise de Discurso, pela sua natureza material, não pode ser formal, nem empiricista, praticando a interpretação, sem no entanto ignorar a descrição. Além disso, não pode deixar de colocar-se, considerando a interpretação, na posição de questioná-la. Isso tem a ver,

no meu entender, com a tensão constante entre análise e teoria, significando, do lado da teoria, retorno e ruptura e, do lado da análise, o batimento entre descrição e interpretação. A teoria não se estabiliza nos resultados da análise e, por sua vez, estes não trazem em si a maneira como devem ser lidos. Daí a posição particular da escrita da Análise de Discurso quando pensamos a relação entre teoria e prática. Não é uma escrita explicativa (como a das ciências humanas e sociais) e na descrição (pela qual se diferencia da escrita/escuta do psicanalista, do historiador etc) não deixa de fazer lugar à interpretação.

Se considero agora o campo interno da reflexão da linguagem, a escrita teórica da análise de discurso se demarca tanto do campo da lingüística formal, de um lado, como, do outro, do da semântica da enunciação e do da pragmática.

O cuidado em distinguir a escrita da Análise de Discurso dessas outras teorias da linguagem é um cuidado para que, na vontade de se terem instrumentos de análise, não se passe indiferentemente sobre domínios de conhecimento distintos: pragmática e análise de discurso, semântica da enunciação e análise de discurso não são intercambiáveis. Cada uma tem seu corpo teórico, suas definições, seus métodos, seus procedimentos e instalam objetos distintos. O que acontece é que o objeto discurso, instaurado pela análise de discurso, tornou-se centro de atenção das teorias da linguagem em geral, mesmo das formais. Isso porque, depois do corte saussuriano, língua/fala, o deslocamento produzido pela relação língua/discurso tem um interesse teórico irrefutável, que afetou o conjunto das teorias da linguagem. Isso no entanto não deve apagar diferenças pois estas levam a produzir resultados de análise diferentes, conseqüências analíticas distintas, contribuindo de maneiras diferentes para a compreensão da linguagem.

De modo bastante suscito, diria que a diferença com a pragmática está em que a pragmática teoriza sob o efeito da ilusão do sujeito pragmático, o que tem necessidade de constituir-se como origem de atos, com sua vontade, intenções, responsabilidade, etc. O que, na análise de discurso, é tratado na instância da formulação (intradiscurso), determinada já pelo interdiscurso e afetada pelo imaginário. A análise de discurso procura atravessar esse efeitos, no sentido de levá-los em

conta. Para a análise de discurso portanto o que interessa não é, em primeira instância, que a linguagem realiza atos mas que a realidade (produção imaginária, construção discursiva do referente) se constitui nos sentidos que o sujeito pratica. O sujeito, por sua vez, ao dizer, se significa e significa o próprio mundo. Nessa perspectiva é que consideramos que a linguagem é uma prática. Não no sentido de realizar atos mas porque pratica sentidos, ação simbólica que intervém no real. Pratica, enfim, a significação no mundo. O sentido é história e o sujeito se faz (se significa) na historicidade em que está inscrito. Não diria pois que há indiferença da Análise de Discurso face à Pragmática. O que há é uma diferença de conceitos (e de resultados de análise) pelo lugar ocupado pelo que se considera como pragmático nas duas teorias.

É preciso ainda dizer que a maneira como defini isso que designei “historicidade” procura situar a análise de discurso em relação à análise de conteúdo, à pragmática e à semântica histórica da enunciação, justamente pela maneira como significa e delimita a natureza e o estatuto do que é exterioridade (cf. E. Orlandi, 1996).

O mesmo se dá com as teorias da enunciação. Referindo-se às regiões de conhecimento que constituem o território da análise de discurso e seus deslocamentos, Pêcheux dá um lugar específico à enunciação e à sintaxe, criticando ao mesmo tempo como são consideradas em seus campos teóricos específicos. Ele dirá que “o estudo das marcas ligadas à enunciação deve constituir um ponto central da fase da análise lingüística da Análise Automática do Discurso, e que ela induz modificações importantes na concepção de língua”. No que se refere à sintaxe, a distância tomada tem a ver com o fato de que na perspectiva lingüística a língua é um sistema fechado (“où tout se tient”, diz Saussure) e, para a análise de discurso é um sistema sujeito a falhas. Ligando sintaxe e enunciação, Pêcheux mostra que a consequência é que não se pode, a partir de então, estudar o léxico como simples lista de morfemas sem ligação com a sintaxe, e a sintaxe, por sua vez, não mais constitui um domínio neutro de regras formais mas o modo de organização, própria a uma língua dada, de traços de engates enunciativos. A crítica da Análise de Discurso a respeito das Teorias da Enunciação (E. Orlandi, 1979) recai sobre o fato de que elas teorizam

sobre a ilusão do sujeito como origem (M. Pêcheux, 1975) ao passo que a Análise de Discurso, propondo-se levar em conta esse efeito, o coloca na instância da constituição imaginária do sujeito enunciativo, colocando a questão da interpelação ideológica e do inconsciente. Já em textos iniciais (E. Orlandi, 1979), eu fazia uma reflexão crítica sobre a noção de sujeito em Benveniste afirmando que não é o sujeito que se apropria da língua mas há uma forma social da apropriação da linguagem em que está refletida a ilusão do sujeito, isto é, sua interpelação feita pela ideologia. É neste jogo do lugar social e dos sentidos estabelecidos, digo então (idem), que está representada a determinação histórico-social do discurso. Há, como diz M. Pêcheux (1969), em toda língua mecanismos que presidem a projeção imaginária da situação do sujeito para sua posição no discurso. É assim que, na leitura de Pêcheux, eu compreendo a relação estrutura/ideologia/funcionamento, que nas palavras de Courtine dizem do modo como a ideologia está na língua e esta na ideologia.

Mesmo os desenvolvimentos da teoria da enunciação que buscam noções próprias ao campo da análise de discurso na reflexão sobre o sujeito (cf. E. Guimarães, 1995) dando um lugar particular à noção de historicidade (interdiscurso) não são intercambiáveis com a Análise de Discurso. Isso não significa que não haja pontos comuns. E esses pontos estão na maneira como, a partir do discurso, a teoria histórica da enunciação passou a considerar a relação do sujeito com a língua. Mas certamente se diferenciam no modo como trabalham o real da língua na sua relação com o real da história e com a ideologia. Este é o ponto decisivo da diferença. E esta não é uma diferença pequena, diferença que reside no fato de que a semântica histórica da enunciação não produz uma ruptura mais profunda com a tradição dos estudos semânticos – difere mas se filia à tradição semântica – enquanto que a Análise de Discurso é a elaboração do ponto nodal em que a semântica tem a ver com a Lingüística, com a Filosofia e com as Ciências Sociais⁵.

Na Análise de Discurso dizemos que o interdiscurso determina o intradiscurso. Desenvolvendo o alcance teórico dessa questão (E. Orlandi, 1993), tenho afirmado que a língua é o lugar material em que

inconsciente e ideologia se articulam (procurando pensar como lingüista o que diz M Pêcheux enquanto filósofo fundador da Análise de Discurso: “inconsciente e ideologia estão materialmente ligados”). Assim, não penso o interdiscurso em si mas como parte do funcionamento ideológico da linguagem que, por sua vez, está materialmente ligado ao inconsciente. Por outro lado, o interdiscurso (memória, saber discursivo) produz seu efeito em um sujeito afetado pelo mundo, na sua experiência. O sujeito se constitui e se significa por ser afetado (“o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia”) pela língua e pelo mundo (relação do simbólico e da história: “a discursividade é a inscrição dos efeitos da língua, sujeita a falha, na história”). Essa foi uma das grandes questões enfrentadas por Pêcheux (1981^a) na relação com a sintaxe de Milner: este admitia o real da língua mas não, como queria Pêcheux, o real da história. O que tenho trabalhado é a possibilidade de, pela análise, detectar os pontos em que faz efeito a relação do real da língua com o real da história, ou, em outras palavras, o modo como a ideologia está na língua e esta está no discurso. E isso não é possível sem trabalhar a noção de ideologia (e a de interpretação, como tenho proposto), ou seja, o acontecimento do significante no sujeito no mundo. Vale lembrar o que diz F. Gadet (1978) falando da “dupla falha” mostrando que é mais fácil aceitar que o sujeito é afetado pelo inconsciente do que pela ideologia. O que, a meu ver, mostra essa recusa em admitir o real da história. Insuportável para o sujeito capitalista é saber-se significado pela ideologia.

A noção de acontecimento, outra noção comum ao campo da enunciação e do discurso, por sua vez, faz sentido na Análise de Discurso pela sua relação com estrutura (M. Pêcheux, 1983). É acontecimento porque se dá no mundo, sendo da ordem do que reclama sentido e é estrutura porque tem a ordem da língua (pensada como sujeita à falha), capaz de equívoco. O acontecimento, pensado em sua relação com a estrutura, tem um sentido teórico específico pleno de conseqüências metodológicas. Nesse ponto a análise do discurso estabelece um corte em relação à análise de conteúdo e encontra seu lugar próprio, re-significando o social, o histórico e o político. Além disso, há modos de inclusão dessa

noção nos diferentes campos teóricos que têm sentidos distintos porque se tomam direções inversas: um, da enunciação para o discurso e o outro do discurso para a enunciação, o que resulta em formas de análise e resultados muito diferentes.

Eu diria que a distinção fundamental entre essas diferentes escritas está no fato de que a relação do sujeito com a linguagem e a história que é a base teórica da Análise de Discurso se coloca pela maneira particular com que ela explicita o fato de que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo por um processo que tem como fundamento a ideologia e, eu acrescentaria, tendo como unidade o texto. Porque, na análise de discurso, tomar o texto como venho tomando, e não o enunciado ou a frase ou a palavra, como unidade de análise, é sair da relação referencial (linguagem/mundo) para a da textualização do discurso (efeitos de sentido) e para a análise da significância do/para o homem (sujeito) na (sua) história. Análise da historicidade do texto. Isto significa um corte na relação palavra/coisa, pois a palavra já é vestígio de (outros) discursos (presentes por sua ausência necessária). Nesse mesmo deslocamento se trabalha a distância e não a sobreposição (ou coincidência) entre o lugar da enunciação e a posição sujeito, esta constituída pela relação com as formações discursivas, projeções da ideologia no discurso. Questão contemplada na elaboração de procedimentos para se trabalhar a projeção, pelas formações imaginárias no discurso, do lugar social: a relação entre lugar de enunciação e posição-sujeito. O político, finalmente está na forma de (se) significar a (na) sociedade, o (no) social, produzindo-se diferentes direções de sentido.

Em um artigo de 1986 (Delta, vol2, no.1, p.112), falando da semântica como a pedra de toque da constituição da Análise de Discurso, sendo a semântica discursiva “determinada historicamente pelas relações ideológicas inerentes a uma formação social dada” (Pêcheux, 1975), digo: À semântica discursiva cabe assim analisar processos característicos de uma formação discursiva que devem dar conta da articulação entre o processo de produção de um discurso e as condições em que ele é produzido (Haroche et alii, 1971). A este respeito gostaríamos de observar que Fuchs e Pêcheux (1975) indicam a necessidade de se distinguir a semântica discursiva, tal como acabamos de definir, da semân-

tica lingüística. A semântica lingüística que, segundo esses autores, ainda não está feita, seria uma teoria do funcionamento material da língua na sua relação com ela mesma, isto é uma sistematicidade que não se opõe ao não-sistemático (língua/fala) mas que se articula sobre processos (discursivos). Pêcheux opera com esta distinção entre semântica discursiva e semântica lingüística, segundo o que penso, para atingir o lugar específico que corresponde à construção do efeito-sujeito, isto é, a simulação que põe em funcionamento uma forma-sujeito, a do sujeito lingüístico-discursivo (autônomo e submisso).

Para resumir essa parte, diria, retomando Pêcheux (1981), que, a escrita da Análise de Discurso, nessa relação interna com as diferentes teorias da linguagem, também se mostrando como uma escrita de entremeio, entre as três tendências – a formalista-logicista (organizada na escola chomskyana), a histórica (que desemboca nas teorias da variação e mudança: geo, etno, sociolingüística) e a tendência da lingüística da fala (ou da enunciação, ou da mensagem, ou do texto, ou do “discurso”) que desemboca em uma lingüística do estilo como desvio e sobre uma lingüística do diálogo como jogo de confrontos, tendências que estabelecem entre si relações de força tendo a logicista como dominante – esta escrita de entremeio se faz explorando as contradições das outras três. Ou seja, é dando lugar às sistematicidades lingüísticas, considerando-as entretanto como vestígios e distinguindo o modo como elas são escritas/descritas, que a Análise de Discurso, trabalhando o ponto de articulação da língua com a ideologia, no discurso, expõe o modo como se produzem as ilusões do sujeito e dos sentidos, pois é no domínio de articulação lingüístico-ideológica que se produzem tanto os pontos de estabilização referencial quanto os de subjetivação. Como as marcas não valem por sua evidência empírica ou formal (cf em meus trabalhos a distinção entre marcas e propriedades), sendo efeitos da matéria significativa produzida, para se atingir esses efeitos é preciso teorizar.

A escrita da Análise de Discurso estabelece noções que permitem desfazer as evidências, ou melhor, ela atinge os processos que resultam na produção das evidências (e não visa, como no formalismo, “tornar estranho o que é familiar”, tentando ver a língua fora da lín-

gua). Desse modo é que deve-se compreender a teoria na relação com a análise (E. Orlandi, p.302, 1994), construindo sua especificidade por uma escrita que explora as relações contraditórias estabelecidas na relação entre filosofia, lingüística e ciências humanas e sociais. Sempre praticando o exercício de não desfazer a incompletude, a dispersão, o esquecimento, também é como escrita de entremeio que esta escrita se constitui nas relações do campo das disciplinas da linguagem (cf mais à frente o velho dilema entre Retórica/Dialética/Gramática).

Nessa posição, a análise de discurso vem se confrontando sistematicamente com uma primeira dificuldade: não ser absorvida pela história da lingüística, nem pela do literário e do social. Assim, tomando apoio na paráfrase, não é uma escrita, nela mesma, mero exercício parafrástico. Por outro lado, e eu diria, sobretudo, é preciso procurar não correr o risco de sucumbir, de um lado, à tagarelice homonímica, nem, de outro, ao abuso da sinonímia nos trabalhos que tomam como obrigação a “originalidade” teórica – porque seria assim a análise de discurso – e “inventam” o inventado juntando nomes ou re-batizando conceitos que não trazem nenhum acréscimo teórico ou metodológico, não tendo tampouco nenhum proveito na compreensão do objeto submetido à análise: o discurso.

A ESCRITA E O DISPOSITIVO: A EXPLICITAÇÃO DA ANÁLISE

A partir dessas considerações, essa escrita pode ser vista como a explicitação do gesto do analista significado pela relação entre dois dispositivos : o dispositivo teórico e o dispositivo analítico. Funciona pelo estatuto heurístico dado à paráfrase, mobilizando a metáfora como procedimento analítico.

A escrita é tão importante quanto a teoria porque ela vai formular a relação significativa elaborada entre os dois dispositivos que resultará, em um primeiro tempo, na compreensão do objeto simbólico, o discurso, submetido à análise, e em um segundo tempo, em tornar visível para o leitor o movimento da compreensão do analista e, em decorrência, a sua própria posição na interpretação.

O analista trabalha com a repetição que não é empírica, nem formal, mas histórica, fazendo-se como acontecimento a cada vez único e inédito.

Como dissemos, o analista de discurso não visa interpretar os textos que analisa mas compreender os processos de significação que estes textos atestam. Detectar os gestos de interpretação que neles se inscrevem. É a leitura, a escuta, desses gestos que o analista põe à disposição de seu leitor. Desse modo, ele não fecha o movimento de sua escuta em si mesmo. Ele a expõe. A sustenta, sem impô-la. Se o texto, como diz Fiala (1973), não é um conjunto de enunciados portadores de uma, mesmo várias significações, mas um processo que se desenvolve sob múltiplas formas em situações sociais dadas, o trabalho do analista devolve o texto ao seu processo. Torna possível a não-transparência ao olhar sujeito, acentua o efeito da alteridade aí inscrito e leva o sujeito a perceber-se significando na relação com os sentidos.

Como diz Pêcheux, é preciso, com a Análise de Discurso, inaugurarem-se novas maneiras de ler. Essas novas maneiras justamente não rejeitam a não-transparência da linguagem nem as ilusões dos sujeitos. Não se pretende “resgataram-se” sentidos verdadeiros, pois não se trata de algo que havia e foi perdido, esquecido. O esquecimento de que se trata não é voluntário, é um esquecimento estruturante que deve ser considerado como parte da significação.

Aprofundando, como dissemos mais acima, a proposta de Courtine, de que a Análise de Discurso trabalha com a textualização do político, podemos dizer que a escrita do analista deve tornar visível – em certo sentido “construir” – a compreensão do que é a textualização do político (não o político como conteúdo mas a textualização do político, ou seja, a simbolização das relações de poder). Na escrita da análise de discurso a formulação des-cobre (traz para a descoberta) a relação entre os discursos, o modo de historicização dos sentidos, o modo de existência dos discursos no sujeito, na sociedade, na história. A escrita estabelece desse modo sua relação com o político, mostrando-o.

O primeiro gesto do analista, em relação à escrita da Análise de Discurso no que diz respeito à análise, é apreender a paráfrase, percebendo que ela é um fato da linguagem e ao mesmo tempo tem uma função heurística (E. Orlandi, 1981) no método proposto pela Análise de Discurso.

Segundo M. Pêcheux (1975), a análise se apresenta em três etapas: parte-se da superfície lingüística, passa-se ao objeto discursivo e deste para o processo discursivo. Se, no primeiro momento, trabalhando o esquecimento n.2 (da instância da enunciação) a análise deve ocupar-se em mostrar a passagem do material lingüístico para o objeto discursivo, constituindo o esboço de sua compreensão referida às Formações Discursivas, na passagem do objeto discursivo para o processo discursivo, trabalhando com o esquecimento n.1, somos confrontados com a relação à ideologia. O primeiro momento, fundamental para a análise, nos põe em contato direto com a paráfrase. O analista passa da materialidade lingüística para o objeto discursivo porque faz o gesto mínimo que é o de inserir o dizer no domínio da paráfrase, ou seja, estabelece a relação do dizer com outros dizeres. Reconhecer a paráfrase: como disse, esse é o primeiro gesto (de interpretação) do analista. Nele o analista relaciona-se com a sintaxe e a enunciação. É por ele que inicia a descrição. Não se apaga, ao contrário, deve-se ter plena consciência dele para se diversificar, para se alimentarem os resultados, para poder escrevê-los. Compreender seus efeitos na apreensão da leitura do analista que joga com a alteridade (a leitura outra). Se a operação parafrástica é que permite o primeiro passo, a continuação só pode se dar pela introdução de um novo procedimento analítico que é aquele em que se apreende a metáfora (transferência). Ela permite observarem-se os deslizamentos, as derivas, que, dando visibilidade à historicidade, permitem compreender o trabalho da ideologia.

A escrita da Análise de Discurso, por sua vez, invertendo o percurso que acabamos de apresentar, liga o texto ao discurso, este às formações discursivas e estas à ideologia permitindo ao analista em primeira instância e, ao seu leitor, em decorrência, acompanhar o trajeto em que se estabelecem os sentidos e os sujeitos pela inscrição da língua na história.

Junto ao jogo da relação com a exterioridade – pensando-se a exterioridade como constitutiva, isto é, como memória, como interdiscurso – temos as condições de produção imediatas (circunstância da enunciação) e o contexto sócio-histórico. Como o interdiscurso – a

memória afetada pelo esquecimento – é irrepresentável, mas está presente na textualização do discurso, na materialidade textual, nos vestígios deixados pelos gestos de interpretação de seu autor, a escrita do analista tem de “lidar” com isso, sem apagar. A escrita, enquanto formulação do analista, deve textualizar a relação entre descrição e interpretação que o afeta e que se constitui em seu método de trabalho. Para isso é que entra em cena a relação entre o dispositivo teórico e o dispositivo analítico da interpretação.

Como tenho proposto (E. Orlandi, 1999), há um dispositivo teórico estabelecido pela teoria do discurso e há o dispositivo analítico construído pelo pesquisador em seu campo de pesquisa, sua filiação disciplinar, onde contam: a questão que ele formulou, o material coletado (superfície lingüística), a maneira como foi construído o objeto discursivo a partir do corpus constituído, a delimitação e montagem do material de análise, as noções que vão ser mobilizadas, orientadas pela pergunta que faz o analista na compreensão de seu objeto de estudos, em vista de sua finalidade. É a escrita do analista, face ao dispositivo analítico, que dará (ou não) a consistência da análise. Através do dispositivo analítico – cuja forma é determinada pela relação entre a natureza do material analisado, a questão posta pelo pesquisador e os procedimentos analíticos escolhidos – o analista vai formular os resultados no batimento entre descrição e interpretação. Uma vez feita a análise, ele tem sua escrita para “relatar”, para “expor” seus procedimentos, as características do material trabalhado, seu procedimento descritivo, pondo seu leitor em contato (confronto) com seu dispositivo e os resultados obtidos. A partir daí ele estará, pela sua escrita, referindo os resultados à interpretação possível face à teoria que será a base de sua interpretação, em seu domínio teórico específico (a análise de discurso, ou a lingüística, a antropologia, a história etc).

Como dizemos com freqüência, a compreensão deve preceder a interpretação. A escrita deve dar isso a seu leitor. Deve conduzi-lo à compreensão do discurso (reconhecimento da materialidade do texto) para que ele então interprete os resultados, face às filiações

teóricas possíveis em seu campo disciplinar. E isto dá à Análise de Discurso sua especificidade: a partir dos resultados da análise a escrita de diferentes pesquisadores, de diferentes campos disciplinares pode ser totalmente diferente, segundo o dispositivo analítico construído (a escrita do analista de discurso não será a mesma do sociólogo, do antropólogo etc.). Isso acolhe o ineditismo do acontecimento discursivo (repetição histórica, e não empírica ou formal: repetição sujeita ao deslocamento) e a prática analítica de entre-meu considerando, como M. Pêcheux, que a semântica é o lugar em que a Lingüística tem a ver com a Filosofia e as Ciências Sociais. Isso condiz com a não-transparência da linguagem, a mexida na relação com a significação, a materialidade do sujeito, e a redefinição discursiva da noção de instrumento. A Análise de Discurso não é um instrumento neutro e sua escrita não é indiferente a isso. Quanto ao texto, insistimos, o trabalho do analista não é interpretá-lo mas interpretar os resultados de sua análise.

Intérpretes todos somos. Mas não somos todos analistas de discurso. A questão não é interpretar mas estabelecer – com a escrita própria à Análise de Discurso – uma mediação teórica para que o funcionamento discursivo, na produção dos efeitos de sentidos, esteja não simplesmente refletido no que o analista diz mas leve ao efeito da reflexão sobre o que o analista diz na relação do leitor/observador com o texto (expor o olhar leitor à opacidade). Refletir aí não tem o sentido de reflexo, ideológico, mas de pensamento, de contemplação, de teoria. O momento da escrita é um momento de contemplação- confunde-se pois com a teoria entre os gregos: contemplação do herói antes da luta – do analista antes de encarar a difícil tarefa da interpretação, não para interpretar mas para confrontar-se com ela. Com sua escrita, ele vai fazer movimentar-se a memória (o interdiscurso) que já se incorporou e perdeu os limites. Assim, ele restitui, ou melhor, trabalha os limites da interpretação. Com sua escrita, ele torna sensível para o sujeito a relação com o irrepresentável (o interdiscurso). Com sua escrita, o analista deve tornar perceptível, ao sujeito, na ordem do discurso, o fato de que ele se define como sujeito significante, histórico, material, em sua relação com o sistema simbólico.

A escrita do analista elabora (formula) a possibilidade de sua interpretação em um dispositivo, cria a consistência da análise que projeta a posição do analista em uma posição em que se reconhece a alteridade constitutiva (a memória, em que se inclui o esquecimento), re-introduzindo a espessura material contraditória da linguagem e não dissecando-a, ou elidindo-a.

Ao compreender os sentidos, por essa escrita, nos pensamos como sujeitos. Não porque (nos) sabemos mais mas porque nos ignoramos menos em nossa não transparência. Como a linguagem que também não é transparente. E como isso é feito?

Pensando-se o analista como sujeito de conhecimento, ele faz isso porque chega a constituir um lugar que põe à disposição, com sua escrita, outras maneiras de ler. Ao mesmo tempo, ele deve ser capaz de construir, no plano da leitura, uma posição-leitor que pratique essa nova maneira de ler. Não no seu conteúdo, ou seja, não fazer esse leitor, nesse lugar, nessa posição-leitor discursivo repetir a leitura ou interpretação do analista mas tornar possível que ele transite, desloque-se pelo espaço significante aberto pelo dispositivo colocado a sua disposição. O que garante isso é a capacidade de formulação do analista, ou seja, é sua escrita. E aqui não posso deixar de citar um parágrafo de “La frontière absente (un bilan)” que faz o fechamento de *Matérialités Discursives* (1981): “Ce travail théorique définit un discours qui *ne dit rien*, n’interprète pas (qui ne place pas le système en position de locuteur à la place de celui qui énonce le discours, produisant ce que l’autre ne voyait pas qu’il disait), mais qui *montre*, qui ouvre une perspective pour discerner ce qui résiste à se dire dans le dire même. Une pratique qui sort du rassassement, de l’assomption dans le sens, pour interrompre le cercle de la répétition et des paraphrases: une contribution à un éloge de la débilite” (A. Manier).

A escrita do analista de discurso não vem pré-fabricada, pronta – ao risco de transformar-se em forte repetição. Com ela, e na consistência da sustentação teórica, o analista expõe, na arte da palavra, seu dispositivo analítico, em que apóia sua compreensão. Ele deve ter a habilidade de quem mostra, sem orientar a persuasão e sem legitimar-se pela demonstração.

Esta afirmação reforça o que venho dizendo ao longo desse trabalho: o analista não tem de preencher um lugar de interpretação para o outro, mas construir, pela sua escrita, a possibilidade de fazer o leitor, reconhecendo a opacidade do texto, não atravessá-lo, mas fazer o gesto de trabalhar seu dispositivo ideológico de interpretação pelos efeitos da relação elaborada pelo analista entre o dispositivo teórico e analítico construídos pela Análise de Discurso, efeitos que lhe chegam pela formulação (escrita) da análise. Se a interpretação é um mecanismo que joga sobre a paráfrase e a polissemia, a escrita do analista é o traço que deve expor o leitor ao espaço, à folga aberta pela interpretação, interrogando-o pelo processo de (sua) compreensão.

Essa noção de escrita, penso, realiza em pleno o que é exigência tanto da definição de discurso – efeito de sentidos – como de uma posição frente a materialidade (da língua e da história), a de uma praxis conseqüente que devolve o texto a seu processo social e histórico. O analista não o retém pois em suas mãos nem interpretando nem atribuindo ao leitor um lugar de interpretação. Parafaseando Pêcheux que diz que “não se pode pensar do lugar do outro”, eu diria “não se pode interpretar do lugar do outro”. O analista de discurso assegura, pela mediação da teoria e da compreensão, que o efeito leitor se produza em suas conseqüências. Não se trata de devolver apenas o texto ao seu processo social mas de, ao fazê-lo, interferir a partir da e com a teoria, questionando as maneiras de ler. Fazendo retornar o gesto de interpretação do sujeito para o sujeito ele próprio, não fora, mas no conjunto dos gestos que constituem a sociedade e a história. Sua escrita assume assim, em plenitude, o sentido da historicidade da linguagem. O analista trabalha o sentido *na* história.

NOTAS

1. Tenho mantido preferencialmente a forma “Análise de Discurso” a “Análise do Discurso”. Por quê? Esta questão se pôs em francês porque a diferença de/du(do) era relevante pois o efeito de sentido com “de” era de “um” discurso enquanto “du” abria para os discursos em geral. A meu ver, em nosso caso, Análise de Discurso produz melhor esse efeito de discurso tomado em geral, como objeto e não como um discurso (do discurso político, do discurso jurídico etc).
2. Teorizando na relação desses três elementos, e constituindo seu objeto, essa escrita se distingue da psicanálise pois não tem como objeto o sujeito, da história pois não tem como

objeto os fatos e da lingüística pois não tem como objeto a língua. Embora todos esses objetos lhe interessem em suas relações.

3. Tenho trabalhado com duas formas de heterogeneidade, ambas distintas da heterogeneidade enunciativa com que trabalha J. Authier: de um lado, a heterogeneidade detectável no texto, heterogeneidade textual, quando observamos as várias formações discursivas que o atravessam, perceptíveis nos vestígios da dispersão do sujeito no texto; e a heterogeneidade lingüística, quando penso a língua brasileira (E. Orlandi, 1994) em que se tem, em relação ao português de Portugal, uma ilusão do mesmo: o português e o brasileiro não são a mesma língua porque produzem discursos (sentidos) diferentes, ou seja, historicizam-se diferentemente. Daí a singularidade do português brasileiro. Esse é para mim um exemplo de heterogeneidade lingüística, aliás, que se pode estender para a caracterização das línguas de países colonizados em geral em que há imposição da língua pelos colonizadores.
4. A relação sintaxe/enunciação que tem um lugar na análise de discurso aparece trabalhada no esquecimento número dois de que fala Pêcheux (1975): aquele, enunciativo, que resulta na impressão da realidade do pensamento ou seja de que há coincidência na relação pensamento/língua/mundo. Pois é justamente aí que se inscreve o trabalho de J. Authier, falando da heterogeneidade enunciativa ou das não-coincidências do dizer. Ao se estabelecer uma leitura evolutiva e não compreensiva das três épocas, “esquece-se” que o programa enunciado por Pêcheux em seu livro sobre a análise automática de discurso (1969) e retomado no artigo (em colaboração com Fuchs, 1975) sobre a atualização da análise de discurso já dava o apoio teórico para essa contribuição. O trabalho de J. Authier explicita, teórica e descritivamente, o trabalho do esquecimento enunciado por Pêcheux em seu funcionamento lingüístico-discursivo, fazendo intervir, como diz a autora, no trabalho sobre a enunciação, a lingüística, a psicanálise e a análise de discurso. Não pretendo aqui reduzir as diferenças entre os autores pois Pêcheux fala do esquecimento número dois citando Freud e falando do pre-consciente e J. Authier desenvolverá seu trabalho inscrevendo-se na filiação lacaniana e referindo ao inconsciente. O que lembro é que o ponto de apoio para a autora está no que Pêcheux havia anunciado ao falar do esquecimento número dois (heterogeneidade mostrada?) articulado ao esquecimento número um (heterogeneidade constitutiva?). A importância do trabalho de J. Authier está, entre outros, no fato de mostrar de maneira elaborada a relação, em um fato de discurso, entre a lingüística e a psicanálise. O que estamos procurando dizer é que o texto de Pêcheux sobre as três épocas, primeiro, é um esboço, anotações pessoais que visavam organizar sua reflexão (Angélique, a viúva de M. Pêcheux, não sabia se devia publicá-lo ou não pois se tratava de um escrito entre os inúmeros que M. Pêcheux guardava em sua biblioteca e deixou a meu critério e ao de Denise Maldidier a decisão, sendo que sua publicação no Brasil se deveu a minha decisão de publicá-lo mesmo sabendo que era um texto não terminado) e, segundo, o que se faz na análise de discurso em diferentes momentos, pela própria natureza de constituição de seu campo teórico, não é nem estranho ao que já apontava Pêcheux nos seus primeiros escritos e nem deve ser lido de maneira estanque ou definitiva mas como um programa de trabalho sempre sujeito a retomadas e a deslocamentos. Ou seja, a análise de discurso não é um terreno muito propício para os que gostam de definir para incluir-se e excluir. Discurso positivista que no Brasil durante anos se praticou na lingüística para dizer quem era e quem não era lingüista. Como se isso dependesse de um julgamento pessoal e de autoridade e não da história de constituição de um campo de idéias. Para evitar esse contrasenso é que falo da escrita da análise de discurso. Isso não implica em que a análise de discurso, enquanto disciplina, não se defina em seu método, seu objeto (o discurso e não a língua) e seus procedimentos. E isto é que deve ser considerado em sua definição. Os discursos que emergem nessa relação com a análise de discurso são, igualmente para ela, objetos de sua reflexão. Como os outros.

5. A este respeito vale ressaltar que, muitas vezes, fui tentada a batizar a análise de discurso como semântica do discurso, já que, em seu fundador, encontramos referências à semântica discursiva. Recuei, justamente porque penso que chamá-la de semântica é o primeiro passo para sua domesticação no campo das disciplinas, movimento na direção do que se chamou, por exemplo, nos anos 80, na ilusão da construção de um “objeto total” e uma teoria “onipotente”, pragmática integrada (que incluiria, inclusive, o discurso). Teríamos agora a semântica integrada. Foi idéia minha, em conversa com Angélique, chamar, em uma paráfrase aproximativa à tradução inglesa, o livro de Vérités de La Palice de Semântica e Discurso já que Vérités de la Palice é intraduzível como tal. Isso levou a algumas posições equivocadas, pretendendo apagar as diferenças entre semântica e análise de discurso. O título, ao contrário, afirma essa diferença, procurando mostrar como a questão semântica se põe para o analista de discurso. Do mesmo modo, quando Pêcheux fala na semântica discursiva é para distingui-la da semântica lingüística, articulando-as entre si, enquanto objeto de reflexão para a Análise de Discurso. Ou, quando dita por P. Henry, é para interrogar a questão dos sentidos enquanto uma questão aberta, uma questão filosófica.

Os Efeitos de Leitura na Relação Discurso/Texto

O REAL SUJEITO À INTERPRETAÇÃO

Este pequeno capítulo – reescrita de um texto apresentado em uma conferência – tem o objetivo de apresentar a relação texto/discurso, que será pensada mais largamente em seguida nos próximos capítulos.

Quando trabalhamos com análise de discurso, impõe-se de pronto a questão da relação dos processos de ensino e aprendizagem com o que chamamos memória discursiva ou interdiscurso. Essa noção, a de memória discursiva, traz para a reflexão a consideração do inconsciente e da ideologia. Como sabemos (M. Pêcheux, 1981) os sentidos (e eu diria a ideologia) não se aprende, constitui-se por filiação a redes de memória. E esta, concebida como interdiscurso, é irrepresentável. A pergunta que se põe então é: como ensinar leitura? Se a constituição dos sentidos é irrepresentável e não se aprende... Para antecipar, eu diria que o gesto de leitura é uma disciplina que se aprende em conformidade com o discurso documental, a memória de arquivo. Vejamos o que isso significa.

Em sua definição, o interdiscurso é o conjunto de dizeres já ditos e esquecidos que determinam o que dizemos, sustentando a possibilidade mesma do dizer. Para que nossas palavras tenham sentido é preciso que já tenham sentido. Esse efeito é produzido pela relação com o interdiscurso, a memória discursiva: algo fala antes, em outro lugar, independentemente. Tenho definido o interdiscurso como a memória que se estrutura pelo esquecimento, à diferença do arquivo, que é o discurso documental, institucionalizado, memória que acumula. Filiamos-nos a redes de sentidos em um gesto de interpretação, na relação com a língua e a história, e em que trabalham a ideologia e o inconsciente:

“há um real constitutivamente estranho à univocidade lógica e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina e que, no entanto, existe produzindo efeitos” (M. Pêcheux, 1990).

A análise de discurso objetiva compreender este tipo de real, sujeito à interpretação e que se dá no cruzamento da língua com a história. Para tal, ela propõe que se inaugurem novas práticas de leitura (sintomáticas, arqueológicas etc), construindo-se outras “escutas” que permitam levar em conta esses efeitos e explicitar a relação (discursiva) com esse saber que não se aprende.

O princípio dessas práticas de leitura consistiria em levar em conta a relação do que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando “escutar” a presença do não-dito no que é dito: presença produzida por uma ausência necessária. Como só uma parte do dizível é acessível ao sujeito – as diferentes posições dos sujeitos resultam de sua inscrição em diferentes regiões de sentidos (diferentes formações discursivas) – com esta escuta o analista poderá ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente os sentidos de “suas” palavras.

O que está posto em causa, nessas “novas” leituras, são as evidências do estritamente bio-social, dando-se, ao contrário, relevância, aos mecanismos de linguagem, ao simbólico, e ao histórico-social. A tarefa dessa escuta é justamente se “descolar da obsessão da ambigüidade (entendida como lógica do ou/ou) para abordar o próprio da língua através do papel do equívoco, da elipse, da falta etc.” (M. Pêcheux, 1982).

A análise de discurso, tal como a trabalhamos, acolhe o jogo entre o estabilizado e o sujeito a equívoco, espaço de deslimites e indistinções.

A própria língua funciona ideologicamente, tendo em sua materialidade esse jogo, o lugar da falha, do equívoco. Como já tivemos ocasião de referir, para Pêcheux (idem) todo enunciado é “lingüísticamente descritível como uma série de pontos de deriva possível oferecendo lugar à interpretação. Todo enunciado está intrinsecamente exposto ao equívoco da língua, sendo portanto suscetível de tornar-se outro”. Esse lugar do outro enunciado é lugar da interpretação. E é porque há o outro nas sociedades e na história, segundo Pêcheux (ibidem), correspondente a esse outro linguajeiro discursivo,

que aí “pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes”.

Pretendendo-se ensinar leitura, sua aprendizagem deve fazer funcionar a inscrição do sujeito nas redes de significantes. Acontece que, na própria produção discursiva, há a inscrição do outro. Se pensamos o campo da leitura, isso fica assim: a função-autor tem seu duplo no efeito-leitor. E isto está constituído na materialidade do texto. Não se pode falar do lugar do outro; no entanto, pelo mecanismo da antecipação, o sujeito-autor projeta-se imaginariamente no lugar em que o outro o espera com sua escuta e, assim, “guiado” por esse imaginário, constitui, na textualidade, um leitor virtual que lhe corresponde, como um seu duplo. Esse é um jogo dos gestos de interpretação que se dá na ou a partir da materialidade mesma do texto e ao qual o analista deve ser sensível quando pensa o imaginário que constitui o sujeito leitor virtual e o sujeito leitor efetivo com suas determinações concretas.

Já trabalhamos alguns dos aspectos desses mecanismos, propondo a reflexão sobre o que chamamos “as histórias do sujeito-leitor e as histórias das leituras” (E. Orlandi, 1988) e também refletimos sobre a própria forma-histórica da noção de sujeito-leitor, através de sua relação com a linguagem como “intérprete” desde a idade Média até a Modernidade (E. Orlandi, idem), sem esquecer que a noção de interpretação e de intérprete são relativamente tardias (séc. XII e XIV, respectivamente).

Em um trabalho mais recente (E. Orlandi (org), 1998), procuramos caracterizar a forma histórica do leitor na atualidade, tomando como referência a escola, a imprensa, a favela, a zona rural, o cotidiano urbano, a cultura indígena, os projetos acadêmicos etc. visando compreender a constituição de um perfil lingüístico-histórico de um leitor atual brasileiro que se enquadra no que chamamos perfil “empresarial” (um leitor de quantidade, de resumos, com fins estritamente pragmáticos etc, que não “saboreia” a leitura). No confronto dessa imagem produzida para o leitor e a produzida pelo leitor, pudemos observar um sujeito se fazendo no movimen-

to de entrega e resistência, trabalhando suas contradições, o que nos levou a reconhecer não uma forma de sujeito-leitor mas várias, como efeito de resistência ao perfil do leitor ideal (o empresarial, com sua leitura linear, superficial, de aparência e em quantidade).

O que estamos propondo nessa reflexão é pensar a produção do efeito-leitor a partir da materialidade mesma do texto em sua relação com a discursividade e os diferentes gestos de interpretação que aí se dão.

SUJEITO E LEITURA

A leitura tem-me servido de ponto de apoio para compreender o discurso e os movimentos da interpretação. Em retorno – ao compreender melhor o discurso, isto é, o funcionamento da linguagem na produção da interpretação – me situo melhor em relação ao que é a leitura (E. Orlandi, 1988). Isso é assim porque a Análise de Discurso tem como objetivo romper os efeitos de evidência (expor o olhar leitor à opacidade do texto), ou seja, inaugurar outras maneiras de ler (colocando o dito em relação ao não dito, em relação ao dito em outro lugar, de outras maneiras etc).

Pensando a produção de sentidos e seus deslocamentos, quero retomar, como disse acima, o que chamei “história das leituras” e que tem a ver com a historicidade que administra (rege) a relação dos sujeitos com os textos e com o fato de que há uma história de leituras que afeta o texto. O mesmo leitor não lê o mesmo texto da mesma maneira em diferentes momentos e em condições distintas de produção de leitura, e o mesmo texto é lido de maneiras diferentes em diferentes épocas, por diferentes leitores. É isso que entendemos quando afirmamos que há uma história de leitura do texto e há uma história de leitura dos leitores (E. Orlandi, *ibidem*).

Ao situar brevemente o que é discurso, o que é sujeito-leitor e o que é o texto para a Análise de Discurso, procuro não esquecer, na relação da análise de discurso com a interpretação, que, como diz J.M. Marandin (1984) “Não se trata de uma leitura plural em que o sujeito joga para multiplicar os pontos de vista possíveis para melhor aí se reconhecer, mas de uma leitura em que o sujeito é ao mesmo tempo despossuído e responsável pelo sentido que lê”.

Considerando a linguagem como prática – isto é, como mediação necessária entre o homem e a sua realidade natural e/ou social – a Análise de Discurso vai articular o lingüístico ao sócio-histórico e ao ideológico, colocando a linguagem na relação com os modos de produção social: não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Há, entre os diferentes modos de produção social, um modo específico que é o simbólico. Há pois práticas simbólicas significando (produzindo) o social. A materialidade do simbólico assim concebido é o discurso.

O discurso, definido em sua materialidade simbólica é “efeito de sentidos entre locutores”, trazendo em si as marcas da articulação da língua com a história para significar. À diferença da Lingüística, que calcula formas abstratas, no discurso trabalhamos com o que, como expliquei anteriormente, chamo de formas materiais (lingüístico-históricas), formas lingüísticas encarnadas no mundo, significando os sentidos e os sujeitos e significando-se pelos sujeitos que as praticam.

Quando digo que o discurso é efeito de sentidos entre locutores, estou assim pensando o efeito produzido pela inscrição da língua na história, regida pelo mecanismo ideológico. Em decorrência, estou pensando a interpretação, pois a interpretação torna visível a relação da língua com a história, o funcionamento da ideologia. Não há sentido sem interpretação. A rigor, não há língua, sem interpretação, e, ao interpretar, ancoramos na textualidade.

O sujeito-leitor, por seu lado, se constitui na relação com a linguagem (enquanto intérprete) em função da textualidade, à qual se submete. O submeter-se aqui pode nos remeter ao que R. Barthes diz sobre o fato de que a leitura implica em uma inclinação do olhar, implica assim numa disciplina. O olhar inclina-se sobre o texto. Diante do texto o olhar “bate” em pontos diversos, mas pela sua inclinação, há uma disciplina que faz com que o olhar dirija-se a esse e não aquele ponto. E isso se dá face à resistência material do texto à qual o sujeito se “submete”, inclina-se.

Essa materialidade textual já traz, em si, um efeito-leitor, produzido, entre outros, pelos gestos de interpretação de quem o produziu, pela resistência material da textualidade (formulação) e pela memória

do sujeito que lê. A textualidade é feita desses gestos. Estão assim articulados os gestos de interpretação, que correspondem a pontos de subjetivação, e a formulação.

Uma das maneiras de se compreender a interpretação é observar a relação do sujeito-autor com a textualização do discurso.

Explicitar os mecanismos de produção de sentidos inscritos no texto é uma maneira de tornar visível o modo como a exterioridade (sujeito, história) está presente nele, é trabalhar sua historicidade.

TEXTO/DISCURSO

O texto, como já dissemos, é a unidade de análise. Para o leitor, é a unidade empírica que ele tem diante de si, feita de som, letra, imagem, seqüências com uma extensão, (imaginariamente) com começo, meio e fim e que tem um autor que se representa em sua unidade, na origem do texto, “dando”-lhe coerência, progressão e finalidade.

No entanto, se vemos no texto a contrapartida do discurso – efeito de sentidos entre locutores – o texto não mais será uma unidade fechada nela mesma. Ele vai-se abrir, enquanto objeto simbólico, para as diferentes possibilidades de leituras que, a meu ver, mostram o processo de textualização do discurso que sempre se faz com “falhas”, com “defeitos”. Isso mostra, por sua vez, a relação da língua com a história, que não é perfeitamente articulada, resultando de um jogo da língua sobre a própria língua, face a sua inscrição na história. É por isto que dizemos que o equívoco é constitutivo da discursividade, ou seja, o equívoco é a inscrição da falha da língua na história.

O que proponho pensar é que, na textualização do discurso, há uma distância não preenchida, há uma incompletude que marca uma abertura do texto em relação à discursividade. A multiplicidade de leituras, vista a partir dessa relação “imperfeita” do texto com a discursividade, deixa de ser algo psicológico, da vontade do sujeito, e passa a ter uma materialidade: a textualidade, enquanto matéria discursiva, dá ensejo a várias possibilidades de leituras. Como a discursividade, repetimos, se textualiza com falhas, há textos que expõem mais o sujeito aos efeitos da discursividade, face à abertura do simbólico, e, outros, menos. Isso constitui o(s) efeito(s)-leitor.

Nesse sentido é que temos afirmado que o texto pode ser considerado como uma “peça” no sentido de engrenagem. É uma peça que tem um jogo, jogo que permite o trabalho da interpretação, do equívoco. Há um espaço simbólico aberto – possibilidade do sujeito significar e se significar indefinidamente – que joga no modo como a discursividade se textualiza. A leitura trabalha, realiza esse espaço, esse jogo do sentido (memória) sobre o sentido (texto, formulações), conformando essas relações.

A leitura é assim concebida como trabalho simbólico, tendo em sua base a variação assim como o texto comporta sempre outras formulações. Sob esse aspecto podemos dizer que tanto quanto para a autoria há versões de leitura possíveis. A leitura é a aferição de uma textualidade no meio de outras possíveis.

Falando da função-autor tenho dito que ela constrói uma relação organizada – em termos de discurso – produzindo um efeito imaginário de unidade (com começo, meio, progressão, não contradição e fim). E a isto chamo textualidade. Toda vez que tenho isso, tenho a função autor, colocando imaginariamente o sujeito na origem do sentido e sendo responsabilizado pela sua produção. Faz parte, como sabemos, de nossa ideologia, que o sujeito seja responsável pelo que diz¹. Do ponto de vista da variação, ainda que o sujeito repita o mesmo, já é outro texto, outra formulação, mesmo que não mude a posição do sujeito em relação à ideologia. Embora, sem dúvida, as versões mostrem uma relação que não é rígida nem definitiva com as formações discursivas: as margens das diferentes versões exibem difíceis limites fluidos e cambiantes na relação das formações discursivas. Também no plágio se mantém a função discursiva da autoria pois o sujeito que plagia é ainda um sujeito.

Estou chamando de variação o princípio segundo o qual todo texto tem pontos de deriva possíveis, deslizamentos que indicam diferentes possibilidades de formulação. Há textos possíveis nas margens do texto. Desse modo, se temos, de um lado, a função-autor como unidade de sentido formulado, em função de uma imagem de leitor virtual, temos, de outro, o efeito-leitor como unidade (imaginária) de um sentido lido. Tanto a função-autor como o efeito-leitor atestam que no discurs-

so o que existem são efeitos de sentidos variados, dispersos, descontínuos, sendo sua unidade construção imaginária (onde intervem a ideologia e o inconsciente). Vale assim dizer que o efeito-leitor é uma função do sujeito como a função-autor. É um efeito porque resulta desses confrontos tal como dissemos. Nele aparecem os movimentos de entrega e de recusa à materialidade do texto face à memória e as condições de produção de todo discurso.

No cotidiano há muitos sentidos postos e esquecidos e que fazem efeito na maneira como produzimos sentidos seja na formulação seja na leitura. Há, por outro lado, um efeito de (autoria) leitura que faz com que haja historicização – mesmo na vida intelectual que tem seus cânones de leitura mais rígidos – deslocando gestos de leitura já postos em relação aos textos (de arquivo). Leituras de Platão, por exemplo, que se constituem a partir de um efeito-leitor que deriva para outros sentidos, ainda não experimentados em seus textos.

Pensar o texto abrindo-se para a interpretação, coloca-nos na posição de considerar que essa relação entre discurso e texto não é pois dada. Ela está sempre sendo elaborada, mesmo se, como sabemos (M. Pêcheux, 1994), há modos institucionais, na história de toda formação social, de se administrar a divisão social do trabalho da leitura, estabelecendo-se quem tem e quem não tem direito à interpretação e em que condições.

Esta elaboração contínua da relação texto/discurso pode ser observada na maneira como, nos vestígios da textualização, o sujeito se “ancora”, se “engata”, em um e não outro discurso, em um e não outro sentido. Isso certamente vai resultar em diferentes leituras. Por isso, quando digo que o texto é heterogêneo (E. Orlandi, *ibidem*), estou dizendo que ele é afetado de muitas e variadas maneiras pela discursividade.

O texto (E. Orlandi, 1996) organiza (individualiza) a significação em um espaço material concreto. A organização do texto enquanto unidade é reflexo indireto da ordem do discurso, não sendo possível se passar diretamente de um para outro. É só a teoria que permite, a partir de indícios sobre a ordem do discurso, detectar a configuração da organização das unidades do texto que são significativas em relação a essa ordem. Trata-se da relação do real do discurso com seu imaginário e que a textualidade representa.

O texto mostra como se organiza a discursividade, isto é, como o sujeito está posto, como ele está significando sua posição, como a partir de suas condições (circunstâncias da enunciação e memória) ele está praticando a relação do mundo com o simbólico, materializando sentidos, textualizando, formulando, breve, “falando”. E a leitura percorre esse processo.

Um bom exemplo, para se observar essa distância entre discurso e texto e o efeito-leitor, é o apresentado em uma manchete de jornal, da Folha de São Paulo (7-03-99), onde se lia: *Mulher ganha aliada com pílula do homem*.

Em um primeiro olhar, é preciso se reconhecer aí uma “mistura” discursiva bastante expressiva: a que articula jornalismo e ciência nisto que se constitui como jornalismo científico.

Eu havia lido nesta manchete que a mulher tinha no Viagra uma aliada, pois tinha à sua disposição um homem, digamos, mais ardoroso. Algumas alunas leram aí que a aliada era a pílula anticoncepcional, e só uma leu o que estava realmente indicado: a mulher ganhou uma pílula igual ao Viagra. Isto podia ser verificado, pois, em outro jornal, de Campinas (Diário do Povo, da mesma data), lia-se em uma grande manchete: *O Viagra da Mulher*, seguido de uma matéria onde se misturavam também argumentos de ciência clássica com ciência alternativa, falando do poder de plantas (afrodisíacas) na composição desse novo medicamento. Como se sabe, quando se fala de ciência para o homem, a seriedade posta contrasta fortemente com a discursividade que refere a ciência à mulher.

As várias leituras foram possíveis pois havia, no texto, uma possibilidade de equívoco (aliada com pílula do homem = viagra da mulher/ mulher ganha aliada = pílula anticoncepcional), que cada sujeito-leitor referiu a uma discursividade diferente: à da libertação sexual com o anticoncepcional, ou ao aumento da potência (e do prazer!) com o Viagra.

Como há uma distância entre o discurso e a sua textualização, o texto tem impressas (guarda) as marcas da textualização que é sujeita a movimento (é móvel) e que permite, em si, um espaço de interpretação (tanto de quem produz como de quem lê). Isso não se dá ao acaso mas já na construção do efeito-leitor: pela memória e pela virtualidade da posição leitor inscrita no texto, porquanto este traz em si um leitor idealizado, imaginado pelo autor, e também pelo leitor efetivo com sua memória.

Esse é o efeito material da leitura. O que é mais uma atestação da abertura do simbólico e de que não é possível falar do lugar do outro, como bem o diz M. Pêcheux (1984). Em nosso caso, o da leitura, diríamos que o sujeito não lê da posição em que o sujeito formula: ele é posto em relação a essa posição. Aí jogam diferentes leituras, diferentes gestos de interpretação, trabalhadas no/pelo efeito-leitor.

Não esqueçamos que os gestos, na perspectiva discursiva, são considerados como atos ao nível do simbólico (e não ato como um fazer como é visto na Pragmática). Ser considerado como ato ao nível simbólico é o mesmo que dizer que o gesto significa que não há linguagem sem interpretação. O que redundava em afirmar, como o fizemos no início, que não há linguagem sem ideologia.

Uma das tarefas da Análise de Discurso é trabalhar a política da língua (sujeita à equívoco) na textualidade ou, em outra perspectiva, apreender a textualização do político. As diferentes leituras podem ser compreendidas a partir dessa textualização do político, das políticas da língua que aí se constituem. E esse jogo nos / sobre os (e não dos) sentidos é a marca dessa textualização. Logo, é a materialização do político no dizer (e, por ele, temos a materialização da ideologia, presença do equívoco na relação da língua com a história). É dessa forma que podemos concluir que a leitura atesta os modos da materialização do político. Ler é fazer um gesto de interpretação configurando esse gesto na política da significação. Leituras diferentes não são gratuitas nem brotam naturalmente. Elas atestam modos de subjetivação distintos dos sujeitos pela sua relação com a materialidade da linguagem, ou melhor, com o corpo do texto, que guarda em si os vestígios da simbolização de relações de poder, na passagem do discurso a texto, em seus espaços abertos de significação.

AINDA UMA QUESTÃO DE ENTREMEIO

Então, não é no texto em si que estão (como conteúdos) as múltiplas possibilidades de sua leitura, é no espaço constituído pela relação do discurso e o texto, um entremeio, onde jogam os diferentes gestos de interpretação. Não se trata assim nem de marcas visíveis só na língua, ou só ação do contexto: são relações estabelecidas a partir de uma articulação material fundamental, a do texto com o discurso².

Isto retoma a afirmação de que a materialidade da ideologia é o discurso e a materialidade do discurso é a língua. A relação material contraditória entre língua e ideologia, apreensível nesse objeto particular que é o discurso, é que está em questão. A linearização do discurso em texto – dispoendo assim em um espaço linear com uma dimensão e direção (o texto) o que é de outra natureza material, dispersa, multidimensional e não redutível a uma relação cronológica do antes e depois (o discurso) – é que materializa a relação com a interpretação. Em conseqüência, pensando discursivamente a interpretação, podemos ter acesso a sua constituição material que é lingüístico-histórica. Sua compreensão, implica assim no trabalho – presente na relação discurso/texto – que atesta a abertura do simbólico, fazendo intervir o reconhecimento de um espaço específico que é o espaço simbólico em sua materialidade, articulando estrutura e acontecimento: sujeito-língua-história, sujeito-autor, discurso-texto. Em que, pelo que pudemos compreender, temos o eixo “organização-textualização-autoria” que especifica numa conjuntura particular – pela formulação – a relação “ordem-discursividade-sujeito”.

Dessa articulação resulta o efeito que chamamos efeito-leitor, que configura uma prática específica, a da leitura. Esperamos que, com isso, se tenha apreendido a distância entre interpretação (enquanto injunção do/ao simbólico) e leitura (prática específica institucional). Na distinção que faço entre interdiscurso e arquivo, a leitura está para o arquivo como a interpretação está para o interdiscurso (cf. E. Orlandi, 1996).

Como dissemos, na perspectiva da análise de discurso, há um saber discursivo, uma memória que não se aprende, filiações de sentidos a que, enquanto seres simbólicos, estamos sujeitos e sobre as quais não temos controle, em termos de “transmissão” de sentidos. No entanto, em termos teóricos e analíticos, temos como entrar no discurso, pela sua textualização, estabelecendo uma relação com o funcionamento discursivo, com os processos de constituição de sentidos ali inscritos e apreender assim os gestos de interpretação que os constituem, podendo aí vislumbrar a possibilidade de outras leituras.

Como resultado, não estaremos aderindo a uma posição, de forma estrita, pela mera submissão a seus efeitos, mas poderemos trabalhar

os efeitos discursivos, observando sua construção material na manifestação concreta da discursividade que é o texto. Estaremos assim compreendendo, na prática significativa, o trabalho social da leitura e nos situando, enquanto analistas, face aos modos como os sujeitos leem. Este é o primeiro passo para o ensino da leitura: pelo funcionamento discursivo, compreender como os gestos de interpretação (se) materializam o discurso no texto.

Podemos então chegar a uma proposta de ensino de leitura que se sustenta numa re-definição de leitura.

Se consideramos, como o fizemos, a textualidade como espaço aberto à significação que se trabalha pela leitura, esta aparece como trabalho simbólico. Conhecendo como um texto funciona na produção de sentido é preciso, para ensinar leitura, dar condições para que o leitor trabalhe com o que ele *não* sabe. A leitura pode ser pensada justamente como a construção dessa relação entre discurso e texto e é aí que o professor pode dar elementos para o leitor aprenderiz.

Há diferentes versões de um texto, que constituem tantas outras formulações; há diferentes versões de leitura que constituem tantos modos de compreensão distintos. Se, em outro trabalho (1988) concluí que um sentido sempre pode ser outro, neste trabalho o que aprendo é que um sentido é *no meio* de outros. O efeito-leitor se dá no reconhecimento – identificação do sujeito, gesto de interpretação – de uma leitura no meio das outras. Como sabemos, não há fecho e não há início definitivos. Esses são limites imaginários mas que se constituem em formulações cuja materialidade vai atestar a necessidade construída por eles. Uma vez postos, funcionam como se fossem indispensáveis e justificados. Em princípio não há limites estritos, mas como unidade (imaginária) significativa, o texto tem limite.

O modo que propomos de lidar com esse imaginário é trabalhar politicamente a relação dos sujeitos com os sentidos. Como dissemos, é preciso construir condições para, acolhendo sua capacidade simbólica, aumentar a capacidade de compreensão do aprendiz. Ensinar aqui significa trabalhar o efeito-leitor com o próprio aprendiz. E isto visa interferir na imagem que ele tem de texto e de leitura. Para isso é preciso mexer com a capacidade que esse sujeito tem de construir *arquivos*. Fazer presentes

textos que possam ajudá-lo a compreender um texto posto. E isso se faz por uma mexida na relação estrutura/acontecimento. A pergunta assim não é *que* texto dar mas sermos atentos aos sentidos produzidos na variedade de textos para que o sujeito apreenda o processo mais do que acumular produtos. Não é uma questão de quantidade mas de relação de sentidos na formação (qualitativa) de arquivos. Eu diria mesmo que não é o que se lê que importa na construção do arquivo ao contrário do que pensa tradicionalmente a construção de museus e bibliotecas. Pensando a relação arquivo-interdiscurso, o que importa é fazer o sujeito perceber que há relações de sentidos que transitam. Há sentidos que se enredam, que formam filiações. Para compreender, ele precisa observar essas relações na medida em que vamos introduzindo objetivos comuns. Desse modo é que procuramos modificar a imagem que ele tem de leitura, trazendo novos elementos para sua reflexão, outras maneiras de ler³. Trata-se assim de criar condições para que ele trabalhe a construção de arquivos – discursos documentais de toda ordem – que abram sua compreensão para diferentes sentidos possíveis, mesmo os irrealizados.

Daí chegarmos finalmente a uma outra definição de leitura: trabalho simbólico no espaço aberto de significação que aparece quando há textualização do discurso. Há pois muitas versões de leitura possíveis. São vários os efeitos-leitor produzidos a partir de um texto. São diferentes possibilidades de leitura que não se alternam mas coexistem assim como coexistem diferentes possibilidades de formulação em um mesmo sítio de significação. É isso que deve ser trabalhado. Simbolicamente.

NOTAS

1. O trabalho de Solange Gallo (1992) traz importante contribuição para a reflexão sobre a função-autor na medida em que aponta para o papel crucial da Escola em nossa formação social pois é esta que dá legitimidade (ou não) para o exercício dessa função. Também para a questão da textualização – ligada à autoria – há elementos produtivos na pesquisa de Gallo (1994).
2. Não esqueçamos: um discurso – por exemplo, o feminista – não é constituído por um texto só e nem mesmo só os textos existentes; ele se realiza em uma quantidade (aberta) de textos, os já existentes e os que ainda virão a existir.
3. Ao lado do ensino de leitura, em que a análise de discurso pode fornecer explicitamente subsídios, penso que a existência da análise de discurso em sua produção teórica, passada para o senso-comum, tem alterado de modo significativo as maneiras de ler. É comum as pessoas que leem se perguntarem sobre o sentido “discursivamente” (quem diz, para quem diz, como está dizendo etc).

O Estatuto do Texto na História da Reflexão sobre a Linguagem

O TEXTO COMO UNIDADE SIGNIFICATIVA

Vamos procurar compreender a presença da noção de texto nos estudos de linguagem pensando duas de suas características: a. como *unidade* e b. como unidade *significativa*.

Respondendo à necessidade de estabelecer bases para a análise, defini o texto como unidade de sentido em relação à situação discursiva (E. Orlandi, 1987). Pela consideração da materialidade do discurso e seus efeitos em sua manifestação concreta, tomo o texto, em sua representação linear e bidimensional, como contrapartida do discurso: considero o discurso no domínio teórico (efeito de sentidos entre locutores), enquanto o texto é seu correspondente no domínio da análise (como unidade significativa). Desse modo tenho procurado estabelecer o estatuto analítico do texto no próprio seio das ciências da linguagem.

Tomando em consideração as críticas feitas por autores como P. Kuentz (1981), tenho como finalidade fazer avançar a teoria e sobretudo o dispositivo analítico da Análise de Discurso face à necessidade de estabelecer procedimentos na análise do objeto discurso. Criticando a Nova Retórica – que, segundo Kuentz (*idem*), é um retorno ao velho estoque do idealismo humanista – este autor recusa (e estou de acordo com ele) a maneira como o texto, excluído no momento da ascensão da Linguística, entra por outra porta na fase de sua expansão. Mesmo que esta extensão permita reintegrar o sujeito (por uma teoria da enunciação), a situação (por uma teoria pragmática) e os enunciados complexos (por uma linguística textual), ela introduz noções frágeis como a de gênero e de autor, tal como o vê Kuentz (*ibidem*), na

herança foucaultiana, assimilados pela omnipresença do efeito literaturo na definição do objeto da análise de discurso. A redução da Retórica Literária confina ao mesmo tempo o corpus só a uma forma de materialidade, a materialidade textual, tomada nessa perspectiva como uma materialidade naturalizada que é o “lugar da ancoragem das operações de uma inclinação sobre o puro lingüístico”. A pseudo-materialidade do texto (reduzida ao lingüístico) permitiria assim ocultar a materialidade do discurso. Estamos de acordo com as críticas de Kuentz, partimos mesmo delas, mas nosso objetivo é re-definir a noção de texto a partir da materialidade do discurso, isto é, a materialidade lingüístico-histórica. Ao objeto teórico “discurso” corresponde assim o domínio analítico do “texto”, constituído pela relação da língua com a exterioridade. Trazemos para a reflexão a noção de exterioridade em sua natureza discursiva. Ao deslocar a noção de autor, desvinculando-a da tradição foucaultiana, por este mesmo gesto dei aos procedimentos analíticos uma dimensão outra que permitiu trabalhar com eficácia a relação do discurso e do sujeito com o imaginário que os constitui. No mesmo gesto, situei melhor a natureza da exterioridade que está em questão quando trabalhamos com o discurso: não simplesmente o contexto (factual) sócio-histórico mas a interdiscursividade.

UM POUCO DE HISTÓRIA

Por um recuo no tempo, aprendemos que – na relação entre a Retórica, a Dialética e a Gramática, uma se sobrepondo às outras, de acordo com o interesse variável incidindo ora sobre a conformidade com o verdadeiro ou o válido (Dialética), ora sobre o efeito buscado sobre o auditório (Retórica) ora sobre um enunciado modelo ideal (Gramática) – em um certo momento dessa história, a Retórica, mesmo se ela não pode ser considerada uma ciência da linguagem (interessando-se mais pela sua eficácia), aparece como teoria que engloba toda linguagem. Nessa conjuntura, a Gramática fica reduzida ao ensino do correto e a Dialética à ciência do raciocínio. Finalmente, a Retórica, enquanto teoria da linguagem em situação, se dilui, se desintegra e atinge seus limites, enquanto os tratados da Dialética, em especial o

Tratado do Som Vocal de Diógenes da Babilônia, parece corresponder ao conteúdo dos tratados de Gramática que nos chegaram sob a forma global das “artes” (tékhnai), que estão em sua origem. O saber gramatical então acaba por englobar a arte de persuadir e a de raciocinar. Isto vem junto com o fato de que a questão da unidade da língua e sua sistematicidade ganha a frente da cena dos estudos da linguagem. Por outro lado, a idéia de correção – que não era senão uma das qualidades do estilo – acaba por se tornar “a” qualidade e predomina sobre a arte de persuadir e de raciocinar enquanto tais. A correção vai predominar sobre as práticas dialéticas e retóricas.

Para chegar até aí houve desenvolvimentos onde jogam as práticas de linguagem, os saberes sobre essas práticas, a elaboração de técnicas, o ensino, assim como o fato de que as manifestações da linguagem, os textos, passam a ser classificados nas Bibliotecas, pressupondo pois, como diríamos em Análise de Discurso, o trabalho de arquivo (administração das maneiras de ler).

Com a Tékhne de Denis de Trácia (Século II antes de Cristo), temos uma ilustração da gramática técnica sob sua forma primeira. Em latim, as artes tardias são igualmente documentos gramaticais como os de Donato, Charisius, Diomedes, Consensius, que serão estudados em relação à descrição lingüística dos estóicos. Daí a existência de duas correntes de análise lingüística: uma que respeita os ensinamentos dos estóicos e a outra, a corrente da filologia alexandrina, pouco conforme a eles.

Devemos ainda levar em conta, nessas considerações, as discussões sobre a autenticidade (duvidosa) dos documentos que nos chegaram, documentos em que a concepção de gramática vem de uma perspectiva filológica (análise de textos essencialmente poéticos) enquanto que na sua continuação temos um material lingüístico com uma descrição detalhada das categorias de palavras e de suas diferentes características. Descrição que deriva pois de outro registro. Além disso, há também uma outra dificuldade: o plano seguido nesses documentos se inspira na descrição do significante da dialética estóica e os “artigrafos” seguem a progressão letra-sílaba-palavra-enunciado. Os dois esquemas procedem de dois pontos de vista diferentes: o primeiro tem a ver com o fato de que é preciso partir da letra para operar de

próximo em próximo, com reagrupamentos cada vez maiores; o segundo consiste em distinguir uma seqüência de aspectos coexistentes sobre toda a extensão da seqüência e que se isola por abstração (vogal [phoné], artigo [léxis], portador de sentido[lógos]); sendo a mesma realidade que se toma em consideração.

De qualquer modo, M. Baratin (1989) nos leva a observar esse problema de um outro ponto de vista. É preciso pensar, diz ele, na origem do ensino gramatical, a constituição do sistema gráfico alfabético, ou silábico. A tarefa do gramático era de ensinar a ler e a escrever comentando os textos a partir dos quais se praticava esta aprendizagem, os textos homéricos. Por outro lado, no início do século III a.C., a fundação da Biblioteca de Alexandria reuniu um número considerável de manuscritos atestando as tradições diferentes de um mesmo texto. Daí decorre a necessidade de classificar os manuscritos, de estabelecer os textos e de comentá-los: esse foi o trabalho específico dos filólogos alexandrinos, que tomou a forma de coletas de termos dialetais, poéticos, usos, monografias sobre a língua deste ou aquele autor, atualização de métodos de edição etc.

A Gramática, inicialmente prática pedagógica – ensino das letras, para aprender a escrever – começa por distinguir os sons tomando o texto como pretexto, mas se enriquece com a atividade filológica. Em um primeiro tempo, ainda distintos, o ensino gramatical e a atividade filológica tornam-se as duas faces de uma mesma especialidade: a Gramática. Em uma segunda etapa – no fim do século II e no início do I a.C. – passa-se da concepção de gramática como competência em matéria de textos para uma concepção de gramática como sistema de linguagem. Tratava-se de discernir regras gerais independentes do emprego particular deste ou aquele autor. Chega-se enfim às discussões sobre a definição de gramática: tratava-se de dar à Gramática um estatuto na escala do conhecimento (é uma ciência [tékhné]? é um saber [empeiría]?) e de precisar seu domínio (os textos, ou, mais geralmente, a língua).

Se na Retórica, no quadro de descrição das qualidades do discurso, temos a correção, a clareza, a conveniência e o ornato, na Gramática, a correção torna-se norma, resultando daí que a correção depende de regras e não das circunstâncias ou da pessoa. A correção se torna uma

questão da língua. Deixa o terreno da Retórica e torna-se o cerne de uma disciplina específica: a Gramática Sistemática (M. Baratin, idem).

Quando pensamos na origem da tékhné grammatiké (ciência das letras) um pouco antes do tempo de Platão, não podemos ignorar sua relação com a musiké enquanto “falado” ao lado da melodia e do ritmo. Aprendizagem da leitura e da escrita, a emancipação da grammatiké corresponde, diz F. Desbordes (1989), a uma nova relação com o texto: decifram-se textos desconhecidos ao invés de se contentar, como antes, em “reconhecer” um texto que já sabemos de cor (“ler”). Dissocia-se o texto de sua melodia não se deixando levar por seu ritmo mas para conhecer seu sentido. Platão, por seu lado, muda o sentido das análises dos poetas, dos músicos e dos “gramatistas” (mestre-escolas): a palavra é vista em sua capacidade de representar o real.

Essas considerações de uma história mais longa nos permitem refletir sobre a noção de texto em uma perspectiva em que a relação entre ciência e saber produz uma clivagem em que o texto aparece como o cerne de uma separação: língua/discurso, ciência da linguagem e saber lingüístico. Em uma história onde “lógos” é indiferentemente prática e objeto de conhecimento nas aventuras da relação entre Retórica/Dialética e Gramática. Não é a questão da cronologia que conta, trata-se antes de tudo para mim do modo de estabelecimento de uma disciplina e de seus territórios mais ou menos legítimos. E o texto sofre do estigma desta separação entre Retórica/Gramática/Dialética.

TEXTO E LÍNGUA(S)/DISCURSO

A questão do texto posta como questão de língua, ou melhor, das línguas, é uma questão filológica: “acontece que a história dos textos abre caminho para a das línguas” (P. Lardet, 1992).

Observando assim a questão do texto, Lardet (idem) dirá: “Gramática e Retórica, Filologia e Tradução: essas disciplinas da língua e do discurso e essas práticas do texto contribuem para desenhar uma nova tópica no quadro da qual se articula o imperativo postulado de uma razão universal e a tomada em conta de um irreduzível plural das línguas”.

O aparecimento do texto como objeto de reflexão, o texto como pretexto de estudos da língua, o texto tornando possível o estudo das

línguas, mas também o texto como unidade, o texto como entrada no sentido, eis o trajeto dessa minha reflexão. Minha finalidade é mostrar o percurso pelo qual passamos da noção de texto da Retórica para a Gramática, desta para a Filologia, para a Linguística e desta passamos, segundo minha proposta, para uma noção de texto que se dá em sua relação específica com a constituição de um objeto novo, o discurso.

A Análise de Discurso que pratico, por um gesto teórico que é uma nova territorialização dos estudos da linguagem, incorpora esta história ao mesmo tempo em que faz um salto, produzindo um deslocamento epistemológico importante: na maneira como considero o texto, não se trata do texto enquanto obra literária, não se trata do texto como pretexto para estudar a língua, ou para estudar as línguas, trata-se do texto como forma material, como textualidade, manifestação material concreta do discurso, sendo este tomado como lugar de observação dos efeitos da inscrição da língua sujeita a equívoco na história. Trata-se do texto como unidade de análise (científica) do discurso. E é essa sua qualidade teórica, o de ser unidade de análise.

No modo como penso a Análise do Discurso, esta, ao tomar em consideração o texto como forma material, manifestação concreta do discurso, torna possível a análise de seu funcionamento, não pela utilização de uma metalinguagem formal mas pelo deslocamento do lugar heurístico da interpretação: o analista não interpreta o texto; através de um dispositivo analítico, ele explicita (torna visíveis) os gestos de interpretação que textualizam a discursividade e ele interpreta os resultados dessa análise, no interior de um dispositivo teórico. Sua finalidade, como tenho insistido, não é interpretar os textos mas compreender os gestos de interpretação inscritos nos textos.

Demarcando-se da tradição que pensa o texto em relação à correção, à eficácia da palavra ou a verdade – sob os efeitos da interpretação – a análise de discurso desloca o texto dessa sombra, à margem da ciência. Pensando a linguagem, ao mesmo tempo, como raciocínio, como estilo e como língua, a análise de discurso, em relação à tradição, não pratica a separação exata entre Retórica/Dialética/Gramática, ela trabalha no espaço contraditório criado na relação disciplinar produzida nesse entremeio.

O TEXTO, AS CIÊNCIAS, A HISTÓRIA: ESTABILIDADE E VARIANÇA

Nesse passo, convido a observar como a noção de texto ganha visibilidade a partir de determinadas condições de exercício da linguagem.

Pela Crítica Genética, afirma B. Cerquiglini (1989), aprendemos a trabalhar nossa filosofia espontânea textual, de que a Filologia é a expressão. Segundo este autor, o exame genético acentua a importância do instante em que, da massa escrita preparatória, se destaca a forma publicável. Esta cesura que fixa em um texto o dispositivo plurívoco e multidimensional da escrita é crucial. Não esqueçamos que, desde o nascimento da escrita, há um sonho que se persegue: o da cópia fiel, fixação definitiva do texto nos limites bidimensionais da página (com a imprensa, infinitamente reproduzível em sua integridade): desejo do autor de um lado, de outro, o da unidade, da estabilidade, da imutabilidade, da integridade.

O gesto capital que faz chegar ao texto evoca a *assinatura*, segundo Cerquiglini (idem). O nome que se põe na folha destinada à impressão *autoriza*, permite a multiplicação singular de um fragmento da escrita e dá a esse fragmento o estatuto de um texto: ele o mune de um autor, isto é, de uma origem e de um direito; ele o dota de uma forma canônica, isto é, de uma conformidade estável. Veremos mais adiante como compreendo isto discursivamente em termos em que a noção de *forma material*, na perspectiva do estudo da materialidade do sentido e do sujeito, desterritorializa este modo de conceber o texto e o autor.

Na perspectiva da crítica genética, tomada por Cerquiglini (ibidem), a assinatura é a escritura última em que se ligam o gesto institucional e jurídico, o gesto técnico e o gesto da impressão em seu apogeu: o Texto, a Imprensa Industrial e a Modernidade se fazem Um.

A informática, tecnologia nova, retoma, à profusão, um escrito móvel, diverso e flutuante. Ele estaria então em causa? Não. Cerquiglini (ibidem) – e estamos de acordo – não toma a defesa do oral, do corpo, da voz. A promoção da oralidade no meio de muitos discursos críticos, diz ele, é um sintoma enganador. A mutação técnica, e cultural, de que participamos, não coloca em causa a escrita. A informática é uma técnica da escritura, introduzindo procedimentos novos de escrita e leitura. É no interior da escrita, diz Cerquiglini, que se fraturam mais profundamente nossos hábitos

intelectuais: nossa concepção de textualidade está em jogo. E, eu acrescentaria, a divisão do trabalho do conhecimento.

Por outras razões, de ordem discursiva, estou em pleno acordo com Cerquigliani: há seguramente, com as novas tecnologias de linguagem uma re-organização do trabalho intelectual (E. Orlandi, 1996). Por outro lado, e por razões que incluem essas novas tecnologias, tenho insistido (idem) em como a própria noção de autoria, ou melhor a forma histórica da autoria, está mudando. Quanto ao fato da necessidade de um deslocamento de nossa concepção de textualidade, é justamente aí que se pode ver mais claramente a contribuição da Análise de Discurso como exponho em seguida. E a questão que coloco é: a formulação (atualidade) pode atingir a instância da constituição (memória) dos sentidos? Para responder a esta questão é preciso fazer entrar em consideração a forma-sujeito-autor que faz mexer com a forma-sujeito-histórica que, por sua vez, produz um deslocamento na própria forma-sujeito da linguagem. Para respondermos à questão da textualidade, devemos antes responder à questão da forma-sujeito-autor.

Esse percurso que nos mostra Cerquigliani, que liga texto/impressão/modernidade – pela ligação do texto com sua função-autor, sacralizando-o – se completa onde a noção de autor faz um todo com a assinatura, no instante único de onde se destaca a forma publicável (ou pública), a *obra*. Já no início do século XVII, esta assinatura lhe dá um espaço, o da sua casa, que não é o espaço e o tempo da fabricação do texto. No século XVIII esta já é uma prática instituída. Multiplica-se o que o autor julgou conforme descarregando sobre ele a responsabilidade do texto, ao mesmo tempo em que aquele que imprime lhe reconhece um poder e um direito: o autor transforma a obra em um texto imutável que ele garante, por si. No século XIX o texto moderno se acompanha de um imprima-se que institui o corte profundo e definitivo entre o ante-texto (pré-texto) e o texto definitivo.

Traduzindo em termos de análise de discurso, podemos dizer que isto corresponde ao texto como unidade significativa em relação à situação: a imprensa (em que se desloca a relação causa/efeito), o contexto

(situação: representada no imaginário da separação objetivo/subjetivo), os sujeitos (onde trabalha a relação imaginária entre exterior/interior). O pessoal polimorfo cede seu lugar ao imutável público e múltiplo. Nos termos discursivos, que são os que proponho, o autor é *posição-autor* e não autor empírico: é um lugar, no imaginário, constituído pelo confronto do simbólico com o político.

Por outro lado, o estudo do texto – de peça de linguagem na Retórica passa a exercício pedagógico e chega a coisa daquele que a concebeu, em que a idéia de propriedade literária adquire força de lei regida pelo direito enunciado: de origem e paternidade do autor – deixa o terreno da Retórica para a Gramática e para a Filologia, antes de chegar à Linguística e à Análise de Discurso.

Segundo Foucault, a idéia de autor se instala no centro da noção de texto que se torna “obra de”. O legislador traduz em termos jurídicos o que existia nas mentalidades: a noção de autor. A invenção da imprensa não é apenas técnica: ela implica uma outra relação com o texto. Mesmo se podemos falar em uma prática e mesmo em uma figura de escritor na Idade Média, a emergência da noção de autor – do século XVI ao XIX – é lenta. Sob a fratura da antiga Retórica nos diz Cerquigliani (ibidem) a noção pós-clássica de “*Belles Lettres*” adquire sua importância. Fratura que vem da perda da *pronuntiatio* e da *memoria* (em proveito do teatro), e depois da *inventio* e da *dispositio* (que passou para a lógica) reduzida à *elocutio*, arte de puro ornamento, talento daquele que *sabe dizer*. Sem mencionar, e isso acrescentamos, no caso do “saber dizer” a passagem do beletismo para o jornalismo (mídia).

Passando do mecenato real para a autonomia financeira, o escritor acaba por obter os direitos sobre as tiragens e edições posteriores.

Consideremos finalmente os aspectos paratextuais: a primeira página levava às vezes o nome do autor, nos editores humanistas. Era sobretudo uma parte de ilustração que, no século XVII, torna-se informação necessária. É bastante recente o hábito que define a obra impressa sob a autoridade nominal do autor: aquele ao qual se atribui a imutabilidade da letra. Este caráter imutável joga fortemente na definição do texto, como veremos mais adiante.

Enfim, os aspectos jurídicos: a gênese do conceito de autor que constrói a noção de texto se realiza no final do século XVIII por decretos que limitam os privilégios dados aos livreiros (evolução completada pelo decreto de 21 de julho de 1793 que dá ao autor um direito soberano).

UMA DISCIPLINA DA LINGUAGEM NO SÉCULO XIX

A noção de autor assim constituída se expande no século XIX, rege os comportamentos intelectuais e dá nascimento a uma ciência particular e fundamental, a Filologia: ciência moderna do texto moderno, aplicada a objetos antigos.

É uma ciência da linguagem marcada pela escrita e pela cultura da imprensa. A escrita, sabemos, tem conseqüências importantes que favorecem a reflexão sobre o signo e sobre a língua, sobre a constituição das línguas nacionais, com ecos sobre as formas da vida social, a institucionalização das relações sócio-históricas.

Há, por outro lado, um aspecto que toca o desenvolvimento dos estudos filológicos que nos interessa mais particularmente: é a questão do múltiplo, do estável, da origem, da autenticidade, da obra e da unicidade. Por volta do século VII temos a representação gráfica, a segmentação em palavras e a pontuação, conjuntamente. Elas constituem um fato para o texto. A segmentação é um gesto mínimo de escrita, de reflexão gramatical empírica explícita. À segmentação canônica das palavras (no oral) corresponde, no trabalho do editor, a segmentação da frase: ela começa pela maiúscula e termina por um ponto final. Não se trata aí de um critério sintático mas empírico.

Falando de Idade Média, diz Cerquiglini (ibidem): “a situação medieval é exemplarmente pré-moderna. Ela desorienta uma filologia que nasce no início do século XIX em que o texto conquista a reprodução imutável e quase perfeita, um teor atestado, uma paternidade legal (...) A Filologia medieval é o luto de um Texto, o paciente trabalho dessa privação”. Não é a cultura do impresso mas do manuscrito: “a obra escribal é um comentário, uma paráfrase, o a-mais do sentido, e da língua, trazida para uma letra essencialmente não-completada. Não é no narrado ele mesmo que reside a originalidade mas sobretudo na

forma da narrativa”. Justamente o que proponho, ao pensar o texto, enquanto forma, unidade imaginária, formulação.

A variante, eu diria, é mais uma escrita, ou melhor, uma outra manuscrita, em que a (manu) mão, enquanto corpo, falha, tornando possível um gesto outro. O sentido labora a sua materialidade nas diferentes versões/manu-escriturações. Veremos mais além que, também do ponto de vista discursivo, a forma (o como se diz) importa mais do que o que se diz. Jogo da paráfrase e da polissemia, a noção de variante em Análise de Discurso vai ganhar uma outra dimensão, um outro estatuto heurístico. Tratadas, na elaboração de Foucault como comentário, e, no que tenho proposto, como reformulação, paráfrase, resignificação, deriva (M. Pêcheux, 1981), deslizamento, versões.

Nessa perspectiva que proponho, assim como re-signifiquei a noção de autoria, penso poder também deslocar a de comentário, já que ela não se limita, para mim, só a uma questão formal, de repetição, mas de formulação, portanto tendo a ver com a autoria (função do sujeito). O sujeito por sua vez não (re)formula apenas em um sentido superficial, ele entra em relação com o corpo da linguagem, com o acesso ao acontecimento; ele desliza. A noção de comentário, em Foucault, inscreve-se nos processos de disciplinarização do discurso, a domesticação da diferença. A noção de versão, como a introduzo, remete à dispersão.

Na filologia do texto, do impresso, toda variante no entanto, é tomada como falha, como erro: reconstrução do sentido, da língua, do texto. Procura-se o fantasma de uma língua primitiva cujo traço essencial é a perfeição, a regularidade perfeita. Do ponto de vista textual, as versões são degradações.

Mas se, na reflexão, os diferentes momentos das ciências da linguagem se acompanham de diferentes formas de relação do sujeito com a língua, correspondendo às formas das práticas materiais do dizer, em relação ao sentido, ao texto, nós temos hoje novas tecnologias de linguagem, em que, como na Idade Média, se trabalham similarmente as variações, mas por razões simbólicas, históricas, políticas completamente diferentes.

Na Filologia medievalista de que nos fala Cerquiglini (ibidem), tem-se a variação na “oratura” (mistura de oral e escritura) enquanto que

nas novas tecnologias de linguagem podemos considerar a variação pelo que eu chamaria de nova organização da escrita (escritorialidade).

Temos aí elementos importantes em nossa reflexão apontando a mudança de terreno teórico que produz a Análise de Discurso e que elaboro com meu trabalho sobre texto. Porque, como veremos no próximo capítulo, a noção de “variante” (variação) adquire, segundo o que estou colocando, uma dimensão importante com outro estatuto heurístico em que o sentido trabalha em sua materialidade as diferentes versões (manu-escrituras): um sujeito que não coincide consigo mesmo, um dizer que não é um produto direto da memória que se linearizaria sem falhas no espaço ou no tempo. Pouco importa: a variação está na base do texto. A variação é a condição da formulação, que permanece nas múltiplas possibilidades que aí se inscrevem

O que estou propondo com esta reflexão é explicitar o lugar heurístico do texto e, ao mesmo tempo, dar-lhe um estatuto preciso como unidade de análise. Partimos assim do texto e não do enunciado. E é, pois, em relação ao texto que devemos proceder à análise daquilo que, em M. Pêcheux (1981) são os pontos de deriva, que, agora pensados em relação ao texto em sua unidade, e não ao enunciado, é a variação. Nem o luto de um Texto, nem degradação, a variante é a base da textualização, está na base do texto. É sua fonte. Como veremos, fazendo intervir a questão da completude, da linearidade e do jogo entre formações discursivas, o texto é carregado de discursividades superpostas que não estão (não podem estar) perfeitamente articuladas na espacialização linear do texto, ou seja, não cabem na linha. A formulação é assim um gesto que se confirma (con-figura, con-forma) no meio da variação: o sentido sempre poderia ser outro. Mas não é. Se não fosse a variação não haveria necessidade da formulação. E esta é mais uma particularidade da relação entre constituição/formulação, memória/atualidade. Tudo sendo parte do que estamos chamando textualização do discurso.

E VEIO A LINGÜÍSTICA

Catalizando o movimento intelectual da época, numa relação crítica com os estudos históricos do século XIX, no século XX, a Lingüística,

estudo da sistematicidade da Língua, estabelece seu método, seu objeto, suas unidades, seus níveis de análise, em que o texto não está incluído.

Em Benveniste (1966), podemos ler que os níveis da análise Lingüística vão dos merismas (traços distintivos de fonemas) até a frase (unidade constituída por unidades menores que são os sintagmas). O critério para o estabelecimento dos limites é o fato de uma unidade ser decomponível em unidades menores e compor uma unidade de nível superior. As operações que regem esse procedimento são a segmentação e a substituição. Abaixo dos merismas, não há linguagem, os sons aí são objeto não do lingüista mas da física. Acima da frase, não há possibilidade de se fazerem inventários: que frases comporiam um texto? (estaria aí sugerida a presença da poética, da literatura?). A Lingüística se constitui analiticamente entre esses dois limites: um, mínimo, outro, máximo.

Privilegiando o sentido e atravessando criticamente o isomorfismo – o mesmo procedimento analítico para todos os níveis – o texto se coloca como uma linha divisória.

Segundo M. Pêcheux (1969, p.16) “os fenômenos lingüísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento, mas com a condição de se acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente lingüístico, no sentido atual do termo, e que só podemos defini-lo em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto do discurso, mecanismo que chamamos “condições de produção” do discurso”. Acrescenta ainda: “é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma seqüência lingüística fechada sobre ela mesma, mas é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção(...)”. Muito já se fez em análise de discurso depois desse texto de M. Pêcheux, mas aí já está enunciada a relação com a variação, com a língua, com a história, com a exterioridade (interdiscurso). Em um texto tem-se a presença-ausente de um conjunto de discursos possíveis numa relação regrada com as condições em que ele se produz. E é isto que vamos explorar em seguida.

O que faremos aqui é, partindo dessas afirmações de M. Pêcheux, e assumindo uma posição que é a nossa, mostrar como a noção de texto, pensada na relação do sujeito com o sentido pode adquirir uma função analítica central na Análise de Discurso. É o que tenho tomado como base da análise, relacionando, no tratamento da formulação, a paráfrase e a metáfora.

ENFIM A ANÁLISE DE DISCURSO

A mudança de terreno produzida pela Análise de Discurso permitiu-me deslocar a noção de texto, redefini-la, pensando ao mesmo tempo um outro estatuto para a noção de autor, deslocando também a relação entre escrita e leitura. Isso nos permitiu ultrapassar o estigma histórico da separação Retórica/Dialética/Gramática, em que se oscila, permanentemente ao longo dessa história, entre Ciência e Saber, Teoria e Prática, desde que se introduz, na reflexão, a noção de texto e, com ela, a de situação. Como veremos mais adiante, é a noção de situação, re-pensada em termos do que chamamos “exterioridade constitutiva”, que está aqui em jogo. O falso dilema posto nessa oscilação é ter no texto o pretexto da gramática ou a peça literária.

A Análise de Discurso se define pela sua proposta das novas maneiras de ler, colocando o dito em relação ao não dito, ao dito em outro lugar, problematizando as leituras de arquivo, expondo o olhar leitor à opacidade do texto.

As palavras não significam em si. Elas significam porque têm textualidade, ou seja, porque sua interpretação deriva de um discurso que as sustenta, que as provê de realidade significativa. E sua disposição em texto faz parte dessa sua realidade. É assim que na compreensão do que é texto podemos entender a relação com a exterioridade (o interdiscurso), a relação com os sentidos. O texto é um objeto lingüístico-histórico.

O deslocamento fundamental que tenho proposto, guardando a perspectiva da Análise de Discurso, é a redefinição de texto junto ao de exterioridade. O discurso é o lugar de observação do contato entre a língua e a ideologia, sendo a materialidade específica da ideologia o discurso e a materialidade específica do discurso, a língua. O texto, re-

definido, deve ser então considerado como o lugar material em que essa relação produz seus efeitos, apresentando-se imaginariamente como uma unidade na relação entre os sujeitos e os sentidos.

A formulação da linguagem em texto – textualização – faz-se “às expensas” da relação com o interdiscurso que, por si, é irrepresentável. A formulação dá corpo aos sentidos, dá-se corpo em palavras; nesse processo entra o imaginário, a ideologia, de modo central (gesto de interpretação). Nesse imaginário está inscrita a domesticação da dispersão real dos sentidos (e dos sujeitos) que “inunda” todo texto pela invasão de sentidos das diferentes discursividades que o atravessam, como veremos em nosso próximo capítulo.

A especificidade da Análise de Discurso está em que o objeto acerca do qual ela produz seus resultados não é um objeto só lingüístico mas um objeto sócio-histórico onde o lingüístico intervém como pressuposto. A análise concreta de uma situação discursiva concreta exige que a materialidade discursiva em uma formação ideológica seja concebida como uma articulação de processos: o texto não é um conjunto de enunciados portadores de uma e até mesmo várias significações. É antes um processo que se desenvolve de múltiplas formas, em determinadas situações sociais (P. Fiala e C. Ridoux, 1973).

O texto não pode assim ser visto como uma unidade fechada pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginados), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação) e com o que chamamos exterioridade constitutiva, ou seja, o interdiscurso, a memória do dizer (o que fala antes, em outro lugar, independentemente).

No século XIX, a noção de história relacionada à língua a atomizava, vendo nessa relação uma dimensão temporal expressa na forma da cronologia e da evolução. Após a Lingüística, com a noção de língua como sistema, transforma-se essa concepção de história e também a de língua como seu produto. A análise de discurso aprofunda essa diferença epistemológica, pensando a historicidade na relação da estrutura com o acontecimento. Isso produz efeitos sobre a noção de texto. Se se pode pensar uma temporalidade, essa é uma temporalidade interna, ou melhor, uma relação com a exterioridade tal como ela se

inscreve no próprio texto e não como algo lá fora, refletido nele. Não se parte da história para o texto – avatar da análise de conteúdo – se parte do texto enquanto materialidade lingüístico-histórica. A temporalidade – na relação sujeito/sentido – é a temporalidade do texto. Não se trabalha assim a história refletida nele mas a historicidade do texto, isto é, trata-se de compreender como a matéria textual produz sentidos. É pois a possibilidade das formulações, o acontecimento (significante) do discurso em texto, o trabalho dos sentidos nele que chamamos sua historicidade. Há uma ligação entre a história lá fora e a historicidade do texto (a trama dos sentidos nele), mas ela não é nem direta, nem automática, nem de causa e efeito, e nem se dá termo-a-termo. Esta é uma relação complexa que não se explica pelas teorias da literalidade e que tampouco permitem pensar os textos enquanto documentos, enquanto “conteúdos” da história. Os textos, como diz Foucault, são “monumentos”.

Por sua historicidade, por seu modo de produzir sentidos, podemos dizer que um mesmo texto é atravessado por várias formações discursivas. Há uma relação (discurso/texto; autor/sujeito) que se faz da dispersão para a unidade, produzindo uma relação representada entre linguagem e história. Há diferentes processos de significação que acontecem no texto, processos que são função da historicidade, ou seja, da história do(s) sujeito(s) e do(s) sentido(s) do texto enquanto discurso. O objetivo da análise é então compreender como um texto funciona, como ele produz sentidos, sendo ele um objeto lingüístico-histórico. É apreender sua historicidade.

Não é objeto de nosso interesse, nessa perspectiva, a organização do texto. O que interessa é como o texto manifesta concretamente a ordem do discurso com sua materialidade. O texto representa um conjunto de relações significativas individualizadas em sua unidade. Portanto, na dispersão de textos que constituem um discurso, a relação com as formações discursivas em suas diferenças é elemento fundamental que constitui o que estamos chamando historicidade do texto.

Se assim é, podemos dizer que à Análise de Discurso não interessa o texto como objeto final de sua explicação mas como unidade que lhe permite ter acesso ao discurso. O trabalho do analista é percorrer a via

pela qual a ordem do discurso se materializa na estruturação do texto. Se o texto é, como dissemos, a unidade de análise afetada pelas condições de produção e pela memória, ele é, para o analista, o lugar da relação com a representação física da linguagem, onde ela é som, letra, espaço, dimensão direcionada, tamanho – material bruto – mas é sobretudo espaço significante. E não é sem interesse procurar saber como se põe um discurso em texto já que o texto se apresenta ao analista como manifestação material do discurso.

Por outro lado, o texto é lugar de jogo de sentidos, de trabalho da linguagem, de funcionamento da discursividade. Sendo assim, ele é trabalho de interpretação. É tarefa do analista compreender tanto como os sentidos estão nele quanto como ele pode ser lido. Esta dimensão ambígua da historicidade do texto mostra que o analista não toma o texto como o ponto de partida absoluto nem como ponto de chegada. Ele o considera como lugar em que se podem observar os gestos de interpretação dos sujeitos. O texto é parte de um processo discursivo mais abrangente. Com os resultados da análise não é sobre o texto que fala o analista mas sobre o discurso. Uma vez atingido o processo discursivo que é o que faz o texto significar, o texto, ou os textos particulares analisados desaparecem como referências específicas para dar lugar à compreensão de todo um processo discursivo do qual eles – e outros que nem mesmo conhecemos – são parte. Não são pois só aqueles textos os responsáveis pelos processos de significação que se atinge, e eles não estão tampouco relacionados só aos processos que eram objeto de sua análise. Eles são matéria provisória da análise. Também isto indica a abertura do simbólico e a incompletude da linguagem.

CONSIDERAÇÕES MATERIAIS

Em relação ao discurso, é preciso considerar as posições do sujeito, a regionalização dos sentidos, a projeção histórica, política, sobre a linearidade (textualidade) em que funciona abundantemente a ideologia (e o inconsciente). Nessa direção da reflexão, tenho re-definido a ideologia como fato da interpretação (E. Orlandi, 1990) em que se confrontam o simbólico e o político.

Desloco as noções de história, de político e de ideologia para o campo dos estudos da linguagem. O político é aqui compreendido de um ponto de vista discursivo sendo definido pelo fato de que o sentido é sempre dividido, esta divisão tendo uma direção que não é indiferente às injunções que derivam da forma da sociedade tomada na história em um mundo significado e significante, em que as relações de poder são simbolizadas. Por outro lado, a ideologia refere o próprio fato de que a língua não é transparente e que há injunção à interpretação em condições de produção em que joga a relação dos sujeitos com os sentidos, no mundo. Sem esquecer que esta relação é trabalhada pelo equívoco, compreendido como inscrição da falha da língua na história.

Há um longo percurso entre o interdiscurso (memória do dizer), nível de constituição do discurso, e o texto (intradiscurso), nível da sua formulação: ordem das palavras, repetições, relações de sentidos, paráfrases que diluem a linearidade mostrando que há outros discursos no discurso, que os limites são difusos, passando por mediações, por transformações, relação obrigatória ao imaginário.

Um texto tem em suas margens muitos outros textos, as famílias parafrásticas, indicando tantas outras formulações – textualizações – possíveis no mesmo sítio de significação e que se organizam em diferentes espaços significantes. Cada texto tem os vestígios da forma como a política do dizer inscreveu a memória (saber discursivo) na sua formulação. Um texto é sempre um conjunto de formulações entre outras possíveis, movimento do dizer face ao silêncio tomado aqui como horizonte discursivo, o “a dizer” e não o vazio (E. Orlandi, 1996^a).

Locus de tensão entre a formulação (atualidade) e a constituição (memória), há um movimento contínuo no texto entre Unidade e Dispersão (E. Orlandi, 1987), entre paráfrase e polissemia (E. Orlandi, 1983). Se, enquanto unidade empírica, o texto é uma unidade com limites – começo, meio, progressão e fim – e, enquanto unidade imaginária, ele também se representa em sua unidade organizada, enquanto unidade discursiva é uma unidade aberta.

TEXTO/DISCURSO

Como dissemos anteriormente, consideramos o texto como unidade de análise. É uma unidade feita de som, letras, imagens, seqüências, com uma extensão dada, com (imaginariamente) um começo, meio e fim, tendo um autor que se representa em sua origem com sua unidade lhe propiciando coerência, não-contradição, progressão e finalidade (Foucault, 1971). O texto se apresenta como um todo em sua unidade.

Insisto em que retomo a função-autor na inspiração foucaultiana mas deslocada. Como sabemos, é um princípio da Análise de Discurso de que não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia. A forma sujeito histórica que corresponde à nossa forma social é a de um sujeito dividido: sujeito a e sujeito de, ele é ao mesmo tempo livre e responsável, determinando o que diz mas determinado pela exterioridade (algo fala antes, em outro lugar, e independentemente). A esta forma-sujeito corresponde uma função-autor. Para mim, a função-autor é uma função do sujeito concebido na linguagem e na história, e não o autor (escritor/obra, como em Foucault, retomado por Cerquiglini). A diferença corresponde justamente à maneira como considero as condições de exercício da linguagem e sua possibilidade de análise por sua forma lingüístico-histórica, sua descrição pendularmente alternada com a interpretação. Minha proposta de-sacraliza o texto e o autor. Estes se atualizam no ordinário do dizer, toda vez que o sujeito se coloca, imaginariamente, na origem do que diz produzindo uma unidade de sentido em relação à situação. A função-autor, como a concebo, realiza o imaginário da unidade e a ilusão do sujeito como origem e é a que está mais exposta às injunções sociais e históricas, à normatividade institucional.

Além de distingui-la da filiação foucaultiana, também a elaboro enquanto função discursiva, ao lado das funções enunciativas de locutor e de enunciador (O. Ducrot, 1980) distinguindo-a da filiação semântica.

Há uma injunção à textualidade na linguagem e não há texto sem autor. Há função-autor desde que haja um sujeito que se coloca na origem do dizer, produzindo o efeito de coerência, não contradição, progressão e fim. Para mim, a autoria é uma injunção do dizer assim como o é a interpretação: face ao sujeito, todo objeto simbólico deve

produzir sentido. Do mesmo modo, para significar estamos sempre interpretando, mesmo sem o reconhecer, e “assinamos” embaixo de “nossas” palavras, assim nos constituímos autores de nossos textos. A produção imaginária da unidade é um dos efeitos dos mais importantes da função-autor, tal como a penso no ordinário do discurso, no cotidiano das palavras. Tanto para a oralidade como para a escrita. A relação é pois autor/ texto e não autor/obra. Observe-se que, se desloca a função-autor, também a noção de comentário (face a um texto originário) se desloca, e isto será objeto de minha reflexão em outro capítulo.

Por outro lado, a passagem do discurso a texto desemboca necessariamente na consideração do espaço-tempo (linearidade) e da dimensão (extensão de um corpo) da linguagem colocando em relação o comensurável com o incommensurável, o empírico com o simbólico e o político. O acontecimento do significante é limitado no tempo e no espaço, em sua representação.

Se a discursividade é inscrição dos efeitos materiais da língua (capaz de equívoco) na história, a materialidade do discurso faz efeito na textualização. Em outras palavras, a decalagem, distância não preenchida, o desvio que habita toda textualização do discurso marca uma relação que não é perfeitamente articulada em relação à discursividade. A multiplicidade de leituras possíveis, como dissemos, atesta o equívoco nessa falha¹.

Nos *vestígios* – e devo observar que esta noção tem em meus trabalhos um valor conceptual específico, já que a considero em oposição a marca, sendo esta ou da instância formal ou empírica – da textualização, pelo jogo da interpretação, nós observamos como o sujeito está ancorado no discurso, em uma formação discursiva, em um sentido, produzindo este texto e não outro texto qualquer, realizando o imaginário discursivo da unidade, da sua autonomia, da sua responsabilidade, face aos sentidos.

INCOMPLETUDE

Não é inútil reafirmar que o discurso é sempre incompleto assim como são incompletos os sujeitos e os sentidos. Compreen-

demo a identidade como um movimento na história e os sentidos como trajetões simbólicas e históricas não terminadas (E. Orlandi, 1990). A incompletude é o índice da abertura do simbólico, do movimento do sentido e do sujeito, da falha, do possível.

A ordem do discurso – efeito de sentidos entre locutores – se materializa no texto, materialização de que a organização textual é o vestígio.

Passamos, através de mediações, do interdiscurso (memória) ao texto acabado (formulação). Essas passagens deixam vestígios materiais de processos discursivos complexos, indiretos.

O sujeito pragmático – que necessita (se imagina) viver em um mundo semanticamente normal, com coisas a saber que lhe dão as suas garantias – tem necessidade de administrar sua relação com a incompletude da linguagem. De um modo semanticamente normal. É uma necessidade pragmática (não confundir com a necessidade da Pragmática)²: o sujeito de linguagem precisa de um enunciado que acaba, de um texto com começo, meio, progressão e fim; ele tem necessidade também de imaginar que começa ou pode começar e terminar sua fala. Um sujeito, ele também, semanticamente normal.

Do ponto de vista discursivo, não há um fim punctual como não há um começo absoluto, uma inicial total. É ao autor, enquanto função-sujeito, que cabe a representação de que ele começa e termina seu texto³. Incompletude do sujeito, vocação totalizante do autor; incompletude do discurso, acabamento do texto. De um lado, dispersão do sujeito e do discurso, de outro, unidade do texto e do autor, em que a linguagem adquire, em seu imaginário, dimensões precisas, com recortes, segmentos, tamanhos. O bom tamanho do bom uso; disposto em uma linha do tempo (se oral), ou do espaço (se escrito). A forma da função-autor na sua relação com o texto se materializa em uma relação consistente com a forma-sujeito histórica.

Se a discursividade é incommensurável em seu real, o texto representa imaginariamente o dizer como uma extensão com limites, pausas, beiradas (bordas) possíveis. E o autor se representa como responsável na origem do texto que produz.

INTERDISCURSO, FORMAÇÕES DISCURSIVAS E PONTOS DE SUBJETIVAÇÃO NO TEXTO

A noção de formação discursiva permite-nos observar – e qualificar – as diferenças produzidas na textualização do discurso. Diferenças que têm um caráter particularmente produtivo na relação entre a constituição e a formulação. Todo texto é heterogêneo (E. Orlandi, 1987) do ponto de vista de sua constituição discursiva: ele é atravessado por diferentes formações discursivas, ele é afetado por diferentes posições do sujeito, em sua relação desigual e contraditória com os sentidos, com o político, com a ideologia.

O interdiscurso (memória) determina o intradiscurso (atualidade), dando um estatuto preciso à relação entre constituição/formulação caracterizando a relação entre memória/esquecimento e textualização. As diferentes formações discursivas regionalizam as posições do sujeito em função do interdiscurso, este significando o saber discursivo que determina as formulações. A relação do sujeito com a memória se materializa na relação sujeito/autor, discurso/texto.

Na textualização, a forma da organização do dizer reflete o jogo das diferentes regiões de significação. O espaço de interpretação no texto atesta a materialização do político, por esta partição do texto que projeta as diferentes formações discursivas, em diferentes pontos de subjetivação, diferentes posições do sujeito, dispersas na textualidade.

Como os significantes não estão soltos, eles se realizam na historicidade e se espacializam na medida em que se coloca o discurso em texto. O texto, por sua vez, diz o jogo das diferentes formações discursivas em suas delimitações recíprocas: a textualização do discurso se faz com falhas, ou seja, o discurso pode se representar em diferentes “versões”, distintas formulações que se textualizam. As *versões* não são aqui consideradas como defeitos mas como o impossível da unidade: a variação, como dissemos, é a base do texto, é a condição da formulação (das formulações). Elas são a projeção não coincidente no espaço da unidade textual.

A operação descritiva correspondente, na análise de discurso, não é a segmentação mas o recorte (E. Orlandi, 1979) porque não se trata

de um outro nível da análise lingüística, trata-se antes do texto como unidade de análise de outra natureza – discursiva – em sua forma material. E o recorte é a operação capaz de levar em conta essa distinta natureza material da linguagem. Na unidade textual, pelo jogo das diferentes formações discursivas que aí são projetadas (refratadas), é preciso compreender a variação. Nessas condições, o plural não é a repetição do mesmo (que se multiplica) mas a distância constitutiva de toda formulação, deslocamento que impede a repetição estrita, exata.

O discurso se representa assim na sua materialidade lingüístico-histórica por uma matéria empírica, o texto, que lhe é heterogênea (relação entre “lógos” e “res extensa”).

O que aí está em questão é a *forma material*, na projeção da discursividade no texto.

Atrás da organização da linearidade textual o analista deve “aprender” a ordem significante do discurso na produção dos efeitos de sentidos⁴. Nos bastidores da encenação dos sujeitos e dos sentidos, as formações discursivas, o interdiscurso fazem seu jogo.

A INDECISÃO DO TEXTUAL

Nos limites difusos e moventes em que o texto é o vestígio de textualizações possíveis, onde um sítio de significações permanece aberto a outras tantas textualizações, há ameaça da proliferação sem limite, a invasão selvagem do empírico no simbólico, invasão da posição sujeito por outras regiões de sentidos possíveis (diferentes formações discursivas no mesmo espaço significante), uma relação não fechada, um espaço simbólico em que o sujeito por sua função-autor trabalha a formulação, a reformulação, o horizonte possível do reconhecimento e do deslocamento dos limites do dizer. Repetição e deslocamento. Paráfrase e metáfora. Às margens do texto, textos fantasmas diluem as bordas da textualização, seus limites. Desse ponto de vista, um mesmo texto, imaginado, volta sempre, fazendo seu retorno em várias retomadas por um sujeito autor que trabalha diferentes formulações (versões) em uma história inacabada das diferentes textualizações possíveis. Ao longo de toda uma vida não é talvez senão o mesmo texto que trabalhamos incessantemente, acrescentando,

transformando, repetindo, à busca de sua forma mais acabada. A relação com a alteridade constitutiva – interdiscurso, ideologia, interpretação – está presente na relação do sujeito com ele mesmo e com outras posições sujeito atestada por esses incertos limites do texto.

Um mesmo sítio de significação pode ser objeto de inúmeras textualizações possíveis. Um exemplo disso é o que se apresenta em nossa experiência, quando queremos mudar sentidos em um texto que estamos produzindo e, para fazê-lo, não bastam algumas “correções”. Para reformular temos de começá-lo de novo, em outro lugar, de outro modo etc porque ele aponta para sentidos já determinados. E isso aparece na direção (fim) que ele indica, na forma de sua progressão. Já “ancorou” o sujeito em sua autoria, já o comprometeu com certo modo de significar, já se inscreveu em uma formação discursiva determinada. São frágeis e, ao mesmo tempo, fortíssimos, esses limites.

No confronto de gestos de interpretação, expressão do confronto do simbólico com o político, há a presença ausente de outras formulações possíveis, forma da política do dizer.

No imaginário pragmático do sujeito responsável, regido por sua vontade, representa-se um sujeito capaz de unidade, de progressão, de completude e, por sua vontade e espírito de decisão, um sujeito capaz de distinguir e de praticar o bom uso e a boa medida da língua no texto, embora, dado seu modo de constituição, ele está também sujeito à incompletude, à indistinção. É esta contradição que ele deve ajustar na superfície textual por sua função de autor.

Há, por assim dizer, uma dimensão (tamanho) simbólica do sujeito indiretamente significada na sua função-autor, que pratica a textualização.

Como intervém – dada a relação com a alteridade, isto é, com a historicidade, sua exterioridade constitutiva – esta invasão, esta intrusão de outros discursos na relação com a memória, já que esta não é representável, mensurável? A dimensão simbólica do sujeito – disperso – tem sua contrapartida na dimensionalização do texto (extensão física, manifestação concreta, representação). A forma-sujeito histórica tem sua contrapartida na função-autor.

O inacabamento do próprio sujeito é gerido pela função de autor onde o dizer é completo, a unidade existe, a dispersão é domesticada.

Por outro lado, também numa posição distinta de Foucault (ibidem), deixamos a tradição que trabalha o estigma (falso dilema) da relação Retórica/Dialética/Gramática que resulta ou numa concepção literária de texto (obra/autor) ou numa concepção lingüística (positivista) de texto. Isto nos permite dar uma sustentação discursiva ao texto como unidade (analítica), fazendo intervir a materialidade discursiva, convocando tanto o real da língua como o real da história. O que, dada a complexidade dessa relação, parecia não ser possível quando se tomava o enunciado como unidade (cf. M. Pêcheux e a tentativa do dispositivo de análise automática). Tomando-se o texto como contrapartida do discurso, é nele mesmo, no modo como ele manifesta o discurso em sua materialidade concreta que podemos observar a relação entre a paráfrase e a polissemia, ou, nos termos de Pêcheux, a deriva, os efeitos metafóricos que nos permitem observar nos vestígios dos gestos de interpretação que o constituem (enquanto texto) a sua historicidade, o seu modo de produzir sentidos. Às suas margens, os outros textos possíveis.

O texto atesta o modo pelo qual, pela sua função de autor, o sujeito administra a dispersão e a pressão da multiplicidade das possíveis formulações (outras) no mesmo sítio de significação. Jogo intrincado de diferentes formações discursivas, a Unidade resulta de uma construção imaginária que rege a incompletude e a dispersão real dos sujeitos e dos sentidos arregimentada pela força organizadora da ideologia, no funcionamento discursivo das relações de poder que se simbolizam. Cabe, pois, ao analista, compreender como um discurso se textualiza, atribuir-lhe um estatuto no seu dispositivo teórico-analítico, trabalhando os limites da interpretação, nos limites das formulações⁵. O que resulta na redefinição da relação do texto, e, logo, do sentido, com a interpretação⁶.

NOTAS

1. Vista a partir desse relação com falha do discurso com o texto, a multiplicidade de leituras possíveis, a polissemia constitutiva de todo texto, não deriva do terreno do psicológico, referindo às intenções, à vontade do sujeito, ou do terreno cognitivo, que atestaria uma capacidade mental qualquer, para ter como suporte a materialidade: a textualidade enquanto matéria discursiva está aberta a diferentes gestos de interpretação.

2. Ao invés de refletir sobre essa necessidade, a Pragmática é presa na sua ilusão refletindo essa vocação pragmática do sujeito de um mundo semanticamente normal (do mesmo modo que as teorias subjetivistas da enunciação são presas na ilusão do sujeito como origem).
3. Remeto aqui ao texto de Adorno “O ensaio como forma”, em que ele reflete sobre o fato de que podemos colocar o início de um texto em qualquer lugar contanto que, no seu desenvolvimento, na seqüência, este início se justifique, ou seja, faça sentido. Isto nos permite dizer que a progressão textual é um efeito da construção e não um princípio que preexiste à formulação, à textualização.
4. Do ponto de vista epistemológico esta posição do analista de discurso se afirma contra o formalismo (das formas abstratas de um sistema fechado, perfeito e neutro: a língua) e contra o empirismo (positivista). O que aí está em questão é a forma material, ou seja, a projeção do real da discursividade (ordem do discurso) sobre o texto e seus efeitos imaginários (organização).
5. Seria então possível a questão: poderia a formulação assim atingir a instância da constituição que faz intervir a forma-sujeito autor que faria se deslocar a forma-sujeito histórica que, por sua vez, produziria um deslocamento na própria forma-sujeito?
6. A partir dessa reflexão procuro compreender de outro modo um princípio e uma afirmação da análise de discurso que pratico: o princípio é o de que, segundo Canguilhem (1980), o sentido é sempre “relação à”; e a afirmação, de Pêcheux (1969), que separa a análise de discurso da análise de conteúdo e a literária tradicional, é a de que a análise de discurso coloca a questão não do que o texto diz mas como ele diz o que diz.

Do Sujeito na História e no Simbólico

NÃO-TRANSPARÊNCIA: SUJEITO E SENTIDO

A subjetividade pode interessar, discursivamente, pelo fato de que ela permite compreender como a língua acontece no homem. A subjetividade é assim estruturada no acontecimento do discurso. Dito de outra forma, o acontecimento significativo que é o discurso tem como lugar fundamental a subjetividade. E para compreendermos esse acontecimento é preciso acrescentar que o acontecimento do significativo no homem é que possibilita o deslocamento heurístico da noção de homem para a de sujeito, deslocando ao mesmo tempo o modo como se configuram as ciências humanas e sociais. São três regiões de conhecimento que apontam para essa re-configuração: o marxismo (que afirma a não-transparência da história), a psicanálise (que mostra a não-transparência do sujeito) e a lingüística (que se constitui na não-transparência da língua). O que acarreta imediatamente dois deslocamentos paralelos: o de sentido e o da própria língua, posta esta em relação com a história. A análise de discurso é a forma de conhecimento que realiza em seu objeto – o discurso – a conjunção desses três modos de “opacidade”: a do sujeito, a da língua e a da história.

Pensando-se a subjetividade, podemos então observar os sentidos possíveis que estão em jogo em uma posição-sujeito dada. Isso porque, como sabemos, o sujeito, na análise de discurso, é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso. Essa projeção-material transforma a situação social (empírica) em posição-sujeito (discursiva). Vale lembrar que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a

ideologia. Se, na Psicanálise temos a afirmação de que o inconsciente é estruturado como linguagem, na Análise de Discurso considera-se que o discurso materializa a ideologia, constituindo-se no lugar teórico em que se pode observar a relação da língua com a ideologia¹.

A QUALIFICAÇÃO DA SUBJETIVIDADE

A ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este submete-se à língua significando e significando-se pelo simbólico na história. Esta é, para mim, uma afirmação fundamental para quem trabalha a análise de discurso.

A subjetivação é uma questão de qualidade, de natureza: não se é mais ou menos sujeito, não se é pouco ou muito subjetivado. Não se quantifica o assujeitamento. Com isto estou dizendo que quando se afirma que o sujeito é assujeitado, não se está dizendo totalmente, parcialmente, muito, pouco ou mais ou menos. O assujeitamento não é quantificável. Ele diz respeito à natureza da subjetividade, à qualificação do sujeito pela sua relação constitutiva com o simbólico: se é sujeito pelo assujeitamento à língua, na história. Não se pode dizer senão afetado pelo simbólico, pelo sistema significante. Não há nem sentido nem sujeito se não houver assujeitamento à língua. Em outras palavras, para dizer, o sujeito submete-se à língua. Sem isto, não tem como subjetivar-se.

Outro modo de dizer-se isso, e que decorre do vínculo radical do sujeito ao simbólico, é dizer que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia.

Há um efeito que é o efeito ideológico elementar pelo qual, o sujeito, sendo sempre-já sujeito, coloca-se na origem do que diz. M. Pêcheux vai tratar disso no “pequeno teatro teórico” da interpelação, pelo qual evita-se o paradoxo de se dizer “o sujeito é interpelado (em sujeito) pela ideologia”. Evita-se a pressuposição da existência do sujeito sobre a qual se faria a interpelação. Ele, o sujeito, não poderia ser a origem de si. Pelo deslocamento proposto por M. Pêcheux (1975), fazendo intervir a ideologia na relação com a linguagem, o teatro da consciência (eu vejo, eu penso, eu falo, eu te vejo etc) é observado dos bastidores, lá de onde se pode captar que se fala ao sujeito, que se fala do sujeito, antes de que o sujeito possa

dizer: “Eu falo”. Esse teatro pelo qual o sujeito é chamado à existência se sustenta na discrepância introduzida pela formulação “indivíduo”/“sujeito”. Acentuando-se então a necessidade de se pensar o “funcionamento”, supõe-se uma articulação conceptual elaborada entre ideologia e inconsciente, em que se pode observar que “o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas, respectivamente, como ideologia e inconsciente é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo de seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências “*subjetivas*”, devendo-se entender este último adjetivo não como “que afetam o sujeito” mas “nas quais se constitui o sujeito”. Desse modo, M. Pêcheux, ao mesmo tempo em que introduz a questão da ideologia, critica a maneira como as teorias da enunciação se submetem à ilusão das evidências subjetivas (do sujeito como único, insubstituível e idêntico a si mesmo). Sem deixar de lembrar que a evidência da existência espontânea do sujeito (como origem ou causa de si) é aproximada de outra evidência, que é a da evidência do sentido (a ilusão da literalidade).

Na figura da interpelação estão criticadas essa duas formas de evidência: a da constituição do sujeito e a do sentido. Crítica feita pela teoria (materialista) do discurso à filosofia idealista da linguagem que se apresenta quer sob o modo do objetivismo abstrato (a língua como sistema neutro, abstrato), ou do subjetivismo idealista (o sujeito como centro e causa de si).

A “evidência” da identidade não deixa ver que esta resulta de uma identificação-interpelação do sujeito. A essa contradição “sofrida” (o sujeito já é sempre sujeito) responde a contradição “apreendida” e “exibida” que se apresenta como um sintoma da contradição inerente, da discrepância entre um já-lá pensado “antes, em outro lugar, independentemente” e o que se apresenta como origem espontânea de si. É isto que faz com que, na análise de discurso, tratemos o próprio (do) sujeito, na filiação lacaniana, como um processo significante: “como processo (de representação) interior ao não-sujeito constituído pela rede de significantes”. Ou, na versão discursiva althusseriana: um processo que funciona pela contradição em que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e que faz com que “como todas as evidências, inclusive aquelas que fazem com que uma palavra “designa uma

coisa” ou “possua um significado” (portanto inclusas as evidências da transparência da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e que isto não constitua um problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar”.

E isso só pode ser pensado através de um trabalho teórico² que se elabora e cuja necessidade se coloca no domínio das ciências da linguagem e no das disciplinas de interpretação pela noção fundadora de “discurso”. Esta noção, ao mesmo tempo em que, articulando sujeito-língua-história, coloca a necessidade de pensar o conhecimento prático das ciências humanas e sociais, re-significa as noções de ideologia e inconsciente, que são pensadas como materialmente ligadas, pela língua. Ou seja, beneficia-se da Lingüística, do Materialismo e da Psicanálise sem se colocar como herdeira servil nem do Marxismo, nem da Psicanálise, nem da Lingüística.

Quando dizemos que o sujeito, para se constituir, deve-se submeter à língua, ao simbólico, é preciso acrescentar que não estamos afirmando que somos pegos pela língua enquanto sistema formal, mas sim pelo jogo da língua na história, na produção dos sentidos. É o acontecimento do objeto simbólico que nos afeta como sujeitos. Algo do mundo tem de ressoar no “teatro da consciência” do sujeito para que faça sentido. À diferença da posição imanentista de alguns lingüistas e psicanalistas, que fazem o elogio da língua só enquanto sistema abstrato, penso que o indivíduo poderia ficar indiferente à língua. Há condições para que ela surta seus efeitos. Não se trata apenas de um jogo de significantes descarnados, embora a língua como sistema significante importe e muito. Para ressoar, é preciso a forma material, a língua-e-a história. Algo do plano da existência produz essa possibilidade junto ao que dá linguagem. E em que sujeito e sentido se constituem. Se, de um lado, a linguagem tem sua parte na injunção a significar, de outro, o mundo exerce sua força inexorável.

É aqui que faz sentido a distinção entre falha e equívoco que tenho procurado desenvolver. A língua é capaz de falha. Essa possibilidade – a da falha – é constitutiva da ordem simbólica. Por seu lado, o equívoco já é fato de discurso, ou seja, é a inscrição da língua (capaz de falha) na história

que produz o equívoco. Este se dá portanto no funcionamento da ideologia e/ou do inconsciente. O equívoco é a falha da língua, na história.

O sujeito se submete à língua(gem) – mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela injunção a dar sentido, a significar(se) – em um gesto, um movimento sócio-historicamente situado em que se reflete sua interpelação pela ideologia.

Como sabemos, a formação discursiva – lugar provisório da metáfora – representa o lugar de constituição do sentido e de identificação do sujeito. Nela o sujeito adquire identidade e o sentido adquire unidade, especificidade, limites que o configuram e o distinguem de outros, para fora, relacionando-o a outros, para dentro. Essa articulação entre um fora e um dentro são efeitos do próprio processo de interpelação.

A ordem da língua e a da história, em sua articulação e funcionamento, constituem a ordem do discurso.

A ideologia é um ritual com falhas e, como dissemos, a língua não funciona fechada sobre si mesma, ela abre para o equívoco. Por seu lado, a história é história porque os fatos reclamam sentidos (P. Henry, 1994) face a um sujeito que está condenado a interpretar (a significar). Na relação contínua entre, de um lado, a estrutura, a regra, a estabilização e o acontecimento, e, de outro, o jogo e o movimento, os sentidos e os sujeitos experimentam mundo e linguagem, repetem e se deslocam, permanecem e rompem limites.

Passaremos então a expor o modo como – praticando a “semântica discursiva” – concebemos o fato de que a materialidade dos lugares dispõe a vida dos sujeitos e, ao mesmo tempo, a resistência desses sujeitos constitui outras posições que vão materializar novos (ou outros) lugares³.

É isso que significa a determinação histórica dos sujeitos e dos sentidos: nem fixados ad eternum, nem desligados como se pudessem ser quaisquer uns. É porque é histórico (não natural) é que muda e é porque é histórico que se mantém. Os sentidos e os sujeitos poderiam ser sujeitos ou sentidos quaisquer, mas não são. Entre o possível e o historicamente determinado é que trabalha a análise de discurso. Nesse entremeio, nesse espaço da interpretação. A determinação não é uma fatalidade mecânica, ela é histórica.

Como a injunção à interpretação tem suas formas e condições, ela não se dá da mesma maneira nos diferentes momentos da história. A determinação histórica na constituição dos sentidos e dos sujeitos tem uma forma material concreta distinta nas diferentes formas sociais.

O modo de interpelação do sujeito capitalista pela ideologia é diferente do modo de interpelação do sujeito medieval (E. Orlandi, 1996): se, no sujeito medieval, a interpelação se dá de fora para dentro e é religiosa, a interpelação do sujeito capitalista faz intervir o direito, a lógica, a identificação (E. Orlandi, 1987). Nela não há separação entre exterioridade e interioridade, mesmo se, para o sujeito, essa separação continue a ser uma evidência sobre a qual ele constrói, duplamente, sua ilusão: a de que ele é origem de seu dizer (logo, ele diz o que quer) e a da literalidade (aquilo que ele diz só pode ser aquilo) como se houvesse uma relação termo-a-termo entre linguagem, pensamento e mundo.

O sujeito moderno – capitalista – é ao mesmo tempo livre e submisso, determinado (pela exterioridade) e determinador (do que diz): essa é a condição de sua responsabilidade (sujeito jurídico, sujeito a direitos e deveres) e de sua coerência (não-contradição) que lhe garantem, em conjunto, sua impressão de unidade e controle de (por) sua vontade. Não só dos outros mas até de si mesmo. Bastando ter poder..

INTERPELAÇÃO PELA IDEOLOGIA E INDIVIDUALIZAÇÃO PELO ESTADO: A FORMA DA CONTRADIÇÃO

A ideologia funciona pelo equívoco e se estrutura sob o modo da contradição. Não seria diferente para os efeitos que constituem a subjetividade. O que procuraremos fazer aqui é trazer para a reflexão esse equívoco e essa contradição necessários ao modo de funcionamento do discurso.

O que aparece ao sujeito como sua definição mais interna e essencial é justamente o que o submete: quanto mais centrado o sujeito, mais cegamente ele está preso a sua ilusão de autonomia ideologicamente constituída. Quanto mais certezas, menos possibilidade de falhas: não é no conteúdo que a ideologia afeta o sujeito é na estrutura mesma pela qual o sujeito (e o sentido) funciona. Como já tivemos ocasião de dizer

(E. Orlandi, 1990): não é em “x” que está a ideologia é no mecanismo (imaginário) de produzir “x”, sendo “x” um objeto simbólico. Isso tudo derivando do fato de que não há sentido se a língua não se inscreve na história. A ideologia não é ocultação, ela é produção de evidências.

Recusando, de um lado uma interpretação formalista dos mecanismos lingüístico-discursivos, em que o sujeito aparece como fonte, e, de outro, o pesadume da inscrição da questão do discurso – da semântica discursiva – no campo estrito da filosofia marxista da linguagem, M. Pêcheux (1975) propõe situar o campo de sua reflexão, qual seja, o de uma teoria materialista dos processos discursivos, na articulação de três noções: o da discursividade, o da subjetividade e o da descontinuidade ciência/ideologia, propondo uma teoria não subjetivista da subjetividade, uma teoria do discurso como teoria da determinação histórica dos processos de significação e a prática política, como uma prática de produção de conhecimento que reflita sobre as diferentes formas pelas quais a “necessidade cega” se torna necessidade pensada e modelada como necessidade.

Para mim, a compreensão dessa articulação de noções pode ser mostrada pela reflexão sobre a maneira como a subjetividade leva ao equívoco da impressão idealista da origem em si mesmo do sujeito. Segundo o que penso, essa impressão, essa ilusão se assenta no desconhecimento de um duplo movimento na compreensão da subjetividade.

Teríamos, segundo o que coloco, dois momentos no movimento dessa compreensão:

1. Em um primeiro momento temos a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. Essa é a forma de assujeitamento que, em qualquer época, mesmo que modulada de maneiras diferentes, é o passo para que o indivíduo (que chamaremos indivíduo em primeiro grau-II), afetado pelo simbólico, na história, seja sujeito, se subjetive. É assim que podemos dizer que o sujeito é ao mesmo tempo despossuído e mestre do que diz. Expressão de uma teoria da materialidade do sentido que procura levar em conta a necessária ilusão do sujeito de ser mestre de si e de sua fala, fonte de seu dizer.

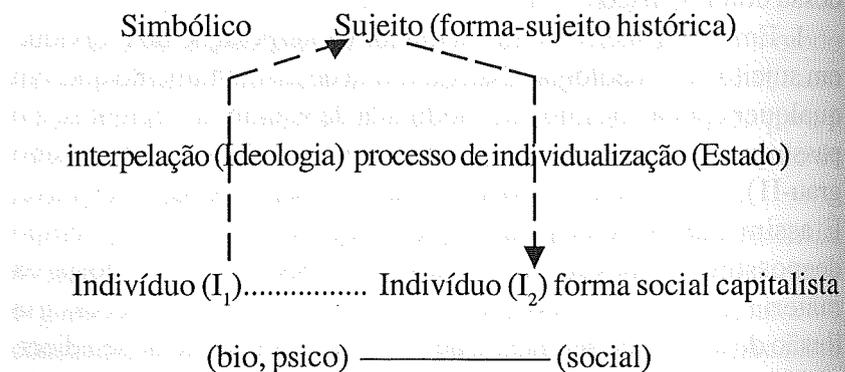
Temos acesso assim ao modo como, pela ideologia, afetado pelo simbólico, o indivíduo é interpelado em sujeito. A forma sujeito,

que resulta dessa interpelação pela ideologia, é uma forma-sujeito histórica, com sua materialidade. A partir daí, com essa forma sujeito já constituída, podemos observar um outro processo.

2. Se pensamos a relação do sujeito com a linguagem enquanto parte de sua relação com o mundo, em termos sociais e políticos, uma nova perspectiva nos permite então compreender um segundo momento teórico: nesse passo, o estabelecimento (e o deslocamento) do estatuto do sujeito corresponde ao estabelecimento (e o deslocamento) das formas de individualização do sujeito em relação ao Estado (cf. os trabalhos de M. Foucault).

Em um novo movimento em relação aos processos identitários e de subjetivação, é agora o Estado, com suas instituições e as relações materializadas pela formação social que lhe corresponde, que individualiza a forma sujeito histórica, produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação, leia-se de individualização do sujeito na produção dos sentidos. Portanto o indivíduo, nesse passo, não é a unidade de origem (o indivíduo interpelado em sujeito – I1) mas o resultado de um processo, um constructo, referido pelo Estado (teríamos então o I2, ou seja, indivíduo em segundo grau).

Teríamos a seguinte figura:



Uma vez interpelado em sujeito, pela ideologia, em um processo simbólico, o indivíduo, agora enquanto sujeito, determina-se pelo modo como, na história, terá sua forma individualizada concreta: no caso do capitalismo, que é o caso presente, a forma de um indivíduo livre de coerções e responsável, que deve assim responder, como sujeito jurídico (sujeito de direitos e deveres), frente ao Estado e aos outros homens. Nesse passo, resta pouco visível sua constituição pelo simbólico, pela ideologia. Temos o sujeito individualizado, caracterizado pelo percurso bio-psico-social. O que fica de fora quando se pensa só o sujeito já individualizado, é justamente o simbólico, o histórico e a ideologia que torna possível a interpelação do indivíduo em sujeito.

É dessa maneira complexa que podemos pensar a questão do sujeito, da ideologia e do deslocamento como algo que não se dá apenas pela disposição privilegiada de um sujeito que, então, poderia ser “livre” e só não o é por falta de vontade... Ou, o que dá no mesmo, que, sem ideologia, seríamos felizes para sempre.

Há assim, tal como pensamos, o caráter irrecorrível do assujeitamento – qual seja o do indivíduo tornar-se sujeito, assujeitar-se ao simbólico pela ideologia – e há o possível deslocamento (resistência?) do sujeito aos modos pelos quais o Estado o individualiza. Certamente, esses processos, esses movimentos, não estão separados, não são independentes, mas sem dúvida são distintos e é preciso levar em conta essa distinção, essa relação complexa quando se pensa o sujeito, a ideologia, a história, a linguagem, o discurso. E a resistência. Sem esquecer que, como pensa Lagazzi (1998), a resistência não se reduz à idéia de oposição e, segundo o que proponho, vai bem mais além da idéia de confronto, já que aí está inscrita toda a questão da diferença.

Está também aí, mais um dos modos de se pensar a contradição, a forma material, a discursividade como efeito material da língua na história. Sujeita a equívoco.

A conversão do discurso em texto, que representa a correlação do sujeito com a função-autor, estará nos ocupando ao longo desse nosso trabalho. Veremos como o deslocamento da função-autor dá-nos indicações preciosas sobre a forma-sujeito histórica que é a da nossa contemporaneidade.

NOTAS

1. Desse ponto de vista é que posso dizer que o sujeito é falado pela ideologia tanto quanto é falado pelo inconsciente.
2. Sem dúvida, no desenvolvimento da análise de discurso encontramos dois autores que exprimem essa duas abordagens: de um lado, J. Authier, pensando a relação língua-sujeito, pela exploração do inconsciente, trabalha as rupturas no fio do discurso, elaborando a noção de heterogeneidade enunciativa (não-coincidência); de outro, temos J.J. Courtine, explorando a relação língua-sentido (sujeito), que trabalha no fio da contradição, pensando a heterogeneidade da formação discursiva com ela mesma, na relação com a ideologia. Em meus trabalhos, tomando a língua como lugar material em que inconsciente e ideologia se relacionam, numa posição de entremeio, reflito sobre essa relação tomando a inclinação da ideologia.
3. Os trabalhos de Suzy Lagazzi-Rodrigues são exemplares sobre esse assunto, situando a relação do político com o jurídico em uma formação social como a nossa e os movimentos sociais que nela irrompem.

Ponto Final: Interdiscurso, Incompletude, Textualização

"É preciso transver o mundo. A razão nos descompleta"
(Manoel de Barros, *Livro sobre Nada*)

1. ACRÉSCIMO: LINEARIDADE E ESTRATIFICAÇÃO ENUNCIATIVA

Se, de um lado, falamos em incompletude, e isso nos leva a pensar imediatamente no a-menos, por outro lado, não podemos deixar de pensar em outra forma de apagar limites que é o acréscimo, o a-mais. Como, em meu trabalho sobre linguagem, intervém a noção de imaginário, que rege a língua e joga com nossas práticas de linguagem, é aí que incluo a noção de *acréscimo*.

Do ponto de vista descritivo, observo dois movimentos inscritos no dizer quando considero o funcionamento do acréscimo: a. um movimento que vai do interior para o exterior, que chamo *expansão* e b. outro que vai do exterior para o interior, que designo *inserção* ou *intrusão*. Por outro lado, na consideração do acréscimo, fala-se em geral de níveis da enunciação, de verticalidade, de profundidade, de estratificação enunciativa que se achata, que se imprime/comprime sobre a linearidade. É preciso nomear essa verticalidade, é preciso trabalhar essas noções, elaborar conceitos que permitam pensar um mundo que não é neutro, uma língua que tem sua resistência, sua ordem, em uma palavra, é preciso pensar o discurso.

Em relação ao discurso, é preciso considerar, como o fizemos no capítulo anterior, as posições do sujeito, a regionalização dos sentidos, a projeção histórica, política, ideológica sobre a linearidade no con-

fronto do político e do simbólico, no exercício da interpretação (E. Orlandi, 1996). Tratando-se do discurso, tenho procurado deslocar as noções de história, de político e de ideologia para o campo dos estudos da linguagem. O político corresponde aqui à divisão inexorável do sentido, cuja direção tem a ver com as injunções que derivam da forma da sociedade tomada na história de um mundo que funciona, entre outras coisas, pela significação. Por outro lado, a ideologia refere o próprio fato de que a língua não é transparente e que há injunção à interpretação, contanto para tal as condições de produção dos sentidos trabalhadas pelo equívoco. Essa injunções estão presentes no modo como o discurso se textualiza. Se retomo essas considerações é porque, como veremos, um mecanismo com o da pontuação pode nos dar muitos elementos para a compreensão do político e da ideologia no funcionamento discursivo em que emerge a questão da interpretação.

Meu observatório da questão do acréscimo é a pontuação, considerando-a como lugar em que o sujeito trabalha seus pontos de subjetivação, o modo como ele interpreta. O que faz presente a questão do político e da ideologia. Proponho assim deslocar o estudo da pontuação do domínio da gramática (e da frase) para o domínio do discurso. Nessa perspectiva, as marcas de pontuação podem ser consideradas como manifestação da incompletude da linguagem, fazendo intervir em sua análise tanto o sujeito como o sentido. Na perspectiva do sentido, não é a frase nem mesmo o texto que conta e que rege as dimensões – a extensão: aí compreendidos tanto o tamanho, o comprimento como a amplitude – do dizer, mas sua relação à memória. Assim nos propomos a substituir a relação língua/texto pela de discurso/texto.

Há um longo percurso entre o interdiscurso (memória discursiva) e o texto: ordem das palavras, repetições, relações de sentidos, paráfrases que diluem a linearidade mostrando que há outros discursos no discurso, que os limites são difusos, passando por mediações, por transformações, relação obrigatória ao imaginário. Farto trabalho da ideologia.

Um texto tem em suas margens muitos outros textos: as famílias parafrásticas (Pêcheux, 1975) indicam outras formulações – textualizações – possíveis no mesmo sítio de significação mas que se

organizam em diferentes espaços significantes. Cada texto tem os vestígios da forma como a política do dizer inscreveu a memória no interior de sua formulação. Um texto, como dissemos, é sempre um conjunto de formulações entre outras possíveis, movimento do dizer face ao silêncio tomado aqui como horizonte discursivo, o “a dizer” e não o vazio.

Locus de tensão entre a formulação (atualidade) e a constituição (memória), a pontuação denuncia o movimento contínuo do texto entre Unidade e Dispersão (E. Orlandi, 1988), entre paráfrase e polissemia (E. Orlandi, 1983). Em outras palavras, no jogo entre constituição e formulação, ela deixa ver o modo como a memória se atualiza. Se pensamos o silêncio (E. Orlandi, 1993), a pontuação faz parte da marcação do ritmo entre o dizer e o não-dizer.

Visamos assim a pontuação como manifestação do interdiscurso na textualização do discurso. O movimento contínuo entre paráfrase e polissemia permite-nos observar a repetição e os deslizamentos de sentidos, pelos efeitos metafóricos, transferências de sentidos em que jogam: a. a política do dizer – pela função-autor abrindo, fechando, excluindo, incluindo sujeitos e sentidos – regida pelas suas “qualidades”, seus “defeitos” e b. o imaginário da língua regido pelo “bom uso”, a “boa medida”.

Trabalhamos aqui dois modos de pontuação: a. na frase (, –) e nesse caso ela abre, em seu interior, um espaço em relação ao Outro (o interdiscurso) e b. para além da frase (: : : ...) em que trabalham os limites impossíveis em relação a um fora inacessível, inapreensível, inatingível. Os dois modos de pontuação que consideramos ultrapassam os limites da sintaxe e colocam em questão a noção de frase canônica.

Considerando a pontuação enquanto fato de discurso, minha finalidade é compreender a relação estabelecida entre a instância do real do sentido (e do sujeito) na *ordem* do discurso e a instância imaginária da *organização* seja das palavras, das frases ou do texto em si. A pontuação é, com certeza, um elemento de organização do texto.

O espaço textual é aqui considerado como espaço de sentido e a pontuação representa relações de sentidos, desenhando na materialidade do texto, as pausas, as ligações, os sub-conjuntos etc.

Pela maneira como a estou considerando, a pontuação atesta um duplo trabalho do simbólico: se, de um lado, ela é marca – traços empíricos, signos diacríticos – de outro, ela indica a textualização do discurso, sendo assim índice de sua materialidade, ligando o real ao imaginário.

A pontuação abre sobre a interpretação¹ remetendo a formulação à constituição, a atualização à memória, face ao papel estruturante do esquecimento.

Considerando a pontuação, minha finalidade é compreender o acréscimo, levando em conta o funcionamento da linguagem e não apenas sua estrutura formal.

Em um primeiro tempo, a função do acréscimo é estender. Entretanto não é só a extensão física que conta (o comprimento) e o acréscimo, como veremos, põe em funcionamento mecanismos de ajuste imaginário entre o discurso e o texto pondo em jogo a dimensão simbólica do sujeito.

2. DA ORDEM DO DISCURSO À ORGANIZAÇÃO TEXTUAL

2.1. Texto/Discurso

Consideramos o texto como unidade de análise. Como já referimos, esta é uma unidade feita de som, letras, sinais diacríticos, margens, notas, imagens, seqüências, com uma extensão dada, com (imaginariamente) um começo, meio e fim, tendo um autor que se representa em sua origem, com sua unidade, lhe propiciando coerência, não-contradição, conferindo-lhe progressão e finalidade. O texto se apresenta como um todo em sua unidade (imaginária). O trabalho simbólico do sujeito colocar em palavras “o que tem na cabeça” converte o discurso em texto. Ao deslocar a função autor da filiação foucaultiana, como disse anteriormente, produzo um deslizamento teórico que me permite considerá-la (E. Orlandi, 1987) enquanto função discursiva, ao lado, e diferentemente, das funções enunciativas de locutor e de enunciador (O. Ducrot, 1975). Nesse modo de vê-la, e por expô-la mais fortemente às injunções sociais e históricas, nos aparecem com mais nitidez os processos de subjetivação.

Com efeito, neste estudo, interessa-me ver o outro lado desse processo da textualização: o da subjetivação, nessas condições. Ao considerar que há função-autor desde que haja um sujeito que se coloca na origem do dizer, produzindo efeitos de coerência, não contradição, progressão e fim, a produção imaginária da unidade passa a ser um dos efeitos dos mais importantes da função-autor, pensando a tomada da palavra pelo sujeito no seu cotidiano. E isto faz eco à necessidade, em nossa forma-sujeito histórico, de responder à injunção da responsabilidade (e liberdade), efeitos de nossa estrutura jurídica de sujeitos com direitos e deveres. Que se individualiza pelo Estado, logo numa relação com as Instituições.

A passagem do discurso a texto desemboca necessariamente na consideração do espaço (linearidade) e da dimensão (extensão de um corpo) da linguagem colocando em relação o mensurável com o incomensurável, o empírico com o simbólico e o político.

A materialidade do discurso faz efeito na textualização, produzindo, como dissemos, uma decalagem, uma distância não preenchida, um desvio que marca uma relação que não é perfeitamente ajustada em relação à discursividade. Há entre o discurso e o texto um espaço difuso, de indecisões, de limites fluidos. A não sobreposição perfeita, o ajuste inevitável entre discurso e texto resulta na multiplicidade possível de sentidos, atestando mais uma vez a abertura do simbólico, deixando ver os pontos de subjetivação do indivíduo interpelado em sujeito. A pontuação é um mecanismo de ajuste na relação discurso/texto, onde se manifesta o processo de subjetivação.

Tomando a pontuação como vestígio da textualização, pelo jogo da interpretação, nós observamos como o sujeito se articula a um discurso, como ele se inscreve em uma formação discursiva, comprometendo-se com uma certa filiação de sentidos, ao fazer certos gestos de interpretação, produzindo dessa maneira um texto específico, em seus limites aparentes (ou seja, imaginários).

2.2. Incompletude: a falta e o excesso

O discurso é sempre incompleto assim como são incompletos os sujeitos e os sentidos. A identidade é um movimento na história (E. Orlandi,

1990) e os sentidos podem ser considerados como trajetos simbólicos e históricos não terminados. A incompletude é o indício da abertura do simbólico, do movimento do sentido e do sujeito, da falha, do possível.

O interdiscurso determina o intradiscurso, dando um estatuto preciso à relação entre constituição/formulação, caracterizando a relação entre memória e esquecimento. Podemos ligar a isto a relação discurso/texto como a apresentamos acima.

Se a ordem do discurso – efeito de sentidos entre locutores – se materializa no texto, materialização de que a organização textual é o vestígio, em nosso caso, esses vestígios são a pontuação.

Passamos, através das mediações, do interdiscurso ao texto como unidade, em um longo percurso sempre inacabado. Essas passagens deixam os vestígios materiais de processos discursivos complexos, indiretos. Ao observarmos a pontuação estaremos estabelecendo ancoragens para observarmos esses processos discursivos.

O sujeito pragmático que, como dissemos, vive em um mundo semanticamente normal, tem necessidade de administrar essa relação com a incompletude da linguagem: ele tem necessidade de um enunciado que acaba, de um texto com começo, meio, progressão e fim; faz também parte dessa necessidade que o sujeito possa colocar um ponto final, vírgulas, reticências. Um sujeito “semanticamente” normal, que fala (escreve) “normalmente”, “sabe” lidar com a pontuação.

Como dissemos, do ponto de vista discursivo, não há ponto final como não há um começo absoluto. Mas na instância do imaginário, em que o sujeito toma forma na história e funciona pela ideologia, ele se realiza em sua função-autor que começa e termina seu texto. De um lado, dispersão do sujeito e do discurso, de outro, unidade do texto e do autor, de um lado, incompletude do discurso, de outro, acabamento do texto, onde a linguagem tem imaginariamente dimensões precisas, com recortes, segmentos, tamanhos. O bom uso da linguagem tem tamanho. Requer boa pontuação.

Se pensamos o acréscimo em relação a incompletude, podemos afirmar que o acréscimo, se assim se pode pensá-lo, é um excesso em relação à falta e não ao completo. E isto dá um sentido muito particular a essa nossa reflexão, que terá conseqüências sobre a questão dos processos de subjetivação de modo fundamental.

A discursividade é incomensurável, mas o texto representa o dizer como uma extensão com limites, pausas, beiradas possíveis. É aí que intervém a questão da pontuação. Antes de passar mais diretamente à essa questão, é preciso compreender a regionalização dos sentidos (e as posições do sujeito) pelas formações discursivas, pois um ponto ou uma vírgula, ou o uso de um ponto e vírgula remetem sempre a formações discursivas para significarem suas diferenças.

2.3. Formações discursivas e pontos de subjetivação no texto

Todo texto é heterogêneo (E. Orlandi, 1987) do ponto de vista de sua constituição discursiva: ele é atravessado por diferentes formações discursivas, ele é afetado por diferentes posições do sujeito, em sua relação desigual e contraditória com os sentidos, com o político, com a ideologia.

As diferentes formações discursivas regionalizam as posições do sujeito em função do interdiscurso, este significando o saber discursivo que determina as formulações. A relação do sujeito com a memória (interdiscurso), como dissemos, toma forma, se materializa na relação sujeito/autor, discurso/texto.

Na textualização, esta forma de organização do dizer (da história, do sentido, do poder) nas diferentes regiões se faz presente. Embora o interdiscurso não seja representável, seus efeitos estão representados na articulação das diferentes formações discursivas que recortam o texto de forma desigual. O espaço de interpretação no texto materializa o político, projetando diferentes formações discursivas que se apresentam nessa partição do texto. Em outras palavras, os significantes se materializam na historicidade, em sua disposição temporal ou espacial, na medida em que se coloca o discurso em texto, “refletindo” nele o jogo ideológico.

O discurso se representa assim na sua materialidade lingüístico-histórica por uma matéria empírica, o texto, que lhe é heterogênea. O que aí está em questão é a forma material, isto é, a projeção da discursividade no texto.

Atrás da organização da linearidade textual o analista deve procurar um acesso à ordem significante do discurso na constituição dos

efeitos de sentidos. Nos bastidores da encenação dos sujeitos e dos sentidos, as formações discursivas funcionam, configurando as relações com o interdiscurso. O analista percorre, no texto, o movimento dos percursos de sentido subjetivados, que são projeções desse funcionamento.

3. PONTUAÇÃO

Qual é o papel da pontuação? Qual é seu sentido? Por que se tem necessidade da pontuação?

Assegurando o efeito pragmático de um “mundo semanticamente normal” (M. Pêcheux, 1983) e de um texto que tem sua unidade na dispersão (E. Orlandi, 1987), a pontuação serve para dar uma dimensão ao discurso no espaço textual. O texto dimensiona, por assim dizer, o discurso, e a pontuação é um de seus “instrumentos”. Ao mesmo tempo em que é um mecanismo de espacialização dos sentidos na superfície do texto – e como, do ponto de vista discursivo, nunca temos o completo porque não podemos esgotar os sentidos – a pontuação é uma violência simbólica necessária: um mecanismo que administra nossa relação à incompletude da linguagem (E. Orlandi, 1983), trabalhando a incompletude do sentido e o inacabamento do sujeito. É o espaço simbólico das relações de sentidos que é pontuado. O ponto final, por exemplo, funciona imaginariamente como um signo de acabamento (impossível). A pontuação administra – sem eliminar – a falta e o equívoco. Ela não os resolve pragmaticamente, ela os trabalha como necessidade pragmática. Gesto de um sujeito que se situa em um mundo com suas dimensões em que o sentido é carregado de memória e o dizer tem sua extensão, seus segmentos, suas dimensões.

A pontuação serve assim para marcar divisões, serve para separar sentidos, para separar formações discursivas, para distribuir diferentes posições dos sujeitos na superfície textual. Elas indicam modos de subjetivação.

Mecanismos de colocação do discurso em texto, estas tecnologias, como a pontuação mas também as aspas, os parênteses, as notas de rodapé, organizam a memória, produzindo legibilidade, uma relação regrada com os sentidos. Por exemplo: se pegamos um texto que não

parece legível – de um estudante que ainda não domina bem a escrita – e o pontuamos “corretamente”, ele se torna legível. Por este gesto – que é um gesto de interpretação (E. Orlandi, 1996) – lhe “damos” legibilidade. Ele se torna um texto possível em uma língua dada.

A pontuação fabrica a normalidade semântica do mundo, a organização do texto, a aparência de uma relação unívoca entre pensamento/mundo/linguagem, um sentido para um sujeito.

Como a língua funciona no equívoco, mecanismos como a pontuação são gestos de interpretação² atestando esta complexidade, na disposição que deriva da instância do imaginário de fabricar o Um na incompletude e na dispersão. Enquanto gesto de interpretação, a pontuação permite “detectar os momentos de interpretação enquanto atos que surgem como tomadas de posição reconhecidas enquanto tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados” (M. Pêcheux, 1983).

Ligado à constituição do sujeito por sua relação a um espaço de interpretação que pode ser maior ou menor (na Idade Média este espaço era menor, hoje é considerado maior) a pontuação articula-se à forma-sujeito que é uma forma histórica. A incompletude, a relação com a memória (a alteridade, a historicidade), por estes mecanismos, é domesticada na relação do autor com seu duplo, ou seja, o efeito-leitor que ele produz.

No texto, a pontuação funciona pois como um vestígio da relação do texto com o discurso e deste com a memória, ou melhor, como um lembrete da memória para o sujeito. Enquanto tecnologia produtiva na organização textual, ela é índice textual de lugares de dispersão (do sujeito e do sentido) possível.

4. TRABALHO DA PONTUAÇÃO: ACRÉSCIMO E FORMAÇÕES DISCURSIVAS

Tomemos, como corpus textual, os seguintes fragmentos do livro *Moeurs des Diurnales*, de Marcel Schwob*:

I. “Messieurs et chers Confrères, – et rappellerai-je que le bon poète Victor Hugo, s’adressant à vous en un jour inoubliable,

ajoutait, vibrant d'émotion: "et dans ce mot il y a frères" – à vous sont destinées ces brèves pages; à l'ardente pléiade des jeunes, à tous ceux qui en ce temps bien modernes de struggleforlifisme aspirent à une écriture prestigieuse et peu banale."

II. "Le Livrets du bibliophile...et d'autres noms encore, et d'autres livres..."

I'. "Senhores e caros Confrades, – e eu lembrarei que o bom poeta Victor Hugo, dirigindo-se aos senhores em um dia inesquecível, acrescentava, vibrando de emoção: "e nessa palavra há irmãos"- aos senhores são destinadas essa breves páginas; à ardente pléiade de jovens, a todos aqueles que nesses tempos modernos de competição pela vida aspiram a uma escrita prestigiosa e menos banal."

II' " Os Libretos do bibliófilo... e outros nomes ainda, e outros livros..."

Vamos observar os efeitos de sentidos produzidos a partir de dois funcionamentos discursivos: a. o imaginário da língua produzindo o efeito da boa medida, do essencial e do "a-mais"; e b. a política do dizer, enquanto trabalho da função-autor, produzindo a coerência, a progressão, a não-contradição, a unidade da linguagem e do sujeito, e, com isso, excluindo, incluindo, hierarquizando, na importância, os sentidos e as posições-sujeito.

Passemos à análise do fragmento I'.

Haveria, de um lado, o essencial, o canônico. A imagem sobre a língua, produzida pela relação com a gramática passa para o senso-comum e torna-se regra consensual; no imaginário da língua e com suas coerções temos a separação da boa medida da linguagem e daquilo que lhe excede. Há uma versão imaginária do gramatical: as verdadeiras palavras, a boa medida. A frase canônica é um desses produtos imaginários dos mais bem sucedidos – sujeito/verbo/objeto – como medida ideal, universal, trabalhada pelas diferentes teorias na história da reflexão sobre a linguagem. O resto é acréscimo. Paralelamente se cria a idéia de que a elipse é necessá-

ria (qualidade) e a incisa é demais (excesso). No entanto, se reduzíssemos o texto analisado à sua forma canônica aproximada, teríamos: "Senhores, a vós são destinadas essas páginas" ou "Eu destino essas páginas aos senhores", cujo sentido está muito distante do texto de partida que apresentamos.

É preciso convir que a língua não é isto, não é assim. Esta injunção ao imaginário – claro, distinto e organizado – e o real da discursividade estão muito distantes. Aí trabalha a relação sujeito/autor e discurso/texto. Do ponto de vista dos sentidos, dos sujeitos e do discurso em sua forma material tudo é aí rigorosamente necessário. Antecipando nossas conclusões, pensamos que tudo o que se diz como "acréscimo" pelo jogo da pontuação significa, re-significa, transforma, nesse texto, o sentido de "Senhores" [Messieurs].

Trabalhando aqui a paráfrase como procedimento heurístico, vemos que nesta organização textual há adição, superposição, diferença.

Podemos observar nesse texto, centrando nossa análise sobre o funcionamento de "os senhores"[vous], o que segue.

1. Tomemos "os senhores" como uma das formas relevantes dessa textualização. Na escrita, "os senhores" alterna com "Senhores", "Caros colegas" que estão em uma relação de paráfrase com "jovens"(ardente pléiade de jovens) e "a todos aqueles que (...) aspiram a uma escrita prestigiosa e menos banal". Há um processo pelo qual vão se sobrepor (empilhar) estratos de sentido em relação a "os senhores". Por aí trabalham relações de sentidos com o interlocutor, o outro referido, na formulação. É nessa relação que jogam os efeitos de sentidos produzindo o "a mais", o excesso em torno de "os senhores".

A vírgula [,] marca pontos de subjetivação a partir da sintaxe do desligamento (M. Pêcheux, 1981) em que se pratica a relação significativa entre a. pléiade e b. aqueles que aspiram a uma escrita prestigiosa e menos banal. Lembremos que, para Pêcheux (idem), o desligamento se dá justamente nos casos de coordenação em que a frágil ligação entre os elementos só é possível porque eles aí se ligam por complexos processos de memória discursiva, onde funciona abundantemente a relação com outros discursos e não só dos elementos (empiricamente e/ou sintaticamente) próximos e presentes.

Do ponto de vista discursivo, “ardente plêiade”(a) e “aqueles que aspiram”(b) não são justapostos, equivalentes, substituíveis. Há uma diferença significada pelo jogo das pontuações em que trabalha o equívoco. Nessa configuração textual, (a) é mais amplo (a energia dos jovens, segundo V. Hugo) e (b), mesmo falando de “todos”, restringe (trata-se apenas dos jornalistas). A pontuação não apaga a diferença, ela é o indício do equívoco. Presença da memória, aí a relação com a alteridade está indicada.

As marcas “os senhores” podem significar a projeção de um efeito leitor sobre os sentidos de “jornalista”. Ideologicamente, em relação à memória, na relação estabelecida pela pontuação, organizando espacialmente os sentidos convocados, “os senhores” evoca, por um efeito de pre-construído, o que é “jornalista”.

2. A citação de V. Hugo tem efeitos sobre os sentidos de “os senhores”: confrades e irmãos, plêiade de jovens ardentes. A divisão pelo ponto e vírgula [;] produz uma ambigüidade, uma abertura, em que o equívoco joga sobre diferentes efeitos de sentidos de “os senhores”.

A voz de V. Hugo intervém na organização do texto, como intertexto: há paráfrase e uma superposição que faz aparecer uma outra formação discursiva (a de V. Hugo). É ela que dá os indícios da interpretação do ponto e vírgula[;], de “os senhores” etc.

3. A relação parafrástica cria um efeito de paralelismo: superposição, junção de diferentes formações discursivas. O ponto e vírgula se projeta sobre a vírgula que lhe segue.

- a. Ardente plêiade: geral, autorizado pela citação de V. Hugo;
- b. Aqueles que aspiram: mais direto, ligado à referência feita à escrita jornalística.

Uma vírgula [,] separa as formações discursivas com, de um lado, o beletrismo e, de outro, o jornalismo. O ponto e vírgula [;] referido ao que diz V. Hugo (“confrère/confrade”) e ao que diz o autor do texto, isto é, Schwob (jornalista que fala aos jornalistas), especifica, determina, dá “um” sentido a “confrades”. Trabalhando o equívoco, o ponto e vírgula [;] faz intervir aqui a abertura da memória, a dispersão dos sentidos, dos diferentes pontos de subjetivação possíveis. São modos de organizar os gestos de interpretação. Onde está o ponto e vírgula [;], esperar-se-ia, na reali-

dade, dois pontos [:]. Isto instala uma diferença significativa. O ponto e vírgula[;] projeta efeitos de sentidos sobre o des-ligamento indicado pela vírgula [,] em um jogo em que a “ambigüidade paródia o equívoco”: há duas formações discursivas des-ligadas pela vírgula [,] no mesmo espaço textual. A vírgula [,] marca a reunião de uma diferença. Esta diferença des-ligada produz o equívoco: o autor fala de todos os jovens apenas para falar dos jornalistas (escrita prestigiosa e menos banal).

Se, da perspectiva pragmática aparentemente fecha-se o sentido no texto, discursivamente não se fecha. Está aí a tensão significativa em que joga a abertura do simbólico. E a ideologia.

Analisemos agora rapidamente o fragmento II: “Os Libretos do bibliófilo... e outros nomes ainda, e outros livros...”

As reticências [...] são signos de silêncio, presença de uma ausência anunciada. Um acréscimo radical que abre para tudo, para qualquer coisa. Não é o vazio: elas marcam o lugar de um acréscimo possível, mesmo necessário, livrado à memória, aberto ao efeito leitor. Presenças que aludem a uma ausência apenas delineada.

Evocação, ausência, buraco, falta mostrada pela relação com uma completude impossível mas imaginariamente referível.

O que é um ponto em uma incompletude? No ponto final [.] , no ponto e vírgula [;], nas reticências [...] há muita discursividade a ser interpretada, resumida, espacializada, materializando o esquecimento, organizando os sentidos. A pontuação marca, no texto, uma divisão dos sentidos e dos sujeitos. Se fazemos agora intervir o fato do acréscimo podemos dizer que, pela pontuação, produz-se o efeito do segmentável na superfície linear textual separando o que é necessário e o que é excrescente (acréscimo). Efeito da passagem do incomensurável para o mensurável.

A pontuação aparece onde a continuidade falta. O acréscimo é um efeito da injunção à progressão textual, posta a trabalhar pela função autor, submetida à exigência da unidade: não-continuidade (ordem, constituição) na continuidade (organização, formulação), textualização do discurso, extensão normatizada.

Em suma, o ponto final [.] exclui o que não está lá (mas em outro lugar). No espaço, ele marca a extensão mínima do corpo do texto. A

vírgula [,] não sendo uma parada radical (como o ponto final) é signo da des-ligação em relação ao interdiscurso fazendo intervir a passagem por “outros” discursos, abrindo para outros sentidos. O ponto e vírgula [;] indica acúmulo, alargamento, limites fluidos em que a ambigüidade parodia o equívoco. Podemos dizer que a vírgula [,] chama o lado de lá, interno (o que está além permanece des-ligado), e o ponto e vírgula [;] o lado de lá externo (ausência de bordas). As reticências [...] mostram, na incompletude, um acréscimo não preenchido. Presença de um acréscimo ausente, as reticências [...] são um lembrete de um acréscimo. Estas são algumas formas do acréscimo.

Referindo aos diferentes passos da análise que fizemos, podemos compreender que não se trata de justaposição sobre uma linha, mas de recortes discursivos, com seus efeitos de sentidos. Formas tratadas como aposição, como relativas, etc, na organização textual, podem ser lidas como fatos de acréscimo.

Progressão, espessura memorial, tamanho do sentido, eis as condições materiais em que joga o acréscimo. Efeito da colocação em texto do discurso (textualização) trabalhado pela sua memória.

5. EFEITO DE COMPLETUDE E RUPTURA DO SUJEITO: ÀS MARGENS DO TEXTO

Tratando-se dos sentidos e dos sujeitos, a questão do simbólico é uma questão aberta. Na perspectiva da análise do discurso, contrariamente às posições positivistas que derivam da Pragmática, a teoria é sensível ao que não é passível de decisão, ao inacabado.

A questão do acréscimo chama para uma reflexão sobre a incompletude e, ainda mais importante, sobre a indecisão dos contornos ideológicos, das formações discursivas que se dispersam em um texto. Nem o exatamente dito, nem o não-dito: franja de um dizer indefinido, indeciso.

Nos limites difusos e moventes em que o texto é o vestígio de outras textualizações possíveis, onde um sítio de significações permanece aberto a outras tantas textualizações a dizer, o acréscimo é o vestígio da ameaça da proliferação sem limite, a invasão selvagem do empírico no simbólico, invasão da posição sujeito por outras regiões de sentidos possíveis (diferentes formações discursivas no mesmo espaço significante).

O sujeito transbordaria de seu lugar, se diluiria em percursos de dizer vários, divergentes, inacabados. Por isso pontua.

Do ponto de vista da constituição do texto em sua relação com o sujeito, podemos reconhecer no acréscimo o índice de uma relação não fechada, um espaço simbólico em que o sujeito por sua função-autor trabalha a formulação, a reformulação, o horizonte possível do reconhecimento e do deslocamento dos limites do dizer. Às margens do texto, outros textos confrontam-se nos limites da textualização. Como dissemos, desse ponto de vista, um mesmo texto, imaginado, retorna em várias retomadas trabalhadas por um sujeito autor em diferentes formulações (versões) produzidas em uma história inacabada de diferentes textualizações possíveis. Nesse trabalho incessante (e inacabado) da busca de uma formulação, acrescentando, transformando, repetindo, à busca de uma forma mais fiel ao nosso pensamento e à coisas, procura de uma “fidelidade” do texto aos “nossos” sentidos, a pontuação desempenha um papel fundamental.

Pela observação da textualização do discurso, nesse trajeto feito de mediações materiais, fica visível o funcionamento da ideologia. E uma vírgula, nesse caso, conta enormemente. O discurso é caracterizado pela dispersão e pela indistinção. A sua espacialização sobre a superfície linear do texto se faz, como dissemos, por injunções ideológicas: apagamento, distorção, generalização, acréscimo são efeitos da colocação em texto do discurso pela função-autor (sujeito) em sua busca de unidade (e de sua dispersão real).

Na pontuação, gesto técnico em um processo menos técnico de subjetivação, há confronto de gestos de interpretação, expressão do confronto do simbólico com o político, vestígio de outras formulações possíveis, conformação da política do dizer.

No imaginário pragmático do sujeito responsável, que se pensa regido por suas intenções, se produz o que chamamos “efeito de completude”: um sujeito capaz de unidade, de progressão, de completude e, por sua vontade e espírito de decisão, um sujeito capaz de distinguir e de praticar o bom uso e a boa medida da língua no texto. Ele pratica assim a vírgula [,], o ponto final[.], os parênteses[()], a exclusão, o acréscimo etc. Como há uma relação à

memória que não é de aprendizagem, relação de filiação de que ele não detém o controle, ele é sujeito também à incompletude, à indistinção, ao inacabamento. É esta contradição que ele deve ajustar na superfície textual achatada, linear, bidimensional, por sua função de autor, dimensionando o discurso no texto, pontuando, organizando, dando unidade.

O sujeito se dá uma dimensão (tamanho) simbólica. Confrontados com a memória e com a interpelação do sujeito, eu perguntaria o que é o acréscimo em relação a uma dimensão canônica regida pela forma sintática abstrata³ a partir da qual haveria adição, excesso, complementação, suplementação?

Como intervém – na relação com a alteridade – esta invasão, esta intrusão de outros discursos na relação com a memória, já que esta não é representável, mensurável?

A dimensão simbólica do sujeito (extensão) tem sua contrapartida na dimensionalização do texto (extensão física, manifestação concreta, representação). Se a linguagem, por princípio, funciona pela incompletude, como compreender o acréscimo? Como dissemos o acréscimo é acréscimo em relação à falta já que não há completude do ponto de vista do real do discurso.

Digamos que a pontuação é um efeito e não a causa: ela contribui para a produção de um efeito de pré-construído que separa o completo do incompleto, em uma unidade que se representa como passível de segmentação, com suas dimensões, espacializada na superfície textual, a partir da qual define-se o que é acréscimo. Só é possível falar-se em acréscimo do ponto de vista do texto, da função-autor, em suma, do imaginário. A noção de acréscimo é uma noção pragmática.

Se a definição do acréscimo tem como ponto de referência a relação com a alteridade⁴ com a memória, a questão a se colocar é: a partir de que ponto pode-se dizer que o sujeito ultrapassa seus limites, vai além de sua posição? Em sua relação com o interdiscurso, quando se distanciaria de sua posição indo para uma outra região de sentidos? Aí intervêm os limites que o poder da língua impõe e a intrusão (a entrada) de uma formação discursiva no território de outra. O acréscimo pode ser considerado como um vestígio dos

limites do sujeito, em sua dimensão pragmática, semanticamente normal.

Na realidade nos confrontamos ao inacabamento do próprio sujeito, no entanto assegurado pela função-autor em que o dizer apresenta-se como completo, a unidade existe, a dispersão é domesticada. O acréscimo é o vestígio desse processo. Se a elipse tem o efeito do domínio da língua pelo sujeito, a incisa tem como efeito fazer irromper a presença do incompleto e do excesso. O não-dito circunscreve o sujeito, enquanto o acréscimo abre para não-importa-o quê, para o irrealizado. As notas ao pé da página, por exemplo, são os índices da fuga de sentidos (E. Orlandi, 1988). Mas as notas ao pé da página, assim como outros mecanismos que realizam o acréscimo, como a pontuação, os parênteses etc, são tecnologias que têm um efeito pragmático muito eficaz: o que faz crer que *o dito + o não dito = o dizer completo*.

Esses mecanismos de textualização do discurso pontuando o movimento do acréscimo, marcam o implícito tanto quanto o explícito, regulando o não-dito e reafirmando nossa ilusão da completude. Enquanto fato de discurso, o fato do acréscimo torna visível o implícito, acentuando esta ilusão: o acréscimo é o lugar em que o implícito faz pressão sobre o explícito. Ele anunciaria, por assim dizer, a relação dominada (controlada) do implícito com o explícito.

O contingente (o excesso) e o necessário (a elisão) são noções da lógica e da retórica, colocando em cena, como dissemos, o sujeito psicológico. Opondo a esta ilusão pragmática um sujeito decentrado e a observação das mediações materiais na passagem do interdiscurso a discurso e a texto, pensamos evitar o risco desta ilusão pragmática, reservando, na própria superfície textual, um espaço para o incompleto, a indistinção, devolvendo ao silêncio seu lugar na relação do sujeito com os sentidos.

Concluimos afirmando que em uma semântica do discurso (no sentido em que Pêcheux a entende), o texto mostra como o sujeito, por sua função-autor, resiste à dispersão sem limites e à pressão da multiplicidade de formulações possíveis, confrontando-se com diferentes formações discursivas. O acréscimo é um vestígio da ruptura do

próprio sujeito que tem de se estruturar submetido a injunções da espacialização da linguagem. Ele não se reduz pois a uma ruptura da estrutura no fio do texto. Eu o penso como ruptura do próprio sujeito que transborda de sua posição pela invasão de outros sentidos possíveis, função de sua posição de autor que resiste à dispersão sem limites e à pressão da multiplicidade de textos possíveis, das formulações outras no mesmo sítio de significação. Pela pontuação (referida ao acréscimo), o sujeito trapaceia com a incompletude e com sua dispersão, produzindo imaginariamente a imagem do Um, do Completo, do Acabado, do Finito.

NOTAS

- * Mantivemos o texto analisado em francês e português pois a análise primeira foi feita sobre o texto em francês para apresentação em Colóquio organizado na Universidade de Paris 3.
1. Historicamente, propõe-se uma explicação da origem da pontuação como sendo sinais colocados à margem do texto que orientavam a leitura em voz alta. Tem-se confundido essa leitura com o oral. Minha posição é de que continua-se no registro da escrita. Ler em voz alta, nessas condições, não é oralidade mas trabalho de interpretação.
 2. Gostaria de aqui chamar a atenção para o fato de que, na minha prática, ao longo de anos de reflexão sobre a análise de discurso, venho procurando dar uma dimensão analítica a certas noções e princípios postos por M. Pêcheux. É aqui o caso, na medida em que, partindo do que diz este autor (1981) sobre o sujeito pragmático, em sua reflexão sobre estrutura e acontecimento, derivo para uma interpretação em que elaboro essa questão pensando o texto, a pontuação, o acréscimo, assim como redefino a noção de gesto e de interpretação. Posso assim retornar à teoria já em outro ponto de sua elaboração, onde ela adquire um outro valor metodológico. Os procedimentos de análise são, nesse caso, heurísticamente produtivos e constituem um desenvolvimento teórico.
 3. Não é por acaso que todos os métodos de transcrição têm uma relação difícil com a pontuação: na relação com a palavra do outro, a transcrição deve organizar seu dizer, sendo a pontuação um dos lugares em que a relação com o outro se mostra com evidência. Como elas remetem a pontos de subjetivação, como subjetivar o outro? Além disso, por ser a transcrição uma relação do oral com o escrito – como se pode pontuar um texto no oral? – a pontuação mostra como o sujeito lê, como ele compreende sentidos, através de um dispositivo que organiza o texto a partir do discurso em questão.
 4. Há aspectos da pontuação de que a sintaxe dá conta, mas mesmo nesses casos há a possibilidade de rupturas (topicalização, por exemplo).

Boatos e Silêncios: Os Trajetos dos Sentidos, os Percursos do Dizer

1. SENTIDO E AUSÊNCIA

A Análise de Discurso constitui um excelente dispositivo teórico para se ocupar do inexistente, do que está além, do irrealizado. O histórico das revoluções, diz M. Pêcheux (1980), concerne o contato entre o visível e o invisível, o existente, e o inexistente, o não realizado e o impossível, entre o presente e as diferentes modalidades de ausência. Se, de um lado, eu penso que para analisar o boato é preciso prestar atenção a esta relação das diferentes modalidades da ausência – e é por aí que introduzo a noção de silêncio tal como a venho pensando (E. Orlandi, 1993) – é também preciso pensar a história guardando a noção de discurso e com ela a questão da língua. Através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o não-lá, com o não-mais-lá, com o ainda-não-lá e com o jamais lá da percepção imediata. Na língua “se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como incontornável tendência em representar as origens e os fins últimos, o que está além, o para lá e o invisível” (M. Pêcheux, p.54).

Com efeito, essas considerações nos conduzem a pensar o modo de existência dos sentidos. Onde estão os sentidos? De onde vêm? De onde tiram eles sua validade? Que estatuto dar à separação entre verdadeiro e falso, quando se pensa discursivamente? Que relação estabelecer entre fato e linguagem? Em minha opinião, é preciso introduzir a noção de silêncio para compreender bem como se constituem, como são formulados e como circulam os sentidos. Sem esquecer, como já dissemos, que essas três instâncias são indissociáveis no processo de produção dos sentidos.

2. OS SILÊNCIOS

O silêncio tem suas formas (E. Orlandi, 1993). Distinguímos pelo menos duas formas de silêncio: 1. *Silêncio Fundador*, aquele que é necessário aos sentidos: sem silêncio não há sentido (haveria o muito cheio da linguagem). É o silêncio que existe nas palavras, que as atravessa, que significa o não-dito e que dá um espaço de recuo significativo, produzindo as condições para significar. O silêncio como horizonte, como iminência do sentido, é a respiração da significação para que o sentido faça sentido. 2. *Política do Silêncio*. Neste caso temos 2.1. *Silêncio Constitutivo*, que nos indica que para dizer é preciso não dizer, em outras palavras, todo dizer apaga necessariamente outras palavras produzindo um silêncio sobre os outros sentidos e 2.2. *Silêncio Local, ou Censura*, que remete propriamente à interdição: apagamento de sentidos possíveis mas proibidos, aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura. As duas formas de silêncio acompanham qualquer discurso, qualquer processo de produção de sentidos. Mas elas funcionam de maneira diferente.

Há uma diferença radical entre estar no sentido com palavras e estar no sentido em silêncio. Isto faz parte de nossa forma de significar, de nossa maneira de estabelecer uma relação com o mundo, com as coisas, com as pessoas, com nós mesmos, com a realidade natural e social. Esta possibilidade de movimento, deslocamento das palavras entre presença e ausência produz uma relação fundamental entre a linguagem e o tempo, um ritmo entre o dizer e o silêncio, característica de todo processo de significação. Existe uma temporalidade da significação que implica uma relação (um batimento) entre o dizer e o não-dizer.

Este movimento ritmado que nos leva a colocar uma relação entre a linguagem e o tempo encontra paralelo no que se exprime em latim, na diferença entre *tempus* (tempo marcado) e *aevum* (*evo*) que é o tempo contínuo. A definição do tempo medieval é *numerus motus secundum prius et posterius* isto é o número do movimento segundo o que vem antes e depois (*medioevo*: “*evo*” do meio, Idade Média). Assim se apresenta a relação entre palavra e silêncio: a palavra se imprime no contínuo significativo do silêncio e ela o marca, o segmenta, e o divide em sentidos discretos, constituindo um tempo (*tempus*) no

movimento contínuo (*aevum*) dos sentidos em silêncio (E. Orlandi, *idem*). Ritmo marcado, os sentidos têm uma relação necessária com o silêncio, onde o silêncio não é falta de palavras (há palavras cheias de sentidos a não se dizer, logo cheias de silêncios) e onde o “branco” não é ausência de sentidos.

Em princípio o silêncio não fala, ele significa. Se traduzimos o silêncio em palavras há transferência, logo, deslizamento de sentidos, o que produz outros efeitos. Isto se deve ao fato de que mesmo se o silêncio não fala, enquanto forma significativa, ele tem sua materialidade, sua forma material específica.

A forma material é a forma (não empírica nem abstrata) constituída pela/na discursividade, forma em que se inscrevem os efeitos da articulação língua/história, acontecimento do significativo no sujeito. Sendo o discurso definido como efeito de sentidos entre locutores (M. Pêcheux, 1969), a materialidade da forma discursiva implica o funcionamento ideológico da palavra.

Seguindo esse percurso teórico podemos afirmar a não transparência da linguagem, o decentramento do sujeito e a relação complexa da língua – capaz de falhas – com sua exterioridade, o interdiscurso: “algo fala antes, em outro lugar, independentemente” (M. Pêcheux, 1975). Como temos afirmado, memória e esquecimento são inseparáveis, ligando no processo discursivo o dizer e o não-dito, o dito e o já-dito, como efeitos materiais. Há uma negociação entre o choque de um acontecimento histórico singular e o dispositivo complexo de uma memória (Pêcheux, 1983). Choque presente seguramente no fato discursivo do boato. Que é um fato político por excelência.

A textualização, a colocação do discurso em palavras, tem uma relação necessária com o político. Em todo dizer há confronto do simbólico com o político: todo dizer tem uma direção significativa determinada pela articulação material dos signos com as relações de poder. Essas relações se definem por sua inscrição em diferentes formações discursivas que representam diferentes relações com a ideologia, configurando o funcionamento da língua regida pelo imaginário. Uma espessura semântica que faz intervir a noção de interpretação.

3. DISPOSITIVO TEÓRICO E DISPOSITIVO ANALÍTICO DA INTERPRETAÇÃO

Enquanto lingüista, situo o trabalho ideológico da linguagem no jogo da interpretação. O sujeito não pode não significar e não há sentido sem interpretação.

A ideologia, sociologicamente definida como “ocultação”, adquire aqui outro sentido, o da produção interpretativa do efeito de evidência. Re-definida discursivamente, a ideologia não reside no conteúdo ocultado mas no próprio mecanismo de produção desse conteúdo. Ela se apresenta como interpretação feita em condições específicas que são apagadas. Por este apagamento, um sentido, produzido e determinado por certas circunstâncias, aparece como “O” sentido. É assim que o analista de discurso trabalha (contra) a evidência dos sentidos: os sentidos podem sempre ser outros. Só se está na linguagem pela interpretação e o movimento da interpretação está sujeito à instabilidade, ao imprevisto, ao provisório, ao improvável, mas também às injunções das normas, ao controle das instituições, aos desígnios administrativos visíveis dos sentidos. Se isto se passa com as palavras, o que se passa então com o silêncio?

O silêncio significante também está submetido aos mecanismos discursivos de produção e funcionamento. O silêncio é discurso. Mas ele tem sua materialidade própria, suas formas próprias de significar, fazendo significar de seu modo particular a interpretação, logo, a ideologia, através de mecanismos diferentes dos das palavras.

O estudo do silêncio desloca duas fronteiras: entre o dito e o não-dito, entre o dito e a exterioridade que o determina, confrontando-nos com a questão da natureza histórica da significação. A reflexão sobre o silêncio nos faz compreender um aspecto fundamental, o da necessidade do sentido formulável: se um sentido é necessário, ele é possível. O silêncio é a garantia desta necessidade pois o não-dito, o silêncio, significa. Os sentidos silenciados migram para outros objetos simbólicos atestando sua necessidade. Como esta migração é produzida pela necessidade histórica, para compreender um discurso, devemos nos perguntar sistematicamente o que ele cala.

O boato é um fato relevante para se observar essa faixa do dizer que está entre o atestado e o possível. Margem opaca onde o dizer não está estabelecido em sua positividade e nem por isso deixa de existir, de fazer sentir seus efeitos. Sob sutis modos de ausência. Ausência presente que reafirma o caráter necessário da história, da memória, do político nas formas do dizer e do silenciar.

Sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo. À errância do sentido, à sua capacidade de migração, corresponde a errância do sujeito que muda de posição, que falha etc., tudo isso em acordo com a significação da palavra discurso: que segue seu curso. A sua marca comum é a idéia de movimento. E temos afirmado que o silêncio é uma das instâncias em que se efetua o movimento: o sentido se faz movimento, a palavra segue seu curso, o sujeito cumpre os trajetos de seus processos de identificação, percorrendo diferentes fronteiras de sentidos. A imagem que pode nos fazer compreender esse processo é a do silêncio como desdobramento: o silêncio é o ponto (todo sentido é efeito de uma refração, todo discurso se funda no equívoco) em que o discurso se desdobra em outras palavras. O silêncio funciona assim como ponto de fuga em que os sentidos desdobram-se. A polissemia é função da incompletude e o silêncio é sua matéria. O silêncio permite compreender a incompletude na base da interpretação, dos trajetos de sentidos, dos deslocamentos dos sujeitos, movimento contínuo entre a repetição e a diferença.

Como tornar visíveis as formas do silêncio, ou, neste caso específico, como explicitar o funcionamento do silêncio na produção discursiva do *boato*? Pensando o boato como provido de efeitos que têm a ver fortemente com o modo como circulam as palavras?

4. O CORPUS

Para bem situar nossa questão, tomemos um exemplo na história do Brasil, história que, como sabemos, põe em relação Índios e Europeus. Essa relação é um fato rotineiro da colonização e constitui situações de fala como um fato político incontornável: só se pode falar na diferença, em uma relação desigual separando de um lado o Europeu, de outro, o Brasileiro.

Nessas condições, as da “descoberta”, a informação é crucial: a busca de informação foi uma das obsessões da política dos colonizadores, exercida de várias maneiras: da espionagem à cartografia, dos relatos de viagem à coleta de boatos e várias outras (J. Amado, 1998). Conhecer, controlar e fazer circular os boatos são um meio de estabelecer uma forma de poder.

A existência do boato é o índice de que o espaço territorial tornou-se um espaço político em que silêncio e linguagem se batem por um espaço de significação. O boato está presente na história do Brasil desde os primeiros tempos da colonização fazendo parte das relações de força e de sentidos, no esforço de estabelecimento de uma sociedade do lado do Novo Mundo.

A constituição da sociedade, de um espaço público em que circulam sentidos – tendo na base idéias recebidas, lugares comuns – produz inevitavelmente o espaço do boato. O boato é assim um fato da vida social pública, traço do funcionamento coletivo da palavra. Por seu funcionamento, o boato atesta a não-transparência da linguagem e a não-trivialidade (banalidade) da opinião pública, como fato complexo da vida das palavras – das formulações – nas suas relações com o silêncio, em um sítio particular de significação, o espaço público, em que conta a quantidade, no caso, a quantidade de sujeitos vivendo em um espaço de comunicação específico (E. Orlandi, 2000) e que tem necessidade de uma quantidade de informações. O boato faz parte da organização da sociedade, da instalação da vida urbana¹, espaço público, lugar comum. Ele está fortemente presente na sociedade brasileira nascente que só vai se organizar explicitamente como tal no século XIX com suas instituições, seu governo, sua vida intelectual local, seus instrumentos lingüísticos próprios, sua literatura etc.

No século XVIII temos textos que testemunham essa relação com o boato na construção da história brasileira: faço aqui referência ao texto do frade capuchinho Martin de Nantes (*Histoire Sincère et Succinte...*, 1706, p.143) onde aparece o episódio da “teoria dos equívocos” explicitamente utilizada por ele contra o governador da Bahia em sua relação com os Índios e com a terra que eles ocupavam às margens do rio São Francisco.

Pressionado pelas exigências do governador, ele escreveu ao rei de Portugal: “Depuis sept ans nous faisons *paisiblement* nos compagnons et moi, notre mission”. O equívoco está na ambigüidade do advérbio “paisiblement” que pode ser referido tanto à “vous” (o governador) quanto à “nous” (os missionários). Na trama das idas e voltas entre a cidade (a capital) e os Índios, Martin de Nantes tece uma história feita de múltiplas e ambíguas versões – formulações – sustentada por grandes espaços de silêncio produzidos por palavras tomadas no equívoco. Espaço de incerteza, de dúvida, de sentidos desdobrados. A distância e o tempo gastos na circulação das palavras em um território dificilmente visível pela corte portuguesa favoreciam os efeitos do boato sobre as decisões do poder. Nesta conjuntura o boato era uma forma de resistência ao poder português, sobretudo na época do Marquês de Pombal (o iluminista responsável pela expulsão dos jesuítas do Brasil). A Retórica dos Missionários inclui o boato como prática corrente em que os Índios entram como argumentos. Aliás, o boato permanece uma prática política dos Índios até hoje, prática herdada da retórica eficaz dos missionários.

Na virada do século XIX a situação muda um pouco e se produz uma clara divisão: de um lado – o dos Portugueses agora ocupado pelos brasileiros (portugueses remanescentes, mestiços etc) em uma nação nascente – os que fazem uma política baseada em documentos, palavras atestadas, papéis administrativos, de outro, os Índios, os boatos, o oral, as versões diversas.

Aqui podemos ver que a relação com o arquivo, a possibilidade de ter uma história escrita importa na relação com o que é boato. Tínhamos, até o século XVIII, de um lado a língua escrita (de início o latim e depois o português), de outro a língua geralmente falada no Brasil (o tupi jesuítico), de um lado, a história escrita, de outro, a memória oral. Esta separação funcionou fortemente no estatuto da palavra (verdade ou boato) no domínio político, no século XIX. Tratava-se, nesse momento, com a organização formal da sociedade brasileira, em um país agora independente, de explicitarem-se seus instrumentos lingüísticos (gramática, dicionário) e intelectuais (Escolas, Academia, Biblioteca, etc), tendo na base a escrita, para gerir a relação com a língua, com as coerções sociais (as regras), com o político e com a história (Auroux, Orlandi, Mazière, 1998).

De todo modo, não podemos deixar de observar que há um lado lúdico do político em que trabalha o boato, estruturado pela relação com o silêncio.

5. DEFINIÇÃO DISCURSIVA DO BOATO

Há algumas características discursivas do boato que é preciso explicitar.

De início, há seu caráter geral, a idéia de burburinho, de excitação geral da palavra. Sons surdos, burburinho, vozes que protestam. Além disso, há também um outro aspecto presente na caracterização do boato: notícias que se expandem, se alastram. Sons surdos, burburinho, vozes que protestam, falsas notícias, anonimato, são elementos que se substituem parafrasticamente na caracterização discursiva do boato, desembocando no enunciado de base: notícia anônima que se expande publicamente sem confirmação. O boato é um modo de dizer em que há sempre uma diferença à significar, um ruído (protesto ou falta de verdade).

Vejamos a que se liga do ponto de vista de um acontecimento do dizer.

Podemos considerar já de início que o boato é um fato da linguagem pública, é um fato do percurso (circulação) das palavras. O boato afeta o ritmo do dizer, sua temporalidade, jogando na relação das palavras com o silêncio. Por uma relação ainda muito pronunciada com o silêncio face às palavras, pelo boato, dizendo de menos (não se diz “toda” a verdade, o fato não é “completamente” significado) dizemos demais (se vai além da verdade, há dispersão de sentidos em torno do fato). Deixam-se ver os flancos do dizer: Margem de equívocos, de incertezas.

Situando-se na passagem do imprevisível ao certo (todo boato tem um fundo de verdade), o boato pode ser concebido como um trajeto da palavra, um momento que precede, que prepara o estabelecimento de um tempo e de um lugar determinado para que um fato advenha (com seu sentido já estabelecido: efeito de pre-construído), nomeado, até mesmo significado. Antes é apenas burburinho... Um anúncio: silêncios que significam na incerteza. O boato atesta o fato de que os sentidos são feitos de silêncios, indício de que há em toda situação de fala relações que jogam com o não-dito, uma política do dizer determinada para fixar sentidos onde há múltiplos sentidos possíveis. Pelo efeito de pre-construído

de um conjunto de dizeres supostos estabelece-se – pelo efeito-leitor – o lugar de uma família parafrástica “fantasmática”, visionária, não-confirmada, suposta. O político joga – ludicamente – nas bordas dos sentidos.

Não há fato ou acontecimento histórico que não tenha sentido, que não peça interpretação, que não reclame que se lhe encontrem causas e conseqüências (P. Henry, 1984). É nisto que consiste a história. Nesta perspectiva, o boato é um fato substantivo da história, fato de sua relação com o silêncio: a força de uma situação discursiva que se impõe, irrupção de um real que demanda sentidos, que reclama interpretação, exposição em estado bruto da necessidade de se construir a relação causa/conseqüência. Constatação do fato de que há palavras postas em silêncio e que o silêncio atravessa as palavras, ele é o traço de que há sentidos ainda não formulados (postos em palavras). Excitação geral da palavra, anônima, pública, materialidade que se impõe de onde surgem “interpretações”, as diferentes versões possíveis. Boatos. Na iminência de se tocar o irrealizado. Algo, do domínio do real da história, se impõe ao sujeito do discurso fazendo funcionar a necessidade da formulação, sendo esta precedida pela relação ao silêncio, tanto pelo já-dito quanto pelo não-dito, excitação geral de uma tomada de sentido. Como processo de significação, o boato atesta a tensão máxima entre língua e história. Movência necessária dos sentidos, esta necessidade põe em jogo a relação constituição/formulação, discurso/texto, texto/comentários (versões, variantes). Face à constituição de um acontecimento, face ao incontornável da interpretação, gesto que constitui o sujeito no entremeio entre a língua e um mundo a significar, não há discurso que produza um texto único, uma formulação só. Não há univocidade entre memória, discurso, texto. À incompletude se liga a dispersão. O boato acontece no momento da passagem do discurso a texto, isto é, momento em que a discursividade se organiza, se lineariza, se apresenta como unidade discreta. O boato está a meio caminho entre a constituição do sentido (filiação do dizer a uma memória que não é diretamente acessível) e sua formulação ainda não acabada (sempre estabelecida por falhas, possibilidade de diferentes versões). O boato mostra que um texto é ele próprio lugar de variantes.

No caso do boato, a relação entre o já-dito e o não-dito se apresenta sob a forma do “diz-se-que”. A formulação deve produzir o efeito de separação entre o verdadeiro e o não-asseverado (burburinho), fazendo

trabalhar a relação das palavras ao silêncio. O boato atesta o fato bruto da história, a política da palavra em estado puro (grau zero do político): não há sentido sem articulação do simbólico ao político.

As condições materiais estão aí (condições de produção discursivas), assim como os fatos que demandam sentidos (que sentidos?) e a situação de linguagem se reclama uma relação consistente entre causa e consequência na significação de um “fato”. É preciso assim responder discursivamente à necessidade de coerência, de consistência lógica, em uma palavra, é preciso preencher as condições de textualização, entre outras, aquela que é crucial para a forma-sujeito capitalista: a não-contradição. As formulações surdas, os burburinhos, são o anúncio do advento de um discurso, advento que tornará possível a textualização de um dizer a partir de um “fato”. À procura de uma memória (de um saber dizer), para produzir o efeito de estar em uma filiação, uma rede de significação constituindo uma tradição de sentidos possíveis, até mesmo necessários, desembocamos sobre versões, sentidos plausíveis. O boato produz um efeito de verdade a partir de palavras não asseveradas. Exemplo: “Boatos deixaram entender que Monique Vuailat mantinha com François Bayrou relações que iam além do estrito quadro sindical” (Le Monde, 25/03/00, p.18).

Na relação escrita/oral, o boato estabelece um efeito inscrito na história não escrita. Efeito de separação entre verdade (objetividade, escrita, documento) e comentário (subjetivo, oral, não-confirmado, não provado, não-verificável) trabalhando diferentes versões, passíveis de inscrição em diferentes formações discursivas. A multiplicidade de comentários faz parte desta forma discursiva assim como seu caráter velado, e sua circulação fora do percurso oficial da palavra.

O boato é uma polemização discursiva do estatuto significativo do fato, estruturado pelo tempo do dizer em sua relação com o silêncio.

Há uma temporalidade do dizer, não diretamente ligada à temporalidade externa ao dizer, que o silêncio torna possível pela inscrição de um ritmo entre dizer/não-dizer. É esta temporalidade que organiza o funcionamento do boato. A “vontade” de pre-dizer, ou dizer antes. De quê?

O caráter não-verificável do boato é parte de seu funcionamento como comentário, como versão não nomeada, pois o comentário não tem necessidade de atestar a função-autor que está em sua origem².

Desde que há texto, há função-autor, ou seja, estabelece-se a figura de um sujeito que toma a cargo a responsabilidade de ter produzido um enunciado. A função-autor dá um rosto social ao sujeito. No caso do boato, há texto, mas a função autor permanece no anonimato. Não há pois um responsável do dizer, mas uma figura fantasmática que toma o lugar de sua responsabilidade. Desde que se manifesta um autor socialmente visível o boato não é mais boato, e o comentário se torna palavra autor-izada. Por esse mecanismo o boato evita o confronto direto. Chegamos aí a um outro modo de presença do silêncio: o do autor que permanece no anonimato.

A distância entre a constituição e a formulação, passagem de discurso a texto onde a linguagem é corpo, matéria perceptível, dimensão e extensão mensurável, é também o espaço de formação das diferentes versões. Nascedouro das variantes. As versões transbordam: burburinho. O silêncio aí trabalha abundantemente: território movente, incerto, impreciso. O boato “explora” por assim dizer esse território, sustentado pelo fato de que os sujeitos têm necessidade de “saber” o sentido. É um mecanismo que mexe profusamente com a relação dito/não-dito, os espaços de silêncio, o entremeio dos sentidos. O boato é um estado pleno de silêncios. Ele produz uma situação de linguagem que faz emergirem os discursos disponíveis, tornando visíveis as discursividades que “rodeiam” um sítio de significação. Gestos de interpretação latentes em um estado social. É também um sintoma de que o homem tem necessidade das palavras para domesticar a ameaça do silêncio.

O boato é assim uma etapa da formulação em que a incerteza faz efeito. A parte votada ao silêncio é nele ainda muito forte. Entretanto, enquanto formulação (como um recorte abrupto de sentidos) ele produz o efeito de separação entre o verdadeiro (o dito) e o falso (o não-dito). A formulação dá corpo aos sentidos, corpo às palavras e ata a historicidade em um sítio de significação emprestando-lhe uma impressão de realidade significativa (relação consistente entre causa e consequência).

6. RUMOR, NÃO-DITO, SUJEITO

A partir dessas considerações podemos pensar o boato como rumor que é indício de um acontecimento não-significado e de sujeitos que não são bastante visíveis enquanto autores do dizer. A relação discurso/comentário estrutura essa relação. A relação com as versões, por sua vez, se estrutura por e no silêncio. A função-autor ela própria (nesse caso fantasmática) se beneficia desse silêncio.

Para compreender bem isto é preciso retomar a relação dito/não-dito onde intervém a noção de “diz-se-que”.

O “diz-se-que-diz-se-que” tira proveito de um duplo movimento do silêncio: censura e anonimato. Sítio de significação censurado, silêncio local, desde que há censura há deslocamento, migração de sentidos para outros objetos simbólicos. Percurso de migração de sentidos, o boato configura um sítio de significação em litígio, existente mas ainda não estabelecido: o boato circula no anonimato, de forma geral, publicamente. Em diferentes versões, formas de um dizer indistinto. Realidade presumida que precede o estabelecimento de um dizer bem ancorado na ordem do discurso, derivando de uma relação consistente do real da história com o real da língua.

Às margens do não-dito se formam os “diz-se-que”, presença ausente (imaginária) de um já dito ratificando uma relação plausível entre causas e conseqüências. É aí que trabalha fortemente o mecanismo da argumentação. O boato, espaço de múltiplas versões, domínio das variantes, migrações que derivam de uma região de sentidos passível de silenciamento, estabelece espaços “confusos” de fala (voz) onde os sujeitos se batem – quem conta um conto aumenta um ponto – por um sítio de significação particular (a (verdadeira) versão). Esta situação discursiva acentua a encenação da argumentação.

O aguçamento da forma de circulação produz efeitos sobre os sujeitos em vários pontos, no modo lúdico da relação com o dizer, presente no boato:

1. Sobre o fato da argumentação: o sabor de dizer e produzir o efeito de verdadeiro acentua, como percurso da palavra, a habilidade em mantê-la funcionando;

2. O impulso de “passá-lo à frente”. O sujeito não consegue impedir-se de divulgá-lo expandindo o espectro de sua atuação. Ora,

é esse efeito que sustenta o boato pois se não circula, se extingue. Se as pessoas não têm “vontade” de contar ao outro, o dito presumido estaciona e desaparece, pois é sua circulação que lhe dá existência. Fazer parte, entrar no circuito, contribuir para as versões com seus gestos de interpretação são um componente do boato como fato da circulação (social) da linguagem. A “coceira” na língua, a vontade de falar, atestam essa necessidade que, ao mesmo tempo mostra o fato da linguagem como social e, no caso, público, de circulação e mobilização da “opinião”.

Por sua permanência estrita em suas posições discursivas (ideológicas) os sujeitos produzem o boato mobilizando argumentos que correspondem a diferentes tentativas (versões) de fixar um sentido (seus sentidos) sem no entanto mudar suas posições discursivas. Os textos mobilizados pelo boato são indícios de um mesmo e único discurso no entanto variado em suas formulações. Jogo de paráfrases. Burburinho que joga poeira nos olhos do adversário. Mas, como sempre na linguagem, o equívoco trabalha em permanência: o lugar em que o sentido é o mesmo pode ser a fonte de derivas, de mudanças. O mesmo argumento pode ser indício de outro sentido possível. Daí resulta que o boato, mesmo sendo jogo argumentativo na direção de um só e mesmo sentido, é um estado rico de possíveis já que as vozes que o habitam, ao passarem de boca em boca, se expandem em várias direções. Sentidos voláteis. É assim que podemos concluir que são antes os silêncios que conduzem os sentidos pois as palavras deixadas a elas mesmas são apenas ruídos. Burburinhos.

NOTAS

1. A cidade apresenta condições favoráveis aos boatos. O grande número de sujeitos vivendo em um mesmo espaço, pleno de “coisas a saber” de que se tem necessidade para viver em comum na cidade, para se estabelecerem relações urbanas, tendo-se necessidade de uma maior quantidade de informação, faz desenvolver-se tecnologias de linguagem tornando possível – e impossível – a convivialidade neste espaço comum com suas particularidades de linguagem.
2. À diferença de Foucault (1971), que liga a função-autor à obra, nós consideramos que há função-autor desde que haja um sujeito que se coloca (imaginariamente) na origem do dizer produzindo efeitos de coerência, não-contradição, progressão e fim. A produção imaginária da unidade, como dissemos no capítulo anterior é um dos efeitos mais importantes da função-autor, tal como a concebemos, no ordinário do discurso.

Palavras ao Vento ou O Poder e o Vento

Esta é uma versão diferente do texto que constitui o capítulo anterior. O que há de distinto é que no capítulo anterior, o texto formulado dirigia-se a uma platéia de historiadores (Encontro sobre Boato, organizado pelos historiadores da Universidade de Paris I, já publicado em Ata), e este foi feito para ser publicado em rede, na internet – Ofjor (Oficina de Jornalismo) – e, logo, supostamente dirigido aos leitores de internet e da mídia. Como são duas formas de escrita decidi colocá-las lado a lado para que elas mesmas ilustrem o que estou tratando: a questão das formulações, da textualização, das versões nas suas diferentes relações com os sentidos e a constituição dos sujeitos. Além disso, o corpus analisado em um e outro texto são diferentes e isto também cumpre a função de mostrar os diferentes gestos do analista em vista de seus materiais face a diferentes destinatários, em seus diferentes campos disciplinares. Vamos ao texto.

Há um ditado muito antigo que diz que “verba volant scripta manent”, ou seja, as palavras voam e o escrito permanece. Mas não foi nem preciso chegarmos às novas tecnologias da linguagem que são um desenvolvimento técnico da escrita, para sabermos que o escrito pode voar tanto quanto as palavras. O assunto de que vamos tratar – o boato – é parte desse mesmo processo das palavras, onde nada é definitivo ou estritamente definido.

As palavras – e os sentidos – estariam soltos. No entanto são administrados por relações de poder, por determinações históricas, por injunções institucionais. Na análise de discurso dizemos isso falando que há uma divisão social do trabalho da interpretação: mesmo que os sentidos (e as palavras) estejam soltos, os gestos de interpretação sempre se

dão em posições ideológicas que podem ser analisadas e, assim, compreendidas, em seu funcionamento. Isto porque os sujeitos (se) significam a realidade social e natural em determinadas condições e a partir de um saber discursivo, uma memória que se faz pela filiação a uma rede de sentidos, historicamente determinados e politicamente significados.

Os boatos são gestos de interpretação como todos os outros que fazemos para que o mundo faça sentido. Vamos tentar aqui entender sua natureza e seu funcionamento. Digamos que o boato pode ser visto como um balão de ensaio: tentativas de interpretação “atiradas” na direção de um *fato*. Com ou sem sucesso, essas tentativas são tentativas de *versões*, buscando atingir uma *verdade*. Attingir nos vários sentidos: estabelecer ou desestabilizar. O boato é uma arma tanto para a dominação como para a resistência. Tecnicamente ele tem a ver com a relação – sempre incompleta e em movimento – do fato com a linguagem. E tem a ver, assim, com a tal “objetividade”, tão cara à mídia, à opinião pública, ao cientista. O que o boato mostra, no discurso social, disponível para a coletividade pública, é que “onde há fumaça há fogo”. Estamos assim lidando, na margem tênue entre o que se diz e o que não se diz, com aquilo que vem por tradição, o saber ancestral, proverbial: “todo boato tem um fundo de verdade”.

Onde há boato há disputa pelo sentido. Há fato a ser significado. Mobilização política da palavra, o boato trabalha o limite da ética e da responsabilidade, nos limites da interpretação.

Relações sociais são relações de sentido: todo texto, oral ou escrito, traz consigo um conjunto de versões possíveis que o rodeiam. Em princípio, como temos dito, ao lado de um texto formam-se famílias parafrásticas de tudo o que se poderia dizer. Essa margem em que as versões se gestam são parte do processo de significar. O boato explora essa margem. Ele indica que o dizer é marcado por um jogo de poder da/na linguagem.

Por outro lado, e não menos importante, o boato é um fato público de linguagem. Reporta-se à opinião pública. O móvel originário do boato é a necessidade, a busca de informação. Daí ele se apresentar como excitação geral de vozes que se produz nas aventuras do dizer em seu processo de formulação e circulação. Nesse sentido, ele pode

ser considerado um “acidente” de percurso das palavras. Há em todo sujeito social a vontade/necessidade de saber. E é aí que o boato se inscreve, sendo um excelente tema tanto para o historiador, como para o cientista e o jornalista. Não há opinião sem risco, não há saber sem dúvida, não há informação sem margem de exploração.

Incerteza produzida ou suscitada em um lugar de significação, o boato é a faixa de especulação de sentidos. Com efeito, o boato mostra que a palavra é fundamentalmente política. Somos regidos, em nossa forma histórica de sociedade, pela “vontade” da verdade e pelo “imaginário” da objetividade. Temos de ser objetivos, não podemos não ser ou verdadeiros ou falsos. Faz parte dessas injunções saber separar subjetivo e objetivo: “fato é fato”. Determinados pela história, pegos pela necessidade da língua, pela ideologia, estamos condenados, mesmo se não nos damos conta, à relação com a ética e com o político: na posição de responsabilidade em relação aos sentidos, o sujeito tem de “assinar” o que diz, assumir sua interpretação. Numa relação em que se articulam causa e consequência, dominados pela importância que, em nossa cultura, damos à não-contradição, atrás das palavras tem de haver verdade. E a questão é justamente esse “atrás”. Ele nos faz ver que as palavras não são apenas o que parecem, não são só presença. São presença e ausência. São o que parecem e o que não parecem, são o que dizem e o que não dizem. Não são evidentes. Não ficam paradas no mesmo lugar. Movimentam-se, deslocam-se, rompem espaços de sentidos fixados. Tentamos o solo firme único e, no território das palavras, nos defrontamos sempre com múltiplas versões. Essa é uma das formas da contradição na produção dos sentidos, no confronto do simbólico com o político: temos necessidade de um mundo normatizado quanto a seus sentidos, estabilizado, onde “x” signifique “x”, com o qual podemos nos identificar. E não temos senão versões. Isso é assim porque a língua se estrutura pela falha e todo discurso se produz no equívoco já que a relação fato/linguagem é atravessada por outra: sujeito/história. Não há dizer único. Assim como o próprio sujeito não tem o controle, que é levado a mostrar, sobre os sentidos: ele vacila, ele nem sempre sabe o que diz, nem sempre tem o que dizer. Procura palavras que lhe fogem. Diz sem saber exatamente o alcance do dizer.

Por seu lado, as relações de poder estão simbolizadas em relações de força presentes no jogo de sentidos. Entra então em cena o desejo de clareza (certeza): faz parte, da encenação retórica do poder, advogar a clareza, a transparência, praticando assim o apagamento, o silenciamento dos outros sentidos possíveis. Não há unicidade de sentidos por causa da história, do político, dos sujeitos. Sendo assim, o sentido claro é aquele que se estabiliza, o sentido dominante. O poder está sempre rodeando os sentidos que produz com uma grande quantidade de discursos que teria a finalidade de explicá-los, desambigüizá-los, para nos dar a certeza do (seu) sentido (verdadeiro).

No jogo que o poder estabelece sobre o sentido da clareza – verdade? – o boato é um lugar irônico em que esse jogo se diverte. É o lado lúdico da relação entre o fato e o dado: jogam-se sentidos, o que pegar pegou. Da relação do homem com a política do dizer, estampa-se o fato irremediável da divisão dos sentidos. O poder de linguagem se exerce pela força dos lugares da interpretação. Quem pode mais... O boato é, como dissemos, o grau zero do político. Jogo antes de ser jogado. Presunção. Iminência.

Definido como “notícia anônima que se expande publicamente sem confirmação”, pela própria definição, o boato coloca em foco a idéia de notícia, de anonimato, de publicidade e de incerteza. Atinge em cheio a questão da informação e da autoria. E o faz pela relação que, no boato, se estabelece entre o que é dito e o que funciona no silêncio. O boato faz vir à tona o contato do visível com o invisível, do existente com o que não está aí, do não realizado com o possível e o impossível, entre o que está presente e as diferentes modalidades de ausência. Ele nos leva a pensar assim o modo de existência dos sentidos na relação entre fato e linguagem: onde estão? Qual seu percurso? São válidos? É possível separar verdadeiro e falso? Qual é o grau de certeza em relação a uma notícia?

Na realidade, há uma temporalidade da própria linguagem, um ritmo do dizer que funciona na relação entre as palavras e o silêncio. No boato, em uma relação ainda muito pronunciada com o silêncio, deixamos entrever o que está ao lado do que é dito, margens equívocas, barulho confuso de vozes que não confirmam sua origem. O boato

precede, prepara antecipadamente o estabelecimento de um tempo e de um lugar determinado para a emergência de um fato com seu sentido estabelecido, fato nomeado, já significado. No momento em que é nomeado legitimamente, o fato adquire sua realidade significativa historicamente definida. Antes, enquanto boato, ele é barulho de vozes confusas, anuncia incertezas. Por um conjunto de dizeres supostos, ele estabelece o lugar de uma família de sentidos possíveis, não-confirmada, presumida.

O político joga nos bordos dos sentidos: algo se impõe na instância do histórico, do fato, do acontecimento, produzindo a necessidade de uma formulação. O boato atesta o fato bruto da história e da política da palavra, fonte possível da notícia: estão presentes as condições de produção discursivas e os fatos que pedem sentidos. Sintoma de que “aí” há sentidos, o boato é uma resposta discursiva à necessidade de significar, trabalhando a articulação entre causa e consequência. À procura de um dizer possível, em suas diferentes posições, os sujeitos produzem versões plausíveis, explorando um espaço de significações. Tenta-se produzir um efeito de verdade a partir de palavras não asseveradas. Não há um responsável pelo dizer, mas uma figura autor imaginada que joga no seu lugar, lugar presumido de sua responsabilidade. Sem um autor, ainda que fantasma, o boato não funciona. Há sempre um suposto responsável numa cadeia de “autores” que não se definem positivamente. O autor se mantém no anonimato e é substituído/simulado por um encadeamento de citações, de menções: é sempre um outro que disse. No silêncio, o autor trabalha no anonimato. Desde que há um autor socialmente visível, e assumido, o boato deixa de ser boato, o comentário passa a palavra autorizada (verdadeira ou falsa). O boato é um estado pleno de silêncios que significam entremeios de sentidos, em que aquilo que não está dito vale mais do que o dito. É sobretudo um terreno fértil de versões que indicam diferentes posições de sujeitos, diferentes compromissos dos sentidos na política da significação. Tirando partido do mecanismo da argumentação sem explicitá-la, o boato produz um trajeto de sentidos do qual não se sabe ao certo a direção. Assim, ele estabelece espaços confusos de palavras onde se disputa um sítio de significação particular (a “verdadeira” versão), sendo lugar de litígio dos sentidos.

Há o fato, há a necessidade de significá-lo socialmente – na ordem do sentido público – e há uma disputa pelo sentido “verdadeiro”. O boato anuncia essa necessidade e “mostra” que o sentido está em processo de legitimação, mobilização do poder da/na palavra. Ao sabor do vento, assoprados aos ouvidos, os sentidos voam, fazem seus trajetos, cartografando o político, excluindo, incluindo, tergiversando, legitimando. Com o boato, uma multiplicidade de discursos emergem. O boato é ocasião de arregimentação de discursos sociais disponíveis. Como ele é uma tomada de diferentes posições face à necessidade de significar, o sujeito não se responsabiliza nesse modo de dizer marcado pela indistinção, pela incerteza, pelo conflito de opiniões. Experimenta. Tropeça. Endireita-se. Afirma-se na demanda de legitimidade.

JORNALISMO ELETRÔNICO E BOATO

Para ilustrarmos o funcionamento do boato, temos à disposição muitos exemplares já que tem havido um recrudescimento do boato como forma de comunicação social. Essa profusão de boatos tem, como sustentação, de um lado a ideologia da globalização e, de outro, as novas tecnologias de linguagem, as diferentes formas do discurso cibernético. Vamos tomar o caso do desmatamento/preservação da Amazônia, que faz intervir a relação com uma fonte de argumentação potente que é a Ecologia. Mistura explosiva de ciência e política, a meu ver, a Ecologia tem hoje o papel que a Catequese teve na colonização: ela fornece o instrumento tecnológico onde se apóia a argumentação do poder constituído. Religião na colonização, Ciência na globalização, esses são os movimentos da retórica e do político.

Passemos à análise.

O JC e-mail divulga uma mensagem de S.R. de F falando sobre a mudança no mapa do Brasil: alunos norte americanos estariam aprendendo na Escola um mapa do Brasil que não inclui a Amazônia, sendo esta um território internacional. Em sua fala aparece a indeterminação do autor: “Foi levantado”, “brasileiros que observaram” etc. Ela “solta” a notícia anônima e sem confirmação formal que começa seu trajeto. Esse trajeto passa pelo e-mail de R. P., uma professora na Suécia, que é um comentário da notícia já feito por outra (terceira) pessoa. Estica-se a notícia e o

efeito do comentário é o da impressão de veracidade: “É muito perigosa a atitude de algumas escolas americanas de tentar persuadir os alunos a ver parte do território brasileiro (Amazônia) como ‘área de controle internacional’”. Ao comentar, através do que chamamos efeito de pre-construído, a notícia aparece como partindo de uma afirmação já estabelecida (presuposta), portanto existente: parte do território brasileiro está em discussão; parte do território brasileiro pode ser considerado área de controle internacional. E aí talvez se possa ver, no funcionamento político da linguagem, o efeito perverso do boato na disputa pela legitimação do sentido. Qual deles? O de quem, ao falar, põe em dúvida ou o de quem, ao falar, mesmo pondo em dúvida, pelo fato mesmo de tematizar, introduz a questão, ou melhor, põe em questão a soberania do Brasil em relação ao seu território. Na continuação, R.P., a professora na Suécia que comenta a notícia, depois de introduzir a temática, de torná-la assim presente, existente, traz para a conversa a necessidade de uma posição do governo: “O governo brasileiro deveria investigar a veracidade das informações”. Apóia-se no discurso da ecologia para ser “politicamente correta” (“Ninguém (...) acredita que o governo dos EUA esteja realmente preocupado com o meio ambiente (...) a não ser que este meio ambiente seja extremamente rico em recursos naturais...”). A Ecologia é um argumento onnipotente e onipotente. Basta enunciá-lo que ele fala por si. O representante do governo por sua vez, traz dois elementos fundamentais em sua argumentação: um que põe em questão a veracidade da notícia, ao mesmo tempo em que ataca o JC e-mail que não estaria se apresentando como bom jornalismo já que não controla a origem das informações (no caso, de segunda mão) e não segue os elementos básicos do “metier” de jornalista: que, onde, quem, como, quais. A informação verdadeira e o bom jornalismo repousam em uma magra receita de objetividade da notícia. Finaliza com o elogio aos americanos em cuja escola há “tanta liberdade” que alguém pode ter produzido “eventualmente absurdos didáticos como os referidos imprecisamente por S (primeira relatora do e-mail)”. A partir daí – como reduziu a questão a uma questão de informação e, principalmente, a uma questão pedagógica – anuncia a iniciativa de manter as escolas americanas bem informadas através de um “kit” de informação voltado para o público estudantil. Para terminar, o JC e-mail defende-se de sua desqualificação

jornalística dizendo que não se tratava de “informação” mas de “carta de leitores” que expressam suas “preocupações”. Aprendemos que nem toda notícia é informação. Essa leitora preocupada, por sua vez, pressionada pelas falas autorizadas – do representante do governo e do jornalista – se coloca na posição de se retratar (“Foi um erro ter divulgado uma informação que não tinha certeza ser verdadeira”). Está salva a idéia de informação e com ela a de objetividade da notícia, a de verdade.

Aí vemos portanto bem exemplificado o funcionamento de que falamos mais acima pondo em relação, na política do dizer, a informação, a verdade, a opinião pública (retratada nos dois sentidos da palavra). Ou seja, chegamos ao nível doméstico, da palavra desautorizada (não é uma informação, é só uma preocupação de um leitor). Isso, claro, dá ensejo a uma larga tematização da questão Amazônica: através do discurso autorizado da ciência (Como salvar a Amazônia?); do discurso que desliza, sustentado pela Ecologia, do desmatamento para o da preservação dos bens culturais; da questão de negociação política (votação dessa ou daquela proposta em troca disso ou daquilo); dos discursos ligados aos projetos da política científica oficial; sobre economia; sobre a distribuição da população e a relação de produção; sobre a questão da terra etc que cumprem bem a consequência do boato, isto é, fazer emergirem as discursividades disponíveis que vão se perfilar na disputa do sentido, chamado verdadeiro. Em relação ao quê? À verdade? Nem tanto. Mas em relação às posições políticas sobre a questão da Amazônia e o jogo da política internacional em que os sentidos dominantes certamente não dependem da discussão entre os brasileiros preocupados.

Na relação entre o Poder e o Vento, as palavras assopradas que falam mais são aquelas que o poder sopra. E, como sabemos, o vento não se segura com as mãos.

O que nos leva a dizer, finalmente, que como sempre, quando na linguagem entra a relação com o silêncio, é mais o que não se diz que decide (“quem pode mais chora menos...”), não deixando assim tanto espaço para se saber o que é verdade e o que não é, o que é informação e o que é boato, numa fala que significa a “mera” preocupação do leitor (do cidadão?). Mas uma coisa é certa: a partir desse boato está posta em circulação a idéia de que a Amazônia pode ser solo internacional...

Divulgação Científica e Efeito Leitor: Uma Política Social Urbana

SOCIEDADE E CONHECIMENTO: A DIVULGAÇÃO

Quando refletimos sobre os trajetos do dizer, impõe-se considerar a questão da divulgação científica (DC), discursos da ciência fazendo seu percurso na sociedade e na história, publicizando-se e fazendo circular o saber de maneira particular. Constituinte o sujeito capitalista como sujeito de conhecimento, sujeitos à ciência.

Pensar a divulgação científica faz-nos tomar necessariamente em consideração as novas tecnologias de linguagem. Em outras palavras, nos faz pensar a presença do conhecimento na sociedade e seus modos de circulação através das tecnologias de linguagem postas à disposição. Isso, por sua vez, faz parte dos sentidos dados ao conhecimento e produz efeitos sobre a forma das práticas científicas no conjunto da sociedade e sua presença na história.

A divulgação científica tem pois uma correlação com o desenvolvimento das tecnologias de linguagem. Como considero as novas tecnologias de linguagem como desenvolvimentos no domínio da tecnologia da escrita é preciso situar a escrita, tal como a penso, enquanto forma de relação social. Isto quer dizer que a transformação da relação do homem com a linguagem, no caso, com a escrita, desencadeia um número enorme de outros processos de transformação: a forma dos textos, a forma da autoria, o modo de significar. E a própria relação com o conhecimento está aí investida. Na posição crítica que assumo, em relação ao modo pragmático de tratar esse assunto, gostaria de colocar que não somos animais em interação – incomoda-me a maneira como se fala na interatividade seja na mídia seja na ciência – somos sujeitos simbólicos vivendo espaços histó-

rico-sociais. Assim, não vejo apenas nessa transformação, trazida pelo desenvolvimento das tecnologias da escrita, seu aspecto utilitário e pragmático mas histórico discursivo, ou melhor, vejo conseqüências para o próprio sujeito, para a própria ciência e para a própria sociedade. Coloco-me então questões acerca da apropriação coletiva do conhecimento, sabendo que, como sempre, em uma forma social como a nossa, quando distribuímos um bem social comum, produzimos uma diferença em algum outro lugar ou produzimos deslocamentos no próprio sentido desse bem. Que efeito é pois esse da leitura científica em nossa sociedade, pensando o discurso da divulgação científica? Em outras palavras: dado esse modo de circulação da ciência, que sentidos estão aí investidos?

Temos três pressupostos para essa reflexão: 1. A produção de sentidos envolve três momentos inseparáveis: a constituição, a formulação e a circulação; 2. Do ponto de vista discursivo, há indissociabilidade (cf M. Pêcheux), entre ciência, tecnologia e administração (governo); e 3., o discurso da divulgação científica desloca o processo do *conhecimento* científico para a *informação* científica. Notícia a produção científica.

JORNALISMO CIENTÍFICO (JC)

A escrita científica – em suas diferentes variedades tecnológicas – é um fato da linguagem urbana. Isso não quer dizer que ela se dê empiricamente só nesse espaço mas, onde estiver, ela estará significando o espaço da urbanidade.

O movimento da significação que caracteriza o JC confirma a presença pública da ciência, publiciza a ciência. O que significa isso? Como veremos – pelo efeito de exterioridade – a publicização significa a própria possibilidade de se fazer ciência em uma formação social como a nossa. O JC é, nessa perspectiva, um índice do percurso da ciência, em sua necessidade.

O leitor de ciência de que falaremos é, em conseqüência, seja ele um especialista ou um leitor amador, um sujeito que participa da constituição da sociedade urbana e que entra nesse processo, que é o da divulgação científica, que vem ocupar uma das formas de socialização/ popularização (vulgarização?) do conhecimento. Está aqui implicada a relação ciência (tékhné)/saber (empeiria). Entre as coisas a saber na produção de sua

vida cotidiana, o sujeito mobiliza diferentes formas de conhecimento. Entre elas mesmo, ou também, as do saber formal, erudito, tornado informação.

Do ponto de vista da análise de discurso, ao produzir um texto, o autor faz gestos de interpretação que prendem o leitor nessa textualidade constituindo assim ao mesmo tempo uma gama de efeitos-leitor correspondente. À escrita (formulação) do discurso de divulgação científica corresponde pois o efeito-leitor que o institui e que o caracteriza no modo mesmo em que ele se apresenta na circulação dos sentidos em uma formação social dada em sua história. Há vários momentos nesse processo discursivo: o da sua constituição, o da formulação e o da sua circulação. São três momentos inseparáveis do ponto de vista da significação, ou seja, todos os três concorrem igualmente na produção dos sentidos. Os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam.

O discurso de divulgação científica não é uma soma de discursos: ciência mais jornalismo igual divulgação científica (C+J=DC). Ele é uma articulação específica com efeitos particulares, que se produzem pela injunção a seu modo de circulação, estipulando trajetos para a convivência social com a ciência. Compreendo essa articulação – diferentemente do que tem sido dito, por exemplo por J. Authier (1998), que a considera como “tradução” – como um jogo complexo de interpretação. Não se trata, segundo o que penso, de tradução pois a divulgação científica é relação estabelecida entre duas formas de discurso – o científico e o jornalístico – na mesma língua e não entre duas línguas. O jornalista lê em um discurso e diz em outro, na mesma língua. Ou seja, há um duplo movimento de interpretação: interpretação de uma ordem de discurso que deve, ao produzir um lugar de interpretação em outra ordem de discurso, constituir efeitos de sentidos que são próprios ao que se denomina “jornalismo científico” que, ao se produzir com uma forma específica de autoria, desencadeará por sua vez novos gestos de interpretação, agora produzindo uma certa forma de efeito-leitor.

O discurso de divulgação científica é textualização jornalística do discurso científico. O objetivo desse efeito, segundo alguns especialistas (cf. P. Roqueplo, 1974), é o de colocar sob uma forma aces-

sível ao público os resultados das pesquisas científicas. E isso é feito, segundo esses autores, por um processo de reformulações (substituições, transformações e também manutenção de certos aspectos formais). Para nós, e é o que trataremos neste estudo, este efeito-leitor do discurso de divulgação científica (DC) constitui-se, entre outros, de um fato discursivo, o de produzir um deslocamento do qual procuraremos analisar a forma e as conseqüências discursivas: passa-se da metalinguagem para a terminologia, no caso, científica, deslocando o seu modo de significar.

Todo esse processo tem como resultado algo maior, que interfere na sociedade: a produção do que eu chamaria de efeito de “exterioridade” da ciência. A ciência sai de si, sai de seu próprio meio para ocupar um lugar social e histórico no cotidiano dos sujeitos, ou seja, ela vai ser vista como afetando as coisas a saber no cotidiano da vida social. O efeito de exterioridade da ciência em relação ao discurso científico em uma formação social como a nossa é uma necessidade. Ou seja, é assim que nossa sociedade funciona na sua relação com o Estado e as Instituições; faz parte do funcionamento do Estado moderno a sua relação com a ciência. A ciência apresenta-se no cotidiano da sociedade. A questão é que, segundo o modo como ela se apresenta, haverá maior ou melhor qualidade dessa relação, adensa-se ou não a participação social na produção do saber necessário para a vida social. O que podemos dizer é que na textualização jornalística do discurso científico, o jornalista poderá ser mais ou menos bem sucedido. E, de todo modo, porque se trata de divulgação da ciência, haverá sempre um efeito de estigmatização, ou seja, de rebaixamento do discurso científico pelo seu homólogo, o da divulgação, que é, paradoxalmente (?), acompanhado de uma supervalorização da ciência formal e oficial distante de seus outros modos informais de circulação. O conhecimento científico continua “sacralizado” nos laboratórios, enquanto a informação científica circula, tornando acessíveis os efeitos do discurso da ciência.

Não estacionando nesses efeitos mas procurando compreender como o JC estabelece um modo de produção de sentidos é que podemos dizer que ele se situa no lugar em que se produz essa impressão de exterioridade da ciência. Um desses lugares, pelo menos.

CONSTITUIÇÃO, FORMULAÇÃO, CIRCULAÇÃO

Na relação entre a constituição e a formulação dos sentidos já há, quando se trata do discurso de divulgação científica, um processo pelo qual o sujeito que produz a ciência como “informação” (e não apenas como conhecimento, como saber), realiza uma prática complexa: ele toma um discurso constituído em uma ordem e formula seu dizer em outra ordem, tendo como objetivo “transmitir” conhecimento. Conhecimento se transmite?

Como dissemos, não se trata de tradução pois não são duas línguas diferentes, são dois *discursos* na mesma língua. E o que ele produz em uma ordem de discurso deve por sua vez inscrever-se em uma *outra*, mantendo todavia os efeitos de cientificidade.

Trata-se, do ponto de vista da constituição, de discursos diferentes, e do ponto de vista da (re)formulação, trata-se de pôr em relação, de uma maneira determinada, o discurso científico e o jornalístico. Resta explicitar o que é essa maneira determinada.

Não se transportam sentidos de um discurso para outro. O jornalista científico ocupa uma posição-sujeito específica determinada que não resulta de mera soma, nem substituição. Trata-se do que em discurso chamamos transferência, ou seja, é preciso que se produza um efeito metafórico pelo qual algo que significava de um modo, desliza para produzir outros efeitos de sentidos, diferentes. Desse ponto de vista não há equivalência entre o que é dito em uma ordem de discurso e na outra. Há transferência. Quando isso não é “bem feito” resulta em que há apenas “transporte” (e não transferência) de um sentido de um discurso para o outro o que resulta em perda, em caricatura. Por outro lado, o jornalista não estará “traduzindo” o discurso científico para o jornalístico mas estará trabalhando no entremeio desses dois discursos, deslocando portanto também sua posição de jornalista. O discurso jornalístico não é mero receptáculo, ele é um meio, no sentido material. Quero com isto quer dizer que os meios não são indiferentes aos sentidos, não são apenas veículos neutros. Podem ser pensados como um “instrumento” no domínio da informação, instrumento tomado aqui no sentido em que Paul Henry o define. O sujeito que pratica o jornalismo científico deve, para isso, situar-se como uma posição-sujeito

específica com sua função-autor determinada, produzindo seu efeito-leitor particular.

Na eficácia dessa passagem, e no procedimento do jornalista, conta muito o que Maingueneau (1987) chama de “encenação” e, o que considero fundamental, a relação entre metalinguagem e terminologia, como veremos.

ENCENAÇÃO

Tomemos primeiramente a questão da encenação. Essa noção migra da semiótica para a análise de discurso, através da reflexão de D. Maingueneau (idem). Em E. Landowski (apud Maingueneau, idem) a cenografia é definida relativamente à eficácia das formulações. Segundo ele, a credibilidade das enunciações depende da cenografia. Esta faz assim parte do próprio enunciado, assim como a maneira como o enunciador se inscreve por ele no tempo e no espaço do seu interlocutor, da mesma forma que as determinações lingüísticas (sintático-semânticas) que contribuem para forjar a imagem de marca que os parceiros se enviam um ao outro na comunicação.

Retomando Landowski, D. Maingueneau vai mais longe discursivamente, criticando, em Landowski, o sentido dado à encenação que deriva de uma visão pragmática de linguagem como instrumento de informação e do sujeito como portador de intenções. Para Maingueneau não se trata de estratégia ou de atitude pois não há exterioridade entre o sujeito e seu discurso.

Retomando Pêcheux (1969), Maingueneau dirá que o que funciona no discurso é um conjunto de “lugares” que são determinados por uma topografia social nas quais os sujeitos se inscrevem e que funcionam imaginariamente no discurso (em relação com a posição-sujeito). A cenografia discursiva – constituída pelo eu/tu-agora-aqui do discurso em termos de locutor, destinatário, cronografia e topografia – é compreendida pelo fato de que o que funciona no discurso são relações que se produzem em um mecanismo de substituições.

O exemplo que ele dá é o da República no discurso escolar da III República na França, em que o termo “República” satura os três lugares: o do locutor, porque é ela que se endereça às crianças, o da

cronografia, pois é ela a fase última da história, de onde se enuncia o discurso, e da topografia, pois é ela que delimita o território da pátria. Só o destinatário, no caso o estudante, parece fugir a esta determinação. Mas é justamente esta distância que faz tudo funcionar, diz o autor: o discurso escolar tem justamente por papel integrar os estudantes à República sob a forma de “cidadão”.

Veremos como o discurso da divulgação científica também tem sua destinação em uma sociedade como a nossa e como a noção de cidadania vai jogar esse jogo. A cenografia pode pois nos mostrar muito do funcionamento desse discurso. Sem esquecer, como diz Maingueneau, que a cenografia indica que o funcionamento do discurso, relativamente ao jogo das formações discursivas que determinam os sentidos e as posições sujeito, se faz porque não se diz a partir de um sujeito, de uma conjuntura histórica e de um espaço objetivamente assinaláveis do exterior mas se dando uma cena em que se enuncia e que ao mesmo tempo produz algo e é pressuposta para se legitimar. Para ter, enfim, credibilidade. Se Maingueneau chama assim a atenção para o funcionamento do imaginário, eu acrescentaria a essas observações o fato de que a encenação não é pois apenas teatral, ela tem materialidade. A materialidade do discurso. Portanto, mais uma vez, vai-se além da enunciação, trabalhando-se discursivamente com a projeção, através de mecanismos imaginários, dos lugares enunciativos em posições sujeitos.

No caso do jornalismo científico, o que é encenada é a relação intrínseca com o discurso (de origem?) científico. Aparecem então formas que nos mostram isso, por exemplo, sob o modo de funcionamento da menção: “segundo o cientista x”, “o que digo refere ao que na biologia (ou fisiologia etc) está sendo estudado como”, “especialistas reunidos em W chegaram à conclusão de que... etc”. Todas essas formas “encenam” a fala do próprio cientista para o leitor de divulgação científica. Já na própria escrita há pois uma distância não preenchida que mostra – e que torna possível – um processo de interpretação em curso. Mas faz parte também dessa encenação não deixar “buracos” aparentes. Ou seja, se há no real dessa discursividade uma distância irrecorrível, há também um mecanismo pelo qual o sujeito leitor é levado a “sentir” que esta distância foi suturada, pela encenação. De qualquer modo, é

reafirmada a importância da ciência, seja porque temos acesso a ela seja porque não conseguimos ter acesso a ela (o discurso serve para comunicar e para “não” comunicar, diz M. Pêcheux). E esse é um dos sentidos do efeito de “exterioridade” da ciência no funcionamento da sociedade de que estou falando: como leitor de ciência ele é posto na posição de quem participa de seu modo de produção e faz ressoar no social, sem vir a ser cientista. Ele é um leitor de ciência. Ao “compreender” a ciência, estabelece com ela uma relação – como massa crítica – que a impulsiona, que lhe dá uma forma, uma realidade social sensível, sem a qual a ciência não funciona. Se, de um lado, do sujeito-autor, há a possibilidade de fazer um jornalismo científico com qualidade (ou não), do lado do efeito-leitor há a possibilidade desse sujeito participar (ou não) desse processo de produção social do conhecimento enquanto sujeito capaz de qualificar-se e à sociedade em que esse conhecimento circula. Não é porque é leitor que não pode interferir nesse processo. Embora, ideologicamente, e pela divisão social do trabalho da leitura de que falamos em outro capítulo, há fortes investimentos para que ele se “enquadre” na estabilização de sentidos institucionalizados.

E chegamos então a um dos elementos – e justamente aquele que vamos privilegiar nessa análise – na encenação do discurso de divulgação científica: a relação entre metalinguagem e terminologia (nomenclatura). A metalinguagem é um efeito e um “preconceito” de leitura. Um efeito do dizer sobre o dizer e um preconceito de leitura, ou seja, mostra-se como discurso de “iniciados”, em um campo disciplinar específico. Produz assim uma divisão dos sujeitos na constituição de um campo de leitores.

Não cabe perguntar: o leitor de ciência é capaz de *produzir* ciência, mas sim o leitor de ciência é capaz de *compreender* ciência? E o jornalismo científico faz a encenação discursiva disso através de uma terminologia.

METALINGUAGEM E TERMINOLOGIA

No discurso de divulgação científica a produção e a transmissão do conhecimento estão separadas pelo modo mesmo como se dá a relação constituição/formulação/circulação dos sentidos.

Certamente isto tem conseqüências sobre a forma da autoria. Mas neste estudo interessa-nos dessa relação texto/autor mais o que toca a questão do texto e menos a da autoria, embora saibamos que texto e autoria são inseparáveis, dada a relação sujeito/discurso-autor/texto (E. Orlandi, 1987).

Pois bem, o discurso de divulgação científica pode ser visto – pelo modo como se apresenta na forma de circulação social de conhecimento – como uma certa *versão* do texto científico. E um dos aspectos não pouco importantes é o que toca a metalinguagem. Porque, nesta versão, a metalinguagem cede lugar para a terminologia.

Como dissemos, a ciência tem necessidade de se representar em uma certa exterioridade, que se faz pela construção desse sujeito-leitor de ciência que, por sua vez, se apresenta como um sujeito social. Esse sujeito-leitor está representado (ou seja, presente mas transformado) no texto, pelo mecanismo de antecipação que, ao produzir os efeitos de sentidos produz o próprio efeito-leitor (um imaginário de leitura). No caso da divulgação científica, há uma representação do leitor no texto pela acentuação do aspecto técnico do discurso. Por outro lado não podemos esquecer que, em uma dada sociedade, formam-se saberes que estão em relação à forma dessa sociedade, numa certa história. E o efeito-leitor está relacionado a ela. Sem esquecer que a produção de ciência está fortemente ligada a uma sociedade que se estrutura pelo urbano.

Na diferença entre ordem e organização que tenho proposto (cf. Orlandi, 1996), o discurso de divulgação científica parte de um texto que é da ordem do discurso científico e, pela textualização jornalística, organiza os sentidos de modo a manter um efeito-ciência, ou, dito de outro modo, encena na ordem do discurso jornalístico, através de uma certa organização textual, a ordem do discurso científico. Nesse caso, a terminologia serve para organizar, para dar uma “ancoragem” científica. O que seria significado, numa formulação científica, pela sua metalinguagem específica, na direção da produção da ciência é deslocado para (a encenação de) uma terminologia que permite que a ciência circule, que se entre assim em um “processo de transmissão”. E isso se faz por uma estrutura discursiva do tipo: eu digo que eles dizem

x para que vocês o saibam (compreendam etc). Do ponto de vista técnico dá-se aí a separação entre ciência e saber: lendo um artigo de DC *você não conhece x, você sabe que x*. Eu chamaria isso do efeito de informação, no caso, científica. Que põe em funcionamento a relação entre a “tekhne” (conhecimento) e a “empeiria” (saber), nos tempos modernos, entre a ciência e a técnica. Mas isto muitas vezes é sentido como autorizando a esse sujeito que ele diga que conhece x. E, a rigor, não é o caso. Nessa representação há uma didatização do discurso da ciência. Na relação produzida entre termos sentidos como familiares e termos que migram de uma metalinguagem específica, o efeito da terminologia é pôr em contato sem substituir o discurso do senso-comum e o da ciência. Não se diz “os genomas são x” mas sim “o cientista tal define os genomas como x”. Não é um discurso “da”, é um discurso “sobre”. Há, aí, funcionando, o mecanismo da menção. E o leitor faz sua leitura inscrito nesse mecanismo.

Por variados processos aparece o termo científico ao lado de descrições, sinônimos, perífrases, equivalências etc deixando à vista o processo pelo qual o discurso científico se apresenta como uma re-tomada, como informação. E isto é parte da encenação que dá a eficácia – a credibilidade – ao discurso de divulgação científica.

O problema que temos observado é que, pelo mau uso da terminologia, pelo endurecimento que insiste em dar-lhe uma função legitimadora (e muitas vezes pouco consistente) o jornalista de ciência – e, em conseqüência, seu leitor – pode perder justamente o que seria a objetividade da ciência, ou melhor, o que ela constrói pela objetividade real contraditória de sua metalinguagem (uma certa forma de conhecimento), e ficar com o que lhe é mais periférico, os termos. O que se perde é o lugar próprio de significação do jornalismo científico. O que o leitor de ciência precisa não é do lugar do cientista mas de poder se relacionar com esse lugar. Poder ser crítico no processo de produção de ciência, já que a sociedade capitalista é definida pela sua capacidade de produzir ciência. Ele precisa ousar interpretar. No Estado capitalista, o poder administrativo se articula ao poder-saber, em outras palavras, à distribuição e circulação do saber enquanto uma forma de poder distribuído na sociedade e na história.

Quanto maior a preocupação terminológica mais fora está o discurso do jornalista, menos próximo do processo de produção científica. Quanto mais ele leva o leitor a compreender o processo, e insiste menos na representação terminológica da ciência, mais dentro desse circuito ele consegue pôr o seu leitor. E se assim for, trabalhando o processo de exterioridade da ciência, e não se submetendo apenas aos efeitos de seu produto, no mito da informação e da transmissão de conhecimento, o jornalismo científico habilita o sujeito a produzir um gesto de interpretação, um movimento da ciência, de socialização do conhecimento que, pela forma como se constitui, passa a ter um lugar (mais) real no social.

SUJEITO, CIDADÃO, ESCOLA

Temos pois com a divulgação científica um sujeito leitor de ciência que se apresenta como sujeito social. Se a mídia é o ponto de apoio, a sustentação sem a qual, na circulação, não há disponibilidade da divulgação científica, a internet é um atalho no percurso da ciência, na relação que representa este leitor de ciência. E como fica a Escola? Essa Escola que já admite que a mídia se substitua a um seu discurso mais próprio?

Se pensamos o discurso de divulgação científica fazendo parte do processo de socialização, pela/na ciência, também consideramos que a Escola, na medida em que é lugar de elaboração de conhecimento e de sua colocação à disposição dos diferentes indivíduos que são parte da sociedade, teria que reforçar o funcionamento da cidadania. Acontece que, no Brasil a cidadania, como tenho dito, é apenas um argumento a mais, nas formas de administração do sujeito social e não uma sua qualidade histórica. No Brasil (cf. Orlandi, 1999), contraditoriamente à nossa história republicana, não se “nasce” de fato cidadão. Coloca-se sempre a cidadania como um objeto, um fim desejado, ainda sempre não alcançado. A cidadania – e com ela a ciência que nela se representa – é um vir a ser constante nunca realizado. Tem-se delegado à Escola a tarefa de produzir cidadãos. A Escola tem assim que “criar” a cidadania. Ela não reforça apenas algo que já esta-

ria instalado na história social. Fica para a Escola a construção da imagem do cidadão, sendo a ciência um dos componentes dessa imagem. Argumento sempre disponível para as políticas que se dizem “sobre” o social no Brasil, ao longo de sua história, desde que se constitui como um país independente em que, pelos foros da constituição formal, nascemos sim já-cidadãos.

Desse modo, pela passagem da metalinguagem para a terminologia, se passa da ciência para o saber representado em seu percurso social e a Escola, nesse mesmo processo, relaciona-se com a divulgação científica como um artefato pedagógico. É mais um lugar de representação da exterioridade da ciência no espaço e no funcionamento. Como se a sociedade tomasse a ciência para si, agora pela sua representação institucional. Mas não a toma. Tampouco na Escola a terminologia, tal como vem sendo praticada, chega a se inscrever no processo da metalinguagem que se elabora nas diferentes formas de conhecimento. Seria a Escola o lugar de reivindicação de pertencer à “*cité*”, mesmo sem ter seu domínio. Mas como reivindicam algo que lá já não está, como deveria, a Escola tem de fabricar a imagem da cidadania. E a ciência, no modo como o Estado a administra em suas políticas públicas, tem na Escola um seu Lugar Institucional privilegiado. Lugar, como diz Foucault, em que se deveria ter o domínio das diferentes discursividades, o acesso às diferentes ordens de discurso. Como a Escola se deixa dizer pela mídia, é essa a forma mais prática e oportuna de se mostrar a ciência existindo *na* sociedade e não com e por ela. A escola se apresenta, assim, ela mesma como parte do processo de divulgação científica.

Portanto, se, de um lado, há uma didatização do discurso da ciência *fora* da Escola, por outro há a mediatização do discurso da ciência *na* Escola. Isso resulta em que, como esse processo está comprometido no vir a ser da propalada cidadania inatingível, a cidadania se constitui como um *bem de mercado* e o conhecimento tornado saber terminológico adquire um sentido *empresarial* (e não se constitui em um bem social geral). Portanto, em um processo desse tipo, não há socialização do conhecimento, onde a ciência faria sentido em um contexto mais amplo. Fala-se em “transmis-

são” de conhecimento. E o efeito de exterioridade fica só em seu efeito, não construindo uma passagem do indivíduo para sua forma de existência social, não havendo possibilidade de uma transferência real em sua forma de existência, em sua participação. Em outras palavras, não há individualização do/no processo social de conhecimento mas serialização, clonagem.

Na ideologia de uma formação social como a nossa, e tomo aqui ideologia como um sintoma da realidade, há o “próprio”, o “puro”, o “valorizado”, o que tem “prestígio” e há o “aproximativo”, o “diferente”, o “falso”, o “que tem a menos”, o “que imita” etc. A informação científica (não é conhecimento) faz um uso abusivo da terminologia para produzir o efeito de cientificidade carregando-se dessas oposições entre o “próprio” e o “aproximativo”, o “original” e a “imitação”, o texto de “autor” e o comentário do vulgo. E com isso deixa à mostra o que não é.

A Escola tem feito parte dessa caricatura pela supervalorização da terminologia – e pela acentuação da encenação – às expensas do processo de construção da ciência, e reflexão (pela/sobre) da sua metalinguagem. Ela mesma acaba se apresentando como lugar de divulgação, com um conhecimento aproximativo. No laboratório, na escola, aumenta-se o sentimento de exclusão, ao mesmo tempo em que, pela mídia, a divulgação se faz mais presente. O que dá ao sujeito a sensação de impotência face a onipotência do sistema de informação. Este é o efeito do marketing científico.

Uma das conseqüências, quando pensamos a relação autor/texto, é a de que, pela terminologia, institui-se um procedimento pelo qual o texto “segundo” tem a característica de versão de um texto “original”. E o autor não é autor mas só divulgador (comentarista?), não constituindo em si um lugar próprio. É ele também um imitador, que tem um saber aproximativo. E haveria, em algum lugar, um texto, este sim original, verdadeiro, e um autor, este sim, origem do conhecimento que circula. Como se o processo de circulação fosse apenas um “veículo”, neutro, transparente. No entanto, em cada passo, o sentido se formula, se elabora, se estabelece.

Do nosso ponto de vista, há, na realidade, na relação de diferença entre o dizer científico e o discurso de sua divulgação a produção de sujeitos de ciência distintos (não necessariamente desiguais) com diferentes modos de produção de sentidos e essa diferença faz parte da institucionalização das práticas urbanas de conhecimento. A necessidade de saber é constitutiva da forma-sujeito-histórica em nossa sociedade e as novas tecnologias de linguagem, disponíveis, concorrem para a configuração material dessa circulação, dessa divulgação da ciência. Há, pois, uma posição sujeito particularizada na textualização jornalística que é a do jornalista científico. Essas novas tecnologias ao produzirem uma nova forma de autoria concorrem para a produção de um novo efeito-leitor e isto pode ser feito com qualidade e desembocar em deslocamentos sensíveis da relação saber/poder.

A Textualização Política do Discurso sobre a Terra

“Morre a árvore e, com isso, morre o homem que mora na mata também”
(Chico Mendes)

AS TECNOLOGIAS DE GOVERNO

Assim como a catequese serviu, no período de colonização, à produção de uma tecnologia para a administração do território brasileiro, com a “globalização” a política de territórios se organiza com os discursos Ecológicos, agora em uma perspectiva internacionalista. Consideramos pois os discursos ecológicos como parte da tecnologia da administração dos territórios, tendo a globalização como suporte ideológico. Na Idade Média, a religião representa a ideologia dominante. No Estado burguês, esse lugar é dado ao conhecimento, à racionalidade que se organiza pelo jurídico. Do mesmo modo que a catequese serviu à Religião e ao Poder, a Ecologia serve ao Conhecimento e ao Poder, com a passagem já realizada para um sistema em que o Estado se caracteriza por ser um Estado Moderno, administrando os direitos e deveres dos cidadãos. Isso não é sem efeitos para o desenho das disciplinas onde as chamadas Ciências da Vida ganham realce. E os discursos ecológicos também.

O trânsito entre Ciência e Tecnologia não estaciona aí. Este trajeto tem um compromisso decisivo com a instância da Administração (políticas públicas e políticas internacionais). Mais do que isso – e dada a ideologia da globalização, que é também uma estratégia de concretizar o ideal burguês da “universalidade” através de posições de poder estabelecidas (e estabilizadoras) – a própria noção de território se desloca, transcendendo os limites das celebradas noções de Estado e

Nação. Organismos não governamentais, organismos internacionais, campanhas transnacionais, empresas multinacionais, se juntam na consecução de objetivos que tomam nomes sintomáticos como ambiental, planetário, integrado, global, sustentável. Em um jogo perverso entre igualdade e unidade (uniformidade), a universalização e a historicização se confrontam num afrontamento em que os riscos estão presentes no movimento sinuoso que os envolve: o histórico (dominante) passa a universal e essa universalidade se historiciza em sua generalidade apagando o que seria local. É desse modo que, como tenho dito, o global se substitui ao universal. Além disso, não esqueçamos o slogan tão usual nos anos 60, da aldeia global, do controle dos homens pela informação, da ameaça da total visibilidade do sujeito pela invasão de sua privacidade por formas de linguagem omnipresentes. É esse imaginário que se reapresenta com a globalização, agora fato político e econômico legitimado pela ciência.

Tendo em conta, na posição teórica que pratico, que as palavras não significam por si mas na relação com a exterioridade, que inclui os sujeitos que as falam, a memória discursiva e as condições de produção, é essa conjuntura discursiva que é objeto de nossa análise.

A CARTA DA TERRA: DE QUEM, PARA QUEM?

Aprende-se logo cedo na análise de discurso que não há sentidos em si. Eles são “relação a” (Canguilhem, 1980) e não são gerais mas se determinam pelas condições em que são produzidos, em formações imaginárias: imagem de quem fala, de quem ouve, do próprio objeto de que se fala, das circunstâncias em que irrompem. Mais do que isso, os sentidos não dependem de nossas intenções mas de possibilidades e necessidades reais concretas com seus efeitos simbólicos. E funcionam ideologicamente.

As formas no discurso – formas materiais, marcas linguístico-históricas – são assim vestígios de processos mais complexos que elas atestam no texto. Falar em “Carta da Terra” (com maiúscula e não minúscula) já deixa vestígios de gestos de interpretação que empurram este processo de significação para certas regiões de sentidos e não outras. Sabemos, pela nossa experiência de analistas, que os sentidos podem sempre ser outros.

E já começamos pela pergunta: por que Carta e não Declaração de Direitos, Tratado de Intenções, Plano Estratégico etc. Esta escolha, da palavra Carta traz em si alguns efeitos apreciáveis. Primeiro, e mais importante, traz o discurso, que é político, para uma convivência familiar, em português. Coloca-nos no domínio da correspondência, missivas. Ou, se visto do lado mais formal: cartografia, carta, mapa. Lembra um artefato que dá visibilidade e nos situa em relação a um território. Os dois efeitos jogam nesse “documento”. E é na ambigüidade e múltiplas determinações que os discursos da dominação trabalham para estacionar onde bem lhes apetece. E como não há sentido que não se dê no efeito do equívoco – pois esta é a condição do discurso, na medida em que resulta da inscrição da língua na história – “carta” certamente ressoa múltiplos efeitos de sentidos submetidos a uma filiação de falas que já se estabeleceram como sendo as que organizam as outras. Não há território neutro no mundo das palavras. Nem basta enunciarmos as palavras para termos certeza de que significarão como queremos. Elas significam pelo jogo de relações de força e de sentidos (memória do dizer) no imaginário em que estão imersas.

Aí interessa saber justamente “quem” diz? E se somos todos chamados a falar da Carta da Terra, no entanto somos apenas locutores mas não ocupamos a posição sujeito que a produz: a voz que a conduz é a da posição-sujeito de primeiro mundo, com tudo que isto implica. Portanto nossos rascunhos textualizam com nossas mãos um discurso-minuta já esboçado em outras condições materiais. Nós, os que não estamos no primeiro mundo, ao participarmos da “escrita” dessa Carta vamos ter de dar duro para, ao falarmos diferente, não estarmos no entanto apenas significando/reproduzindo este mesmo discurso que, ao nos colocar para dentro, nos exclui. O que significa textualizar este discurso? Esta é nossa questão principal.

Observemos a outra palavra desse sintagma: Terra. No discurso das boas intenções, nos textos variados de Congressos, reuniões, emails e conversas, ouvi declinações poéticas, solidárias, generosas do que esse termo significa. Mas o fato de estar escrita com maiúscula já reduz suas possibilidades. Terra com maiúscula é o planeta Terra. E passa ao lado da terra, esta, com minúscula, pela qual no Brasil, os ho-

mens se sangram, se matam, se embrutecem, uns nunca tendo direito a ela e outros as tendo sem nem mesmo a terem visto porque ela lhes servem apenas de lastro de posse para negócios que são realizados longe de onde ela está. Portanto não se trata de um termo real concreto mas de uma designação de um espaço imaginário, categoria de um discurso que não se carrega de determinações concretas e se calcula no econômico e no abstrato das relações empresariais. O concreto fica por conta de quem carrega nos ombros a responsabilidade de, ao propor um programa, pois a Carta da Terra é um programa, assumir a posição crítica e de resistência. E carregar nos ombros não garante seus sentidos. Isso sempre foi assim na história: alguns carregam outros efetivamente se apropriam.

Chegamos então à nossa segunda questão: quem efetivamente se apropriará dessa proposta? Desse documento? Para quem ele é efetivamente? Sabemos, de antemão, que se apropriam os que têm condição, ou seja, os que dão as cartas do jogo. As palavras, como disse, não significam pelas nossas intenções mas pelas condições em que funcionam. Falar em igualdade no mundo capitalista significa dar mais corda para melhor se enforçar. Porque a igualdade concreta supõe a prática das diferenças reais. E quem regula esta prática?

Os sentidos funcionam por paráfrase. E, nesse caso, a Carta da Terra ecoa um outro título dado a um outro programa, mais antigo, que também rege nossas relações internacionais: a Declaração dos Direitos do Homem. Em que condições aparecem uma e outra? Como têm significado? A que necessidades respondem (de quem e para quem)?

A Declaração respondeu aos anseios de revoluções que tornaram possíveis “outros” sentidos para a sociedade na história: passagem do servo a cidadão. E a Carta a que responde?

Ao retorno da necessidade de (re)significar cidadania, segundo o que se lê na Carta. Mas, como diz M. Gadotti (dez/98) “a cidadania implica em instituições e regras justas. O Estado, numa visão democrática e solidária precisa exercer uma ação (...) Não basta conquistar o poder de estado, é preciso ocupá-lo para que seja melhor qualificado para o exercício de suas funções, para torná-lo mais competente no atendimento ao cidadão”.

Se, com a Revolução Francesa, o Estado constituiu-se na busca mesma dessa competência, não parece ser a mesma a conjuntura atual em que o Estado se desmobiliza de algumas dessas suas funções. Falar em cidadania hoje é estacionar o discurso num passado em que ela já fez seu sentido. No Brasil, a cidadania, “sem” passado, tem sido um argumento de um devir nunca já conseguido e que é mobilizado quando se pretende suscitar algum interesse da população ou praticar o jogo de grupos políticos no toma-lá dá-cá. Numa República já nascemos cidadãos. Não é preciso pois reivindicar cidadania. Já a temos por direito. Qualificar cidadãos é tarefa do Estado e se ele não a cumpre só podemos reivindicar qualificação se, no real de nossa história, esse sentido já tiver sido posto. E não o foi, a não ser em formalidades da Constituição que, como sabemos, nem sempre vale.

Para nós, brasileiros, portanto, a universalidade deste discurso planetário pode silenciar coisas bem mais importantes do ponto de vista desta qualificação do cidadão: água encanada e tratada, esgoto, asfalto. Mas ao invés disto ouvimos os argumentos de efeito de “Preservação do Equilíbrio Ecológico”. Ora, a melhor maneira de preservar é construir condições para a preservação. E isto não se faz só com palavras de efeito, se faz construindo condições materiais básicas. Em consequência, a preservação viria por si. O excesso do discurso ecológico, de preservação, etc mostra na realidade uma censura, algo silenciado. Quem vive em boas condições as preserva. Não se joga lixo em qualquer lugar se houver uma boa coleta de lixo. O que quero dizer é que aqui, mais uma vez se pratica o discurso ecológico da irresponsabilidade, ou seja, se fala na responsabilidade do indivíduo na falta da responsabilidade social do Estado.

Todos esses elementos que estou elencando mostram que é preciso ler a Carta da Terra a partir de seus efeitos para dentro – o que ela procura definir como lhe sendo próprio – e para fora – em relação às condições em que o mundo funciona, ou seja, na ideologia da globalização, do capitalismo exacerbado, das guerras civis ou não, explícitas ou não, da prática do poder da miséria extrema, da divisão do mundo em pobres e ricos, da onipotência do capitalismo, agora sem necessidade de se confrontar com alguma alteridade, pois ele silenciou qualquer “outro” possível, desautorizou qualquer oposição. No

imaginário do capitalismo não há exterioridade. O mito da democracia engoliu todos os outros.

Passemos então à análise da textualidade da Carta da Terra.

O TEXTO

Não é sem uma certa malícia que enuncio o subtítulo colocando o singular. Como todos sabemos O texto é a Bíblia. O primeiro, A Letra, que tem sua interpretação fortemente regida e eivada de coerções, marcando limites, heresias. Vejo aí um dos muitos efeitos perversos de nossas boas intenções: que se leia A Carta com o sentimento religioso e de fé que faria deste documento uma doutrinação. O que leva certamente a novas formas de opressão, talvez mais fundas porque da instância da doutrina e não da reflexão e mesmo das sensações.

Se um dos efeitos-leitor que arriscamos é a doutrinação, o outro, já enunciado, é sermos meros mensageiros – manu-scriptores – de sentidos gestados para o sempre-mesmo processo de dominação, agora vestido de natureza e de solidariedade planetária (quando não conseguimos estender a mão nem ao nosso próximo na contigüidade espacial mas separados pela verticalização das relações sociais extremamente hierarquizadas).

Esses efeitos-leitor não caem do céu. Estão em gestos de interpretação que deixam vestígios nos textos e que se constituem no mundo, na história, com seu alcance político. Vejamos, agora, em uma análise de detalhe onde alguns desses sentidos se engancham.

Em primeiro lugar eu chamaria a atenção para as expressões em que aparece o qualificador “sustentável”. Este é usado em múltiplos contextos como se fosse por si só adequado e justificado. Ora, para início de conversa esse termo resulta de uma tradução que faz soar estrangeiro o que nele se diz: produção, consumo e reprodução sustentáveis, educação universal para uma vida sustentada etc. “Sustentada” é tradução de palavra da minuta escrita em inglês americano e tornada “aspiração” geral. De quê esta palavra se carrega na sua língua de origem? Que efeitos produz nas outras línguas? E, além disso, sustentada por quê, por quem e com que objetivos? Para observarmos melhor, é interessante usar o procedimento da paráfrase, que, na análise de discurso, é um procedimento heurístico: coloca-se um dizer

em relação a outros produzidos por outros locutores, ou em situações diferentes, ou até mesmo imaginados como possíveis no lugar em que aquilo foi dito. Em nossa análise podemos ver nessa enorme família parafrástica que vai se constituindo de comentários feitos em várias regiões do mundo (em Congressos, emails, reuniões que discutem a Carta), em diferentes trabalhos apresentados em revistas, jornais, conferências etc, os efeitos produzidos nesse processo discursivo que envolve a confecção da Carta e que constituem em seu conjunto o “discurso *sobre* a Carta”. Como sabemos o discurso “sobre” disciplina o discurso “de”.

Vejamos, por exemplo, na revista *Salvemos nuestro Planeta* publicação de um número especial no Uruguai. Temos aí “El proyecto de la Carta de la Tierra es parte de un movimiento mundial que busca consolidar los valores comunes de la humanidad para desarrollar una nueva etica global (...) este proyecto aspira a formular una vision inspiradora de los principios fundamentales para una alianza global en el marco del desarrollo sostenible y de la conservacion ambiental (...) La Carta de la Tierra servira como un código mundial de conducta, que guiará a los pueblos y a las naciones al desarrollo sostenible”. E, para coroar essa formulação, nas muitas vezes em que aparece o tal “desenvolvimento sustentável” e a “conservação ambiental”, há uma reiterada referência ao código mundial de conduta que guiará os povos e a nações ao desenvolvimento sustentável que requer, para isso, “cambios básicos en los vallores, el comportamiento y actitudes”. Portanto, como no eco, o que é dito na minuta se repete de próximo em próximo em muitos outros textos. Só para dar mais um exemplo, essa proposta, nas circunstâncias próprias à Rondônia, aparece em um jornal local em letras garrafais: ABT-RO divulga os principais tópicos da “Carta da Terra”. A ABT é a Associação Brasileira de Tecnologia Educacional que convida a população a conhecer os princípios da Carta da Terra, lançada “recentemente pela entidade. A Carta, elaborada pelo Instituto Paulo Freire, é um documento de esperança por um meio ambiente em sentido amplo”. Aqui a Carta já aparece com autoria elaborada pelo Instituto Paulo Freire. E quem mais, na Educação, poderia impulsionar esse processo com seu prestígio senão um nome que

é uma instituição, como Paulo Freire, na área da Educação? Além disso, a carta é mencionada como um documento de “esperança”, argumento que vai muito bem com regiões “menos desenvolvidas” do globo. Uma cascata de paráfrases. Versões, comentários. E é isso que caracteriza um processo discursivo do qual estamos analisando alguns elementos que constituem para nós um estado desse processo e que nos permitem apreciar como ele está funcionando na produção de efeitos de sentidos, em suas possibilidades de leitura.

Como toda expressão de efeito, a que compõe o “desenvolvimento sustentado” também não se calça de condições reais: educação universal para uma vida sustentada. É uma reivindicação geral, planetária e “humanista” como se tenta caracterizar, ou seja, um código de boas intenções e não uma reivindicação que tenha o homem na sua raiz, como seria em um discurso em que a materialidade e as situações concretas de vida surtiriam seu efeito. Infra-estrutura, esgoto, alimentação regular etc. Podemos começar por aí para uma vida sustentada: substancialmente e não formalmente (humanisticamente) “sustentada”. Nesse discurso o homem não apareceria apenas como um “ente” da natureza mas como um sujeito simbólica e historicamente constituído.

Fala-se na Carta como uma Carta dos povos. Por que se enuncia “povos” dessa maneira, eu diria, ecológica? Assim como se inventa de chamar índio de “povo da floresta” (seríamos nós os povos da cidade?) e se fala em “lingüística antropológica” só quando se descrevem línguas indígenas, esse sentido já começa a ser especializado para falar o “politicamente correto” que, em geral esconde o “politicamente explícito”, ou seja, a nossa crua existência definida por relações não apenas sociais mas de violência econômica e de toda espécie. Que sentido está adquirindo “povo” nessas formulações? O que aí está sendo silenciado, apagado? Não há povos em abstrato e nem é só povo o que é exótico. Povo sempre foi uma categoria política. Na medida em que é usado de maneira generalizante (expansionista) perde seus contornos e se esvazia de sentido. Uma Carta dos povos não é uma Carta de ninguém. O que parece incluir, dilui. Porque passa em branco que esses povos vivem em sociedade, administrados por leis do Estado, e em sua grande maioria oprimidos em suas situações materiais concre-

tas. Não por acaso mas por determinações do sistema (capitalista) em que vivem os “povos”. Continuando, a Carta é uma Carta dos povos e que serve como um “código universal”. Códigos universais são votados ao fracasso porque para serem interpretados têm necessidade de se historicizarem e se dizerem e se significarem em diferentes línguas que produzem materialmente sentidos diferentes já que a língua não produz sentidos em si mas porque se inscreve na história. Como as diferenças são insuportáveis em nossos sistemas, quando levadas aos limites, ou explodem, ou caem na indiferença. Aqui não se leva em conta a história, se apaga. Sempre na direção da “igualdade”. Qual igualdade? A da produção, consumo e reprodução “sustentável”? Por quem, para quem? E este código, segundo a Carta, deve servir como um código universal de “conduta para as pessoas, para as Instituições e para Estados”. Vamos parar nossa análise nesses poucos elementos que já nos são suficientes para dar só um pequeno exemplo de que as leituras podem ir para muitos caminhos. Pois bem, “conduta” mostra que, seja para Pessoas, Instituições ou Estados, esses elementos só podem estar reunidos, porque não se trata de Lei, não se trata de Regra sequer, trata-se de “Código” de conduta. É uma proposta “moral”. Pouco importa o aparato que se desenvolva à sua volta, que não serão senão comentários. Às vezes até bem substanciais, importantes, interessantes, mas apenas comentários em torno de uma proposta moralizante. Seu uso não sendo inocente, em um “mundo” em que dominam as relações de força, são essas que definirão sua tomada como argumento do Poder. Ou, na melhor das hipóteses, funcionará como os Direitos Humanos: tanto mais os reivindicamos porque uma vez declarados têm sido desrespeitados sistematicamente. Em uma sociedade, uma cultura como a capitalista, falar de algo não garante esse algo, ao contrário, muitas vezes o discurso sobre “x”, ao dar visibilidade, coloca esse “x” na berlinda. Tanto mais falamos de “x” tanto mais “x” é apagado.

Portanto, se, de um lado, já mostramos que a carta não deixa espaço para que se possa assumir, em relação ao seu discurso, uma posição-sujeito efetiva do dizer, por outro, e isto é de certo modo complementar, previsível, seus propósitos são apenas moralizantes, portanto

são um conjunto de intenções que servem de freio aos que, na realidade, já estão fora da sociedade em seus modos de produção, consumo e reprodução “sustentáveis” (suportáveis?). E que agora são chamados a sustentar o que o sistema produz e limpá-lo das marcas de suas presenças que sujam este planeta: com seus detritos, sua fome, seu modo de vida inadequado, não sustentável.

Talvez essa seja uma leitura impiedosa. Mas é certamente uma leitura possível. Tão possível que basta frequentar a internet para ver os sentidos que estão assumindo os propósitos internacionalistas (internacionalizantes) sobre a regeneração da humanidade. Mais um ponto para o Positivismo: regenerar os fracos e, enquanto isso, colocá-los sob o governo dos “fortes”, na “conservação” ambiental. O ambiente não pode ser transformado?

Falar em “humanismo”, nessas condições, é aderir à hipocrisia cristã do capitalismo que coloca as relações econômicas como seu “núcleo duro” e, nas suas moles beiradas, o humanismo, como seu complemento, para conduzir a argumentação sem sair de seu próprio interior.

ALGUNS PONTOS A CONSIDERAR

Em termos de análise de discurso, eu diria que, para que a Carta fizesse um efeito real de deslocamento das relações sociais e na história, seria necessário que ela se estruturasse sobre outras bases, filiando-se a outras redes de sentidos, transferindo-se para outra formação discursiva. Como está, ela é só mais um argumento a ser usado para um e outro lado, sem sair do mesmo lugar de significação já instalado. É só uma variedade do mesmo. Se em, um momento, a pobreza é a tônica e o assistencialismo é a “solução” para que não se discutam as causas materiais da pobreza desviando-se a questão para o pobre, nesses discursos da solidariedade em torno da globalização e tendo como litígio o ambiente, o discurso da ecologia novamente se desvia da discussão das causas para apenas procurar controlar os efeitos. É uma forma de censura, de silenciamento.

Como tive ocasião de afirmar em outro trabalho (1996), é preciso, para encarar nossos problemas sobre poluição, miséria, etc, sair do discurso da catástrofe (estamos destruindo a natureza) e do comportamentismo (código de conduta). E podemos, ao dar corpo,

formulação à Carta, que nos é proposta como um instrumento a ser aprovado pelas Nações Unidas, procurarmos fazer com que ela seja lida a partir de alguns pontos em que nossa posição-sujeitos autores não alinhados com o primeiro mundo tenha alguma força significativa.

Para isso é preciso sairmos dessa posição religiosa doutrinária, desse tom de militância comportamental, moralista, desse ecoar ao ritmo do colonizador. Se querem um documento que se apresente como parte de relações internacionais, que ele possa ter, hoje, a realidade de um deslocamento necessário e historicamente qualificado. Para começar, eu reafirmaria o que disse em outras ocasiões e, para ser ouvida pelos que em seus ouvidos colonizados só ouvem as palavras que vêm de fora, o diria através das palavras de Simone Dreyfus quando critica o “imperialismo verde” que se apropria do ecológico como mais um argumento de dominação e de intervenção nos países sob seu domínio e interesse. Assim, não nos interessa um documento que seja mais um meio de controle do que de auto-afirmação de nossas necessidades e liberdade. E, para voltar para os que, entre nós, mais perto, cuidam de enfiar sentido onde eles, na maior parte das vezes, não cabem, eu lembraria a posição dos Cubanos na reunião da Carta que se deu no Congresso de las Americas em Cuiabá, que introduziram no conjunto dos princípios a crítica aos bloqueios econômicos, reivindicando a livre determinação dos povos. Esta posição que já fez seu percurso aparece com clareza nas palavras de coordenador da Conferência C. A. Maldonado, em entrevista à Gazeta de Cuiabá (30dez/1998): “A discussão da Carta da Terra se inscreve hoje num cenário diferente de quando se começou a falar neste assunto. No início o foco maior era a discussão ambiental. (...) Saímos um pouco das discussões localizadas (...) para uma conformação de uma idéia de direitos coletivos (...) Alguns valores refletem mais uma preocupação latino-americana, como por exemplo, a necessidade de uma afirmação maior da discussão relativa à dívida externa na agenda internacional. Eu citaria alguns documentos: o de Cuba, República Dominicana e a própria Bolívia”.

Refiro-me a essas palavras porque elas já incluem posições-sujeito autores que não são os que falam na minuta, mas tampouco sei se essas

preocupações vão ser realmente contempladas no documento final ou como vão ser lidas (como “preocupações” latino americanas?). A estratégia da escrita encontra sempre jeito de que as formulações deixem em silêncio o que não se quer dizer, ao dizer. Mas o que me interessa sublinhar como um fato de conjunto é que não é só pelo seu resultado que interessa ouvir esse discurso da Carta da Terra, mas nos discursos que ela, como um acontecimento discursivo, fez emergir.

Nesse sentido, o discurso da Carta no momento mesmo em que se textualiza nas diferentes mãos – já que somos chamados a participar como parte estratégica da escrita empírica e não estou certa de que o sejamos como autores – produz seus efeitos, se politiza. O que significa dizer que passamos do politicamente correto (que fica nas mudanças internas das palavras para se ficar no mesmo) para o politicamente explícito, que exhibe o “mesmo”, o que existe como tal para que, tornando-o visível, possamos trabalhá-lo, deslocá-lo talvez, na medida em que fazemos emergir o irrealizado.

Assim, não deixamos de apoiar essa iniciativa, sugerindo entretanto alguns apontamentos. Sendo este documento de natureza política, consideramos vital deixar de lado o tom sensacionalista, religioso, empresarial muitas vezes presente nestes materiais, que acaba por dar um sentido mais publicitário que reflexivo e político a esta proposta da Carta. Palavras fortemente impregnadas pela ideologia neo-liberal, empresarial, servem-se de mecanismos discursivos que deslocam para o comportamento humano o que é fato de um processo e parte da história. O cidadão, quando aparece, é antes um consumidor do que o habitante de um país, juridicamente definido com seus direitos e deveres. Falta um discurso que signifique a cidadania como uma relação que tem sua racionalidade determinada pelo trânsito entre o governo, a administração, a ciência (a técnica) e o “usuário”, isto é, o cidadão.

Da perspectiva em que nos colocamos, de uma ética política, o que está em jogo não é a “proteção” da natureza mas sim o trabalho social sobre a natureza pelo homem. O homem intervém necessariamente na natureza trabalhando-a, transformando-a, significando-a; é preciso refletir sobre o modo como ele o faz e sobre as conseqüências disso na história e na sociedade. A necessidade de trabalho sobre a natureza

pelo ser humano é inevitável e constitui sua própria existência. Não se deve evitar a história mas, em uma ética política, é preciso propor práticas no campo da cidadania, das instituições, enfim, da relação dos sujeitos com o social e com a história e não o imobilismo para alguns e o proveito para outros.

As leis que se discutem quando se trata do meio ambiente, se pensamos um ser histórico e simbólico, não são leis *da* natureza mas leis *sobre* a natureza a serem elaboradas e praticadas. É preciso além disso produzir um discurso que não se sustente apenas no que já é conquista do saber e da racionalidade, mas admita também a irracionalidade, a relação da sociedade com a história (nem sempre previsível) e com o político e, principalmente, com o imaginário que rega as relações com o real e com o que faz sentido.

Podemos, assim, reintroduzir em nossa reflexão o que foi posto como epígrafe. A fala de Chico Mendes. Essa fala, feita pelo seringueiro Chico Mendes, deixa muitas vezes de ser ouvida em suas condições históricas para ser tratada na generalidade do discurso globalizado da ecologia. Retiram-se – por um processo em que contam a irracionalidade e a ideologia – suas determinações tanto a nível da sua estruturação como de sua formulação atualizada. Isso é feito pela subtração no enunciado citado – Morre a árvore e, com isso, morre o *homem que mora na floresta também* – da circunstância da sua enunciação e de seu compromisso sócio-histórico que deixa no enunciado no entanto o seu vestígio, aí indicado no que está em itálico “homem que mora na floresta”. Ao silenciar essa circunstância, toma-se o enunciado na formação discursiva ecológica, globalizada e se destitui o seringueiro de sua questão fulcral: como viver sua vida na mata, se as madeiras cortam indistintamente qualquer árvore? O homem que “mora” na floresta é o seringueiro, entre outros, que vive da mata, onde morar significa trabalhar na mata. Trata-se do trabalho do homem da mata e de seu ganha-pão (T. Pitombo de Oliveira, 2000). E não do sujeito médio global que vive em Paris e Nova York, fazendo proselitismo enquanto devasta com seu consumismo o que encontra pela frente, corretamente acondicionado em pacotes de super mercado. Não se trata de disputa de territórios, como está tão em moda dizer-se, inscrevendo-se no discurso das ditas

minorias. Trata-se do espaço de vida histórica e politicamente significativo. O próprio Chico Mendes propõe o uso racional da terra, construindo-se reservas extrativistas, a partir de um conhecimento, como o seu, cotidiano e profundo da floresta, que desenvolva um saber discriminatório e prático das diferentes plantas que existem e que torne a extração (o trabalho) possível e a região com seus habitantes economicamente viável. Não é desenvolvimento sustentável, mas economia viável incluindo o homem da mata com seu trabalho. Na fala do ambientalismo global todas essas determinações se perdem e se fala através de máximas destituídas de sua historicidade, tornadas slogans de preferência, sem que a situação concreta, sócio-historicamente determinada, conte na consideração de um homem que tem seu país, sua situação econômica politicamente particularizada.

Assim, na perspectiva que acolho, é necessário que o homem trabalhe o “conhecimento” sobre suas condições de vida no contexto em que ela se realiza; deve-se propiciarem condições para a harmonia psíquica, vital, dos sujeitos e para a efetiva prática de atividades simbólicas compatíveis com os modos como esses sujeitos se significam nas suas condições que incluem, entre outras coisas, o meio ambiente, não sendo este considerado no entanto nem exclusivo nem fora da sociedade e da história. Os sujeitos se relacionam com a natureza em processos de subjetivação sócio-históricos em que estão presentes instâncias institucionais que relacionam ciência, tecnologia e administração. Isto não pode ser apagado quando se fala do homem no mundo. Ou seja, trata-se de um mundo em que não há uma relação direta homem/natureza mas em que, na relação da sociedade com a história, os sujeitos estabelecem sentidos fundamentais para suas existências, mediados por relações de forças e por práticas institucionais. Esses devem ser os alvos de nossos investimentos e reivindicações. Atitudes moralizadoras e códigos de intenções não significam por si. Os sentidos são relações e são essas relações que devem ocupar a frente da cena. Em vários trabalhos (E. Orlandi, 1998) tenho repetido a mesma proposta: impedir que o imaginário das relações verticalizadas (de dominação social) prevaleça sobre as relações reais de contigüida-

de (de proximidade não hierarquizada, na diferença horizontal que congrega sujeitos em um mesmo espaço, uma mesma região). Para novos sentidos não bastam novas palavras. Elas podem até serem as mesmas mas devem deslocar os sentidos para outros lugares de significação, fazendo emergir o irrealizado, o que ainda não significou. Porque certamente são incomensuráveis os sentidos ainda não significados da Amazônia, região que aponta para o fluido deslimite do brasileiro.

Televisão e Memória

Uma das coisas que impressionam quando se fala em TV é a profusão de seus *meios*. O mais espetacular deles é o seu alcance, isto é, a possibilidade de atingir instantaneamente milhões de espectadores. Ou seja, o que impressiona é sua capacidade de circulação em meio a uma grande massa heterogênea de sujeitos. E aí se apresentam duas de suas características.

1. Por sua própria etimologia – tele – é o que atinge à *distância* e, no entanto, atinge o *olhar* – visão – produzindo o efeito documental, do testemunho. Qualidade de estar presente.

2. Afeta a relação quantidade/tempo. Anula a *demora*, elide a *espera*, instala o regime de urgência. Desfaz a necessidade cronológica: individualiza e instantaneiza. Mas é uma individualização muito particular, pois é produzida pela totalização, pela globalização.

Assim, podemos dizer que pelas suas características a televisão nos coloca em uma situação paradoxal: ela historiciza seu instrumento – pelo que dissemos acima – e, no entanto, produz o efeito de des-historicização no espectador. Ela o subtrai de sua temporalidade, de seu acontecimento pessoal, na história. O seu olho, o do espectador, é o olhar do instrumento.

Esse efeito de des-historicização, a meu ver, está ligado a uma propriedade do instrumento Tevê que deriva da relação entre o mesmo e o diferente.

Embora múltipla em seus *meios*, a televisão – como outros instrumentos da mídia – produz uma homogeneização de seus *fins*. Isto mostra a diferença entre *produtividade e criatividade*: no processo criativo, no que diz respeito à linguagem, há um investimento no mes-

mo mas que desloca, desliza, trabalhando o diferente, a ruptura; no processo produtivo, ao contrário, não se trata de produzir a ruptura mas a quantidade, a reiteração do mesmo produzindo a ilusão do diferente, o variado. Pelo processo produtivo, o que temos é a variedade do mesmo em série. Não se sai do mesmo espaço dizível, se explora a sua variedade, as suas múltiplas formas de a-presentar-se. Um exemplo? Há anos assistimos a mesma novela (de um lado, os ricos, morando nos grandes prédios, condomínios, de outro, os pobres, vivendo nas vilas e que circulam uns entre os outros e que se enredam e acabam se envolvendo etc), em vários cenários (São Paulo, Rio de Janeiro, Nordeste etc) representada por variados atores, construindo variadas personagens, em variados horários (das 6, das 7, das 8hs...).

Enquanto instrumento marcado pela produtividade – múltiplos meios e homogeneização dos fins – a Tevê é um lugar de interpretação extremamente eficaz. Porque *anula* a memória, a reduz a uma sucessão de fatos com sentidos (dados) quando, na realidade, o que se tem são fatos que reclamam sentidos. É este reclamar sentido que permitiria a historicização, a inscrição do acontecimento na história. A Tevê produz acontecimento *sem* história. A Tevê produz repetição sem memória.

O que estamos entendendo por memória e por historicização?

Isto tem a ver precipuamente com o que compreendemos de linguagem. A memória, nesse domínio de reflexão, é o que chamamos *interdiscurso*, o saber discursivo, a memória do dizer, e sobre a qual não temos controle. Trata-se do que foi e é dito a respeito de um assunto qualquer, mas que, ao longo do uso já esquecemos como foi dito, por quem e em que circunstâncias e que fica como um já-dito sobre o qual nossos sentidos se constroem. O sentido por exemplo de *família*. Desde os mais remotos tempos, quanto já se disse a propósito da família... Como a palavra família já apareceu nas diferentes falas de pobres, ricos, remediados, servos, escravos, senhores etc, ao longo de toda a nossa história? Nem sabemos como esses sentidos chegaram e continuam a chegar até nós nos diferentes dizeres que agora mesmo estão sendo produzidos sobre família. No entanto, quando falamos “família” temos a impressão de saber o que estamos dizendo.

Como se o sentido que se foi constituindo em todo esse percurso, em outros dizeres, em outras falas, fosse absolutamente transparente para nós, não nos afetasse em sua historicidade. No entanto, esses sentidos, que nem sabemos de onde vêm, falam em nós, em nosso dizer. Simplesmente porque para que nossas palavras tenham sentido é preciso que elas *já* tenham sentido. Não inventamos nossas palavras, elas são socio-historicamente determinadas. Mas temos a ilusão de que os sentidos nascem em nós.

Pois bem, diante da Tevê, como essa ilusão trabalha em nós? Como a Tevê trabalha essa nossa ilusão de sermos donos dos sentidos com os quais vivemos?

Resumiria esta questão dizendo que a Tevê trabalha para que a memória não trabalhe. Para que já esteja sempre já lá um “conteúdo” bloqueando o percurso dos sentidos, seu movimento, sua historicidade, seus deslocamentos. Para que, quando titubeamos, à beira do sem-sentido, discursos disponíveis com seus “conteúdos” já lá, nos estejam à mão.

E aí é muito importante a noção de *rede*. Justamente porque podemos ver como uma palavrinha pode ter muitos sentidos, mas como alguns acabam por ficar tão evidentes que nos fazem “esquecer” os outros.

Teoricamente, como dissemos, todo dizer se produz na relação entre dois eixos, por assim dizer; o eixo *vertical*, o da constituição dos sentidos, o do interdiscurso, e o eixo *horizontal*, o da formulação do sentido, o do intradiscurso. O da *formulação*, como já tivemos ocasião de dizer, embora nem sempre aparente, está determinado pelo vertical, o da constituição do sentido em sua historicidade, o que mostra que nosso dizer sempre tem relação com outros dizeres em outras circunstâncias. Ainda teoricamente, usamos a noção de *rede* para falar da filiação histórica dos sentidos dizendo que o sentido se filia a uma rede de *constituição* e que todo discurso pode ser um deslocamento nessa rede de tal modo que haja mudança de sentido. Pois bem, a rede de sentidos, quando se trata da Tevê, é uma rede horizontal e não vertical. Uma formulação se estende sobre outras, tudo se passando no nível da formulação e não atingindo o nível da constituição do sentido de modo que não se sai do mesmo. Só se produz a variedade e não a mudança.

Um exemplo: a novela das 6hs diz algo, nas revistas da mídia este algo é repetido, na novela das 8hs aquilo é dito de outro modo, como um eco, o comentarista de tv retoma etc. Na segunda vez em que ouvimos, aquilo nos parece familiar, como se fizesse parte da memória já experimentada, na qual nos reconhecemos etc.

Do ponto de vista do espectador, do efeito-leitor, isso corresponde a leituras que são homogêneas. Uma formulação se transforma em várias outras sem que se toque no domínio da constituição, onde um sentido poderia vir a ser outro, na sua historicidade. Produz-se assim uma memória achatada, horizontal. Na rede de televisão, um fato é interpretado por outro já disponível na rede. Não há espaço para a interpretação, há uma trama enredada que impede o acesso à profundidade da rede de filiações (historicidade) justamente porque a simula, porém na horizontalidade. A grande possibilidade é a de que se passe a vida sem jamais sair do domínio da formulação, sem jamais tocar o domínio da constituição do sentido, onde há a falha, há o sem-sentido, há o não-dito. Estaciona-se assim no conforto do sentido prêt-à-porter, do já dito em sua variedade, dos discursos possíveis. Nessa rede, a da tevê, os sentidos não se filiam, só se estratificam. E isto de tal maneira é sedutor que se pode ficar na superfície da linguagem – sua horizontalidade – indefinidamente, sem nunca se “significar”, sem nunca “fazer sentido”. E estar “ligado” a milhões de pessoas sem fazer um só movimento que tenha o sentido do social e do político. Porque, nessa rede, o homem não se filia à história; somos apenas “animais em interação”.

Se, no interior dessa rede, acontecimento não tem história, também não há metáfora, não há transferência, o sentido não desliza, só se multiplica. Mas, por um efeito paradoxal, enquanto acontecimento ela própria, a Tevê metaforiza a relação do homem com a linguagem. Ou melhor, ela se faz metáfora. Aí está o fato na história: o do homem se significar por essa linguagem que apaga a memória histórica e a substitui por uma memória metálica. Nesse lugar o homem põe uma combinatória infundável de sinais à qual se liga. E é isto afinal o que se historiciza.

Dissemos em outra parte desse livro, ao falar de boato, que tratava-se do grau zero do político. Nesse caso podemos dizer que essa forma de historicização do fato da mídia é o político no grau (máximo). E é essa transferência que produz novas formas de autoria. Em que já não pensamos o autor nem como antes se pensava (em relação à obra, ao impresso), nem em relação ao efeito de origem, de unidade, como eu propunha para se de-sacralizar a noção de autor (obra). A autoria, penso, agora deve ser pensada em relação ao público, à multiplicação da repetição e à quantidade. Isso certamente faz efeito sobre a forma da função-autor e, correspondentemente, do efeito-leitor. Se a memória metálica se organiza em novos modos de (não) esquecimento, se a metáfora se dá em outra instância, também a textualização procede diferentemente e carrega consigo outras formas de autoria.

Nessa novas formas, mantêm-se a incompletude e a dispersão, embora a vontade da onipotência de um dizer total, omnipresente, se reforce. Mas trata-se sempre da formulação da discursividade. São nossas “ilusões” que se alteram ao compasso da intrincada relação entre ciência-tecnologia-administração que preside ao gerenciamento de nossas relações com os sentidos, na divisão social do trabalho da leitura, na injunção aos modos de interpretar. Cada vez mais se insistindo sobre o mesmo e cada vez mais deixando escapar o diferente. Ainda a questão da variança.

Podemos pois afirmar que na mídia e nas novas tecnologias de linguagem trata-se ainda e sempre da textualização (formulação), da constituição de uma autoria. São os seus modos que se deslocam. São os percursos significando na forma mesma em que irrompem os discursos. Prendendo-nos na rede (trama) das suas múltiplas versões.

A Cidade como Espaço Político-Simbólico: Textualização e Sentido Público

O ESPAÇO URBANO COMO ESPAÇO DISCURSIVO

“O espaço é azul, pássaros voam dentro”: essas palavras foram ditas por W. Heisenberg (G. Loschak, “La géométrisation de la Physique, Paris, Flammarion, 1994) como resposta a uma questão colocada por um de seus alunos: “e se o espaço afinal não fosse senão o campo de aplicação de operadores hermitianos?”. Refletindo sobre este enunciado da perspectiva da história da geometria e das matemáticas, P. Henry (1999) dirá que a palavra “espaço” pertence ao vocabulário técnico das matemáticas contemporâneas mas aparece sempre com um qualificativo (espaço afim, anelado, analítico, compacto, etc), testemunhando o florescimento da geometria e de seu domínio em relação a sua antiga definição como ciência do espaço, esta palavra aqui compreendida em seu sentido comum designando o espaço no qual pensamos viver, o de nosso universo. A linguagem geométrica diz ainda P. Henry (idem) se estendeu para a teoria das funções, à dos números e mesmo à lógica formal e nós falamos agora em espaços abstratos.

P. Henry segue em sua reflexão na direção da axiomatização da geometria e da constituição do discurso das matemáticas com este espaço físico, em uma longa história. Quanto a nós, isto nos conduz a colocar a questão do que é o espaço urbano numa perspectiva discursiva em que a história e a língua se articulam produzindo sentidos. Se em uma perspectiva urbanística formal o espaço urbano é considerado como um espaço abstrato submetido a cálculos, de outro lado, o espaço urbano

pode ser considerado como um espaço material concreto que funciona como um sítio de significação que demanda gestos de interpretação particulares. Um espaço simbólico trabalhado em/pela história, um espaço de sujeitos e de significantes. Um espaço em que, como veremos mais adiante, o social é significado pela quantidade. Postos nesta perspectiva em que fazem efeito noções como a de grandeza, a de dimensão, de práticas, de propriedades, de experiência: o que sabemos afinal disso que chamamos espaço urbano, este espaço que concebemos como quadro de todos os fenômenos da cidade?

Nossa finalidade é pensar a cidade no domínio das ciências da linguagem. Do ponto de vista discursivo, a cidade é um espaço simbólico particular tendo sua materialidade que produz sua própria forma de significar. Em outras palavras, a cidade se caracteriza enquanto espaço em que se materializam gestos de interpretação específicos, aqueles que constituem o urbano. No espaço da cidade, o simbólico e o político se articulam de forma particular. A isto chamamos ordem do discurso urbano.

Fazendo uma distinção entre ordem e organização – a ordem sendo do domínio do simbólico (a sistematicidade sujeita ao equívoco) em sua relação com o real, enquanto a organização refere ao empírico e ao imaginário (o arranjo das unidades) – nossa finalidade não é só descrever a organização da discursividade urbana mas compreender a ordem do discurso urbano: como a cidade (se) significa? Como o espaço que é a cidade se diz, se simboliza, e, por outro lado, como a linguagem se espacializa na cidade?

FALAS DESORGANIZADAS

A cidade é injunção a trajetos, a vias, a repartições, a programas, traçados e regulamentos. Do ponto de vista simbólico que nos interessa e por um procedimento de observação discursiva, procuramos mostrar como as relações sociais (urbanas) se significam na reprodução e na ruptura através da emergência de falas desorganizadas que significam lugares em que o sentido falta, incidência de novos processos de significação que atingem ao mesmo tempo a ordem do discurso e a organização social urbana. O conhecimento desses processos contribui para a compreensão do que é tratado sob o nome genérico de conflito social.

Não visamos enumerar as múltiplas funções da linguagem na cidade mas compreender o funcionamento do urbano, do cidadão, do social, neste espaço simbólico específico que é a cidade. Em nossa análise as falas desorganizadas emergem como indícios de um processo de significação em que os sujeitos são considerados fora do discurso, politicamente, historicamente, lingüisticamente. Essas rupturas são produzidas tanto pela falta quanto pelo excesso, mecanismos de que analisaremos o funcionamento mais adiante.

No espaço público que é a cidade, não há consenso que não seja imaginário: o discurso social não é homogêneo e dá lugar a diferentes movimentos de discurso que se cruzam no espaço urbano. À busca de sentido, o sujeito se desorganiza. A dispersão do discurso social, nesta perspectiva apresenta-se como parte – nem direta nem automática – da divisão social.

Ao mesmo tempo em que nos interrogamos a propósito da relação cidade/urbanidade, nos colocamos a questão da cidadania. Nossa reflexão toma o habitante da cidade como uma posição-sujeito significativa: no sujeito o mundo faz sentido e a linguagem se diz, se realiza como discurso. O sujeito é parte do acontecimento do significante. Assim, nossa finalidade é pensar como a cidade faz sentido no sujeito, como ela se diz nele, como o sujeito se constitui enquanto posição-sujeito urbano e como ele significa (se significa) na cidade.

Pela explicitação dos processos de determinação históricas da produção de sentidos e na constituição dos sujeitos urbanos, buscamos compreender as relações urbanas como sendo antes de tudo relações de sentidos. Podemos assim pensar criticamente as evidências colocadas no que significa a cidade e o cidadão, evidências que, em geral, têm sido resumidas de forma homogênea e estreita na rubrica de “violência urbana”.

O SOCIAL, A CIDADE, O URBANO

Por uma sobredeterminação do social pela cidade e desta pelo que é definido como urbano, social e urbano se recobrem, se indistinguem. Por um processo de migração generalizada de categorias do urbanismo para o discurso do senso comum, há um apagamento da experiência da cidade em seu real, em sua materialidade específica: categorias próprias ao dis-

curso do urbanista se substituem ao modo como as pessoas pensam e falam da cidade em sua vida cotidiana. Nesse modo indistinto de significar, o real da cidade é substituído pelas categorias do saber urbano, seja em sua forma erudita (discurso do urbanista) seja no modo do senso-comum, do administrativo, no discurso do Estado tomando a forma jurídica ou política indiferentemente, tornando-se um discurso “sobre” o urbano, esvaziado de suas condições reais. Resulta daí uma deriva ideológica que homogênea a forma de significar a cidade. A distinção entre discurso sobre o urbano e discurso urbano (ou da cidade) nos permite reencontrar o real desse processo de significação por onde ele foge. Essa nossa crítica não visa destituir o urbanismo de seu lugar de produção de saber mas de reestabelecer as condições de produção próprias à significação do discurso urbano tal como ele se dá em sua materialidade em relação à cidade.

Compreender a ordem do discurso urbano é compreender o discurso da cidade.

HIERARQUIZAÇÃO VERTICAL E RELAÇÕES DE CONTIGÜIDADE: A CIDADE CLIVADA

No dicionário civitas (civis) está ligado a urbs que significa cidade em oposição a rus (campo) e arx (citadela, a cidade alta). Se fazemos entrar a noção de burgo vemos aparecer uma disposição espacial a três termos: o castelo, a cidade e o burgo, nesta ordem, do mais alto e central ao mais distante do centro.

Seja como for, no Brasil, essa relação que é inicialmente espacial, vai se declinando em termos sociais hierarquizados de tal maneira que a localização adquire um sentido vertical, separando relações de contigüidade. A posição privilegiada de um centro em relação ao seu entorno se dissolve por uma verticalização social extrema das relações urbanas: o centro é habitado pelos pobres, pelos meninos de rua, comércio informal, misturados a resíduos do antigo centro valorizado. Os ricos vivem em outros lugares – em seus nichos (condomínios fechados) – frequentando centros comerciais especializados, não acessíveis aos pobres. A administração e os projetos de urbanização procuram “limpar” a rua, esvaziar as calçadas, extirpar os indesejáveis, através da eliminação dos espaços não planejados.

Há uma politização desse espaço em que a civitas se liga à noção de civilidade, território do polido, mas em que funcionam ao mesmo tempo, ou por isso mesmo, os princípios de exclusão. A noção de socialis (social) por sua vez também se processa nesse modo de significar. O socius era o que, não habitando o espaço da cidade, no entanto, era considerado seu aliado, associado, ou seja, amigo, e seu contrário, é o hostis (o inimigo, que vem de fora). Ora, no processo de verticalização social, de que falo, socius e hostis se indistinguem, e a cidade, espaço urbanizado, torna-se um espaço em que as diferenças verticalizadas separam sujeitos, que vivem em contigüidade, a partir de níveis de dominação que impedem a convivialidade, o trânsito horizontal entre vizinhos. O “outro” pode ser indiferentemente socius ou hostis¹.

A sociabilidade fica regida pela organização urbana e não é pensada em termos da sociedade como parte da história. Desliza-se do “polido” para o “policiado”, para o controle e a manutenção da organização urbana (arranjo calculado, planejamento), esta sendo significada pelo urbanístico, pelo administrativo, pelo sentido diretivo. As relações sociais que correspondem, para nós, a relações de sentidos ficam, nessas condições, sobredeterminadas pelo urbano, encerradas em seu imaginário.

Em conseqüência, os elementos do sentido “público” social são saturados pelo imaginário urbano concebido como já significado, impedindo a cidade de se significar em seus não-sentidos, aqueles que permanecem ainda no irrealizado das novas formas possíveis de relações sociais, novos termos, novas relações de sentidos. Não há o possível, a falha, espaços de equívoco: tudo se faz de antemão, definitivamente projetado em um espaço fechado, em que as contradições estruturantes da vida social no espaço urbano são silenciadas. Os espaços simbólicos aí são comprimidos, percursos de relações sociais são elididos, sentidos do “público” são submetidos à limitação do imaginário urbanizado. Essa organização do urbano, funcionando nesse imaginário, impede o trabalho de novas necessidades da sociedade, de uma sua nova ordem, restringindo o trabalho político. Formas de produção de sentidos próprias à cidade não são levadas em conta, formas que tangem o imprevisível, o não calculável, o que não se reduz a um plano já traçado. A noção de conflito,

constitutiva das relações sociais, desliza para a violência quando o urbano se fecha ao movimento, à ruptura, ao irrealizado. Se o conflito urbano é de ordem social, a violência é individualizada. A relação social se dilui, se desfaz.

A QUANTIDADE

Há ainda um elemento a se acrescentar na caracterização do espaço urbano: a quantidade. A cidade supõe uma quantidade concentrada de cidadãos no mesmo espaço de vida. A quantidade é um elemento estruturante das relações sociais quando consideramos a cidade como um lugar simbólico correspondente a um espaço real concreto. Ela é um fato e os fatos têm sentido e reclamam, como diz P. Henry (1984), que se encontrem causas e conseqüências. Há uma demanda política e simbólica da cidade que passa pela quantidade funcionando em um espaço historicizado: esta ancoragem simbólico-política que é a quantidade espera por metaforização em gestos de interpretação próprios à cidade em suas diferentes formas de significar. No entanto em um espaço já significado pelo cálculo e pela abstração inviabiliza-se esta metaforização. Não há espaço na cidade que já não seja espaço urbano, não há espaço vazio (espaços disponíveis): há o muito cheio (o excesso) do discurso sobre o urbano, uma saturação dos sentidos públicos que desemboca na desorganização, já que não há espaço para a incompletude. Não há sentidos possíveis, que poderiam romper o espaço simbólico já significado. A violência resulta da metaforização mal sucedida da quantidade, incapaz de apreender o movimento do social. Na falta da metaforização assomam os sentidos do urbano que se esgotam nos efeitos da ilegalidade, do impróprio, com ecos que se abrem sobre preconceitos (racismo, supervalorização do urbano sobre o rural, etc). O apagamento da materialidade, da transferência da quantidade na cidade se acompanha do apagamento da distinção entre socius e hostis: o outro, lançado na multidão desconhecida, nos ameaça. Pela quantidade ele já vem significado como estranho, inimigo. Desaparecem junto noções como amizade, solidariedade, sociabilidade.

A materialidade simbólica da cidade é esvaziada pela urbanização, reduzindo o sentido do social. A urbanização reduzida a seu aspecto de planejamento integra, sem significar politicamente (sem metaforizar) a diferença. Reduz a quantidade a uma questão administrativa e não constitutiva da cidade, e o cidadão a um número, a uma estatística.

A nosso ver, portanto, a violência não é “natural” à cidade: ela se produz (pelas condições de vida social), é mantida (por políticas apenas repressivas e não formadoras de sociabilidade) e desencadeada (por soluções imediatistas) por processos de significação que são históricos e sociais. No entanto, há muito a ser significado no espaço urbano e que permanece na falha, no possível, no ainda não realizado. Indício de novas formas sujeito, novos modos de subjetivação nesse espaço sócio-político.

EXEMPLOS

A análise do discurso, na contramão do silenciamento, procura expor o olhar leitor à opacidade dos sentidos e do sujeito, observando sua espessura semântica, sua não-transparência. Nessa perspectiva, é preciso dar lugar ao impossível, à indistinção, à ambigüidade, à hesitação do sujeito entre um e outro sentido, entre o público e o privado, entre o que é processo de individualização dos sujeitos pelo Estado e o processo de socialização, entre o que, na sociabilidade, é inclusão e o que é exclusão, o que é conflito etc. Nessa disposição, restituir à cidade sua falta de sentido pode ser um ponto de partida para começar a abandonar o esvaziamento do sentido da cidadania. É nesse espírito que eu me interessei pelo que chamo falas desorganizadas. Elas são um excelente observatório para tornar visível esse jogo lingüístico-histórico em que o simbólico se confronta com o político na significação do espaço público, na forma como se constituem os sujeitos sociais, pela emergência ou o silenciamento de outros sentidos e de outras posições-sujeito urbanos.

Observemos dois exemplos:

1. *Em uma reunião, na prefeitura, em que um secretário recebia pessoas dos bairros, ouve-se dizer: “Não é possível! Não adianta trazer essa gente aqui. Eles falam, falam de qualquer*

jeito e a gente não entende nada, nem fica sabendo o que eles querem. É preciso organizar essa gente, o que eles vão falar. Eu estou perdendo tempo”.

Distanciado por sua forma de significar o político em sua fala administrativa que domina o discurso sobre o urbano, o secretário público só compreende aquilo que faz sentido para ele, como parte de seu script, de seu programa. O que não entra aí, não significa. A fala dessa “gente” deveria estar organizada, administrada por seu programa político, dito pelo discurso sobre o urbano (migração do discurso do urbanista, com palavras como urbanização, comunidade etc) e não pelo real concreto de suas condições reais de vida que eles expõem a partir de suas posições sociais, seus discursos (e não falados pelo urbano). Eles estão presentes mas o imaginário que os separa separa a situação concreta do cotidiano da cidade de sua configuração enquanto espaço da administração urbana (domínio da política pública). Eles estão “fora do discurso” urbano administrativo. Suas falas, nessas condições, são falas desorganizadas (ou desorganizadoras).

2. Na rua, na calçada, perto de uma parada de ônibus, uma mulher, bem vestida, se dirige a um transeunte e diz: “Sabe, eu moro em X e eu tive de vir à cidade para resolver um problema no Fórum e..”. A pessoa apressa-se e toma o ônibus. No ônibus, diz a um outro senhor: “Não entendi. Ou aquela mulher está lá para aplicar algum golpe ou não é muito certa da cabeça”.

Na realidade, um transeunte menos apressado, e prevenido, teria ouvido até o fim e teria sabido que, na pressa, ela havia deixado de pegar a bolsa e estava pedindo ajuda para voltar para casa. Nenhuma das interpretações portanto eram “boas”. Como ela não falava como um mendigo, sua aparência e sua fala a “indeterminavam” em relação à expectativa dos sujeitos urbanos. A interpretação do transeunte faz funcionar a separação (foucaultiana) entre razão e loucura, ou entre socius e hostis. Sua fala está fora dos parâmetros do discurso urbano.

Esses exemplos mostram-nos a desorganização que desemboca na “incompreensão”. Trabalhando no equívoco mas tomando-o no sentido da desorganização que resiste, que resignifica, consideramos estas

situações discursivas enquanto índices de formulações que rompem dizeres “urbanizados”.

ESPAÇO MATERIAL DA CIDADE: FORMULAÇÃO DOS SENTIDOS

Formular é textualizar palavras, é dar corpo aos sentidos. No caso do discurso urbano, é essencial acentuar o processo de formulação, de seu modo de aparição pública, de sua circulação, de sua manifestação social concreta. Trata-se de compreender como os discursos se textualizam neste espaço de interpretação particular que é a cidade.

A questão da formulação, da corporalidade da linguagem inclui o que definimos como gesto de interpretação: o gesto é prática significativa trazendo para si tanto a corporalidade dos sentidos quanto a dos sujeitos enquanto posições simbólicas historicamente constituídas: posições discursivas (lingüístico-históricas, materiais). Nós nos significamos no que dizemos. O dizer deixa os vestígios do vivido, do experimentado e o gesto de interpretação mostra os modos pelos quais o sujeito (se) significa.

Para pensar o gesto como corpo de linguagem, pensar a formulação investida da posição sujeito, feita de história, podemos usar o artifício de uma imagem: a janela, na qual nos inclinamos para olhar o mar, faz parte do sentido que damos ao mar. Temos aqui de novo a ambigüidade constitutiva da noção de espaço: o espaço como enquadramento de todos os fenômenos/ a formulação como enquadramento dos sentidos faz parte de sua materialidade (simbólico-histórica). Os gestos de interpretação – que são atos ao nível do simbólico – têm uma materialidade significativa, têm um corpo, que intervém no real do sentido: eles são o recorte que produz sua textualização, formulação.

Em uma sociedade como a nossa, o sujeito urbano é o corpo em que o capital está investido. Nesse espaço definido pela memória, a história se faz por um “eu” que é urbano. Esse sujeito, tomado na necessidade de produzir sentidos na cidade – pela textualização de sua relação com o outro e aos objetos simbólicos no espaço público – estabelece uma realidade significativa estruturada que deixa traços. O

trabalho do analista é explicitar por esses traços sua compreensão dos gestos de interpretação que aí estão materializados.

Uma das características tradicionalmente atribuídas a esse sujeito e a esse espaço é a fragmentação. Falar em uma cidade fragmentária é inscrever-se em uma formação discursiva que desconhece o movimento como núcleo dos processos de significação da cidade e do sujeito que a habita. À diferença da discursividade que faz o elogio do fragmentário, pensamos que a cidade se produz em um movimento em que o olhar se move continuamente. O que é pensado como fragmentário é na realidade flashes, sentidos fluidos em movimento, em trânsito, flagrantes. O sentimento do fragmentário é o efeito da vontade totalizadora de um olhar que visaria tudo apreender, um olhar organizado e organizador, totalitário. A materialidade da cidade desorganiza esse lugar totalizador e obriga a percorrer espaços, tornando-nos disponíveis para a apreensão de diferentes sentidos.

Atravessando esses efeitos imaginários, tratamos de compreender aspectos “flagrantes” da cidade, certos modos de sua aparição por gestos que dão corpo à cidade mostrando-nos como ela se materializa, aqui e lá, em sentidos que estão sempre em movimento, sempre incompletos. Pela análise buscamos uma aproximação do real da cidade e da experiência dos sujeitos em suas rupturas, sua “desorganização”.

Observamos o modo como os sujeitos urbanos se encontram formulações, modos de (se) dizer, desorganizando o espaço burocrático do urbano. Sujeitos que atravessam esses processos que os aprisionam e conseguem se metaforizar, se subjetivar de outras maneiras, e não permanecer naquelas que os excluem. Essas formulações se apresentam como fulgurações (brilhos), iluminações em que o que chamamos narrativa urbana se estampa (se imprime). Flagrantes. Estamos interessados na tomada dos lugares, dos momentos que precisam de sentidos e que se significam seja pela arte, pela desorganização do discurso ordinário, ou pela violência que desorganiza o imaginário urbano, na falta de sentido, para chegar ao real da cidade. Consideramos a narrativa não no sentido tradicional, ou tipológico mas porque é aí que a cidade se conta, se diz, é aí que ela se encontra uma discursividade. A desorganização favorece nesses casos a

possibilidade de entrever novas formas sociais do sujeito se significar. As falas desorganizadas, nessas narrativas, são mobilizações da palavra (do mesmo modo que temos mobilizações sociais).

Veremos, mais à frente, que em um grande número de exemplos há uma indistinção entre o corpo do sujeito e o corpo da cidade. O que compreendo, dizendo que, quando o espaço é silenciado, o espaço responde significativamente. É o caso, por exemplo, dos grafites, das pichações, dos trocadilhos, das músicas urbanas como o rap. Nesse trajeto de reflexão passamos das falas desorganizadas para outras manifestações da narrativa urbana.

LUGAR COMUM, COLAGEM E DIVERGÊNCIA

A questão da quantidade em relação à língua traz a reflexão para a questão do lugar comum. Paralelamente, pensamos a quantidade em sua relação ao espaço significante da cidade, lugar de vida em comum: o sentido público no espaço urbano se estrutura pela sua relação com o lugar comum. Nessas condições são inevitáveis o clichê, o estereótipo (A. Hershberg-Pierrot e R. Amossy, 1997). As idéias recebidas fazem parte da convivência de opinião, são seus traços presentes no sentido público. Do ponto de vista espacial e da linguagem, não há cidade sem lugar comum. E aqui a idéia de “comum” começa a aparecer em sua ambigüidade: de todos e/ou banal.

O jogo de palavras que encontramos mais frequentemente no espaço urbano toma a forma do trocadilho. Essa forma discursiva joga com a repetição, o lugar comum, a substituição (verticalidade) e a associação (contigüidade), a não-distância entre o corpo do sujeito e o corpo da cidade.

O trocadilho próprio a esta situação discursiva em que a cidade é a personagem principal é definido por um jogo de palavras que produz equívocos, mudanças, intenções trocadas: corpo do sujeito/corpo da cidade. Em termos jurídicos, o trocadilho é definido como o voto que dois juízes que divergem dão em separado. Do ponto de vista retórico, o trocadilho pode ser definido como um efeito produzido pelo trabalho simultâneo de dois processos de linguagem, a metonímia e a metáfora: o que é contíguo se desloca por um efeito

metafórico. Discursivamente podemos defini-lo como fato marcado pelo desdobramento de sentidos tendo na base uma divergência que produz um equívoco fazendo trabalhar a continuidade entre sujeito e cidade; efeito pelo qual falar da cidade é falar de si mesmo, sendo a cidade o lugar simbólico da metáfora.

Temos vários exemplos na poesia e na música popular urbana, como veremos.

3. (Adriana Calcanhoto) *“Você entrou no trem/ e eu na estação vendo um céu fugir/ (...) e o meu coração embora finja fazer mil viagens/ fica batendo parado naquela estação”, ou ainda “Sonho o poema de arquitetura ideal/ cuja própria nata de cimento/ encaixa palavra por palavra, ...”.*

4. (Arnaldo Antunes) *“Socorro, alguma rua que me dê sentido/ em qualquer cruzamento/ acostamento/ encruzilhada/ socorro, eu já não sinto nada”.*

5. (Ana Cristina César) *“Te pego lá na esquina/ na palpitação da jugular/ com soro de verdade e meia/ bem na veia, e cimento armado/ para o primeiro a andar”.*

6. (Leminsky) *“pariso/novayorquizo/moscoviteio/sem sair do bar/ só não levanto e vou embora/ porque tem países/ que eu nem chego a madagascar”.*

Mais à frente mostraremos efeitos de sentidos produzidos pelo rap. Anuncia-se entretanto já aqui algo importante: na repetição que superpõe (mistura) sujeito e cidade, a colagem, a cópia perfeita é des-transformação, des-interpretação. Fazendo (se) falar (pelo) o espaço, o sujeito se encontra uma forma de simbolizar além da repetição: chama nossa atenção para as evidências, as representações coletivas, os automatismos da linguagem que, por este processo, em que joga o desdobramento, adquirem sentidos diferentes (por transferência, metaforização, historicização).

O trocadilho fala contra a ideologia da criatividade, contra a discursividade do resgate da individualidade, ideologia que reforça a idéia de uma vontade livre e de uma consciência acessível pelo esforço pessoal

em relação à linguagem, e de uma ação de boa vontade em direção ao outro, significado por uma boa relação de comunicação face ao interlocutor. “Tudo o que quero dizer pode ser dito”, é o mito da sociedade da comunicação sem limites em que o querer e o dizer brotam espontaneamente, sem memória, sem história, sem relação ao que foi vivido, experimentado, ou poderia sê-lo. A sociedade da comunicatividade, da expressividade, da criatividade, ignora a cidade como fato social concreto e complexo em suas relações. O trocadilho denuncia isto.

Neste percurso em que começamos por analisar situações de linguagem em que o sujeito desorganiza o dizer para ir até a análise da narratividade urbana, trabalhamos na base dos processos que desembocam na ruptura, na separação entre o popular e o erudito e que, por um movimento de uma poética crítica avança contra essa divisão, mudando-a, confundindo-a. O trocadilho instala a divergência. Em relação a que? Em relação à ideologia que, ao mesmo tempo fala do povo para melhor o excluir: lugar comum, banalidade, trivialidade, quantidade. Nessa outra maneira de significar o lugar comum, atrás das fórmulas “lemos” outros sentidos. Batemo-nos contra a rarefação dos sentidos que o discurso social define como banal, em que o próprio sentido de social é pejorativo.

Na base da formação de opinião pública, há idéias recebidas que trabalham o lugar-comum e que, em uma concepção em que elas apresentam um caráter útil (Lippman, 1946), colocam em relação um objeto e um tipo ou uma representação de caráter geral, esquemas culturais que impedem a diluição na invasão destruidora pelos detalhes da vida corrente, sobretudo se pensamos a quantidade como elemento estruturante da cidade. A estereotípia significa aqui uma economia social, uma economia que trabalha o espaço da vida urbana em um espaço comum: espaço comum/lugar comum. Para nós é ainda um dos efeitos do funcionamento do pré-construído (M. Pêcheux, 1975, p.88-89). Se, do ponto de vista lingüístico, o pré-construído responde a formas sintáticas apresentando um elemento como se já estivesse lá, do ponto de vista discursivo atesta uma relação a um elemento prévio, não submetido a discussão, já esquecido em sua origem e que funciona no dizer. O lugar comum é desse ponto de vista o traço de discursos prévios, comuns, cuja origem já está apagada em uma formulação particular, mas necessária ao espaço comum da soci-

abilidade. Não há opinião pública sem efeito de pré-construído, ou melhor, não há opinião pública sem idéias recebidas, sem lugar comum.

Esta forma de considerar o lugar comum – em relação à quantidade e ao espaço urbano – desloca a reflexão para a relação saber/ciência, opinião pública/ autoridade da elite, individual/social.

Há uma formação discursiva em que a relação do indivíduo com o social se inscreve no domínio da “criatividade” e que não se abre para uma problemática do impensado², de um sujeito situado na história e na sociedade.

É uma formação discursiva em que se considera que as formas sociais são incapazes de significar a subjetividade individual porque elas estão ligadas ao convencional, às conveniências, à moral social. Nessas formações discursivas o social é considerado como estritamente regido por normatividades e pela autoridade, no des-conhecimento de que, na repetição, ele não se reduz à banalidade. Esquece-se assim a relação do social ao político, não como repetição empírica mas como história, construção coletiva, lugar comum. Na formação discursiva que opõe opinião pública/autoridade de elite, a resistência aparece apenas como protesto do indivíduo oposto ao conformismo social. São formulações que se sustentam em uma teoria da linguagem e do sujeito articulada à vontade e à consciência espontânea, colocando em silêncio processos mais complexos da formação dos sentidos, dos sujeitos e de sua circulação na história e na sociedade, no espaço público.

O trocadilho é uma forma de linguagem que des-estabiliza esta forma de pensar: insistindo no clichê ele des-estabiliza, desloca, porque ultrapassa a oposição positivo/negativo. Esta forma discursiva, popular, praticada como mostramos é uma crítica ao elogio (romântico) do único, do original que traz o desprezo da quantidade (multidão). Este desprezo repousa na crença da singularidade incondicional (não material), singularidade da aparência.

Se a cidade é um lugar de interpretação com suas particularidades significativas, a rua pode ser considerada como estruturante deste imaginário em que a cidade significa: via pública, calçada, pedestres. Lugar público, lugar comum: neste espaço comum a relação entre o corpo do texto e o texto do corpo, sendo este último significado na simbiose

presente no que chamo narrativa urbana (ligando materialidade do sujeito e materialidade da cidade, o corpo do sujeito está ligado ao corpo social), estabelece-se um jogo de memória em que trabalha a divergência. A ruptura se produz porque, na simbiose, a divergência nasce não do lugar social mas sobre ele. Nesse jogo, não se reproduz o estereótipo, se o atravessa pelo excesso da repetição, produzindo-se uma ruptura. Está-se em uma formação discursiva em que o social (o que é comum) e o público não têm sentido pejorativo mas significam na história.

A INSTALAÇÃO DO RAP: UM INSTANTÂNEO DA CIDADE

Para melhor elaborar esta idéia analisamos uma manifestação de linguagem urbana muito marcante: o rap.

O rap é uma manifestação que denuncia a oposição erudito/popular, individual/social. Funcionando no registro da conversa informal (opinião) ele no entanto constrói um texto (julgamento) de autor. A forma com a qual constrói sua posição-sujeito não segue a divisão pragmática entre, de um lado, a responsabilidade, de outro, o lugar-comum, de um lado a ideologia e de outro o estilo. O rap desfaz a mistificação da relação com a consciência que apaga a força material das coisas, força que liga história e sentidos. Fazendo isto ele trabalha contra as separações entre o político, o estético e a ciência. Separação que também é significada em termos de quantidade: de um lado, muitos (o povo), de outro muitos poucos (a elite).

A forma que o rap encontra para significar esta crítica que atravessa o imaginário urbano é a instalação: construção, pelo discurso, de uma réplica/resposta à situação vivida. Com palavras comuns, coladas à situação ordinária de vida, sem se colocar à distância, o rap fala do cotidiano tal qual, fazendo ele próprio parte deste cotidiano; o rap é assim a vitrine (a exibição) de um pedaço do real do qual faz parte. E por aí mesmo, pelo excesso de proximidade, é que ele se destaca. Constrói um flagrante. Nesse lugar de significação em que a separação entre o popular e o erudito não faz sentido. À experiência sensível, eles confrontam o trabalho simbólico da exclusão. O rap des-transforma. Se, em uma lógica vertical, o estereótipo é o lugar da fixação, aqui ele é o lugar

da metaforização da quantidade. Na outra formação discursiva, o estereótipo discrimina, nesta, ele produz a divergência: possibilidade de movimento dos sentidos, quando o político vigora.

Vejam alguns exemplos:

7. (*Detentos do Rap*) “Violência gera violência/ o pânico, o medo já não é segredo/ violência gera violência/ já faz parte de nosso habitat/ chagas abertas – Sagrado Coração”

8. (*Detentos do rap*) “Eu e meus camaradas/queimávamos a erva até enlouquecer/ e doidões gritávamos para se aparecer”.

9. (*Detentos do Rap*) “As portas estão fechadas/ uma oportunidade lhe foi negada/(...) fudido por fudido também vou tá/ as portas estão fechadas”.

Nesses exemplos, não se transforma, porque transformar é, na lógica do sistema, adaptar o social a um imaginário urbanista bem sucedido, é mudar apenas na aparência. Na discursividade regida pela transformação enquanto máxima, transformar é obedecer o politicamente correto e não ao politicamente explícito, ou seja, às necessidades reais, concretas. No rap a forma é a da conversa entre amigos (ou inimigos) em que o político entra pelo estereótipo e se dispersa em sentidos inusitados. Tomando a forma da instalação, fala-se – pela construção de um flagrante, pelo relato de uma cena – da criminalidade, da droga, da família, da religião, da violência, da vida de rua de todo dia. Com palavras comuns, sem tomar distância, eles expõem a realidade crua. A ideologia assim mostrada produz o efeito de divergência. Denuncia. Reivindica.

Esse modo de significar vem juntar-se a um discurso que, como diz Cacaso (1997), fala “como se a linguagem falada fosse um estágio embrionário, em si mesmo já poético, da criação poética”: “pego a palavra no ar/no pulo paro/vejo aparo burilo/ no papel reparo e sigo/ compondo o verso” (Chacal, in Cacaso, 1997).

Isto é dito pelo poeta em sua rimas, mas nós encontramos em outro lugar os sentidos da des-transformação que, por uma poética de um discurso que cola ao senso comum vem deslocar os sentidos já-ditos sobre o urbano. É esta poética que chamo narrativa urbana. Em um

belo jogo de palavras que exprime o trocadilho da narrativa urbana, R. Bonvicino (1996) designa seu livro de “*Ossos de Borboleta*”, que, na crítica de R. Antello é assim descrita: “Uma borboleta fixa encobre cicatrizes num corpo e lhe camufla suas grafias(...) – a borboleta, belabeza da arte oscila entre dois mundos. Atravessa o espaço da técnica mas sua crise e seu grito provém da grade do tempo administrativo, a borra burocrática que elide ou deleta sua forma (...) seu trajeto assinala usos ou alegrias imaginárias (...) transportes esses por meio dos quais a figura se destransforma”.

Vista pela análise de discurso esta necessidade de textualizar uma memória do urbano nas condições em que o real da cidade é negado, faz aparecer um discurso que des-estabiliza o urbano pela prática discursiva do entre-espaço, do entre-tempo, da narrativa urbana, da des-transformação. Divergência.

CONCLUSÃO

Em suma, na formação discursiva instalada por essa forma de narrativa de que me ocupo, o típico e o comum não se prestam ao silenciamento mas necessitam ser praticados materialmente, ou seja, trabalhados pela sociedade na história. E é isto que faz a diferença: a prática historicizada da repetição, do comum desloca o senso comum, o automatismo, o fixado. À formação discursiva centrada nos sentidos de convergir, reunir, globalizar, comunicar, interagir, instrumentalizar, transformar, devidos (disciplinados pelas) a injunções da normatividade social (o politicamente correto), responde a narrativa urbana com a divergência, a diferença, a des-transformação, o dissenso.

O processo argumentativo do rap constrói-se pelo exagero, pela não distância, pelo uso do boato: no jogo contraditório entre o lugar comum (esquemas gerais) e o lugar específico (gênero particular) que passa a funcionar como reservatório de argumentos já prontos (pre-conceitos), o rap denuncia o jogo, as intenções (in-tensões) duplas e cria a possibilidade do distanciamento, do trabalho simbólico e político da falha, do equívoco. Faz emergir, até mesmo sem o saber, a equivocidade do comum, a complexidade do público, a não-transparência da construção da opinião, sua historicidade.

Se, pelo deslizamento do discurso sobre o urbano para o senso comum há um silenciamento do espaço público, do real da cidade, sua materialidade semântica não pode ser praticada, re-significada senão se, pelo mesmo movimento, entretanto no sentido da divergência, fazemos falar o lugar comum.

Como resultado de nossa análise concluímos que a opinião pública não é consensual, o lugar comum é atravessado pela divergência e a manifestação real concreta da narrativa urbana pode nos mostrar os múltiplos sentidos do espaço na experiência do espaço da cidade como espaço público, espaço de sujeitos e de seus modos de significar. Assim eu redefiniria o espaço urbano parafraseando Heisenberg: o espaço urbano é um espaço material (político-simbólico), sócio-histórico, com uma quantidade de sujeitos que vivem (significam) dentro, onde o que está entre parênteses é decisivo.

NOTAS

1. Os condomínios fechados representam com clareza o deslocamento da divisão social entre “socius” e “hostis” que transforma em “hostis” a maior parte dos membros da sociedade: o socius é o que está dentro do muro, e tudo que fica fora é hostis. Cria-se uma falsa idéia de proteção e ao mesmo tempo aumenta-se o potencial de hostilidade entre habitantes da mesma cidade. Acrescente-se a isso o fato de que, com essa forma de morar, se começa a indiferenciar o que é público e o que é privado.
2. M. Pêcheux (1982, p.62): “perguntar-se de onde vêm os discursos revolucionários (...) em sua relação ao inexistente, à irrealidade e ao impossível”. A noção de impensado faz parte dessa filiação teórica em que ideologia e inconsciente estão presentes.

Retomando a Palavra: Um Corpo Textual?

Nesses últimos capítulos procuramos dar exemplos de análises em que está posta a questão da formulação, da textualização. E o da circulação dos sentidos como modo de significar. Podemos resumir tudo isso dizendo que o fundamental é compreender o que é texto, na filiação discursiva.

Não se suspende um trabalho sem deixar espaço para novas reflexões. Este livro constitui, nele mesmo, um texto, uma formulação que produzi no meio de outras possíveis. Nas conferências, nas aulas que dei, nos diferentes contatos, foram muitas as versões e foram muitas as gravações em fitas cassete, reproduzidas pelos meus ouvintes em seus muitos textos¹. A *gravação* também é um fato de mídia e da forma de circulação das palavras, afetando em cheio a forma da autoria. O desenvolvimento das tecnologias de linguagem podem alterar aspectos da forma histórica do sujeito deslocando o modo como se dá a autoria. A gravação merece uma parada para reflexão sobre os modos de circulação dos discursos. Não o farei aqui mas deixo a questão: são ainda minhas as formulações que gravaram e às quais já não tenho acesso? Um artefato como um gravador, ao ser introduzido no circuito da linguagem, afeta suas condições. Transforma a relação com a autoria, a forma de textualizar. Produz condições para diferentes efeitos de sentidos². São esses possíveis que habitam a margem do texto – um livro vale pelo muito que nele não deveu caber, diz Guimarães Rosa – e que reverberarão sentidos em outros gestos de interpretação.

Assim, esse fecho, como qualquer outro, vem do acaso e do que, hoje, se impõe como necessidade em meu dizer.

Em conversa com a antropóloga Regina Müller, explorávamos a questão da educação indígena, no caso específico, dos índios

Assurini: para que eles aprendem a escrever, perguntava-se ela. E ela mesma me deu indícios da resposta quando começou a contar que eles se escrevem bilhetes – do gênero correio amoroso – que incomoda muito os que estão envolvidos com seus Projetos (com P maiúsculo) sobre a cultura indígena. Isso lembrou-me o que me contou Maria Elisa Ladeira, essa “vocaçãõ” do bilhete que encontramos nos diferentes grupos indígenas, referindo ao fato de que em uma situação específica, um deles escrevia como bilhete o que estava falando naquela situação. Mera repetição? Não, penso eu: o bilhete, ou mais amplamente, a escrita é uma forma de relação social. Ela estrutura relações. Regina contou-me que os Assurini agora escrevem (melhor dizendo, inscrevem a escrita de) nomes próprios no corpo. O que ela lastima pois trabalha com pintura corporal e não aprecia ver substituídos os traços da pintura por letras na pele. Eu não vejo assim. Eles estão tratando as letras como grafismo.

Voltando agora o olhar para a nossa cultura ocidental, letrada, cristã, a letra é o traço da entrada no simbólico. Traço que marca o sujeito enquanto sujeito, em sua possibilidade de autoria, frente à escrita. E isto me leva a pensar em minhas pesquisas sobre cidade (E. Orlandi, 1999) em que trabalho com rap, poesia urbana, grafite, piercing. Tatuagens, que se individualizam, embora os traços sejam os mesmos, no modo como são praticadas por/em cada corpo: o corpo místico (corpo fechado pelas tatuagens), o corpo atlético (sado), o adolescente (marca de identidade) etc.

Todas manifestações em que não há muita distância entre o corpo e a letra. Em que o traço sagrado da letra ou melhor da Letra não se separa decididamente das letras impressas nos jornais que passam de mão em mão, daquelas presentes nos espaços públicos – paredes, avisos, outdoors, pichações – ou mesmo corporal – braços, pernas, rosto, costas, peito, nariz, orelha, boca. Diferentes superfícies, diferentes materialidades, diferentes modos de formulação e circulação indicam novas, ou melhor, diferentes formas de textualidade. E manifestam todas elas nossos modos de relação com o simbólico, mais especificamente em sua dimensão textual.

O grafite que aparece em São Paulo, inscrito em um viaduto, define-se diferentemente de seu homólogo que aparece em uma parede à beira de uma praia, tendo como paisagem de fundo o mar. E isto é tão significativo que as próprias letras se traçam trazendo para si essa diversidade de condições. O corpo da letra. Em uma, a dureza do traço pontiagudo, na outra, o arredondado de baleias e golfinhos. Esteticamente marcados em suas diferenças.

O grafite inscrito no pontilhão. Letras de uma outra escritura. Letras sobre letras, sobre letras... Em quantidade, produzindo um excesso difícil de significar ao mesmo tempo em que também é difícil distinguir a letra como letra pois já entramos, e agora em nossa cultura, a Ocidental, no traço como grafismo. Escritura. Manifestações significantes que trazem como marca a insistência em se fazerem visíveis e, de outro lado, intrincadas relações com a magia da palavra, da letra, remetendo ao que está além, com o lúdico, com o não-realizado, que desemboca sobre o (visível mas) não lisível, não legível.

A entrada no simbólico é fatal. As suas diferentes formas produzem seus efeitos. Nada é indiferente na instância do significante. No caso dos índios, acima referido, a relação com as letras migra para as suas diferentes experiências de linguagem, em que, no caso dos Assurini, a arte é dominante. O corpo é o lugar material em que acontece a significação, lugar de inscrição, manifestação do grafismo. Pintura. Texto.

Os diferentes materiais e as diferentes superfícies determinam diferentes relações com/de sentidos. Escrito, ou oral, letra ou sinal, superfície plana ou multidimensional, parede, papel, faixa, letreiro, painel, corpo. Textura, tamanho. Cor, densidade, extensão, tudo significa nas formas da textualização, nas diversas maneiras de formular. Jogo da formulação, aventuras dos trajetos que configuram sua circulação. Acaso e necessidade.

A música, de seu lado, também significa pela maneira como se textualiza e como circula em seus modos de fazer sentidos. O meu texto sobre rap fala desses modos de significar. Nesse estudo presente, darei como exemplo o texto de Zeca Baleiro, *Piercing*: “tira seu *piercing* do caminho/ que eu quero passar com minha dor” diz o rap, aludindo a outra música, de Nelson Cavaquinho, que diz “tira o seu

sorriso do caminho/ que eu quero passar com minha dor”. Este é um belo exemplar do deslizamento de sentidos pelo efeito metafórico produzido por uma substituição. Há uma grande distância, não apenas musical, entre estas duas formulações, distintas só por uma palavra, formulações que jogam como paráfrases. A larga diferença que existe entre um sorriso – expressão facial cultural indicando felicidade, alegria, satisfação – e o piercing – gesto de interpretação posto no próprio corpo, manufatura de um acréscimo na superfície da pele, da carne textualizada. De um lado, a expressão, o gesto facial, do outro, a interferência no corpo, talhe de significação na própria carne. Diferenças históricas os distanciam. São dois corpos aí significados em seus diferentes sentidos, em suas diferentes formas de significar. Formulando diferentes textualidades, é ainda Baleiro que evoca outro autor – desta vez Caetano Veloso, “minha pátria minha língua” – na distinção que marca música e corpos. Sentidos. As músicas de Baleiro são um excelente território de alusões³, intertextualidade que se mostra e se esconde nos efeitos de sentidos aí postos em suas formulações, mostra de elaborações não coincidentes, versões. Indicando mais uma vez que a variante é a base da textualidade. Não só para quem “escreve” ou “diz” mas também para quem “lê” ou “ouve”.

Se a variante é a base da textualidade, a sua necessidade é a relação móvel e permanente entre diferentes formações discursivas, atestando o funcionamento ideológico da linguagem. O signo é político, “dizem” as versões.

Toda essa profusão de textos que se avolumam – seja pelas novas tecnologias, ou pelas distintas superfícies que exploram, em novas formas de significar o corpo – apontam para diferentes modos do sujeito (se) viver o social. O que resulta em outras formas de sociabilidade e em outras formas de manifestação dos conflitos: com as rígidas ocupações de espaço – e as chamadas estratégias de auto-defesa – ir a um shopping pode ser uma forma de movimento social quando os que vão são sem-tetos e se deslocam em conjunto. Um depoimento mostra este estranhamento social, essa relação difícil com o corpo no espaço demarcado dos territórios: “Nunca tinha pisado em um shopping antes. Na invasão ao Rio Sul, aconteceu uma coisa que não esqueço.

Meu sonho era ter um fogão. Quando o protesto passou em frente à loja das Casas Bahia, eu parei. Fiquei horas ali olhando os fogões. Acho que os funcionários estranharam e fecharam a porta na minha cara.” (Folha de São Paulo, 16/04/01). Na perspectiva de dentro para fora, de um outro depoimento, deste mesmo fato, podemos ler: “Apesar das pessoas nos olhando daquele jeito estranho, o primeiro passeio no shopping foi muito bom” (idem). Em um, a palavra “invasão”, no outro, “passeio”. Passear pelo shopping é então entendido como um gesto de ameaça: uma manifestação pública. São os corpos fora do lugar que lhes é destinado. Assim como o dos moradores de favela que, no arrastão, desceram para as praias da zona sul no Rio de Janeiro. Corpos que transitam no inusitado produzindo sentidos sociais inesperados que são em si um protesto. Podemos assim considerar os espaços como estando investidos de sentidos, fazendo parte dos processos de significação. E os homens, sendo seres simbólicos e históricos, os textualizam pela maneira mesma como nele se deslocam, se inscrevem, investidos de sentidos. Corpos com suas materialidades significantes. Corpos “fora do lugar”, em um espaço politicamente significado, ou melhor, que migram na produção de sentidos que se deslocam para diferentes objetos simbólicos; signos que migram, inscrições que se textualizam no corpo. Todo esse conjunto de deslocamentos faz parte de um mesmo processo discursivo.

Pensando a cidade como uma forma de textualização do sujeito no espaço público, forma da vida social, são muitas as diferenças que são ditas na relação sorriso/piercing, como apontamos acima, e que têm a ver com as distintas formas com que o corpo mesmo significa, se textualiza e circula afetado pela existência de significantes, sendo o homem um ser que interpreta e é interpretado.

Nesse nosso livro estivemos assim procurando compreender os modos como se formulam os sentidos e como são os seus trajetos. De onde vêm, para onde vão, como circulam e produzem seus efeitos nas diferentes condições de sua produção.

Pensando uma sociedade da palavra como a nossa, em que a abundância de processos, de modos de difusão e de materiais de sustentação dos sentidos fica bem visível, acentua-se o que eu afirmava em outro

livro (As Formas do Silêncio, 1993): que nossa sociedade é uma sociedade da urgência do dizer e das práticas significantes que expõem o sujeito a uma visibilidade constante. Estamos imersos numa grande quantidade de símbolos e os produzimos em permanência. Mas assim como mudam as condições de significar, mudam também as formas como o sujeito aí se move nos trajetos da significação.

A LETRA ENCARNADA⁴

Assim como o texto deve ter imaginariamente um começo, meio e fim, o sujeito se metaforiza na sua busca de unidade, textualizando-se, na pressão feita pelo modo como a linguagem se mostra omnipresente: piercing, tatuagem, são, como a “pontuação”, tentativas de um fechamento impossível; vontade de não perder-se na falta de fronteiras⁵.

Antes de terminar esse livro abro um espaço para que se reflita sobre essas manifestações da relação entre linguagem e sujeito em que o próprio corpo é lugar material (meio) da significação.

O sujeito tem sido tomado em processos discursivos em que a textualização do corpo se acentua. É uma forma de confronto na relação do simbólico com o político. Risco da simbolização. É preciso que façamos aqui uma distinção, difícil, mas sintomática, digamos. Uma coisa são os efeitos dessa textualização em práticas em que a cultura acolhe essa forma de significar de modo orgânico, em rituais sociais bem definidos. Eu diria que o que produz rupturas é justamente a passagem dessa forma de significar, cultural e socialmente determinada em rituais específicos, para uma outra prática em nossa sociedade e, sobretudo, sob um modo em que a quantidade diz do sentido: coloca-se um piercing não mais como um ritual, e não se coloca apenas um ou dois. Invade-se o corpo com “sinais”.

Ao mesmo tempo em que se transferem esses sinais de uma cultura para outra e de um uso para outro, também a função-autor e o próprio modo de funcionamento do texto, agora na textualidade corporal, mudam de forma. Esvazia-se um sentido para se ter outro efeito: aquele que mostra a falta de sentido. É um gesto que desorganiza, que explode o efeito de evidência. Produz um mal estar simbólico na relação com o “outro” co-rompida, co-roída por práticas sociais que se historicizam por pesados processos de exclusão, de negação, de apa-

gamento, de silenciamento, acompanhado, contraditoriamente por uma forte injeção de visibilidade, da legibilidade.

Volto a dizer que estou aqui referindo à prática em que esses gestos mostram a migração das marcas ritualísticas da identidade: piercing, tatuagem, e mesmo a assinatura (tag), em quantidade e dispersos pelos espaços da cidade. Vejo aí dois aspectos, ambos importantes do ponto de vista discursivo: de um lado, a tentativa (vã) de enquadrar o corpo em seus limites, de outro, agora voltado para fora, o da denúncia de um mal estar simbólico em seu confronto com o político, uma forma de reivindicação. Daí os riscos serem: do lado do político, a reintegração no circuito da linguagem pelo apaziguamento do gesto em “moda” (uso geral do sinal como adorno), e, do lado da interioridade do sujeito, sua desintegração em gestos que, na procura repetida de um centro, o dispersam, no risco da desintegração.

Em relação a esse processo discursivo devo dizer já de início que não oponho o corpo à linguagem, como não separo língua e história, quando penso o sentido, e não separo sujeito e sentidos quando penso o discurso. Minha questão é: como o corpo significa em um espaço simbólico que lhe é destinado? No caso dessa manifestação de linguagem que analiso, esse espaço é o espaço urbano, em que a concentração da quantidade é um traço estruturante da significação e dos sujeitos. Espaço em que o sujeito está investido pelo capital. Por outro lado, nessas condições, deve-se pensar ainda no impacto das novas tecnologias da linguagem que, na quantidade, produzem uma reorganização social do trabalho da interpretação. M. Pêcheux (“Ler o arquivo Hoje”) fala que as novas tecnologias produzem uma reorganização do “trabalho intelectual”, que desloca aqui, propositadamente, para “trabalho da interpretação”. Por quê? Porque tenho feito uma distinção entre a memória discursiva (interdiscurso), que defino como estruturada pelo esquecimento, e a memória de arquivo, memória institucionalizada que apaga o esquecimento, organizando o discurso documental. Pois bem, o alcance dessa reorganização produzida sobre o sujeito afeta, a meu ver, a relação entre as duas formas de memória no sujeito: ele fica ao sabor do jogo produzido entre a memória de arquivo institucionalizada e a memória que se estrutura pelo esque-

cimento. É este impacto que está presente no modo como ele vai textualizar seu corpo.

Não menos importante é pensar, nessas condições de significação, o alcance da publicidade que também funciona pela quantidade e concentração: repetidamente se encontram no espaço urbano “mensagens” publicitárias que cobrem todo o espaço visível, espaço desde então transmutado em espaço lisível. Faz parte dessas condições o fato de que os dizeres transbordam da publicidade para a rua, daí para o próprio sujeito que toma a si o gesto da autoria e passa ele mesmo a textualizar toda a superfície do espaço em que vive, o espaço urbano. Escritura que se alastra pelas diferentes superfícies. Desenha, escreve, assina por toda parte: é a prática do grafite, da pichação, do tag. Principalmente nos lugares inacessíveis. Não raras vezes, nem se entende o que está lá, pois é preciso ser iniciado. Mas não é isto que está em causa. O que está em causa é a autoria, a assinatura (tag). Nem se trata de uma autoria individualizada, mas do grupo. Pertencimento a um grupo. Pertencimento à cidade. Pertencimento a uma sociedade. Apropriação de “seu” espaço, no espaço público, publicizando sua presença. Na continuidade desse gesto, acaba textualizando o próprio corpo: o piercing, a tatuagem.

Do lado de fora, o excesso da publicidade transborda, tudo é texto, e o sujeito se subjetiva escrevendo também para todo lado. Daí para voltar-se para si mesmo é um passo que é dado: o corpo se textualiza. Inscrição no corpo como anúncio (denúncia) de que o confronto do simbólico com o político está colocando problemas (reivindicação). Fora: várias camadas de publicidade, de pichações, de letras assinadas, nas diferentes superfícies: paredes, muros, ônibus, metrô, cartazes etc. Isso se representa como um trabalho do excesso, do sujeito no sujeito: transbordamento de um excesso de linguagem o tempo todo visível sobre o sujeito, que passa à necessidade de um excesso de marcas visíveis em si mesmo. A ambigüidade não metaforizada, produção do equívoco: no movimento para fora e para dentro. Ou melhor: não há uma separação clara para quem pratica essa autoria (penso no sujeito social, em uma posição-sujeito do grafite) entre o fora e o dentro: tudo é texto. Sintoma ambíguo da necessidade de uma

unidade, de fronteiras, de limites, próprias ao sujeito pragmático em suas representações. Daí a inscrição da letra (pontuação?) na própria carne seja sob a forma da tatuagem, do piercing, das cores (manifestações de grupo, cores da bandeira no rosto, no cabelo etc). No excesso de linguagem, em que tudo é autoria, o sujeito se debate por uma autoria seja qual for: a de assinar o muro, ou a de assinar seu próprio corpo. Questão de quantidade: o excesso da autoria pelo mesmo gesto a esvazia. A publicidade, fora de seu lugar convencional invade, reapropriada por um gesto interpretativo do sujeito, todos os espaços disponíveis, inclusive seu corpo.

Mas não vemos esse fato de linguagem isoladamente. As novas tecnologias da linguagem, o modo como funciona a mídia, a publicidade, a poesia urbana, o modo de presença da linguagem no espaço público, o rap, a pichação, o grafite, as camisetas com letras e desenhos, o piercing, a tatuagem são manifestações de um mesmo processo discursivo que deve ser pensado em suas condições sócio-históricas, produzindo efeitos de sentidos próprios a determinadas condições políticas e ideológicas. Podemos considerar essa forma de linguagem como caracterizada, em sua desorganização, por duas qualidades que são uma reação: a *hipertrofia* da função-autor e a *disritmia* da relação entre o dito e o não-dito. O excesso é, de um lado, o do dizer, disritmia, e de outro, o do sujeito, hipertrofia da necessidade de autoria. Isso resulta em uma acentuação (e destruição, pois é um processo corrosivo) da relação com o escrito, com a letra, com a Letra. O aprisionamento à letra e seu esgotamento caminham juntos nas calçadas da cidade. Espaço público. Publicização que não admite a intimidade, um interior que fica perceptível. A vontade da transparência, que, se posta como gesto que se transfere para a publicidade, coincidiria no entanto com o “esvaziamento” total. Mas, se posta em outra dimensão, que faz passar pelo percurso que vai da fala desorganizada para a narratividade urbana, nos indica uma “vontade” de transparência que não é negação de um interior mas inacessibilidade.

Do ponto de vista dos princípios gerais da teoria do discurso, podemos referir esse fato ao que diz M. Pêcheux: *a linguagem serve para comunicar e para não comunicar*. Inscrevemos assim esses gestos na instância da “comunicação” em que o sujeito justamente *não* comunica.

Ele desestrutura a rede, afeta o automatismo (quando não é bem sucedido, aparece apenas como ruído, é pego como parte mal feita, se automatiza).

Esse processo se acompanha de, ou é uma reação ao esfacelamento do político que se dissolve: denegação do político enquanto tal. É um caso de não-comunicação, um retorno crítico sobre o dizer pela sua exposição ao não-sentido de uma situação em que a repetição exata rompe os limites do dizer⁶.

Se bem sucedida, metaforizada, essa fala desorganizada, acompanha ou se acompanha da mudança na função-autor (já em processo pelas práticas advindas das novas tecnologias de linguagem). Essa mudança, por sua vez, aponta para a não separação entre erudito/popular (escrita/escritura/arte) e, na relação com a escrita, para a não separação entre o que é público e a expressão familiar (doméstica), entre o que é formal e o que é informal: tem-se uma escrita pública informal. Assim, se estes gestos se carregam de conseqüências, metaforizando-se, ou seja, atingindo o sentido do social (e, ao mesmo tempo, da letra, da escrita, das tecnologias) chegam a romper esses limites entre erudito e popular, formal e informal, fazendo emergir novos modos de significar, de se significar. Porque pensamos as falas desorganizadas (E. Orlandi, 1998) justamente como formas discursivas que fazem aparecer o silenciamento, o apagamento, a de-significação.

A questão que fica é se, ao fazê-lo, a mudança sentida na função-autor pode chegar a ser uma mudança na própria forma histórica do sujeito.

De qualquer modo, fica afirmada a relação das novas tecnologias da linguagem com o realce dado ao corpo textual que, por essa relação, está fortemente investido nos diferentes modos de significar. Todas essas são manifestações, que se ligam, em um amplo processo discursivo. É aí que faz sentido pensar um corpo que se simboliza configurando uma posição sujeito constituída por novas formas de subjetivação em que se inscreve a tomada do corpo como extensão do meio material em que se produz o grafismo, a escritura de si. Texto para compreender essa inscrição do corpo, esse investimento de sentidos, eu diria que a formulação re-corta, demarca o lugar da interpretação que significa o corpo-que-interpreta. A formulação estabelece um campo de significação, define um contorno do dizer compreendendo o sujeito em um espaço de sentidos textualizando-o.

A posição sujeito, desse modo, corresponde ao sujeito enquanto corpo simbólico. Corpo que se textualiza.

O ANALISTA DE DISCURSO E O TEXTO

Compreender o discurso, e sua passagem a texto, é saber lidar com o acaso e as condições de produção. Variância. Não há ponto fixo, imóvel, que possa servir de apoio ao analista sem que ele perca, com isso, a capacidade de lidar com limites apenas delineados, movimentos do dizer e dos sujeitos, movência dos sentidos. O analista acompanha esse jogo sinuoso de formações, de versões, de formulações, para instalar uma relação com a textualidade que a leve em conta sem perder-se na estabilidade que aí se representa, sendo capaz de observar o movimento da interpretação que aí se realiza. Se o acaso joga em permanência no discurso, o analista tem também de entrar nesse jogo para poder fazer frente a seu objeto. Não porque ele joga com o sentido mas porque ele aceita o acaso como parte de sua tarefa. Nesse modo de considerá-lo, o acaso pode ser muito fecundo como parte da relação com a linguagem e com sua análise.

Basta para essa nossa presente reflexão termos nos ocupado dos modos de formulação – textualização – do dizer e de suas formas de circulação. Desse ponto de vista, gostaríamos de lembrar que, como diz Rimbaud, todo texto pode significar tudo. Mas não significa. E é justamente nesta margem entre o que pode e o que acontece de fato, margem de incertezas, da indecisão dos sentidos e dos sujeitos, que trabalha o analista de discurso, tateando os pontos em que os sentidos se estabelecem em suas condições significando apenas algumas coisas, deixando no entanto, na possibilidade das muitas versões, das múltiplas formulações possíveis, os sentidos em suspenso, em suas possibilidades. Que estão tão presentes quanto o que realmente se diz. É pois nessa margem difusas, na base da variância que nos movemos nos processos de significação. Por isso é que gostaria de finalizar dizendo que os sentidos são no meio de outros e há mais espaço para incertezas do que para afirmações categóricas quando se trata de pensar os sentidos, no modo como eles funcionam pela ideologia em um mundo a significar.

NOTAS

1. As interpretações que os alunos fazem da fala do professor produzem versões que configuram a posição do sujeito do conhecimento que está investida no imaginário que rege a relação de sentidos que se estabelece nessa situação de linguagem. Em suas diferentes versões podemos ler os modos como, no trabalho de suas memórias discursivas, é construída essa posição sujeito do conhecimento.
2. Afeta não só o modo de circulação, o efeito-leitor, mas a própria autoria. Uma de minhas experiências foi tentar escrever a partir da gravação de minhas aulas feita por alunos. Isso porque, muitas vezes, em sala de aula, no esforço de fazer-me compreender, produzia formulações que “sentia” como dizendo bem, formulando melhor o que eu “queria” dizer. No entanto, na passagem da gravação ao texto, um enorme esforço de elaboração me era exigido novamente. Não podia ser uma mera “transcrição”. Impunha-se uma outra formulação para a textualização escrita da formulação da sala de aula, agora convertida em escrita de uma “obra”.
3. Para mim a alusão deixa de ser alusão quando somos falados pela ideologia, ou seja, quando em nossas palavras falamos outras palavras que fazem efeito em nosso dizer através do esquecimento ideológico. Esquecimento aqui não é falta de memória, é a memória discursiva funcionando na estruturação dos sentidos e suas relações. Daí não percebermos a presença ausente da outra formulação. De minha parte, penso que aí não se trata de alusão mas do funcionamento clássico da ideologia. Considero a alusão quando podemos reconhecer nela o funcionamento da intertextualidade – formulações que remetem a outras formulações – e não o efeito do interdiscurso, onde as formulações já não são percebidas como tal, em seus limites, pois estes não são mais representáveis.
4. Aqui jogo com a relação de sentidos entre encarnada (posto na carne) e encarnada (vermelha). E penso sobretudo no romance de N. Hawthorne, *A Letra Encarnada* (Escarlate), que é a letra (A) que se colocava na roupa de mulheres que cometiam o adultério.
5. Esse meu piercing no nariz, me disse uma jovem, presente em uma conferência, é uma ligação com os rituais de minha cultura. Ele é o centro em torno do qual giram todos os acontecimentos de minha vida, afirmou. Busca de um centro, gesto organizador da identidade.
6. Paradoxalmente, em um movimento nostálgico, há um forte retorno à oralidade. Algumas manifestações de linguagem deixam ver isso. Refiro-me, por exemplo, às peças que ao invés de serem encenadas são agora “lidas” (ditas de cor) por um ator ou um conjunto de atores que não interpretam enquanto personagens mas falam suas falas trazendo a atenção para a materialidade da voz e suas possibilidades de interpretação, seus contornos. Mesmo se são falas oralizadas de um texto escrito, elas se representam como fato de oralidade trazendo para primeiro plano a voz. Indício, talvez, do cansaço do excesso da escrita?

Bibliografia

- ABT- RO (2000). divulga os principais tópicos da “Carta da Terra”. In: *Diário da Amazônia*, Porto Velho.
- Amado, Janaína (1998). “La séduction de l’autre: premiers intermédiaires de l’Empire portugais”. In: *Naissance du Brésil Moderne*, P.U de Paris-Sorbonne.
- Amossy, R. et alii (1998). *Stéréotypes et clichés*. Nathan, Paris.
- Antelo, R. (1996). Préface à *Ossos de Borboleta* de R. Bonvicino.
- Auroux, S. et alii (1998). “L’Hyperlangue brésilienne”. In: *Langages*, n. 130, Larousse, Paris.
- Authier-Revuz, J. (1998). *Palavras Incertas*. Ed. Unicamp, Campinas.
- Baratin, M. (1989). “La Constitution de la Grammaire et de la Dialectique”, “La Maturation des Analyses Gramaticales et Dialectiques” et “Les Difficultés de l’Analyse Syntaxique”. In: *Histoire des Idées Linguistiques*, Tome 1, Pierre Mardaga Editeur, Liège.
- Benveniste, E. (1966). *Problèmes de Linguistique Générale I*, Gallimard. Trad. Brasileira: *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas, Pontes.
- Bonvicino, R. (1996). *Ossos de Borboleta*. Ed. 34, São Paulo.
- Bonzon, T. et alii (1993). “Idées de Villes, Villes Idéales”. In: *Les Cahiers de Fontenay*, n.69/70, Saint Cloud.
- Canguilhem, C. (1976). *Le cerveau et la Pensée*. MURS, Paris.
- Cerquiglini, B. (1989). *Éloge de la variante*. Seuil, Paris.
- Cacaso (1997). *Não Quero Prosa*. Ed. Unicamp, Campinas.
- Cesar, Ana C. (1982). *A Teus pés*. Brasiliense, São Paulo.
- Courtine, J.J. (1981). “Quelques Problèmes Théoriques et Méthodologiques analyse de Discours”. In: *Langages*, n. 62, Larousse, Paris.
- Desbordes, F. (1989). “Les Idées sure le Langage avant la Constitution des Disciplines Spécifiques” et “La Réthorique”. In: *Histoire des Idées Linguistiques*, Tome 1, Liège.

- Ducrot, O. (1980). *Les Mots du Discours*. Minuit, Paris.
- Fiala, P. & Ridoux, C. (1973). "Essai de pratique sémiotique". In: *Travaux du Centre de recherches sémiologiques*, Neuchâtel, 17:p.62.
- Foucault, M. (1971). *L'Ordre du Discours*. Gallimard, Paris.
- _____. (1971). *L'Archéologie du savoir*. Gallimard, Paris.
- Gadotti, M. (dez./1998). "Cidadania Planetária: Pontos para Reflexão". In: *Cadernos da Carta da Terra*, n.1, São Paulo, IPF.
- Gallo, S. (1992). *Discurso da Escrita e Ensino*. Campinas, Unicamp.
- _____. (1994). "Texto: como apre(e)nder essa matéria?". Tese de doutorado, Depto. de Lingüística, IEL.
- Guimarães, E. (1995). *Os limites do sentido*, Pontes, Campinas.
- Halliday, M.A.K. (1976). *Cohesion in English*. Longman, Londres.
- Henry, P. (1981). "Sens, Sujet, Origine". In: *DRLAV*, Paris.
- _____. (1984). "L' Histoire n'existe pas?". In: *Actes du Cheiron*, European Society for the History of the Behavioral and Social Sciences.
- _____. (1994). "A História Existe?". In: *Gestos de Leitura*, E. P. Orlandi (org), Ed. Unicamp, Campinas.SP.
- _____. (1999). "Sur l'Espace". Texto inédito (e-mail).
- Kuentz, P. (1981). "Les 'oublis' de la nouvelle réthorique". In: *Matérialités Discursives*, P.U.L., Lille.
- Lagazzi, S. (1998). Tese de doutorado sobre o assentamento e o MST, Depto. de Lingüística, IEL.
- Lardet, P. (1992). "Travail du texte et Savoirs des Langues: la Philologie". In: *Histoire des Idées Linguistiques*, Tome 2, Liège.
- Leminski, P. (1983). *Caprichos e Relaxos*. Brasiliense, São Paulo.
- Lippman, W. (1946). *Public Opinion*. Pelican Books, New York.
- Lochak, G. (1992). *Geométrisation de la pshysique*. Gallimard, Paris.
- Loubier, P. (1998). *Le Poete au labyrinthe*. ENS Editions, Fontenay Saint Cloud.
- Maingueneau, D. (1994). *Novas tendências da Análise do Discurso*. Pontes, Campinas.
- Maldonado, A. (30 dez./1998). *Gazeta de Cuiabá*. Cuiabá.
- Marandin, J.J.(1984). Citado por M. Pêcheux em "Sobre os Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso". In: *Escritos*, 4, Labeurb/Nudecri, Unicamp, Trad.: E.P. Orlandi.
- Nantes, M.de (1706). *Relation Succinte et Sincère*. Paris, ed. Fac.sim., BN.
- Orlandi, E. P. (1987). *A Linguagem e seu Funcionamento*, Pontes, Campinas, 4ª Edição, 2ª reimpressão, 2001.
- _____. (1987). *Discurso e Leitura*. Cortez/Unicamp, São Paulo.
- _____. (1988). *Discurso Fundador*. Pontes, Campinas, 2ª edição, 2001.
- _____. (1988). "Ironia: Construção e Destruição do Sentido". In: *Série Estudos*, Uberaba.
- _____. (1990). *Terra à Vista*. Cortez/Unicamp, São Paulo.
- _____. (1993). *As Formas do Silêncio*. Ed. Unicamp, Campinas.
- _____. (1996). *O Discurso da Educação Ambiental*. Gaia, São Paulo.
- _____. (1996ª). *Les Formes du Silence*. Eds des Cendres, Paris.
- _____. (1996ª). *Interpretação*. Ed. Vozes, Petrópolis.
- _____. (1998). "A Desorganização Cotidiana". In: *Escritos*, Unicamp, Campinas.
- _____. (org.) (1998). *A Leitura e os Leitores*. Pontes, Campinas.
- _____. (1999). *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Pontes, Campinas, 3ª edição, 2001.
- _____. (2000) "Entrar na Sociedade Geral dos Cidadãos". In: *Brasil 500 anos*, Humanitas, Diana L. P. de Barros (org.), São Paulo.
- _____. (2000). "Les Rapports dans l'espace urbain: Contiguïté et Verticalisation". In: *Seminário do Grupo Langage et Société*, MSH, 26 mars, salle 7.
- Pêcheux, M. (1969). *Analyse Automathique du Discours*. Dunod, Paris.
- _____. (1975). *Les Vérités de La Palice*. Maspero, Paris. Trad. Bras. *Semântica e Discurso*, Ed. Unicamp, 1988.
- _____. (1982). "Lire L' Archive Aujourd'Hui". In: *Archives et Documents*, 2, St. Cloud. Trad. Bras. In: *Gestos de Leitura*, Ed. Unicamp, 1996.
- _____. (1982). "Délimitations, retournements et déplacements". In: *L'Homme et la Société*, n. 63-64, Paris.
- _____. (1984). *Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. Trad. Bras. Pontes, Campinas, 1990.
- _____. (1994). "Ler o Arquivo Hoje". In: *Gestos de leitura*, E. P. Orlandi (org.), Ed. Unicamp, Campinas.
- Musica Popular: Adriana Calcanhoto, Arnaldo Antunes, Cidade Negra, Detentos do Rap, Espaço Rapp, Racional Mc's, Sistema Negro, 312 Studio.
- Pitombo de Oliveira, T. (2000). Dissertação de Mestrado orientada por S. Lagazzi, IEL, Unicamp: "Acima do paralelo 13: uma discursividade em questão".

Roqueplo, P. (1974). *Le Partage du Savoir-science, culture, vulgarisation*. Seuil, Paris.

Sabato, E. (1998). "Carta de la Tierra". In: *Simple e Natural: Desarrollo Sustentable*, Uruguay.